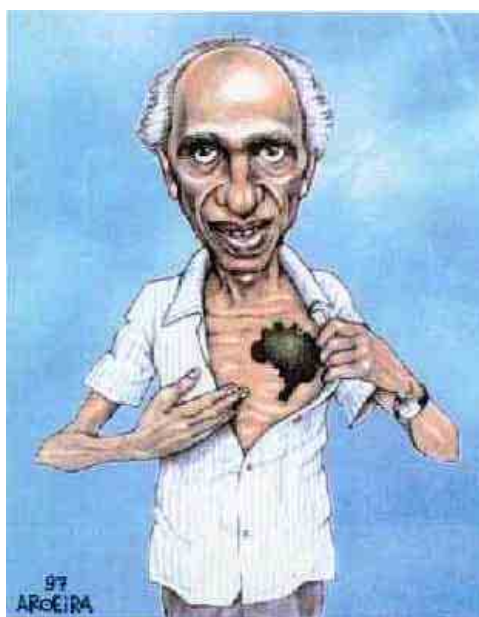


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO**

**PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO
FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A
FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO
BRASILEIRO (1992/1997).**



ORIENTADOR: PROF. DR. ARMANDO P. ANTÔNIO

ORIENTANDO: JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES STACCIARINI

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

SETEMBRO 2002

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO**

**PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO
FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A
FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO
BRASILEIRO (1992/1997).**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia (Nível Doutorado) da UNESP/Presidente Prudente (SP), como exigência para obtenção do Título de Doutor.

ORIENTADOR: PROF. DR. ARMANDO P. ANTÔNIO

ORIENTANDO: JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES STACCIARINI

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

SETEMBRO 2002

“DADOS CORRIDOS” DO AUTOR E A PÓS-GRADUAÇÃO

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES STACCIARINI, tem 40 anos, gosta de jogar futebol, é casado e acredita que seus filhos e alunos viverão numa sociedade mais solidária.

Falar, ler, estudar, pensar e analisar assuntos ligados aos valores sociais da “Cidadania”, “Participação Política”, “Solidariedade” etc. é prazer para um Ser Humano!

Na verdade, desde a adolescência vivida sob a influência da Igreja Católica que me pergunto o porquê da existência da desnutrição e da fome, bem como o que poderia ser feito para aliviar esse sofrimento individual e humilhação social sofrida por grande parte da espécie humana – 800 milhões de pessoas no mundo, segundo dados de 2002. Também foi marcante a influência paterna – pessoa humana, médico dedicado (e honesto) e preocupado com as deficiências alimentares como causa da quase totalidade das doenças dos seres humanos.

Ainda jovem, de maneira inocente, acreditava que a explicação precípua fosse a inexistência de alimentos suficientes para alimentarem todas as pessoas de nosso país – ainda não sabia que este era um pensamento de influência neomalthusiana. Entretanto, ao fazer o Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal em Goiânia, em plena ebulição da Geografia Crítica (início da década de 1980), a visão superficial começou a mudar: Percebi que a explicação para a problemática da fome não era tão simples e que a questão só poderia ser entendida estruturalmente, no âmbito das contradições presentes em uma sociedade com classes sociais antagônicas.

Cursando Bacharelado em Geografia (Pesquisa sobre Produção de Soja) em 1987 e sendo aprovado no concurso para professor auxiliar do Ensino Superior na

Universidade Federal de Goiás / Campus de Catalão, o interesse para com o assunto aumentou mais ainda.

Ministrando aulas na Disciplina Geografia da População e aprofundando os trabalhos nesta área, constatei o quanto a questão da fome é entendida de maneira fragmentada. Sobre isto um fato marcou muito: cursando o 2º ano do curso de Licenciatura Plena em Educação Física, no que concerne à disciplina Nutrição, para o nosso espanto, durante 01 ano letivo estudamos a desnutrição, enquanto processo fisiológico sem a preocupação, em momento algum, para com a fome enquanto fenômeno social que atinge 32 milhões de corpos humanos no grandioso e ecúmeno território brasileiro.

Já na primeira metade da década de 1990, o convívio estreito com a obra da Geografia Médica, de Josué de Castro e de Nelson Chaves, firmou o meu interesse e prazer em pesquisar ainda mais esse assunto ... Porque seria, por exemplo, que a obra “Geopolítica da Fome” é bastante conhecida quase no mundo inteiro (tradução em mais de 40 países!) e desconhecida no Brasil?

Como síntese, posso frisar que, durante 15 anos como professor de Geografia do Ensino Superior no Campus da UFG em Catalão, tenho estudado a questão da Pobreza Material e Política das Sociedades Humanas. Muitas análises foram realizadas, milhares de dados levantados, inúmeras palestras ministradas e um pouco de experiência adquirida.

Depois de diversos estudos empreendidos, surgiu, de maneira ainda mais forte, o desejo de entender cientificamente a questão da fome e da falta de cidadania da população brasileira num momento em que fome e abundância de alimentos convivem lado a lado. Nunca antes produziu e comercializou-se tanto alimento como agora nesta economia cada vez mais “globalizada (neoliberalizada)” do Terceiro Milênio.

Estabelecido o desejo de chegar a uma síntese necessária que pudesse elucidar essa preocupação e sonhando dar uma pequena contribuição no sentido de diminuir o

estado de miséria (material e política!) que se faz presente em nosso país e município, decidi pesquisar este tema no Mestrado em Geografia dentro de uma perspectiva municipal.

Em Setembro de 1998, quando tinha 11 anos de experiência no Ensino Superior e transcorridos 03 meses de término do Mestrado em Geografia na própria UNESP de Presidente Prudente, recebi o convite de nosso orientador – Dr. Armando Pereira Antônio – para prestar a seleção no Doutorado.

Tenho guardado na memória o momento em que foi sorteado o ponto abordando a temática “O Pensamento Geográfico, a Sociedade e a Natureza”. Como o tema era muito abrangente, aquelas 04 horas destinadas à sistematização dos conteúdos solicitados passaram com muita rapidez.

No início de Março de 1999, por ocasião de uma semana das apresentações dos ante-projetos de pesquisa, toda uma gama de experiências foram nos transmitidas por todos aqueles profissionais (mestres, doutores e colegas de cursos) que compuseram as bancas e o auditório.

Em poucas palavras, o colega de Curso, Professor Edson B. Clemente de Souza, resumiu bem a grandeza da realização dos colóquios ao afirmar *“que as reflexões fornecidas, em muitos casos, são superiores à própria contribuição inicial do Professor Orientador de cada pesquisa em particular”*.

Sendo assim, creio que a iniciativa dos colóquios dos pré-projetos não só devem acontecer no início do curso, como também sugiro que aquele momento – de grande relevância para a pesquisa científica aplicada ao saber geográfico – deva ser aperfeiçoado ainda mais.

Com início da Disciplina “Tópicos Especiais: Organização do Trabalho Científico II” e com o apoio constante e exigente de nosso orientador, o ano letivo de 1999

foi de grande importância no que concerne a um aprofundamento teórico-metodológico dentro da ciência geográfica.

Cursando disciplinas no Campus da UNESP de Rio Claro (Cartografia Temática e Tratamento Gráfico da Informação) e na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, consegui um melhoramento profissional advindo de um intenso debate científico.

Dentre as Disciplinas cursadas, “Dinâmicas Econômicas e Novas Territorialidades” foi um marco significativo pelo interessante e produtivo Trabalho de Campo realizado em três países (Brasil, Argentina e Chile).

Marcos também importantes aconteceram quando pude contar com a presença do Professor-Orientador Dr. Armando Pereira Antônio para juntos conhecermos melhor (Trabalho de Campo Científico), dentro da temática de nossa pesquisa, as áreas próximas a Catalão.

Em Catalão, por exemplo, pudemos observar a presença de altos níveis de miserabilidade em uma cidade pequena (65 mil habitantes) e rica. Em outras palavras, as maiores reservas de Fósforo e Nióbio do mundo, bem como a recente presença de Indústrias Montadoras de carros japoneses (Mitsubishi) e de Colheitadeiras de Cana norte-americanas (CAMECO) não têm dado contribuição significativa na erradicação da pobreza. Os empregos gerados e os investimentos sociais têm sido poucos se comparados aos gastos governamentais (incentivos fiscais) vultuosos fornecidos à iniciativa privada.

Por tudo isto, penso ser nosso dever frisar que a troca de experiências, teorias e de bibliografias com o nosso orientador, bem como o encontro com professores de diversas universidades do país (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, etc.) constitui-se em uma experiência enriquecedora para minha pessoa enquanto pesquisador, professor e aluno.

Contando com o intenso incentivo por parte de nosso orientador, cabe dizer que muitos cursos, várias participações, diversas publicações e muitas outras atividades didático-pedagógicas foram desenvolvidas no decorrer dos quarenta e dois meses que estive ligado ao programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Doutorado.

Desta maneira, a avaliação da experiência na Pós-Graduação deixa um saldo produtivo. As experiências e ensinamentos vividos e vivenciados permitiram-me tanto um crescimento teórico-metodológico quanto uma maior maturidade humana enquanto Professor e Pesquisador de uma Universidade Pública Brasileira – a Universidade Federal de Goiás / Campus de Catalão.

*“À Glória, Leticia, João, Gabriel, pais, irmãos,
familiares e amigos pelos momentos compartilhados
... tê-los por perto é um prazer, é uma riqueza!”*

“Há uma aceleração muito forte na produção de um ente político no Brasil. A consciência está em gestação. Creio que há uma espécie de revolução que nem sempre é silenciosa que se está dando e que nós não temos as antenas para captar porque nos acostumamos a um outro tipo de raciocínio sobre o que é fazer política. Há toda uma produção da política que é paralela às atividades dos partidos e vai confluir para alguma coisa que pode ser orientada no sentido de melhoria das condições gerais do país.”

SANTOS (2001: A8)

AGRADECIMENTOS

Durante todas as fases da realização deste trabalho científico, contei com a contribuição de várias pessoas e instituições. Cumpre-me, pois, um ato de gratidão a cada uma delas.

Ao Professor Doutor Armando P. Antônio, o meu reconhecimento pela atenção, responsabilidade e empenho na orientação deste trabalho. Porém, acima de tudo isto, o meu reconhecimento por ter ganhado um grande amigo!

Estendo os meus reconhecimentos aos professores Doutores José Barreira e Eda Goes pelas cuidadosas correções, sugestões e indicações de novas bibliografias, por ocasião do Exame de Qualificação. Ao Professor, José Barreira, agradeço de maneira especial as sugestões para o fechamento do capítulo 03. Também, de maneira especial, agradeço à Professora Eda os oportunos questionamentos referentes aos capítulos 01 e 02, os quais indicaram novas reflexões para a construção das Considerações Finais da presente Tese de Doutorado.

Um agradecimento é também dirigido aos Professores Horieste Gomes, Antônio T. Neto, Valter Cassetti, Elza Staciarini, Vera Lúcia Salazar, Manoel Calaça, Eliseu Spósito, Ged Guimarães, Celene Barreira através dos quais lembro-me de todos os meus mestres nestes 40 anos de vida.

Registro os meus agradecimentos às Professoras Sirlene Duarte e Tianinha, pelas repetidas leituras e revisões do texto, e a Geógrafa Mônica Kelen da Silva, bem como ao Nadim Antônio Martins pelas incansáveis correções no trabalho de digitação e

formatação final. Registro, também, os meus agradecimentos ao constante apoio de infraestrutura da Xerox do Fernando e seus funcionários.

Sou grato ainda aos professores, colegas e funcionários do Curso de Pós-Graduação da UNESP de Presidente Prudente pela solidariedade dispensada. Sem sombra de dúvida, sou um outro profissional depois de ter feito o Curso de Mestrado e estar terminando o de Doutorado nesta Universidade que me acolheu com tanto carinho, com tanta atenção!

Uma palavra de agradecimento também aos funcionários do IPEA (Brasília-DF), da EMBRAPA (Goiânia-GO), do ISER (Rio de Janeiro-RJ), da FIBGE (Rio de Janeiro-RJ e Catalão-GO), da Secretaria Nacional da Ação da Cidadania (Brasília-DF), da ANABB (Brasília-DF e Rio de Janeiro-RJ) pela grande quantidade de dados e entrevistas concedidas.

Agradeço ainda as entrevistas e informações prestadas pelos membros do Comitê Contra a Fome de Catalão (Pixote, Zilá, Dalvo, Héber, Aliana, Guilherme, Bento, Marta etc.) e por membros de outros comitês de diversas partes do país.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal de Goiás (UFG) de Catalão pelo constante apoio, bem como aos alunos do Curso de Geografia, não há palavras que traduzam a minha gratidão... Ensinar é o contínuo ato de sempre começar a aprender!

O meu agradecimento a CAPES/PICDT, que subvencionou a realização desta pesquisa.

E, de maneira muito especial, agradeço ao Braz Coelho, Eguimar Felício, Manoel Rodrigues, Laurindo Pedrosa, Adenísio Evangelista, Plínio José, Maria Marta, Ronaldo da Silva, Idelvone Mendes e outros amigos pelo “socorro” nos momentos mais difíceis.

Antes de encerrar, também agradeço aos professores Braz Coelho, Elza Staciarini, Natividade Barbosa, Natividade Guimarães, Maria Cassimiro, Joel Ulhôa, Ricardo Bufaiçal, Ary do Espírito Santo, Zelinda Fanuch e a todas às pessoas que, de 1986 a 2002, ajudaram a trazer e consolidar os Cursos de Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia, Educação Física, História e Ciências da Computação para o Campus de Catalão.

Meus agradecimentos também a todos aqueles que lutam pela vinda dos Cursos de Biologia, Veterinária e Agronomia para a UFG/Catalão, diminuindo, com isso, o número dos excluídos do Sistema Público de Ensino Superior “neste rico solo goiano”.

Por fim, os meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho científico. Eles são milhares! Desde os trabalhadores que pagam os impostos até os Professores das Redes Públicas dos Estados Brasileiros que trabalham muito em troca de baixos salários.

SUMÁRIO

Banca Examinadora.....	3
“Dados Corridos” do Autor e a Pós-Graduação.....	4
Agradecimentos.....	11
Sumário	14
Lista de Figuras e Documentos.....	16
Lista de Siglas e Abreviações.....	19
Resumo	24
Abstract.....	25
Introdução	26
Capítulo 01.....	53
1. Espaço e Política: Percursos da Pluralidade Política e Ética no Território Brasileiro dos Anos Pós 1990 - As Origens da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.	54
1.1. “Fora Collor”: O Impeachment Como Necessidade Ética.....	55
1.2. A Cartografia da Rede de Forças Cidadãs: A Fundação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida	63
1.3. A Expressão Espacial da Miséria da População Brasileira: O Mapa da Fome (IPEA)	70
1.4. O Planejamento da Ação da Cidadania: Um Pensar Para o “Labor”	83
1.4.1. Princípios Orientadores: Parceria, Solidariedade e Descentralização.....	88
1.4.2. Cartilha Para Formar Comitês.....	90

1.4.3. As Ações a Serem Desenvolvidas: do Aqui e Agora à Pressão de Opinião Pública	103
Capítulo 02.....	113
2. Estratégias Políticas a Curto Prazo: As Ações Empreendidas no Espaço Social Brasileiro	114
2.1. A “Fermentação” da Cidadania: O Início da Campanha.....	114
2.2. Expressões Territoriais da Cidadania: Os Comitês Locais Funcionando Através de Parceria	124
2.2.1. O Despertar da Criatividade Pela Solidariedade: Amostra de Ações Cidadãs.	124
2.2.2- As Empresas Públicas: Comitês Contra a Fome e Contra as Privatizações.....	135
2.3. Do Buscar a Mídia ao Estar Na Mídia: A Grande Visibilidade	150
Capítulo 03.....	168
Estratégias Políticas a Longo Prazo: A Busca das Ações Estruturais	169
3.1. Da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar às Eleições Presidenciais	172
3.2. O Fórum da Ação da Cidadania e a Comunidade Solidária: Descentralização e Parcerias em “Xeque”	184
3.3- “Estado Terminal do Betinho”: Morte e Política – As Ações por Mais Vida Continuum.....	208
Considerações Finais	228
Bibliografia	251
Anexos.....	282

LISTA DE FIGURAS E DOCUMENTOS

Quadros

Declaração ao Povo do Movimento pela Ética na Política	60
Biografia da Herbert de Souza	64
Carta Nacional Convocatória para Ação da Cidadania	86
O Crescimento do IBASE	153
Na trilha do dinheiro público	162
Dez Cláusulas do Fórum	185
Observações Sobre a Criação da Comunidade Solidária	191

Gráficos

Total de Pessoas Indigentes por Macrorregiões	74
Pessoas Indigentes por Situação de Domicílio	76
Pessoas Indigentes nas Regiões Metropolitanas	77
Distribuição da População de Indigentes (Unidades da Federação)	80
Delegados na I CNSA por Sexo	171
As Dez Ocupações mais Frequentes entre os Delegados	171

Mapa

Brasil: Distribuição da População Indigente	79
---	----

Tabela

Distribuição da População de Indigentes em Porcentagem	81
--	----

Cartilha

Cartilha para se formar comitês	92
---------------------------------------	----

Reportagens

Pequena participação dos empresários paulistas	117
Operação antifome tenta evitar fracasso	129
Cadê a Solidariedade?	144
A Petrobrás está ensinando a pescar	145
A Condução da reforma agrária está errada	147

Convite

Jogo da Paz: Sem Fome e Sem Violência	127
---	-----

Capas de Revista

Revista Veja – 29 de dez. de 1993	157
Revista Veja (Especial) – dez. de 2001	294

Cartas

Carta de Diolinda	160
Carta da terra	180
Cidadania não aceita impunidade	204
Uma carta para Maria	208
Um ano com Betinho	223
Carta da Esposa do Betinho	225
Mano Betinho	284

Quadro de Livro Didático

Betinho e a Campanha contra a fome	163
--	-----

Fotos

Artistas em campanha	120
I CNSA – Duas mil pessoas	173
O Presidente do CONSEA	176
O Sociólogo Herbert de Souza	177
Grupos de Trabalhos	177
Mesas de Debates	178

Telex

Telex do Banco do Brasil	137
--------------------------------	-----

Ofícios

Ofício para Reunião do Fórum	202
Ofício do Ibase	298

Charges

Cida – A Cidadã	107
Dos sem terras aos sem informações	164
Betinho como Anjo	220
Entre Deus e o Capeta	221
Eleições no Regime Militar	283

Música

O Bêbado e o equilibrista	285
---------------------------------	-----

Relatório

Relatório da I CNSA	289
---------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AABB – Associação dos Funcionários do Banco do Brasil
- ABAMEC – Associação Brasileira do Mercado de Capitais
- ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida
- AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- AL – Alagoas
- ALCA – Área da Livre Comércio das Américas
- AM – Amazonas
- ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil
- AP – Amapá
- BA – Bahia
- BANESPA – Banco do Estado de São Paulo
- BB – Banco do Brasil
- BROT – Pão Para o Mundo
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
- CAF – Fundação para a Assistência à Comunicação
- CCFD – Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento
- CCODP – Organização Católica Canadense Para o Desenvolvimento e a Paz
- CE – Ceará
- CEASA – Centrais de Abastecimento Alimentar
- CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CEF – Caixa Econômica Federal

CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco

CIMADE – Serviço Ecumênico de Cooperação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CNSA – Conferência Nacional de Segurança alimentar

COEP – Comitê de Entidades Públicas

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRISTIAN AID – Ajuda Cristã

CROCEVIA – ONG de Cooperação e Solidariedade Internacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DF – Distrito Federal

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMW – Missionários Evangélicos

ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

ES – Espírito Santo

EZE – Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FH – Fernando Henrique

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIM – Frontier Internship in Mission

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPH – Fundação para o Progresso do Homem

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSM – Fórum Social Mundial

GO – Goiás

IAF – Fundação Inter-Americana

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Pesquisas

ICCO – Comissão Intereclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento

IDAC – Instituto de Ação Cultural

IDRC – Centro Internacional de Desenvolvimento da Pesquisa

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada

ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LWF – Federação Mundial Luterana

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MISEROR – Ação Contra a Fome e Doenças no Mundo

MLAL – Movimento Laico para a América Latina

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

NCCC – Conselho Nacional das Igrejas de Cristo

NOVIB – Organização holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU-PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

OXFAM – Instituição de Apoio à Criança

PA – Pará

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PI – Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PR – Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SCIAF – Fundação Católica Escocesa para Assistência Internacional

SE – Sergipe

SOLAGRAL – Solidariedade Agro-Alimentares

SP – São Paulo

TELESC – Telefonias de Santa Catarina

TO – Tocantis

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TROCAIRE – Agência Católica para o Desenvolvimento Mundial

TV – Televisão

UBV – Cooperação Técnica Sueca

UCC – Igreja Unida do Canadá

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

URSS – União das Repúblicas Socialistas

VASTENAKE – Campanha Episcopal de Quaresma da Holanda

RESUMO

Sob a luz da Ciência Geográfica, sendo estruturado em três capítulos, o texto da presente pesquisa aborda a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida no Território Brasileiro (1992/1997)”. O primeiro capítulo discorre sobre “As origens da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” a partir do “Impeachment” do primeiro Presidente da República eleito diretamente pela população brasileira depois da Ditadura Militar iniciada em 1964, bem como a partir, também, da publicação do Mapa da Fome do IPEA. O capítulo dois deste texto da Tese de Doutorado aborda as “Estratégias Políticas à Curto Prazo” – as chamadas Ações Emergenciais no Espaço Social Brasileiro. Por sua vez, o capítulo três discorre a respeito das “Estratégias Políticas de Longo Prazo”, em que se enfatiza por grande parte das lideranças dos comitês em funcionamento, a necessidade de procurar ações verdadeiramente estruturais.

Uma grande pergunta vai acompanhar o desenrolar deste trabalho de pesquisa ligado a Ciência Geográfica: É realmente possível o trabalho coletivo de atores sociais tão díspares tendo como único elo de ligação a unidade ética em torno da Luta Contra a Fome e a Miséria, em favor da conquista de mais Cidadania para a População Brasileira?

Como síntese para a Ciência Geográfica, pode-se afirmar que nosso tempo assiste a uma “gestação da consciência” que se acelera com a pluralidade, a publicização e a multiplicação de novos fazeres políticos – os quais com erros e acertos! – respondem pela valorização política das noções de Cidadania, Ética, Responsabilidade, Solidariedade e Democracia.

ABSTRACT

Under the light of the Geographical Science, being structured in three chapters, the text of the present research approaches the “Action of the Citizenship Against the Hunger, the Misery and For the Life in the Brazilian Territory (1992/1997)”. The first is about "The origins of the Action of the Citizenship Against the Hunger, Misery and for the Life” from the "Impeachment" of the first President of the Republic elected directly by the Brazilian population after the Military Dictatorship started in 1964, as well as from the publication of the Map of the Hunger of IPEA. The chapter 02 of this text of the Thesis of Doctorate approaches the "Political Strategies the short term" - the calls Emergency Actions in the Brazilian Social Space. Chapter 03 in turn is about the "Long Term Political Strategies", in which, it's emphasized by the majority of the committee leaderships in operation, the necessity of searching for real structural actions.

A great question will accompany the development of this research related to Geographical Science: Is it really possible the collective work of such distinct social actors, having as the only connection link the ethical unit around the Fight Against the Hunger and the Poverty, in favor of the conquest of more Citizenship for the Brazilian Population?

As synthesis for the Geographical Science, it can be affirmed that our time attends a "gestation of the conscience" that accelerates with the plurality, the publicizing and the multiplication of new political doings – the ones which with mistakes and successes! – which account for answers for the political valuation of the notions of Citizenship, Ethics, Responsibility, Solidarity and Democracy.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“Pois bem. Qual o problema? O problema é que a utopia da liberdade não se realiza. É um futuro sempre futuro. Necessária, sem dúvida, para desencadear movimentos de mudança da velha realidade, ou seja, para instaurar processos, mas insuficiente para inaugurar uma outra realidade concreta.

... E assim que ficamos esperando por uma liberdade do porvir e não conquistamos mais liberdade hoje. E ficamos aguardando por uma abundância que virá no futuro e não atendemos aos carecimentos básicos do presente ... São as ações presentes de criação de mais-liberdade que libertam o homem.”

(FRANCO, 1995: 20)

Na Conferência de Encerramento do XIII Encontro Nacional de Geógrafos que ocorre em julho de 2002, na cidade de João Pessoa (PB), o eminente Geógrafo Espanhol Horácio Capel Saez inicia seu pronunciamento colocando que *“no Brasil se produz uma das melhores Geografias do Mundo”*. Após duas horas de exposição, Capel termina sua fala declarando que *“a responsabilidade que nós Geógrafos temos e devemos ter para com a construção de uma sociedade mais igualitária é muito grande”*.

No dia 18 de julho de 2000, dentro da programação do XII Encontro Nacional de Geógrafos realizado na cidade de Florianópolis, faz-se uma mesa redonda cujo debate é a questão dos “Movimentos e Ações Populares”. Naquele momento, Carlos Walter Porto Gonçalves – professor da UFF – afirma que *“a geografia tem que ter compromisso com a*

ética e com a solidariedade humana”. Bernardo Mançano Fernandes – da UNESP de Presidente Prudente (SP) – destaca que *“falar em exclusão social, é falar sobre exclusão territorial”*. O Doutor Rafael Sânzio Araújo dos Santos, professor da UNB, por sua vez, frisa que *“a comunidade tem força”* enquanto o Doutor José Borzachiello da Silva, professor da UFCE, discorre que *“nos anos 1990 dá-se uma emergência dos estudos geográficos vinculados aos conceitos do lugar, do desejo e da subjetividade”* na busca de territórios mais democráticos¹.

Para Betinho *“Miséria e Democracia são incompatíveis”*, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma Educação de Boa Qualidade. No entender de GRZYBOWSKI (1996: 07) *“aos famintos é negado o mais elementar direito de cidadania: no alimento afirma-se a qualidade da condição humana e ponto de partida da cidadania”*.

Sobre isto, CASTRO (1965) detalha que é através da alimentação que o organismo biológico humano recebe todos os nutrientes (substâncias químicas) necessários ao processo de crescimento e à obtenção de energia para a manutenção da vida. Na verdade, o organismo humano é uma máquina muito parecida aos maquinismos fabricados – qualquer trabalho que efetua é sempre o resultado de uma transformação de energia. Só que o combustível que a máquina humana utiliza é o alimento que, queimado no corpo humano, fornece a energia necessária.

¹ No mesmo evento, numa mesa redonda ocorrida no dia anterior sobre a *“Questão Agrária na Formação Territorial Brasileira”*, o Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que, *“apesar de excluídos pela direita*

Portanto, para colocar o corpo humano em movimento o homem necessita, antes de tudo, de se nutrir. A alimentação foi e sempre será condição primeira da existência humana (ABRAMOVAY, 1992). Historicamente, os homens sempre mantiveram uma relação de interdependência para com a natureza. Desde o aparecimento, e cada vez mais, a humanidade apropria da natureza através da produção de bens materiais, acima de tudo para a obtenção de alimentos – desde a produção de alimentos nas indústrias mais modernas até as mais remotas formas de coleta de alimentos.

Durante milhares de anos, o homem primitivo vive, principalmente, da coleta de alimentos e da caça que efetua, coletivamente, com a ajuda de ferramentas toscas. A falta de alimentos faz com que, por vezes, se manifestasse entre os homens a antropofagia – não tendo o que comer, o homem comia a própria carne de seus derrotados de guerra. Não obstante isto, com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade antiga, sucessivas epidemias de fome marcam presença. Naquele longo período da Pré-História, a expectativa de vida é baixíssima.

Passados dezenas de séculos de avanços das forças produtivas – aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e descobertas de novos alimentos – os períodos de fome crônica não desaparecem. No final da Idade Média, por exemplo, ocorreu cerca de 300 epidemias de fome no continente europeu.

Contando com uma imensa socialização da produção e com voracidade no processo de acumulação, o Modo de Produção Capitalista substitui o feudalismo investindo quantias elevadas e introduzindo a ciência na produção. Como resultado, enorme produção de gêneros alimentícios é conseguida no período Pós Primeira Revolução Industrial que ocorre na Europa Ocidental no início do Século XIX (STACCIARINI, 1998).

Trilhando lado a lado às imensas produções conseguidas, o conhecimento científico do valor dos alimentos e das necessidades nutricionais do ser humano torna-se uma importante conquista do homem moderno nos últimos 60 anos. Entretanto, apesar do processo evolutivo observado, as contradições das sociedades capitalistas (classes sociais antagônicas) não demoram a se manifestar. De um lado verifica-se a abundância de mercadorias produzidas e, de outro, o poder de compra insuficiente da maioria da população (“Proletariado”). Disso resulta o fenômeno da fome das massas populares no meio da abundância e do desperdício. Em outras palavras, a fome constitui em Escândalo e não uma crise de alimentos (ADAS, 1990).

Desta feita, tendo clareza que abundância de alimentos, de um lado, e grandes parcelas de subalimentados, de outro, são marcas significativamente presentes na construção do território brasileiro, fica evidente que a cidadania² plena nunca se fez presente na sociedade brasileira.

De maneira geral, no Brasil, desde o período colonial, os trabalhadores que produziram as intensas riquezas e que ficaram concentradas nas mãos de poucos, eram, quase sempre, excluídos de qualquer direito, pois não possuíam o dito “*sangue nobre – o sangue branco*” (ANTÔNIO, 1996).

Assim, durante os cinco séculos, paralelamente à concentração de riquezas nas mãos de poucos proprietários dos meios de produção, sempre existiram lutas e movimentos de rebeldia, de sublevação, direcionados para que uma maior parcela da população trabalhadora pudesse se alimentar e viver melhor.

² “O conceito de cidadania é amplo e abrange várias dimensões. Uma das mais importantes diz respeito aquela que regula os direitos e os deveres dos indivíduos (Cidadania Individual) e de grupos (Cidadania Coletiva) na sociedade. A cidadania individual remete aos direitos civis e políticos. Sua construção histórica data dos séculos XVII e XVIII, com o advento da modernidade, quando a sociedade ocidental muda alguns parâmetros de referência, elegendo os indivíduos como valor supremo em contraposição aos grupos estratificados da sociedade de castas ... Na cidadania coletiva temos dois marcos referenciais. O primeiro remete às origens clássicas do cidadão da polis grega ... O segundo marco remete à contemporaneidade, ou

No interior dos movimentos, lutas e ações de maior expressão, pode-se citar a “Confederação dos Guaranis”, durante o século XVI, O “Quilombo dos Palmares”, durante o século XVII, a “Inconfidência Mineira”, de 1789, a “Balaiada” (MA/PI), de 1831 a 1836, o “Colonato”, pós 1850, no interior de São Paulo, os “Canudos”, no final do século XIX, a “Coluna Prestes”, no decorrer da década de 1920, o “Movimento do Cangaço” contra o Estado Novo, as “Ligas Camponesas” do Nordeste Brasileiro, na primeira metade da década de 1950, bem como vários outros movimentos e ações urbanas e rurais influenciados pelas idéias do socialismo em expansão no mundo, o qual, teoricamente, substituiria – em pouco tempo – o sistema capitalista de produção que passava por sucessivas crises.

Referenciados nas mais diversas interpretações, nas variadas áreas das Ciências Humanas, muitos serão os autores e trabalhos voltados para a temática “Cidadania, Democracia, Terra e Trabalho”. Observe as palavras presentes na poesia de Manuel Bandeira³ durante a primeira metade do século XX.

*“Ontem vi um Bicho na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos
Quando achava alguma coisa,
Não examinava e nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão, não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um HOMEM.”

aos tempos pós-modernos. Ela diz respeito à busca de leis e direitos para categorias sociais até então excluídas da sociedade, principalmente do ponto de vista econômico e sócio cultural” (GOHN, 1995: 195).

Em verdade, no Brasil, desde a década de 1940, já se observava uma preocupação com os aspectos sociais da Geografia, explicitados por Caio Prado Júnior e Orlando Valverde em artigos publicados em Revistas de Geografia de vários lugares do território brasileiro.

Cabe acrescentar, dentro da Ciência Geográfica, um dos grandes nomes que tornar-se-á extremamente conhecido por seus trabalhos em prol de um país e de um mundo com menos fome e mais cidadania: Josué de Castro. De acordo com STÉDILLE (1996: 67)

“Josué de Castro foi um dos filhos mais nobres e dedicados do povo brasileiro. Foi um homem completo e totalmente dedicado às causas que elegiam nosso povo. Geógrafo, Médico, Estudioso, conhecedor profundo da realidade brasileira, colocou desde o princípio seus conhecimentos científicos a serviço da defesa da vida. E buscou incansavelmente as causas que levavam tantos brasileiros a morrer de fome.

Seu livro ‘Geografia da Fome’ se transformou num clássico do debate da questão da fome no Brasil e no mundo. Pernambucano, conhecia como ninguém as malvadezas do latifúndio nordestino, que se adornava das melhores terras, das águas e das pessoas, ainda que a escravidão houvesse terminado, na Lei. E defendeu com todo ardor a necessidade de reforma agrária como forma de acabar com a fome e a miséria de nosso povo. Mas não ficou apenas nos estudos ou retórica. Foi também presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e da Alimentação).

E sabia que a única forma de levar adiante as idéias da reforma agrária era se o povo pobre, se os trabalhadores rurais fossem os primeiros a se organizar. Por isso foi um grande incentivador da organização das Ligas Camponesas no nordeste, patrocinando seu primeiro Congresso em Recife, na década de 50.

³ Na análise de BRAIT (1995), o escritor Manuel Bandeira, nascido em Recife, em 1886, é um dos fundadores do Modernismo e uma das maiores figuras da Poesia Brasileira.

Morreu no exílio, afastado pelo regime militar. E até hoje a sociedade brasileira não soube resgatar a memória desse homem ilustre.”

Sobre a obra de Josué de Castro, CAMPOS (1999: 38) frisa que

*“a projeção internacional veio mesmo com a publicação, em 1951, do livro **Geopolítica da Fome**, traduzido em pelo menos 25 idiomas e pelo qual recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Era uma espécie de continuação de Geografia da Fome, agora realizando-a em escala internacional, com o objetivo de ‘estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização’, de analisar o fenômeno da fome coletiva, endêmica ou epidêmica, aberta ou oculta, total ou específica, que constituía um fenômeno universal mas não era uma tradução de uma imposição da natureza e, sim, de erros e defeitos das organizações sociais ...*

O livro ainda se caracteriza pelo combate ao Determinismo Fisiográfico, às idéias de Malthus e ao Neomalthusianismo”.

Se as lutas, iniciativas e movimentos existentes até a década de 1960 são difíceis, o mesmo também deve ser dito para os momentos vividos pelos brasileiros durante todo o Regime da Ditadura instalada no Brasil com o Golpe dos Militares, em Março de 1964. A partir de então, o Brasil é governado por uma tecnoburocracia militar e civil que passa a defender os fortes interesses da burguesia nacional e internacional, principalmente as grandes firmas transnacionais sob forte influência do capital norte-americano (AQUINO et al, 1985).

São muitos os brasileiros que, por lutarem por mais democracia, são perseguidos e têm de deixar o país para não morrerem torturados. Assim, Escritores, Compositores, Músicos, Professores e Pesquisadores de diversas áreas científicas deixam o país natal, indo prestar excelentes trabalhos para as comunidades de outros países.

Em decorrência do exílio, o Geógrafo Milton Santos, por exemplo, vai para a França, onde estabelece contatos mais próximos com grandes nomes da Geografia Mundial, dentre os quais merece destaque Jean Tricart, estudioso dos processos metodológicos ligados a uma Geomorfologia entendida no bojo de uma estreita relação estabelecida entre o Homem e a Natureza, no âmbito das sociedades de classes. Também estabelece um vínculo íntimo com os estudos de Pierre George sobre “O desenvolvimento da URSS” e, em especial, com a vasta obra de Yves Lacoste. Sobre este autor francês, MORAES (1986: 114) destaca

“Quem formulou a crítica mais radical da Geografia Tradicional foi, sem dúvida, Yves Lacoste, em seu livro ‘A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra’. Lacoste argumenta que o saber geográfico manifesta-se em dois planos: a ‘Geografia dos Estados-Maiores’ e a ‘Geografia dos Professores’. Para ele, a primeira sempre existiu ligada à própria prática do poder... A ‘Geografia dos Professores’ serve para mascarar a existência da ‘Geografia dos Estados-Maiores’, apresentando o conhecimento geográfico como um saber inútil.”

No exílio, Milton Santos começa trabalhar em diversas Universidades da Europa, América do Norte e África, onde mantém contatos proveitosos com duas conceituadas revistas científicas: a “Revista Antípode”, na América do Norte, constituída por Geógrafos Quantitativistas que não mais se entusiasmam com os métodos matemático-estatísticos e que agora adotam uma linha de análise apoiada no Materialismo Histórico Dialético, e a “Revista Herodote” que, na Europa, discute a Crise da Geografia.

Por um lado, se são muitos os brasileiros obrigados a deixarem o Brasil por serem perseguidos pela Ditadura Militar, por outro, são muitos também aqueles que ficam lutando por uma Anistia Política Ampla, Geral e Irrestrita. Dentre tantos, pode-se destacar

o nome de Henfil, cartunista e escritor que, por longos anos, vai se juntar a outros escritores e cartunistas para lutar pela reconstituição democrática no território brasileiro.

Henfil ficará muito mais conhecido a partir do momento que passa a escrever regularmente na Revista ISTO É, defendendo abertamente o retorno dos exilados políticos.

No corroborar do próprio HENFIL (1980: 05)

“Falar o nome do Geisel, só podia baixinho e entre amigos de infância. O ‘alemão’ não perdoava. Tinha mil olhos, mil ouvidos e aquela postura de quem vai aplicar chineladas no primeiro que rir.

Se lembra? Então vou repetir a frase do Ivan Lessa, a mais repetida ultimamente: de 15 em 15 anos o brasileiro esquece os últimos 15 anos. Bão, o que que você estava fazendo em 9 de março de 1977?

Eu estava morando em Natal (Rio Grande do Norte) e lia todo dia todos os jornais procurando pistas da abertura lenta, gradual e segura que o presidente Ernesto Geisel prometia, se a gente ficasse bem bonzinho. Aí, indicado pelo Hugo Estenssoro, ganhei do Mino, a última página (carta) da sua Revista Isto É, que ia virar semanal. ‘Faz o que você quiser, meu caro’, disse o Mino.

Que que eu sabia fazer? Desenhar. E desenhei. Mas um amigo. Woden Madruga, encheu minha cabeça que eu tinha que escrever. ‘Escreve carta para sua mãe. A melhor coisa que você fazia no Pasquim⁴ eram aqueles bilhetinhos pra ela no meio das tiras do Fradim, com os retratinhos da família e tudo’.

Ora, naquele tempo minha mãe morava no Rio e eu estava de fato com dificuldade pra matar a saudade dela e minha. Dona Maria já sofria com um filho, Betinho, exilado no Canadá, e agora outro tão longe, lá no nordeste.

Escrevi.

Timidamente. Só nas entrelinhas falando do governo. Sugerindo. Usava a linguagem dela, e a cada carta que publicava, esperava o ávido de censura. E a censura não vinha. É verdade que eu contava com o respeito que o retrato da mãe provocava. É como se eu estivesse escondido debaixo da saia da mãe. Tinham que passar por cima dela pra

me pegar. E fui ousando, lenta e gradualmente. Como você poderá ver lendo a primeira carta, depois a segunda ... até hoje.

Será pretensão minha dizer que, por estas cartas, publicadas na Isto É nos anos de 1977, 78, 79 e 80 é possível acompanhar a história do Brasil deste período? Pois sou assim pretensioso.

As cartas vivem o início da abertura, os apertos, os medos, a campanha pela anistia, os depoimentos no exílio do Betinho, as greves do ABC, os medos, a volta dos exilados, os apertos, 1977, 1978, 1979, 1980...

Voltando lá atrás. Aos poucos eu fui escrevendo o nome Geisel. Até ele acostumar e não achar que era desrespeito. Depois fui tomando liberdade pra sentar no colo dele, mexer nos bolsos dele. Quando ele viu, eu tinha pregado chicletes na cadeira dele. Aí, já era tarde. Aldir Blanc e João Bosco já cantavam pela voz de Elias: – Meu Brasil que sonha com a volta do irmão do Henfil...

Conclusão.

Primeiro: quem tem mãe não tem medo.

Segundo: se todo mundo falar que nem eu, como se EU tivesse feito a abertura, vamos acabar descobrindo que ninguém nos deu abertura nenhuma – nós que conquistamos.

E tome que a mãe é sua também.

Henfil

São Paulo, 13 de novembro de 1980.

(dia da reproclamação das eleições diretas pra governador!).”

As cartas que HENFIL escreve para a sua mãe (D. Maria) e para o irmão exilado no Canadá (Betinho) tornam-se símbolos da luta de um país que quer o fim da tortura, da censura promovida pela “Ditadura Militar Brasileira” e que almeja uma sociedade com mais democracia e com menos fome (Anexo 02).

⁴ *Jornalzinho de cartoons e charges que já publicava as idéias de busca da redemocratização do país (Anexo 01).*

Aquele movimento cresce e se populariza ainda mais quando Elis Regina canta a música de Aldir Blanc e João Bosco pedindo a volta do irmão do Henfil – o retorno de todos os manos que “partiram num rabo de foguete”. (Anexo 03)

A Anistia Política tão desejada é conseguida e muitos são os intelectuais que retornam ao país. Este é um momento de grandes debates no interior da Ciência Geográfica. No que se refere ao movimento de Renovação da Geografia no Brasil, MOREIRA (1992: 07) frisa que *“o texto ‘A Geografia’ de Yves Lacoste e a difusão das obras de Lefebvre sobre o espaço e urbanismo são a lenha que queima na ebulição em crescendo desde a primeira metade dos anos 70 entre os Geógrafos do Rio”*.

Com a crise do regime autoritário, as idéias da Geografia Crítica – tanto oriundas dos Estados Unidos como da França – repercutiram no Brasil fornecendo elementos para os periódicos do final da década de 1970. O ponto alto dos debates ocorre no Encontro Nacional da Associação de Geógrafos Brasileiros. Ainda, segundo MOREIRA (1992: 06) *“Quando os geógrafos brasileiros se reúnem em Fortaleza no 3.º Encontro Nacional da AGB, a Geografia brasileira vive em estado de ebulição.”*

A volta de Milton Santos do exílio, bem como a sua participação no Conselho Editorial de duas conceituadas revistas, impulsiona a crítica à Ciência Geográfica. Merece destaque a publicação do livro “Por uma Geografia Nova”. Sobre este livro, MOREIRA (1992: 09) completa *“que num repente, descobre-se a pólvora: a historicidade do espaço ... Com ele, a historicidade entra em cena na Geografia”*.

Mas não é só na Ciência Geográfica que o ardor das discussões se fazem presentes. As Ciências Humanas, como um todo, vivem um momento de efervescência. Os debates e as iniciativas ocorrem em diversos setores da sociedade organizada.

Ainda no Rio de Janeiro, a volta do irmão Henfil e de vários outros exilados responde pela Fundação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas),

fato que materializa um sonho antigo de Betinho: o desejo de criar uma entidade popular voltada à democratização das informações e para a formação de uma Educação Integral direcionada para os Valores da Cidadania.

A partir do início da década de 1980, muitas serão as lutas voltadas para a construção de um país com mais participações políticas de base, com democracia de verdade. O Brasil não tem eleições diretas para Governador das Unidades Federativas, nem para Prefeito das Capitais e Cidades consideradas de “Segurança”. Isto tudo para não se esquecer que Eleições Diretas para Presidente da República ainda é um sonho considerado quase impossível.

Em 1989, depois de quase três décadas sem Eleições Diretas para Presidente, ocorre a eleição presidencial livre e direta, na qual a maioria dos eleitores brasileiros escolhe, sob forte influência dos Meios de Comunicação de Massa, um novo Presidente da República – o Sr. Fernando Collor⁵.

Desta forma, muitas foram as dificuldades e empecilhos para se avançar no sentido de um país mais democrático (Anexo 04). Para GOHN (1995: 201) “*o processo de construção da cidadania nunca foi linear! Ao contrário, sempre foi cheio de avanços e recuos, de fluxos e refluxos*”. Neste sentido, SOUZA (1993: 150) faz questão de destacar

“Projetar o futuro é temer ou desejar. Prever também pode ser identificar os desejos e interesses inexistentes agora, é reconhecer a possibilidade de que os melhores desejos sejam os desejos dominantes e com isso se transformem na realidade. Pensar o futuro atrai, desafia e engana. E mudar o futuro começa hoje. Num passado recente, quando o sindicalismo parecia inteiramente domado pela repressão militar, as greves no ABC paulista desafiaram a imaginação dos sociólogos e a força policial do governo. No passado ainda mais recente, as

⁵ Na época, a figura do político Fernando Collor é disseminada como um homem novo, sério, íntegro e honesto – um verdadeiro “caçador de marajás!”

Campanhas da Anistia, das Eleições Diretas, da Constituinte... todas elas mostraram o poder que tem o desejo de mudar a realidade.”

Não obstante, apesar de tantos fluxos positivos e das variadas vitórias no sentido da Construção da Cidadania, é extremamente difícil falar de um novo governo e de novos movimentos populares sem sinalizar no sentido de tentar entender as novas relações mundiais cada vez mais complexas, bem como interpretar a permanência da miséria e da existência da fome absoluta no mundo, em um país extremamente rico, como é o caso do território brasileiro.

No fundo – no limiar do terceiro milênio – os ataques terroristas⁶, os conflitos culturais e religiosos, o choque entre instâncias administrativas, os valores do consumismo e da liberdade pessoal ilimitada, o aumento do poder das redes dos diversos tipos de tráficos (influência, drogas, prostituição, crianças, órgãos etc.), a contaminação cada vez mais crescente do planeta como um todo, o desenvolvimento avassalador dos meios de comunicação social, a robotização, a civilização da imagem, entre outros aspectos, exigirão da Ciência Geográfica, respostas seguras no sentido de construir mais alternativas científicas de imensa abrangência social num mundo de desafios cada vez mais dinâmicos e interdependentes (SANTOS, 1986; IRIARTE 1996; STACCIARINI, 1996). No completar de CHAVEIRO (2001: 11)

“De fato, se tomarmos como pressupostos as recentes mudanças do mundo atual, levando-se em conta o fim do ‘socialismo real no Leste

⁶ - “O ataque dos terroristas na destruição das ‘torres-gêmeas’, de Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, entra para a história mundial como uma tragédia para as milhares de vidas humanas ceifadas e milhares de órfãos constituídos, “num mundo onde bilhões de pessoas querem paz e algumas poucas milhares querem os lucros dos mais variados tipos de guerra” (NOVAES & RODRIGUES, 1989: 69). - Para SAEZ (2002) ataques terroristas destroem vidas de pessoas inocentes e/ou pacíficas, e por isso são inaceitáveis.

Europeu', a queda do Muro de Berlim, as lutas identitárias e nacionalistas, os novos blocos econômicos e de poder, a implementação da denominada 'terceira revolução industrial' com a microeletrônica, com a engenharia genética e com as novas fontes de energia, a acumulação flexível e financeirizada do capital, as tecnologias informacionais etc., não temos apenas uma outra cartografia social e territorial, mas um abalo nas estruturas imaginativas e desejantes, nos procedimentos dos atores sociais e nas suas estratégias de ação”.

No geral, nas últimas duas décadas, o mundo assiste a relações internacionais com processos cada vez mais interligados. A nova configuração sócio-espacial do planeta é marcada de maneira significativa por grandes transformações na área de política econômica, por intenso desenvolvimento tecnológico nas áreas das Novas Fontes de Energia, da Engenharia Genética e da Microeletrônica, bem como pela contínua presença da miséria em quase todos os espaços do mundo (Anexos 05 e 06). Para MAGNOLI (1993: 53)

“a grande mutação na economia mundial e na geopolítica planetária agravou as desigualdades entre a acumulação de riquezas e a disseminação da pobreza. O desenvolvimento econômico assume padrões crescentemente perversos, marginalizando parcelas maiores da população. Em escala mundial, a década de 80 presenciou uma ampliação da fratura econômica entre o Norte e o Sul. Atualmente, os 20% mais ricos da população do planeta repartem entre si 82,7% da riqueza, enquanto os 20% mais pobres dispõem apenas de 1,4%. A crise da dívida externa, deflagrada pela elevação dos juros internacionais desde o final dos anos 70, continua a se agravar. Como consequência, os países pobres tornaram-se emissores líquidos de capital.”

Entretanto, cabe aqui acrescentar que as camadas sociais que não encontram qualquer espaço na modernidade não são só aquelas que estão no chamado “Terceiro Mundo” ou “Países Subdesenvolvidos”. Trata-se também de um quarto da população dos EUA que vive abaixo dos níveis considerados mínimos naquele país, ou dos desempregados da Comunidade Econômica Européia que representam onze por cento da força de trabalho economicamente ativa. Trata-se, ainda, dos cem milhões de habitantes que vivem na miséria no Leste Europeu.

A diferença para nosso país é que, apesar de ser extremamente rico em minérios, em riquezas vegetais e em terras agricultáveis, o Estado Brasileiro torna-se cada vez mais frágil às pressões dos grupos mandatários da economia nacional ligados aos interesses da economia das grandes empresas do capital internacional (SANTOS, 2001). No Território Brasileiro, a questão se complica ainda mais em se tratando de um país carimbado, durante cinco séculos, pela expropriação (com violência!) por parte dos detentores dos meios de produção (MARTINS, 1980) e pela tortura por parte da Tecnoburocracia Militar instalada no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970.

O saldo desta “cartografia” é marcado pelas ações econômicas desvinculadas das preocupações de ordem social, o que fica evidenciado com os ascendentes níveis de desemprego, com as desigualdades econômicas que se intensificam e com as injustiças sociais crescentes. Em outras palavras, o Brasil – um dos maiores PIB do mundo! – possui 31.679.095 pessoas na situação de miséria e tem cinquenta e nove por cento da população atingida pelos variados graus de desnutrição.

No início da década de 1990, não havia um município brasileiro sequer sem a presença de famílias indigentes. Na realidade deste quadro social crítico foi criada a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”. Este movimento popular, coordenado

pelo sociólogo Herbert de Souza (“o irmão do Henfil”), instalou cerca de cinco mil comitês distribuídos em todas as Unidades Federativas do Território Brasileiro.

Lembrando das palavras de GONÇALVES (2000: 03) que “*Geografia e Cidadania é uma relação de extrema importância*”, bem como que “*toda transformação social é também, ao mesmo tempo, transformação espacial*”, este trabalho tem como objetivo pesquisar a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, no decorrer de seis anos, das origens à morte de um dos principais idealizadores do movimento – o sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

OBJETIVOS DO TRABALHO DE PESQUISA

Como colocado, o Trabalho Científico Geográfico que se inicia tem como objetivo pesquisar “A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” – um movimento de identidade política plural dirigidos pelos valores sociais da Parceria, Solidariedade e Descentralização. Frente a isto, o trabalho constitui-se em um desafio de extrema complexidade à medida que se propõe entender um movimento que luta contra a pobreza material e política da população de um dos maiores países em terras férteis e minérios do mundo.

Na verdade, a complexidade se agiganta em se tratando de um movimento da sociedade civil que busca combater a fome através de imediatas ações de caráter emergencial (arrecadação e distribuição de alimentos) que, com o tempo, deve tornar possível a presença de profundas ações as quais possam gerar a formulação de planos para a criação de milhares de empregos e moradias, bem como permitir a democratização do acesso à terra produtiva que ora encontra concentrada nas mãos de poucos proprietários.

Começando pelas ações de caráter emergencial, será realmente possível resgatar o princípio da solidariedade como ato político revolucionário capaz de transformar a realidade objetiva (fome, alienação, marginalidade, desemprego etc.) das 32 milhões de famílias carentes existentes no Brasil no início da década de 1990? Diante desta preocupação, a pesquisa procura – de maneira mais específica – entender quais foram os interesses e iniciativas responsáveis pelo surgimento da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” das famílias indigentes brasileiras no início do ano de 1993.

Aliado a isso, pretende-se explicitar como é a atuação dos diversos atores sociais envolvidos (bancários, sindicalistas, profissionais liberais, empresários, donas de casa, professores, estudantes etc.) nessa iniciativa coletiva, bem como verificar a dinamicidade desse movimento no que se refere aos resultados atingidos, às possibilidades de ampliação e, sobretudo, no que diz respeito ao seu verdadeiro significado enquanto iniciativa da sociedade civil com suas diversificadas identidades e seus múltiplos grupos.

Procurando contribuir para novos caminhos na busca de um espaço social organizado em função dos interesses da maioria dos homens (justiça social), o presente trabalho de pesquisa objetiva, por fim, constituir-se em uma contribuição profissional para a Ciência Geográfica do século XXI, na esperança de um maior comprometimento com a busca da cidadania – menos pobreza material e maior participação política.

Portanto, em síntese, a presente Tese de Doutorado procurar-se-á responder:

– **Como surge a “Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida”?**

– É realmente possível o trabalho coletivo de atores sociais tão díspares tendo como único elo de ligação a unidade ética em torno da Luta Contra a Fome, a Miséria e em favor da conquista de mais Cidadania para a População Brasileira?

– Os trabalhos empreendidos pela “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” deixa um saldo positivo frente aos objetivos propostos?

– Qual é a importância da “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria” para a vida dos brasileiros carentes do final do século XX? E para a construção de um Território Brasileiro com mais Cidadania no Terceiro Milênio? E para uma Ciência Geográfica verdadeiramente Social, Humana e Ética?

BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Durante a realização do XII Encontro Nacional de Geógrafos (Florianópolis-SC), em uma mesa-redonda de 18 de julho de 2000, o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves evidencia

“Método é o caminho a ser seguido. Portanto, ainda desconhecido ... Todo pesquisador deve entender que o método não pode tornar-se uma camisa de força, um caminho rígido – inflexível! – a ser duramente seguido.”

Miséria ... Vida ... Ética ... Cidadania ... Solidariedade ... Fome ... Nunca se discorre tanto sobre a fome no Brasil e no mundo como no início da década de 1990. Porém, muitas vezes, a essência da questão não é percebida. O aparente é tido como

verdade absoluta, assim como os meios são enfatizados em detrimento dos fins que deveriam ser procurados com vistas a uma total compreensão do fenômeno.

Uma vez compartimentada a realidade objetiva, é comum ouvir e ler conceituados escritores colocando que a solução para a fome é o aumento da produção e da produtividade das terras agrícolas. Outros acrescentam que o brasileiro não sabe comer. Não são poucos, também, aqueles que enfatizam que se este país aplicasse em ciência não haveria mendigos ou desnutridos pelas ruas de nosso país. No todo, o Brasil e o mundo têm alimentos de sobra.

Entretanto, para muitos, a máxima “é preciso fazer com que o bolo cresça para que todos sejam bem nutridos” (Legado Malthusiano do Século XIX) continua mais válida do que nunca. Para CAMPOS (1999: 35)

“Malthus, um dos destacados teóricos da escola liberal britânica, foi depreciado por Karl Marx (1818-1883) – que o chamava de reacionário, plagiador, defensor dos latifundiários, inimigo dos trabalhadores e do progresso, entre outras críticas – e elogiado por John Maynard Keynes (1883-1946), que o considerava como um precursor de suas próprias teorias e como um dos maiores economistas da história. Formado em Matemática – e com uma boa formação em Letras e História – pela Universidade de Cambridge, onde também teve contatos com a física newtoniana, publicou anonimamente – talvez devido a sua condição eclesiástica – em 1798, sua obra mais famosa: ‘Ensaio sobre o Princípio da População’. O tema central era o crescimento da população e pobreza, problemas importantes numa época em que a Revolução Industrial estava em curso na Grã-Bretanha e em alguns países europeus.”

Sendo assim, em pleno início do terceiro milênio, o Pensamento Lógico Experimental ainda é indicado como saída para resolver os problemas estruturais – social e

historicamente construídos ao longo de 05 séculos. Portanto, interpretando a fome como problemática do espaço social, faz-se necessário um novo quadro teórico, integrado, que analise a questão da fome e da falta de participação política no Brasil.

Neste sentido, a presente pesquisa procura explicitar, de maneira clara, objetiva e não neutra, a realidade concreta de um movimento pluriclassista, não partidário e não religioso. Contudo, debruçando-se sobre uma diversidade conceitual e metodológica, a fundamentação teórica não segue estreitamente uma única matriz. Em verdade, isto seria impossível, pois, nos últimos 40 anos, o Mundo e o Brasil assistem a relações globais com processos cada vez mais interdependentes.

No concluir de CASTRO (1996: 06), *“as categorias utilizadas pelos geógrafos – quer se trate de lugar, natureza, cidade, região, etc. – estão sendo colocadas ‘em xeque’ e encontram-se debatidas com grande intensidade”*. Em outras palavras, o conhecimento geográfico passa por diversas interpretações, inúmeras teses, muitos conceitos e múltiplas teorias. Aliás, esta multiplicidade de teorias tem estado presente cada vez mais nas Ciências Humanas como um todo. Para BUARQUE⁷ (1999:25).

“Já não há idéias que ofereçam uma utopia geral para toda a sociedade, e já não parece haver uma base de apoio político para construir qualquer das utopias tradicionais. As bases de apoio político estão comprometidas com os benefícios da economia para uma minoria e não oferecem alternativas concretas para um desenvolvimento que leve à eliminação da pobreza com a incorporação dos grupos excluídos. O que unifica aqueles que se propõem à luta contra a pobreza não é um partido político, nem mesmo uma ideologia política, mas sim um sentimento ético. A base política para a superação da pobreza não será composta com alianças apenas entre partidos, mas sim em um bloco

⁷ Além de Escritor, Professor e Pesquisador, Christovan Buarque foi governador do Distrito Federal.

formado por aqueles que tenham o entendimento e o compromisso com a abolição da pobreza.”

Sobre os níveis de pobreza e de consumo do mundo, GONÇALVES (2000: 59) faz questão de ressaltar

“Quando se sabe que um americano médio consome o equivalente a 175 vezes o que consome um etíope, ou 53 vezes o que consome um paquistanês, a nossa preocupação, mesmo que malthusianamente pensando, não seria com o crescimento demográfico da Etiópia ou do Paquistão, mas sim com a notícia do nascimento de mais um filho de qualquer família com o poder de consumo típico do ‘american way of life’, seja ele num bairro de classe média de São Paulo, ou de Nova Déli, ou de Joanesburgo, ou em Nova Iorque, Paris, Los Angeles ou Tóquio ... Em dados recentes divulgados pela ONU, registra-se que os 357 homens mais ricos do mundo detém em suas mãos a riqueza equivalente aos 2 bilhões e quatrocentos milhões de habitantes situados na outra ponta do espectro da humanidade. Os 20% mais ricos do mundo consomem, aproximadamente, 80% dos recursos naturais do planeta! Se por comportamento ético é possível entender o posicionamento que cada um tem com relação ao bem comum, passamos a entender porque se fala tanto de ética nos dias que correm. De fato, uma sociedade que admite esse tipo de clivagem viverá, permanentemente, atravessada por conflitos e tensões”.

Também caminhando nesta linha de interpretação, SANTOS⁸ (2002: 13) afirma

⁸ O Doutor Português Boaventura de Souza Santos tem sido Professor visitante de várias universidades do mundo, entre as quais, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Universidade de São Paulo (USP).

“O nosso tempo é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas, dramaticamente designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia. Mas é, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões, do regresso de males sociais que pareciam superados ou em vias de o ser: o regresso da escravatura e do trabalho servil; o regresso da alta vulnerabilidade a doenças antigas que pareciam erradicadas, pelo menos nos países mais desenvolvidos, como a tuberculose, e a doenças novas de proporções pandêmicas, como HIV/Aids; o regresso das repugnantes desigualdades sociais que deram o nome à questão social no final do século XIX; enfim, o regresso do espectro da guerra, talvez agora mais mundial que nunca e com uma temperatura (quente? fria?), por agora ainda indefinível.

O paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje. Essas promessas constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por emancipação social e as lutas políticas modernas concentram-se sobre a concepção de tais promessas e sobre os modos de as realizar ou, pelo contrário, de impedir a sua realização. Foi assim que se dividiram os capitalistas e os socialistas, os liberais e os marxistas, os reformistas e os revolucionários, os nacionalistas e os internacionalistas. Por razões diferentes (pelo menos, aparentemente), estas divisões parecem hoje anacrônicas ou incapazes de dar conta das clivagens que atravessam o mundo. A divisão entre capitalistas e socialistas parece ter sido decidida total e irreversivelmente a favor dos capitalistas. Por outro lado, se tivermos em mente que o neoliberalismo não é, ao contrário do que sugere, uma nova forma de liberalismo, mas antes uma nova forma de conservadorismo, tanto o liberalismo como o marxismo parecem estar hoje igualmente em crise profunda. E o mesmo se pode dizer da divisão entre reformismo e revolução, pois, se, por um lado, a idéia da revolução social parece ter saído da agenda política, mesmo daqueles que ainda se intitulam revolucionários, por outro lado, o reformismo, ou seja, a idéia de uma melhoria gradual e legal dos padrões de sociabilidade, foi

substituído pelos conceitos de governo e de governação. Finalmente, a oposição entre nacionalistas e internacionalistas parece ter deixado de ter sentido numa época que se autodesigna como época da globalização. Estas transformações são ou parecem tão profundas, que é possível caracterizar o nosso tempo como um tempo de problemas modernos (as promessas por cumprir da modernidade ocidental) para os quais não há soluções modernas. Em meu entender, é por isso que o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social”.

Em função de tudo isto, já não é possível explicitar com facilidade a “Formação Social Brasileira (Modo de Produção e Superestrutura)” como se explicava a 50 anos atrás no contexto do Pós Segunda Guerra Mundial, ou mesmo como a 15 anos atrás antes da Derrubada do Muro de Berlim e da Desintegração da Ex-URSS. Diante de tanta complexidade, o entendimento do momento presente é dificultado e múltiplas interpretações, estabelecidas sob bases teóricas e metodológicas diversas, tornam-se possíveis para o futuro.

Porém, é bom que se diga, isto não quer dizer que o Paradigma Socioespacial, fortemente estabelecido sobre a Relação Sociedade/Natureza deixa de ter valor. No fundo, o que se procura é acrescentar outras “categorias geográficas” – tais como ética, desejo, solidariedade, subjetividade, comunidade, cotidiano, lugar, indivíduo, emoção etc. – as quais tornam-se ainda mais importantes nas Pesquisas Geográficas dos últimos 12 anos.

Desta maneira, com uma preocupação de totalidade, a pesquisa busca subsídios científicos na Sociologia, Economia, História, Biologia Social, Filosofia e outras Ciências Humanas. Assim, ao longo da Presente Tese Geográfica, dentro das referências bibliográficas, destacam-se, dentre outras, as contribuições científicas de Christovan Buarque, Armando Pereira Antônio, Carlos Fico, Herbert de Souza, Augusto de Franco, Frank e Fluentes, Maria Gohn, Maria Encarnação Spósito, Rogério Haesbaert, Roberto

Lobato, Boaventura Santos, Gregório Iriarte, Horácio Capel, Rafael Sânzio, Eguimar Chaveiro, Manuel Castells⁹, Melhem Adas, Eliseu Spósito, Ricardo Abramovay, Josué de Castro, Domenico de Masi, Milton Santos¹⁰, Carlos Walter Gonçalves, Cândido Grzybowski, Ruy Moreira, José Borzachiolo, Amélia Damiani, Leilah Landim, Pedro Jacobi, Arlete Rodrigues, Rui Campos etc.

Desta forma, iniciando por um levantamento bibliográfico criterioso, a pesquisa busca um trabalho de campo de qualidade, objetivando estabelecer uma estreita unidade teórica-prática. Nesta direção – ao longo dos três capítulos elaborados – documentos, filmes, CD ROM, relatórios, livros e textos ligados à “Ação da Cidadania Contra a Fome” são analisados, concomitantemente a variadas entrevistas.

Por fim, tem-se ainda o dever de frisar que – de posse de uma ampla e diversificada base teórico-metodológica – existe desejo de que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de um Saber Geográfico voltado para o progresso sócio-econômico da população brasileira que se encontra excluída do pleno exercício da cidadania.

Ao encerrar, lembra-se aqui das palavras do Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, proferidas durante os colóquios da Pós-Graduação (12 de Março de 1999):

“Pesquisa intelectual, sem liberdade, não é pesquisa!”.

⁹ - Segundo TEIXEIRA (2002) as análises do Catedrático Espanhol Manuel Castells sobre o capitalismo dependente e acerca dos movimentos sociais têm forte influência sobre escritores latinos americanos.

- Já no discorrer de Antony Giddens, a obra de CASTELLS (2000) é muito importante pois busca entender a complexidade da dinâmica social e econômica da “Era da Informação”. Concordando com esta interpretação, Alain Touraine acrescenta que a amplidão de perspectivas que a obra de Castells abre nos auxilia a compreender as situações e as mudanças da “Sociedade em Rede”.

¹⁰ SANTOS (2002), em Comunicação Coordenada sobre a Temática “Solidariedade”, realizada durante o XIII ENG expõe que, “seguramente, dentre os autores que mais avançaram no desenvolvimento de uma teoria para a Geografia está Milton Santos”. No entender daquela Professora da UNICAMP, levando em consideração a tradição desta disciplina na utilização de conceitos teóricos (como lugar, região, território, paisagem), a maioria deles carentes de uma definição precisa (se é que é possível ambicionar precisão em se

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O texto da Tese é estruturado em três capítulos. O primeiro discorre sobre “As origens da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” a partir do “Impeachment” do primeiro Presidente da República eleito diretamente pela população brasileira depois de 1964, bem como a partir da publicação do Mapa da Fome do IPEA (Órgão do Governo Federal ligado à Secretaria do Planejamento) mostrando a existência de cerca de dezesseis milhões de pessoas indigentes nas áreas rurais brasileiras e semelhantes números para as áreas urbanas do país.

Ainda, no capítulo 01, é evidenciado o “Planejamento da Ação da Cidadania”, mostrando os princípios orientadores (Parceria, Solidariedade e Descentralização) e os dois tipos de ações que são pensadas para serem desenvolvidas. Neste aspecto, a “Campanha da Fome” é planejada para, num primeiro momento, se constituir por “Ações Emergenciais” – no aqui e agora! – tais como doações de roupas e alimentos. Já num segundo momento – não necessariamente separado – por “Ações Estruturais” envolvendo a formulação de estratégias para a criação de empregos, moradias e produção de alimentos para a população carente do país, principalmente a partir da “Democratização da Terra”.

Na análise de Herbert de Souza (“o irmão do Henfil”) *“quem tem fome, tem pressa”* e os comitês locais constituem a base da “Ação da Cidadania Contra a Miséria” à medida que o local é o espaço onde os cidadãos podem fazer algo ao seu alcance (“o aqui e o agora!”), fazer algo para aliviar a miséria de seus semelhantes. Sobre isto LEROY (1997: 19) frisa *“falar de comunidade é também falar de um território, onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta. Na escala humana, este é o*

espaço onde os cidadãos podem fazer algo a seu alcance, passível de ser entendido e de produzir efeitos visíveis”.

O capítulo 02 aborda as “Estratégias Políticas a Curto Prazo” – as chamadas Ações Emergenciais no Espaço Social Brasileiro. No fundo, este capítulo evidencia o apogeu do movimento, ou seja, a imensa “fermentação” do início da “Campanha da Fome”, a grande visibilidade atingida no espaço cênico dos meios de comunicação, principalmente nos anos de 1993 e 1994, quando o “Movimento do Betinho” consegue o funcionamento de aproximadamente cinco mil comitês.

Por sua vez, o Capítulo 03 discorre a respeito das “Estratégias Políticas de Longo Prazo”, em que se enfatiza, por grande parte das lideranças dos comitês em funcionamento, a necessidade de procurar ações verdadeiramente estruturais. É no contexto desta busca que ocorre a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, às vésperas das eleições presidenciais, bem como a Fundação e as Reuniões do “Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida”. Depois de discorrer sobre a polêmica participação do Betinho no Conselho da Comunidade Solidária, a presente Tese Científica encerra-se questionando, se a morte do Betinho significa a morte do próprio movimento.

CAPÍTULO 01

**ESPAÇO E POLÍTICA: PERCURSOS DA
PLURALIDADE POLÍTICA E ÉTICA NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO DOS ANOS
PÓS 1990 - AS ORIGENS DA AÇÃO DA
CIDADANIA CONTRA A FOME, A
MISÉRIA E PELA VIDA.**

CAPÍTULO 01

1. ESPAÇO E POLÍTICA: PERCURSOS DA PLURALIDADE POLÍTICA E ÉTICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO DOS ANOS PÓS 1990 - AS ORIGENS DA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA.

“Ao se defrontar com os problemas ligados à questão social como um todo único e com os seus vários segmentos, o geógrafo necessita lembrar que, além de profissional, ele é também cidadão e que o exercício da profissão não implica a renúncia à cidadania. Se como profissional lhe cabe, como qualquer outro profissional, analisar, investigar, descrever e apresentar sugestões ou tomar decisões, como cidadão ele tem a obrigação de lembrar dos seus deveres éticos e de procurar fazer ou apontar as medidas que necessitam ser tomadas para que se faça justiça. A obrigação da cidadania implica um comprometimento com a verdade, com a justiça e com o bem comum; com a procura da solução de problemas que não beneficiem apenas a alguns, mas a todos ou a maioria, pois sem ética não há ciência.”

(ANDRADE, 1997: 40)

O Capítulo presente aborda “As origens da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” a partir do Impeachment do primeiro Presidente da República (Sr. Fernando Collor) eleito diretamente (1989) pela população brasileira depois dos longos vinte e cinco anos sem eleições diretas, assim como a partir da publicação do “Mapa da Fome” do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA). Ainda neste capítulo, evidencia-se o planejamento da “Campanha da Fome” com seus princípios orientadores e ações a serem empreendidas.

1.1. “Fora Collor”: O Impeachment como necessidade Ética.

O final da década de 1980 e início da década de 1990 é um momento histórico extremamente rico à medida que muitas transformações sócio-espaciais ocorrem (CAMPOS, 1999) com extrema rapidez, nos mais variados lugares do mundo, colocando em dúvida as velhas divisões teórico-ideológicas que vão sendo substituídos por um discurso clamando por Ética e Humanidade. Dentre outros significativos fatos, pode-se citar o massacre de estudantes na China, o desmembramento das Repúblicas Soviéticas, a queda do Muro de Berlim, a “matança” de negros nos Estados Unidos da América, o Impeachment do Presidente eleito no Brasil e a permanência elevada da miséria¹¹ e da corrupção¹² em quase todas as partes do planeta. Sobre este momento, SOUZA (1993: 16) enfatiza

¹¹ “De acordo com a ONG Britânica OXFAM, três bilhões de pessoas do planeta, metade da população mundial vivem com até US\$ 2 por dia. A pobreza está presente até mesmo em países como os E.U.A.” (ROSSI, 2001: 108).

¹² “Em Kuala Lumpur, capital da Malásia, por exemplo, funcionários desonestos embolsavam 8 de cada 10 dólares destinados a certos programas de alívio da fome e da mortalidade infantil” (SIMONETTI & RAMIRO, 2001: 48).

“História não coube em teorias. As teorias negaram suas promessas. O capitalismo continuou produzindo miséria, mas o socialismo avançou sem conseguir eliminá-la. Os sistemas protegiam seus sócios e eliminavam os demais. Depois de 100 anos de socialismo e capitalismo, a miséria do mundo aumentou, a economia transformou-se num código de brancos e numa fábrica de exclusão racionalizada. A modernidade produziu um mundo menor do que a humanidade. Sobram bilhões de pessoas. Não se previu espaço para elas nos vários projetos internacionais e nacionais.”

Situado num amplo contexto, não tem como discorrer sobre as origens da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” sem antes entender o Impeachment de Collor, o Mapa da Fome (IPEA) e o trabalho desenvolvido pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho.

Desde os momentos iniciais de Fernando Collor, “Betinho” (Herbert de Souza) indignara-se com o jovem e exibicionista Presidente da República, que derrotou “Lula” (Luis Inácio da Silva) nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse.

Além dessa triste convivência estabelecida entre um político conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado “Neoliberalismo”, anunciando um grande programa de privatizações e demissões de milhares de funcionários públicos federais. Em contraposição a este programa, SOUZA (1992:03) coloca

“Frente ao liberalismo que exime os atores sociais e o Estado de suas responsabilidades, sob a alegação falaciosa de que o melhor juiz e condutor de todos os negócios é o mercado, é necessário contrapor a democracia como um caminho responsável, consciente, transparente para organizar a vida de toda a sociedade do Estado, definir os campos

específicos do público e do privado e mobilizar todos os recursos e energias para resolver os graves problemas de nossa população, hoje no fundo de uma recessão perversa que agrava uma situação de pobreza intolerável. Se o governo perdeu o rumo ou tem um rumo perverso, a sociedade brasileira não pode se perder no jogo de palavras, imagens e ilusões. A política se constrói a partir da ética. O nosso caminho é a democracia. Este é o desafio do mundo moderno, onde as contradições e o declínio do neoliberalismo vão sendo superados pelas propostas democráticas em todos os campos e em todos os níveis.”

Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização de um amplo programa de privatizações – exigidas pelo neoliberalismo em curso – precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1990) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que é considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista.

Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do Presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção, envolvendo altos funcionários da Administração Federal. Somado a isto, acusações de desvios de dinheiro público e favorecimento ilícito de parentes são dirigidas para a primeira dama, que já ficara famosa pelo total desapego das coisas ligadas ao intelecto. Sobre isto, SOUZA (1992: 02) destaca

“O novo presidente trouxe para o governo os velhos e novos corruptos da política, e o escândalo foi tanto que foi sendo obrigado a se desfazer de cada um deles e a chamar novos ministros, que acabam praticando os velhos crimes contra os interesses da sociedade e da democracia pelo simples fato de estarem servindo a um governo que não serve mais ao País, mas a seus próprios, ilegais e criminosos interesses. O Brasil jamais vai se esquecer de Zélia, Magri e Alceni, como também jamais vai

concordar com a omissão política passiva de Marcilio, Lafer e Jaguaribe.”

A situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à Revista Veja, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (o “P.C.”), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, o Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Destacando, no Jornal “O Estado de São Paulo de 11 de Agosto”, as conseqüências da falta de Ética na Política, SOUZA (1992: 03) adverte

“Amplios setores da população querem a ética na política e acreditam que isso se deve garantir por meio do exercício da cidadania e do respeito às instituições. Por isso, não clamam que os militares imponham a moralidade disciplinando os civis, mas esperam que a CPI termine suas investigações e proponha as medidas de saneamento de acordo com a Constituição, sem distinção de pessoas ou cargos. Nesse sentido a CPI não se pode desmoralizar sem desmoralizar o processo democrático e instalar o cinismo na política, que é a outra cara da corrupção. Cabe à CPI dar o primeiro passo. Cabe ao Congresso dar o segundo.”

Na verdade, o movimento pelo Impeachment de Collor não nasce do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)¹³ onde Betinho trabalha, nem de

¹³ “O IBASE é uma ONG criada em 1981, que se define como suprapartidária, sem fins lucrativos ou vinculação religiosa, que tem como objetivo ‘democratizar a informação para democratizar a sociedade’ ele pretende ‘contribuir para o fim do monopólio da informação e apresentar a todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente aos movimentos populares organizados, uma visão crítica e alternativa da conjuntura nacional’. Para atingir seus objetivos o IBASE trabalha com pesquisas de dados sobre a realidade socioeconômica brasileira, buscando a análise dos indicadores oficiais e elaboração alternativa de novas informações. Ele tem desenvolvido trabalhos de consultoria em diversas áreas socioeconômicas, sobre meio ambiente, comunicação social, estrutura agrária, sindicatos, além de participar de programas de cooperação internacional.

A coordenação geral do IBASE é feita por: Herbert de Souza, o Betinho (ex-exilado político, portador do vírus da AIDS por ser hemofílico – doença familiar que lhe custou a morte de dois irmãos, o famoso

uma articulação específica de outras organizações não governamentais (ONGs), mas sim de um grupo de cidadãos que se encontram no Fórum da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aquele grupo é composto por pessoas de diversas ONGs, militantes de partidos, sindicalistas, universitários e representantes de outros segmentos sociais. Entre os representantes dos partidos políticos estavam o Deputado Federal José Carlos Sabóia, do PSB do Maranhão, que muito reclama do isolamento dos parlamentares progressistas dentro do Congresso Nacional (FICO, 1999).

No dia 09 de maio de 1992, numa reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Sociais (INESC), com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), do IBASE e de algumas personalidades políticas fica decidido a realização de uma Vigília pela Ética na Política no Auditório do Senado Federal, reunião aquela realizada no dia 29 de maio com cerca de 980 pessoas, dentre as quais cerca de 50 Deputados Federais, 10 Senadores e 180 representantes de entidades organizadas. Naquele evento é lido o Manifesto pela Ética na Política, que se segue

Declaração ao Povo do Movimento pela Ética na Política

As entidades abaixo relacionadas, reunidas na sede da OAB para avaliar a conjuntura nacional, declaram:

Na condição de integrantes da sociedade civil brasileira, são também responsáveis pela construção da democracia como instrumento de superação dos graves problemas sociais.

Diante da gravidade dos fatos denunciados e que preocupam a todo o país, afirmam a sua convicção de que a aplicação da lei a todos, igualmente, é o remédio contra a impunidade que revolta a nação e contra o descrédito das instituições.

A apuração da verdade sem restrições se constitui em clamor de todo o povo brasileiro.

Ao contrário das visões alarmistas, as instituições democráticas se fortalecem quando, postas à prova, demonstram sua real eficácia, independentemente de dificuldades conjunturais.

É imperioso que toda a sociedade civil se mobilize neste momento, colocando-se em estado de vigília permanente para acompanhar as investigações, garantindo apoio aos que querem a verdade e denunciando os que pretendem falseá-la.

Brasília, 29 de maio de 1992.

ENTIDADES PRESENTES: OAB, CNBB, ABI, PNBE, FENAJ, SBPC, Comissão de Justiça e Paz, CONTAG, Conselho Federal de Economia, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, INESC, Ibase.

O impacto da Declaração do Movimento Pela Ética¹⁴ na Política é extremamente

¹⁴ “A ética está, assim, relacionada com uma comunidade com a qual o nosso destino está ligado, com aqueles a quem associamos o nosso destino ... Como se vê a ética nos conduz ao ethos – conjunto de valores partilhado em comum – e ao étnico, portanto, à cultura, à alteridade, ao outro diante de quem podemos nos configurar como diferentes, desde que não queiramos submetê-lo e desde que não queiram nos submeter”. (GONÇALVES, 2000: 57)

positivo e contagiante. No Rio de Janeiro, no dia 07 de Julho, representantes de mais de 190 entidades da sociedade civil organizada fazem a leitura – à luz de velas – de 11 artigos da Constituição Federal que destacam os fundamentos da Ética na Política e as responsabilidades do Presidente da República. Em São Paulo, na semana seguinte, cerca de 1200 pessoas reúnem-se na famosa Faculdade de Direito da USP para exigir moralidade para com o dinheiro público. A partir de então, vigílias cívicas, bem como manifestações pró-impeachment em “out- doors”, começam a aparecer em diversas capitais do país.

Nesse ambiente de crescimento do Movimento pela Ética na Política, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve apresentar ao Congresso Nacional o pedido de Impeachment que é levado numa caminhada que se realiza no dia primeiro de setembro de 1992. Entre os que assinam o pedido de Impeachment, pode-se citar o Escritor Osny Duarte Pereira, O Jurista Evandro Lins Silva e o Jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Partindo da sede da OAB na cidade de Brasília, em companhia de Jair Meneguelli¹⁵, Betinho e outras personalidades foram à frente de braços dados. Ao final, a passeata que iniciara com cerca de noventa pessoas, chega a reunir cerca de mil e cem cidadãos.

Como o movimento não para de crescer, a mídia, inicialmente através do Jornal Folha de São Paulo, foi aderindo cada vez mais. Até a Rede Globo de Televisão – que muito ajudara a eleger o Presidente corrupto – não tem como deixar de noticiar as manifestações que surgem em diversos lugares do território brasileiro. No entender de FRANCO (1997:04)

“Foi assim, por exemplo, que a Rede Globo, para recuperar o ‘capital psico-social’ perdido com a edição manipuladora do último debate da campanha presidencial que alçou Collor ao poder, deu ampla cobertura ao processo do impeachment, antes disso levando ao ar aquela famosa série ‘Anos Rebeldes’, a qual teve uma influência maior do que se pensa na mobilização da juventude carapintada”

Desfazendo da reação popular, Collor chama a população para sair às ruas, no Domingo do dia 16 de setembro de 1992, vestida de verde e amarelo em apoio à sua permanência no cargo. O movimento Pela Ética na Política, por sua vez, convoca uma contramanifestação. O resultado são milhões de pessoas em todo Brasil atendendo ao apelo de sair às ruas vestidas de preto, em sinal da luta contra à generalizada corrupção no congresso Nacional e no Poder Executivo Nacional.

Em 29 de setembro daquele ano, a Câmara de Deputados autoriza – por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências – a abertura do processo de Impeachment do Presidente Fernando Collor, imediatamente posto em licença, assumindo interinamente o Sr. Itamar Franco, então Vice-Presidente.

Três meses depois – em 29 de Dezembro de 1992, durante sessão do senado Federal de julgamento do Impeachment – certo da derrota, Collor renuncia à Presidência, fato aquele que não o livra de ter seus direitos políticos cassados até o final do ano 2000.

¹⁵ *Jair Menegueli é ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).*

1.2. A Cartografia da Rede de Forças Cidadãs: A Fundação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida

Para FRANK e FUENTES (1989: 27) “os múltiplos movimentos que hoje em dia são considerados novos constituem com raras exceções, novas formas de movimentos que existiram através dos tempos”. Somando a isto, parece que “eles herdaram a capacidade organizativa e a liderança dos velhos movimentos, dos partidos políticos, da igreja e outras organizações”. Desta forma, “variados como são e têm sido estes movimentos”, eles têm em comum o fato “de compartilhar a força da moralidade e no poder da mobilização social”.

No caso específico do movimento pela Ética na Política (MEP), o longo processo do Impeachment do Presidente Fernando Collor repercutiu bastante em várias partes do território brasileiro. Para Betinho – que continua trabalhando no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) – já se discute a necessidade das ONGs deixarem a esfera de atuação em torno de questões específicas, assumindo uma dimensão de maior mobilização social em prol de questões mais públicas.

Para avaliar os desdobramentos do Movimento pela Ética na Política, os segmentos organizados que participam do Impeachment de Collor fazem uma reunião. A conclusão a que se chega é que a energia social mobilizada não pode ser esquecida. No corroborar de FRANCO (1997:03)

“O movimento pelo Impeachment criou uma onda positiva, contagiante, de participação, reforçando a auto-estima dos indivíduos e a crença na sua capacidade de fazer alguma coisa para melhorar o país e a vida do povo.

Por outro lado, o longo processo de desmascaramento do Presidente Collor, que teve como palco principal o Congresso Nacional mas que

toda a nação acompanhou dia-a-dia e passo-a-passo, abalou profundamente velhas seguranças institucionais que sempre garantiram impunidade aos poderosos. Se até o Chefe do Estado pode ser removido pelo exercício democrático parlamentar sob o influxo da mobilização cidadã, nas ruas, então ninguém deve mais se sentir inteiramente seguro para fazer o que bem-entender ao arrepio das normas legais e dos princípios éticos.

Indiretamente o impeachment de Collor questionou, em contrapartida, o funcionamento das instituições. Se a democracia brasileira é capaz de eleger um bandido para o cargo máximo do país, então deve haver aqui algum problema. Mas também questionou, diretamente, todos aqueles setores que pactuaram de alguma forma para a sua eleição, gerando uma culpa e uma dívida política que teriam que ser, mais cedo ou mais tarde, aliviadas e resgatadas, sob pena de retirar legitimidade de decisivos protagonistas institucionais e sociais”.

Somado a este aspecto, cabe destacar que, como Vice-Presidente, Itamar Franco apoiara as investigações da malversação do dinheiro público do governo Collor. Já, como presidente em exercício, Itamar deseja aumentar sua base de sustentação no Congresso Nacional, inclusive pela obtenção de apoio do Partido dos Trabalhadores que havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1989. Assim, o novo Presidente abre as portas do Palácio do Planalto ao Movimento pela Ética na Política e, em seguida, para a sua herdeira – a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”.

Numa reunião com Itamar Franco, em fevereiro de 1993, o Presidente do Partido dos Trabalhadores (Lula) sugere a idéia do Combate à Fome através de um Conselho de Segurança Alimentar e aponta a pessoa do sociólogo Herbert de Souza para comandar a iniciativa. Mas, quem é Herbert de Souza, este personagem com presença marcante no processo do Impeachment e que também marcará toda a existência da Ação da Cidadania Contra a Fome?

Biografia de Herbert de Souza

Desde que nasceu, em 3 de novembro de 1935, na pequena cidade de Bocaiúva, Minas Gerais, Herbert José de Souza, o Betinho, viveu uma trajetória incomum. Terceiro de oito irmãos, entre os quais o cartunista Henfil e o músico Chico Mário, Betinho passou parte de sua adolescência em reclusão, por conta de uma outra doença comum nos anos 50, a tuberculose. Foi nessa época, em Belo Horizonte, que ele entrou em contato com o grupo de religiosos que iria mudar sua vida: os padres dominicanos, que exerceram grande influência na Ação Católica e particularmente dentro da JEC – Juventude Estudantil Católica, onde sua militância começou.

A JEC logo se politizou e se transformou na JUC - Juventude Universitária Católica -, na qual o pacato mineiro iniciou sua trajetória de liderança nacional, viajando pelo Brasil com o Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE - União Nacional de Estudantes -, convocando assembléias estudantis em inúmeras faculdades ou disputando a direção da entidade com a Ação Popular (AP), que na época dominava o movimento estudantil.

A vocação intelectual indissociada de militância vem dessa época. Já na faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ele fez parte do núcleo que gerou o pensamento político da JUC e depois o da AP, articulando-se posteriormente com o grupo de cristãos progressistas da PUC do Rio. E desde então ficaram claros os princípios que marcariam todo o seu discurso e suas ações: “A militância da Ação Popular foi muito marcada pela ética. O sujeito se engajava a luta com a alma, o corpo, com a vida, com a morte... uma militância radicalizada e uma identificação muito grande com os pobres, com os dominados, com a desgraça.”

O Sociólogo Militante

Formado em Sociologia, em 1962, Betinho se engajou nos movimentos operários e na luta pelas chamadas “reformas de base” que marcaram o governo João Goulart. Ao mesmo tempo exerceu funções de

coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura, onde articulou a favor do projeto de alfabetização de adultos do então jovem professor pernambucano Paulo Freire, e na Superintendência de Reforma Agrária, além de elaborar estudos sobre a estrutura social brasileira para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU.

Depois do golpe de 64, Quando a tendência de formação de grupos guerrilheiros começou a se definir, a AP redimensionou-se para o movimento sindical e para o trabalho com grupos sociais (mulher, jovens, etc) e Betinho passou a atuar na resistência à ditadura militar. Após sete meses de organização política no Uruguai, voltou ao Brasil e instalou-se em Santo André, a primeira letra do ABC paulista.

E para conhecer de perto a realidade operária, chegou a trabalhar durante seis meses numa fábrica de porcelana, no município vizinho de Mauá. Em tudo o que fazia, assumia sempre a defesa radical das utopias, fazendo da sua própria vida uma bandeira costurada de bandeiras universais. Nunca deixou de se pautar pelos propósitos de participação política, envolvimento social e defesa dos direitos humanos, contra todas as formas de coação e de autoritarismo.

Em 1971, quando a repressão intensificou-se, o “procuradíssimo líder da AP” partiu para o exílio “num rabo de foguete” e, como no poema de Brecht, passou a trocar de país como quem trocava de sandálias. Morou primeiro no Chile, onde viviam cerca de cinco mil brasileiros articulados em mais de 40 grupos de esquerda. Lá deu aulas na Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales, em Santiago, e atuou como assessor do presidente Allende, deposto em 1973 pelo general Augusto Pinochet, com apoio da CIA – a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. Conseguiu escapar do sangrento golpe asilando-se na embaixada do Panamá. Em 1974, já vivendo um processo de desengajamento da AP. Foi para o Canadá e depois para o México, onde fez o curso de doutorado e deu rumo à sua história pessoal.

Durante o exílio, exerceu cargos de direção e consultoria em organizações como o Conselho Latinoamericano de Pesquisa para a Paz (Ipra), a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – e o Latin American Research Unit (Laru), entre outros.

Foi também professor efetivo no doutorado de Economia da Divisão de Estudos Superiores da Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autônoma do México. Nesse mesmo país, participou da criação do Centro de Estudos Latinoamericanos, que produzia análises sobre a América Latina veiculadas em diversas publicações e até em audiovisuais. Era uma “espécie de pré-Ibase”, como gostava de dizer, comparando com o instituto que iria fundar com o amigo Carlos Afonso, dois anos depois de voltar ao Brasil.

A volta do irmão de Henfil

*No final dos anos 70, com o aumento das pressões para a abertura política no Brasil, o nome do “irmão do Henfil” tornou-se um dos símbolos da campanha pelo retorno dos cassados e exilados políticos, celebrizado nos versos de *O bêbado e o equilibrista*¹⁶. Em 1979, com a anistia, voltou ao país. “Eu queria terminar a minha tese mas quando vi já estava tomando o avião para vir embora”. E não demorou muito para entrar novamente de cabeça nas lutas sociais e políticas, sempre se propondo a ampliar a democracia e a justiça social.*

De lá de fora, Betinho trouxe a experiência de um novo modo de organização da sociedade civil que não passava pelos partidos políticos nem pelos sindicatos. Eram as chamadas organizações sem fins lucrativos, mais tarde notabilizada pela sigla ONG, de “não governamentais”. No início dos anos 80, ajudou a fundar o Iser – Instituto de Estudos da Religião – e logo depois o Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, uma entidade de caráter suprapartidário e supra-religioso dedicada a democratizar a informação acerca das realidades econômicas e sociais no Brasil. Desde então passou a recusar qualquer enquadramento no tradicional mundo da política, mesmo no campo da esquerda. Mais importante, para ele, era superar a penosa herança da ditadura, que “perverteu o Estado, intimidou o espírito de cidadania e destruiu a autoconfiança da sociedade”.

Betinho também desempenhou papel decisivo como fundador e principal

¹⁶ Música de João Bosco e Aldir Blanc que se torna muito famosa na voz de Elis Regina ... Em 1996, foi gravada por Betinho com acompanhamento do grupo vocal MPB4.

articulador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, congregando entidades de trabalhadores rurais em busca de uma solução para a grave questão da distribuição, posse e uso da terra, que representa um dos principais problemas estruturais dos países “em desenvolvimento”. Nessa luta pela democratização da terra organizou, em 1990, o movimento Terra e Democracia, que levou ao Aterro do Flamengo milhares de pessoas contagiadas por mais um dos “delírios” do sociólogo mineiro.

A luta pela vida

Em 1985, Betinho soube que havia contraído o vírus HIV numa das transfusões de sangue que precisava fazer periodicamente, em função da hemofilia. A inevitabilidade da doença sem cura o estimulou a abrir uma nova frente de luta, a defesa dos direitos das pessoas portadores do HIV ou doentes com Aids. Em 1986, ajudou a fundar a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids -, uma das primeiras e mais influentes instituições do País nessa área, da qual foi presidente durante 11 anos e que lhe deu força para enfrentar o maior desafio da sua vida.

Ao longo de sua trajetória, Betinho consolidou-se como um dos mais brilhantes intelectuais brasileiros, publicando diversos livros, artigos e ensaios que constituem uma instigante bibliografia, sempre com a mesma preocupação de criticar as estruturas que tornam a vida difícil e injusta para milhões de pessoas. Mostrou-se também um “especialista” no trato com a mídia, deixando suas idéias registradas em inúmeras entrevistas. Não foi por acaso que ele foi escolhido o Homem de Idéias 1993 pelo suplemento cultural do Jornal do Brasil.

Herbert de Souza morreu aos 61 anos em sua casa, no bairro do Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, no dia 9 de agosto de 1997, um Sábado à noite, cercado por amigos e parentes. A seu pedido, seu corpo foi cremado e as cinzas espalhadas pelo sítio da família, na região serrana de Itatiaia.

Fonte: AGUIAR, Sônia. **Sementes de Solidariedade**. p.W-3.

Alegando problemas de saúde e aversão a cargos governamentais, Betinho disse para o presidente Itamar Franco – na reunião de fevereiro de 1993 – que se dispunha a fazer parte de um Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) mas que a presidência deve ser exercida pelo Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, já famoso por suas posições progressistas. De acordo com as próprias palavras de MORELLI (1999: 49)

“O Betinho me telefonou, expondo o que estava acontecendo, como é que seria o conselho, a finalidade, a composição, e que ele não tinha condição de assumir a coordenação, porque implicaria em viagens constantes a Brasília. Falou que haviam feito um levantamento e que tinham afunilado em dois nomes: o do Dr. Lavenère e o meu. Mas, como o Lavenère participara do processo de impeachment, ‘sobra para você’, disse ele.”

Em 24 de abril de 1993, o Presidente assina o decreto número 807, criando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, O CONSEA, órgão de aconselhamento da Presidência da República, do qual participam os Ministros da Justiça; Educação; Cultura; Fazenda; Saúde; Agricultura; Trabalho; Bem Estar Social; Planejamento e o Secretário-Geral da Presidência da República, além de 21 representantes da sociedade civil, dos quais 19 indicados pela Ação da Cidadania (I CONFERÊNCIA, 1994).

Retornando da reunião em Brasília com o presidente Itamar, Betinho procura sua equipe do IBASE para relatar o que decidira. Falou, então, que recusara o chamamento para coordenar o CONSEA, mas decidira liderar uma “Campanha Contra a Fome”¹⁷. Muitos, naquele momento, ficam perplexos sobre a possibilidade de misturar política e

¹⁷ “Tudo começou no Ibase como mais uma idéia a ser explorada pelos seus três coordenadores. Na agenda preta de um deles consta, com a data de 8 de dezembro de 1992, anotação ‘Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida’. Vale notar que a palavra ‘Fome’ está ausente. Foi quando a idéia da ação foi levada a Brasília ... já em fevereiro deste ano ela virou símbolo da campanha. Betinho não vê inconveniente. ‘Discutir a questão social pela ótica do emprego, das condições sanitárias, da distribuição de renda, ou qualquer outra ótica, é criar fortes conflitos iniciais. A fome une’”. (HARAZIN & PEDRAL, 1993: 87)

assistencialismo. Betinho, por sua vez, sempre prefere falar na congruência de política e solidariedade (FICO, 1999).

Concordando com a ênfase no combate à miséria e necessitando de apoio social para o seu curto mandato, o presidente Itamar frisa em reunião ministerial a prioridade absoluta do seu governo em combater a miséria da população. Ao mesmo tempo, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) – órgão ligado à Secretaria do Planejamento – divulga a Cifra de quase 32 milhões de brasileiros vivendo em estado de fome absoluta (Mapa da Fome)¹⁸.

1.3. A Expressão Espacial da Miséria da População Brasileira: O Mapa da Fome (IPEA)

De acordo com SANTOS (2000: A8), no mundo atual, a ciência Geográfica “*tem maiores condições de perceber a enormidade de contradições*” porque é no território que se revela os problemas e contradições.

Contraditoriamente, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o Brasil figura, ao lado da Índia, Bangladesh, Paquistão, Indonésia e Marrocos como um dos países recordistas em termos de números absolutos de “excluídos”. A posição do Brasil é simplesmente vergonhosa na medida em que, tendo uma renda “per capita” três a cinco

¹⁸ “A campanha liderada por Betinho tem um número emblemático – 32 milhões de miseráveis. Espalhou-se feito busca-pé e é repetido à exaustão em escolas, na mídia, nos comitês e junto a empresários. De onde saíram esses 32 milhões e o que quer dizer esse número? Tudo começou com um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, Cepal, produzido em 1986 para quantificar os miseráveis nos países onde atua. A esse estudo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Ipea, juntou duas famílias de dados: (1) dos censos demográficos de 1980 e 1991; (2) da pesquisa nacional por amostragem de domicílio, PNDA, de 1990, do IBGE ... Por outro lado, se desnutrição é a expressão de uma vida cheia de privatizações, talvez tenhamos bem mais de 32 milhões de pobres, argumenta o técnico em alimentação Luis Eduardo Carvalho, professor de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro ... Números, sabidamente, há para todos os gostos. Segundo a ONU, o número de brasileiros que vivem com menos de 1 dólar ao dia aumentou em 40% nos anos 80”. (HARIZIN & PEDRAL, 1993: 89)

vezes maior que a daqueles países, apresenta um quadro de desnutrição grave praticamente igual à de nações populosas mais atrasadas da África e da Ásia.

O “Mapa da Fome” (Documento de Política n.º 14), concluído em março de 1993 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), órgão ligado à Secretaria de Planejamento e orçamento da Presidência da República, constitui uma das referências

científicas para o conhecimento das condições de vida das “classes sociais” brasileiras de menor poder aquisitivo.

Segundo os dados publicados pelo IPEA, nas cidades e nas áreas rurais existem 31.679.095 pessoas carentes de alimentação e de todas as demais necessidades básicas para uma sobrevivência humana digna¹⁹. No entender de AGUIAR (1998:19) este número foi o

“... que faltava para as manifestações de indignação em relação à miséria no Brasil... a existência de cerca de 32 milhões de pessoas passando fome invadiu as consciências dos brasileiros abalando a indiferença histórica frente ao problema. O número corresponde a mais de nove milhões de famílias.”

O número de 9.171.598 famílias de indigentes, parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

¹⁹ - Alguns autores contestam a idéia de “exclusão”, advogando que “o que ocorre é que se combinou de uma maneira sem precedentes, na história do mundo, exploração com a exclusão, ou seja, a população oprimida que trabalha cada vez mais por menos com aquela que está sobrando e não tem trabalho, nem assistência, nem solidariedade, nem nada”... “José de Souza Martins, por sua vez, prefere o termo ‘inclusão precária’ ou ‘marginal’ ao termo ‘exclusão’”. (HAESBAERT, 1998: 65).

- CHAUI (2000) tem falado em “diferenças sociais” em substituição ao que antes ela chamava de “classes sociais”, bem como tem utilizado a terminologia “exclusão social” substituindo o termo “proletariado”.

- “É incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída do tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau”. (SINGER, 1999: 63)

- GUIMARÃES et al (2002) durante comunicação coordenada do XIII ENG, realizado na cidade de João Pessoa, afirma que “Exclusão Social é um conceito em construção”.

tendo por base os dados de rendimento familiar. Para GOHN (1997:95), o indigente da “Campanha Contra a Fome” é

“Totalmente distinto. Trata-se de um indivíduo, ou um grupo familiar, subnutrido, excluído do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, morador das favelas, palhoças, cortiços, conjuntos populares específicos como o embrião do antigo PROMORAR, ou morador de rua, sem teto e sem casa. A característica comum desta categoria é o desemprego, o trabalho ocasional na economia formal... Eles são clientela permanente dos sopões e tíquetes, quando estes programas existem.

Na realidade, os indigentes da Ação da Cidadania fazem parte do contingente classificado por organismos internacionais como a ONU, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento, a FAO, e outros, como os indivíduos em estado de pobreza absoluta (incapacidade sequer para se alimentar).”

Em termos técnico-científicos, além de suprir as necessidades energéticas totais do indivíduo, uma boa dieta alimentar deve garantir os nutrientes essenciais à manutenção da saúde. Sendo assim, a primeira condição para uma adequada alimentação é de caráter quantitativo. Comendo pouco é impossível alimentar-se bem. A energia adquirida sob a forma de alimentos deve ser pelo menos equivalente à energia consumida no trabalho do corpo humano. Quando isso não acontece ocorre um estado de fome global ou absoluta.

Aliado ao total de calorias necessárias, a alimentação deve fornecer elementos nutritivos que respondem pela restauração das células e tecidos do organismo humano²⁰. Desta forma, uma dieta balanceada deve conter uma combinação de alimentos de maneira tal que 50 a 60% das calorias necessárias sejam provenientes de glicídios (açúcares), 25 a 35% dos lipídeos (óleos) e 15% das proteínas, além de outras dezenas de substâncias tais

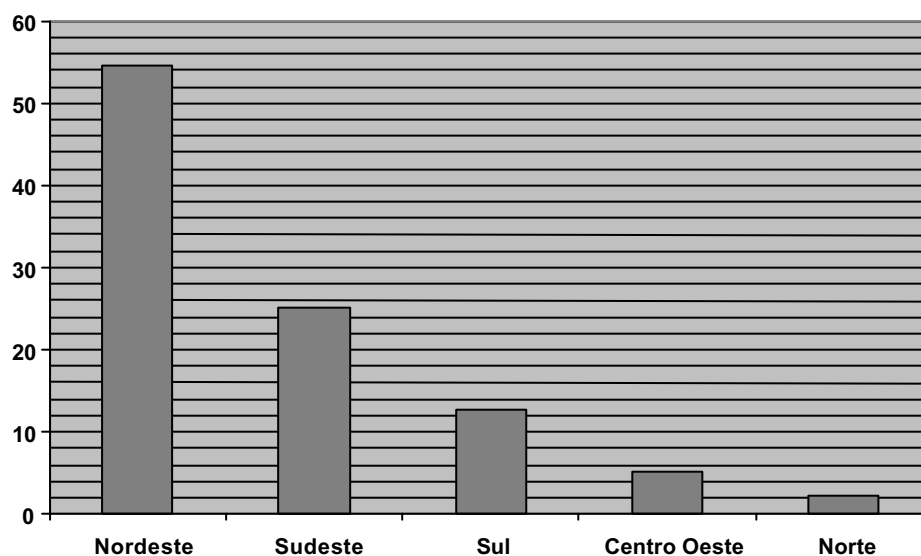
como: água, sais minerais e vitaminas (CASTRO, 1965; ADAS, 1991; ABROMOVAY, 1992). Quando ocorre a falta contínua (monotonia alimentar) ou a quantidade inadequada de qualquer dessas substâncias na alimentação dá-se o fenômeno chamado de fome parcial ou específica.

Observe nos gráficos que se seguem os dados totais e específicos dos quase 32 milhões de brasileiros no estado de pobreza absoluta²¹, incapazes sequer de se alimentarem bem.

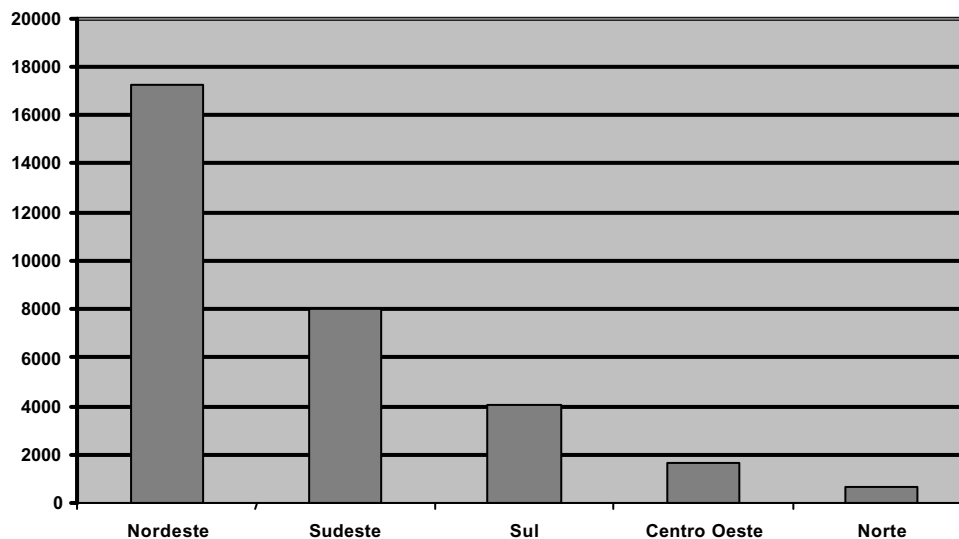
²⁰ O Censo IBGE (1993) evidencia que uma em cada três crianças brasileiras abaixo de 5 anos de idade apresenta algum tipo de subnutrição.

²¹ “Para Marx, o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele incapaz de se apropriar dos meios de subsistência, por meio do trabalho ... A superpopulação é relativa e não está ligada diretamente ao crescimento absoluto da população, mas aos termos históricos do progresso da produção social, de como se desenvolve e reproduz o capital” (DAMIANI, 1991: 16)

Total de Pessoas Indigentes por Macrorregiões Brasileiras - 1990 (em porcentagem)



Total de Pessoas Indigentes por Macrorregiões Brasileiras - 1990 (em milhares)



Fonte: PELIANO, Anna M. T. M. (coord). **Mapa da Fome.** Brasília: IPEA, 1993.

Autor do Gráfico: José Henrique R. Stacciarini. Presidente Prudente: UNESP, junho 1999.

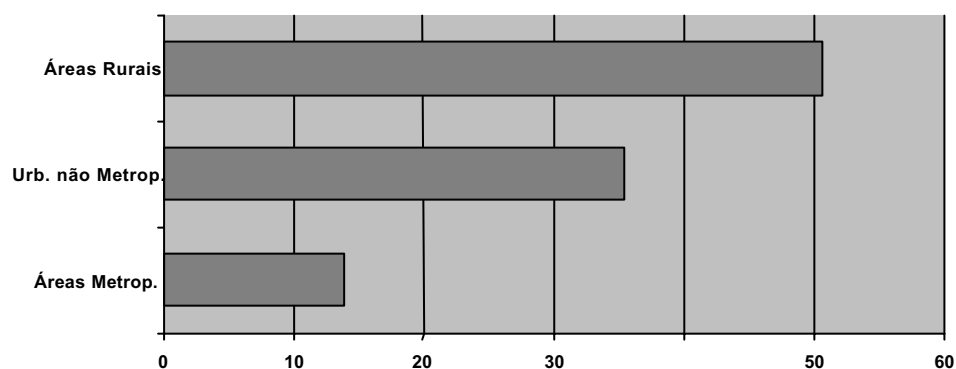
Em função da concentração da renda e da terra, bem como por causa do secular drama da seca, a Macrorregião Nordeste possui cerca de 55% dos indigentes do Brasil, o que equivale a 17.288.528 pessoas. Com números percentuais que variam de 33% (Itabuna – BA) a 69% (Itapipoca – CE), 25 municípios do Nordeste estão na lista dos 40 com maiores números de indigência. Segundo PESSOA²² (1998:31)

“... Além de construir umas coisas, é preciso destruir outras - como a velha indústria da seca, em torno da qual se aglutinam os coronéis da oligarquia rural. Entre os 513 deputados federais, 151 são do Nordeste e a grande maioria tem sua base eleitoral em municípios da seca. Ainda assim, apenas 10% das emendas que esses deputados sugerem ao orçamento da União são para combater a seca. Os outros 90%, em média, destinam-se a obras eleitoreiras”.

A macrorregião do Sudeste, por sua vez, apesar de concentrar as áreas mais ricas do país, tem em torno de 25% (7982453) do total de pessoas que passam fome no Brasil. No extremo oposto às Regiões Nordeste e Sudeste que, juntas, somam cerca de 80% das pessoas indigentes, temos as vastas áreas das Macrorregiões Norte e Centro-Oeste com 7,3% dos famintos. Dentro das Macrorregiões Brasileiras, verifica-se, no demonstrativo abaixo, como a miséria está tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas.

²² “... Em 1877, durante uma das piores estiagens da história, metade da população de Fortaleza, na época em torno de 120.000 pessoas morreu, em consequência da fome e das doenças trazidas pelos retirantes. O Imperador Dom Pedro II, comovido, chorou com a notícia e prometeu vender ‘até a última jóia da coroa’ para resolver o problema. Nomeou uma comissão para tratar do assunto. Das recomendações dos peritos, que incluíam a distribuição das terras à construção de ferrovias, a única que saiu do papel foi um açude... No século XX, os governos militares foram os que mais se ‘preocuparam’ com a seca. O presidente Emílio Medici fez uma visita de três dias ao sertão em 1970, e voltou prometendo um pacote de medidas. Mas, segundo os especialistas, o que mais contribuiu para reduzir a catástrofe foi simplesmente a imigração...” (PESSOA, 1998: 28).

Pessoas Indigentes por Situação de Domicílio – Brasil / 1990 (em porcentagem)

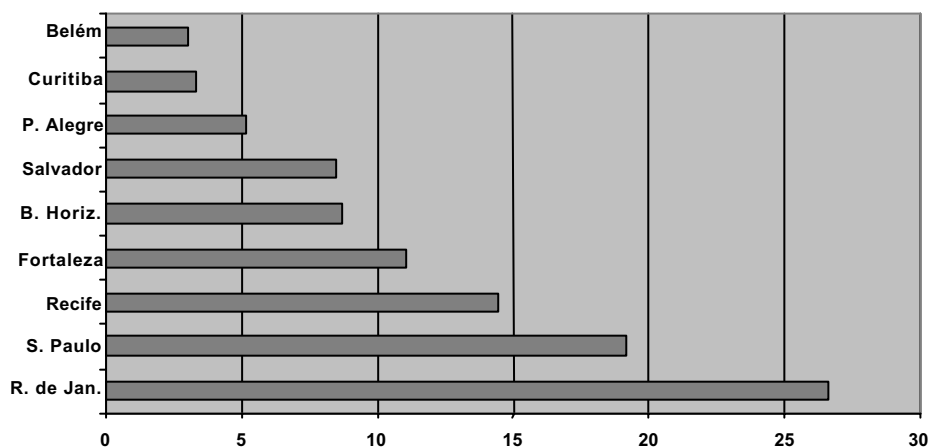


Fonte: PELIANO, Anna M. T. M. (org.). **Mapa da Fome.** Brasília: IPEA, 1993.

Autor do Gráfico: José Henrique R. Stacciarini. Presidente Prudente: UNESP, junho 1999.

Apesar das grandes produções agrícolas, das riquezas minerais e vegetais, as áreas rurais brasileiras detêm cerca de 51% da população brasileira de indigentes. Já, nas áreas urbanas, o número mais significativo dos famintos – cerca de 7,2 milhões – está no Nordeste. Entretanto, faz-se necessário destacar que cerca de 30% dos indigentes urbanos vivem apenas nas 09 regiões metropolitanas brasileiras de então. Visualize, abaixo, os dados percentuais desta maléfica concentração.

Pessoas Indigentes nas Regiões Metropolitanas Brasileiras - 1990 (em porcentagem)*



Fonte: PELIANO, Anna M. T. M. (org.). **Mapa da Fome.** Brasília: IPEA, 1993.

Autor do Gráfico: José Henrique R. Stacciarini. Presidente Prudente: UNESP, junho 1999.

* Do total de 4.396.121 pessoas indigentes (100%).

Frente a este quadro caótico, a vida nas metrópoles brasileiras tem sido condição de realização pessoal para alguns poucos e de frustração da grande maioria (ALVES, 1997). Rio de Janeiro, uma das metrópoles mais ricas do País, possui os maiores índices percentuais de pobreza entre todas as regiões metropolitanas do Brasil. Depois se destacam São Paulo, Recife e Fortaleza como regiões metropolitanas com grande número de indigentes. Recife, por exemplo, é considerada uma das piores metrópoles da América Latina, com 22% da sua população total passando fome (Desnutrição Crônica).

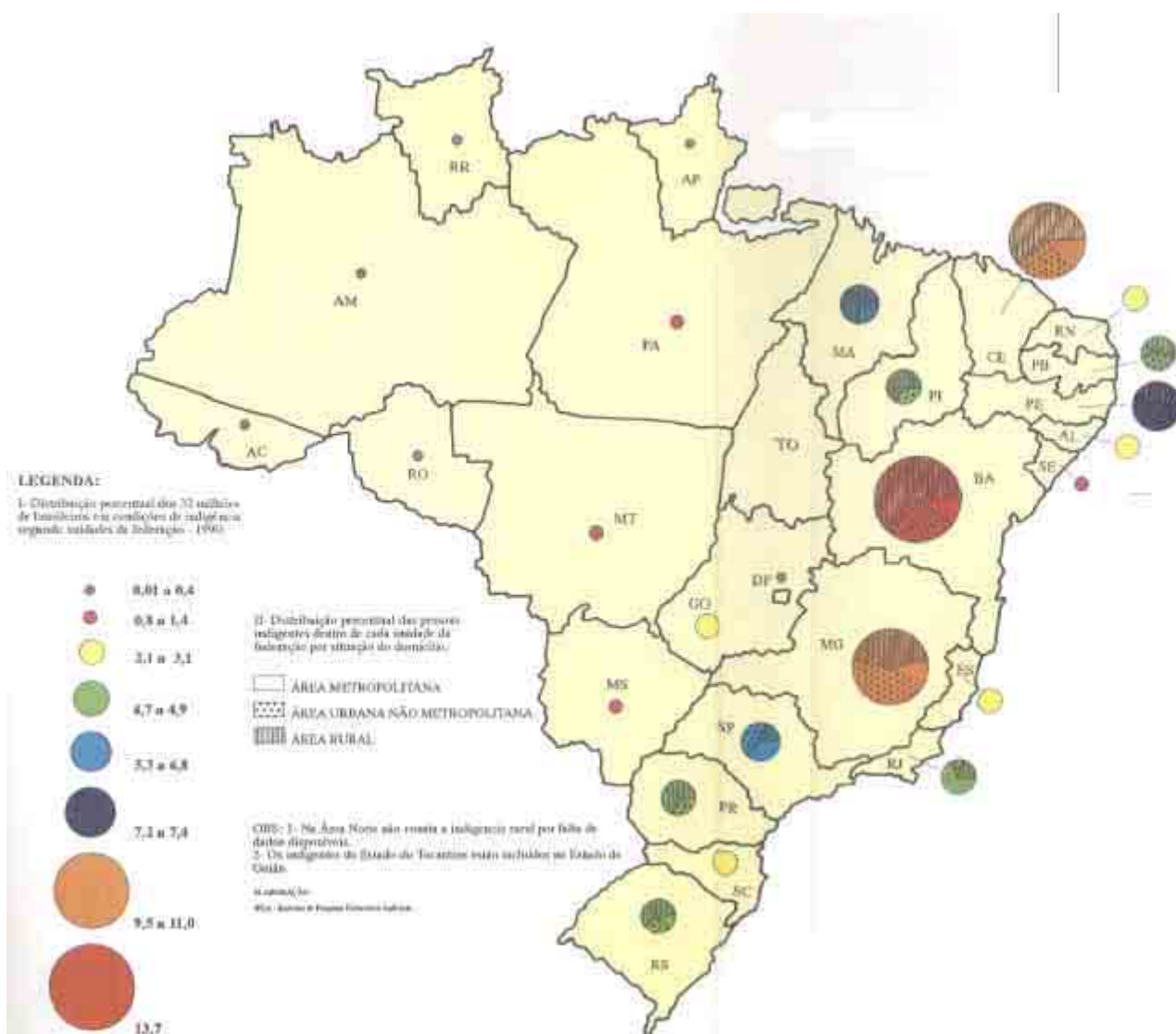
Somado a isto, vale ressaltar que, de acordo com os resultados do IPEA, não existe um único município brasileiro que não tenha famílias em estado de indigência. Pesquisas demonstram, ainda, que o número de famílias indigentes diminui de forma inversamente proporcional ao tamanho da população. Nos municípios com até 50 mil

habitantes estão 54,6% das 9175 mil famílias indigentes. Já os municípios que têm entre 50 mil e 100 mil habitantes representam 29,4% do total de famílias indigentes. Aqueles municípios com a população na faixa de 100 mil a 500mil contam com 19,3% de famílias indigentes enquanto no caso de mais de 500 mil moradores, o número cai para 11,6%.

Observa-se, agora no Mapa da Fome²³ como está distribuída a população de indigentes dentro das unidades federativas brasileiras.

²³ A produção editorial do “Mapa da Fome” contou com o apoio financeiro do PNUD (Projetos BRA 92/029 e BRA 93/011) e do Programa de Gerenciamento do Setor Público – GESEP/BIRD. As ilustrações foram produzidas pela Gráfica da Caixa Econômica Federal.

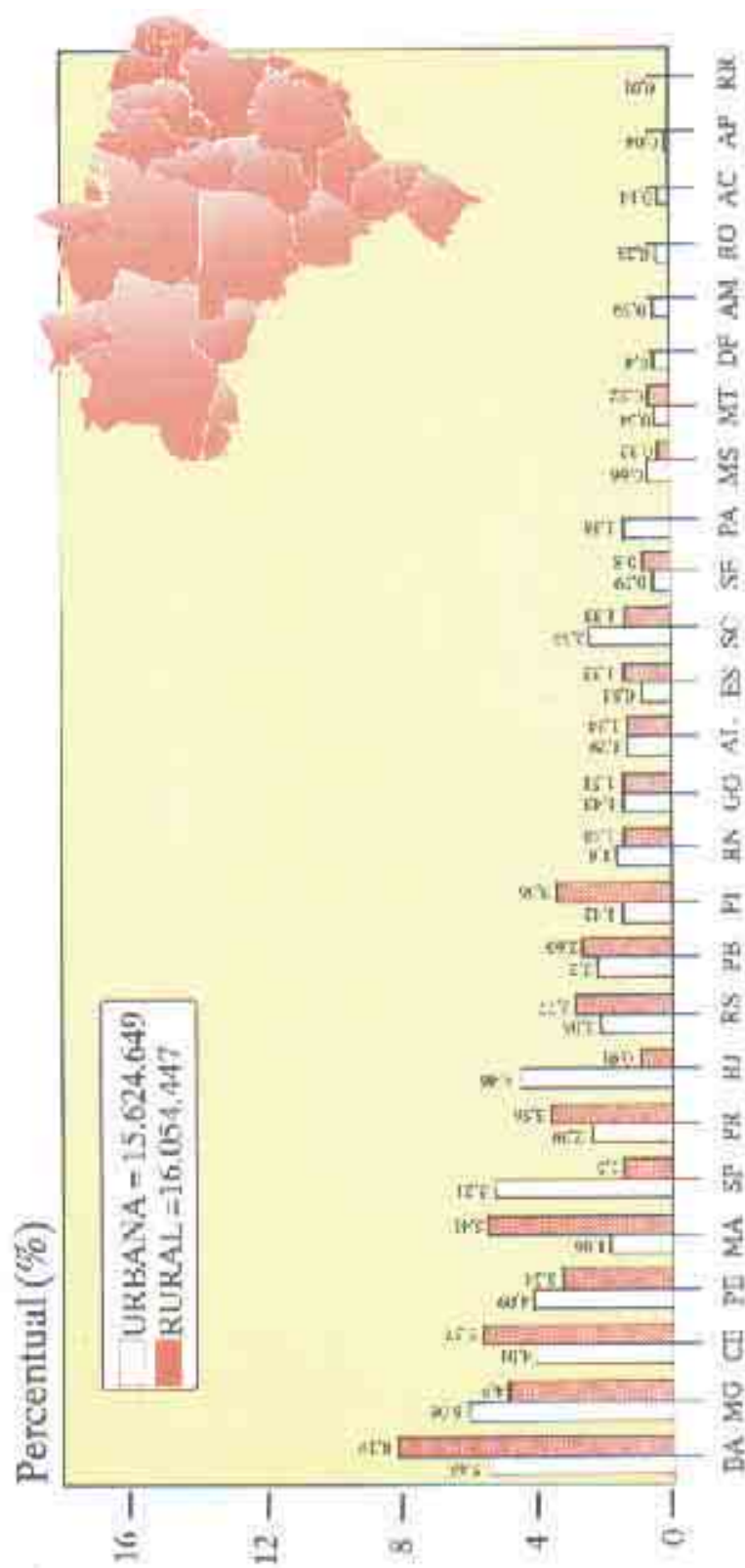
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDIGENTE.



Fonte: PELIANO, Anna M. T. M. (coord.). **Mapa da Fome**. Brasília: IPEA, 1993.

Distribuição da População de Indigentes

Segundo Unidades da Federação, e situação do domicílio em relação ao total de 31.679.096 indigentes do país, 1990.



Fonte: IPEA/CPS - BRASIL: Estimativas de pessoas indigentes, por situação de domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990.

Obs: Na Região Norte não consta inteligência rural por indisponibilidade de informação estatística.

Observe, agora, no quadro que se segue uma síntese dos dados relativos da população urbana e rural de indigentes segundo as Unidades Federativas Brasileiras.

Distribuição da População de Indigentes em Porcentagem (Brasil – 1990)*

ESTADO	URBANA	RURAL	TOTAL
MG	6,06	4,9	10,96
BA	5,48	8,19	13,67
SP	5,21	1,5	6,71
RJ	4,46	0,91	5,37
PE	4,09	3,24	7,33
CE	4,01	5,57	9,58
PR	2,39	3,56	5,95
SC	2,39	1,33	3,72
PB	2,2	2,63	4,83
RS	2,08	2,77	4,85
MA	1,86	5,41	7,27
RN	1,6	1,48	3,08
GO	1,43	1,51	2,94
PI	1,42	3,36	4,78
PA	1,36	-	1,36
AL	1,29	1,34	2,63
ES	0,81	1,33	2,14
MS	0,66	0,32	0,98
SE	0,59	0,8	1,39
DF	0,4	-	0,4
AM	0,39	-	0,39
MT	0,34	0,52	0,86
RO	0,23	-	0,23
AC	0,14	-	0,14
AP	0,04	-	0,04
RR	0,01	-	0,01

Fonte: PELIANO, Anna M. T. M. (coord). **Mapa da Fome**. Brasília: IPEA, 1993.

Autor da Tabela: José Henrique R. Stacciarini. Presidente Prudente: UNESP, junho 1999.

* Segundo situação do domicílio em relação ao total de 31.679.096.

- Dados não levantados.

As Unidades Federativas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – Estados economicamente mais ricos do Brasil – possuem os maiores contingentes nas áreas urbanas. Minas Gerais, além de ter o maior número de indigentes nas áreas urbanas, destaca-se, também, com o quarto número nas áreas rurais do Brasil, no seu todo.

Os Estados Nordestinos da Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Paraíba (BA, CE, MA, PI, PE e PB) estão entre os que possuem os maiores números de indigentes nas áreas rurais. Uma das Unidades Federativas mais pobres do país é a Bahia com a primeira colocação em números de indigentes nas áreas rurais e a segunda colocação nas áreas urbanas.

Entretanto, em se tratando de níveis extremos de miséria, as áreas rurais do Piauí não devem ser esquecidas, pois os 1.064.963 famintos lá residentes perfazem um total de 76% de toda a população da Zona Rural daquele Estado.

Curiosamente, o Paraná – apesar de ser grande produtor de grãos – tem um enorme número percentual de indigentes nas áreas rurais. Isto é compreensível à medida que se tem clareza que a maior parte dos grãos produzidos com alta tecnologia pelos grandes proprietários de terra são negociados no mercado externo (MELLO e VIEIRA, 1997; STÉDELI, 1996; SÁDER, 1995; ABRAMOVAY, 1992; ADAS, 1991; SILVA, 1983).

A estas análises deve-se acrescentar que o Brasil produz nos últimos dez anos uma média de mais de 60 milhões de grãos. Assim, para PELIANO (1993: 06) a disponibilidade dos

“... alimentos tradicionalmente consumidos no país é superior às necessidades diárias de calorias e proteínas de uma população equivalente à brasileira. Dispõe-se de 3280 Kcal e de 87 gramas de

proteínas per capita dia para uma recomendação de 2242 Kcal e 53 gramas de proteínas, respectivamente (FAO)”.

Assim, diante deste quadro, a fome que atinge quase 32 milhões²⁴ de brasileiros não é explicada pela falta de alimentos e nem de competitividade (tecnologia, etc.) para se produzir muito mais. Na verdade, o definitivo equacionamento da questão alimentar brasileira depende das ações voltadas para romper o descompasso existente entre o poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores (e desempregados!) brasileiros e os preços dos alimentos. Frente a esta certeza (causas estruturais) – e à luz dos dados do Mapa da Fome do IPEA – é que foi planejada a **Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida**, para resolver uma problemática emergencial (“a fome mata”).

1.4. O Planejamento da Ação da Cidadania: Um Pensar para o “Labor”

A pessoa que elabora a longa frase que intitula a “Campanha da Fome” foi o Bispo Dom Luciano Mendes de Almeida. Segundo RODRIGUES e SOUZA (1995: 07), Ação da Cidadania.

“... Porque seria uma ação da sociedade. Contra a fome porque a fome é a expressão mais imediata, mais urgente da miséria; quem está na miséria sente fome, e a fome não pode esperar. Contra a miséria porque a miséria é mais ampla, ela se manifesta de diferentes maneiras: na saúde, na educação, na falta de moradia, na falta de esgoto, na alta mortalidade infantil e na falta de emprego... E Dom Luciano acrescentou o ‘pela vida’ porque o movimento não se limita a ser contra; ele é contra

²⁴ “O Ibase busca a construção e o aprimoramento de uma metodologia de pesquisa capaz de fornecer indicadores mais precisos. O que impulsiona e confere sentido a este trabalho é o compromisso e a sensibilidade política acerca da importância desta questão ... As pesquisas do Ibase fazem as perguntas que a realidade oficial não tem interesse em retratar”. (MOTTA, 1998: 10)

tudo isso porque é pela vida. O que move toda a ação é o sentimento de solidariedade”.

A “Campanha da Fome” é chamada de ação e não de movimento. Assim, diferente do que se possa parecer, não se trata de um movimento clássico, nem de uma variedade do que se denomina chamar de movimento popular (FRANCO, 1995). O nome “Campanha” – por remeter à questão emergencial – também vai ser muito utilizado.

Desta maneira, o nome definido como “Ação”, “Campanha” ou simplesmente “Movimento” – e não como movimento social – é de suma importância porque a idéia de movimento social junto à representação social de grandes parcelas da sociedade é ligada a mobilizações populares que tinham na maioria das vezes projetos de conquista dos aparelhos do Estado. Para Betinho, *“o Estado está em crise e os partidos políticos vivem uma lógica muito mais de política estatal do que de política pública”* (SOUZA, 1993: 1-15). Concordando com esta idéia, o Geógrafo Milton Santos gostava de repetir que *“um intelectual público não pode ficar preso a palavras de ordem de um partido político”*.

Na verdade, a mudança precípua entre a “Ação da Cidadania Contra a Fome” que teve sucesso, e outras não tiveram o mesmo reconhecimento, pode ser justificado pelo chamamento às pessoas para participarem de uma nova opção política diferente da usual política que se pratica predominantemente nas organizações da sociedade civil de caráter corporativo (como os sindicatos), nas instituições estatais (os governos e parlamentos) ou pró-estatais, como os partidos políticos. No entender de SOUZA (1992: 05)

“Frente à massificação da chamada economia de mercado, ao autoritarismo e arrogância dos que pretendem se impor através da produção e manipulação de maiorias, a democracia propõe o princípio do respeito ao pluralismo e do valor da diversidade. Postular a igualdade não significa impor a toda a sociedade um único modo de

pensar e de ser. Na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela nem a exclui ... é fundamental reafirmar o princípio da diversidade que se expressa através da autonomia e singularidade das pessoas e instituições”.

Assim, a “Campanha da Fome” é pensada como uma Ação Cidadã com intenso conteúdo humanitário, com coloração suprapartidária, não corporativa e não religiosa. Sobre isto FRANCO (1996: 149) complementa

“Com efeito da Ação da Cidadania têm participado tanto ONGs quanto instituições governamentais, universidades e igrejas, sindicatos e estatais, trabalhadores e empresários. De sorte que se trata de uma realidade plural, que não pode ser adequadamente definida por critérios sociológicos fundamentados nos conceitos de ‘classe’ ou ‘campo de classes’. Da mesma forma, a Ação da Cidadania não pode ser compreendida pelo conceito de ‘esquerda’ enquanto derivante de uma concepção ‘bicolor’ do mundo social, baseada na idéia de que existem agentes, de um lado da sociedade, cujo movimento contra o outro lado – se resultando na sua prevalência política – cria a condição para a transformação de toda a sociedade.”

Neste sentido, além da não distinção de classes sociais, do não envolvimento político-partidário ou religioso, a Ação da Cidadania deixa claro o chamamento do discurso da “Ética” substituindo da “Ideologia”. No fundo, o único inimigo a ser enfrentado é a miséria da população brasileira. Portanto, tendo claro que a promoção da vida e da cidadania pressupõe o respeito ao pluralismo e à diversidade, para coordenar os trabalhos da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, é criada uma secretaria executiva nacional formada pelas seguintes entidades: a Associação Nacional

dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a CARITAS - entidade não governamental representando a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), o Conselho Federal de Economia (COFECON); a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A partir da constituição deste grupo, bastante heterogêneo, foi redigida a “Carta da Ação da Cidadania”.

Carta nacional convocatória para a Ação da Cidadania

Chegou a hora de colocarmos um basta nesse processo insensato e genocida, gerador da miséria absoluta, que coloca milhões de pessoas nos limites insuportáveis da fome e do desespero.

Não podemos mais aceitar que seu drama fosse resolvido após a realização de um programa de estabilização da economia que criasse as condições para amenizar a crise social que parece existir por conta própria.

O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou. O tempo da conciliação e do conformismo acabou. A sociedade brasileira definiu a erradicação da miséria como sua prioridade absoluta. Esse é o clamor ético de nossos tempos, ao qual tudo o mais deve se subordinar. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Essa é a obrigação de cada um e de todos. Do Governo Federal e do Congresso. Dos Governos Estaduais e Municipais. Das entidades da sociedade civil. Dos trabalhadores e dos empresários. Este é, hoje, o grande divisor de águas entre nós; entre os que querem erradicar a miséria ainda nessa geração e os que insistem em ficar diferentes diante de uma tragédia que ameaça nossa própria existência como nação e como humanidade.

Tudo deve responder a essa questão. O orçamento público, as políticas, as ações governamentais e não-governamentais, as atividades produtivas, comerciais e financeiras, as atividades de ensino, pesquisa, promoção social e cultural, em que medida dão prioridade à solução dessa questão? Ou em que medida ajudam a aprofundar esse fosso que nos separa e nos divide entre os que têm e os que vivem na mais profunda miséria?

Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer

tranqüilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país onde milhões se batem no desespero de desemprego, da falta das condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta à consciência nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados.

A insanidade de um país que marginaliza a maioria deve terminar agora. O modelo de desenvolvimento que produziu a miséria está condenado.

Por isso, nós abaixo assinados, declaramos que essa é a nossa prioridade e o nosso apelo. O Brasil precisa mobilizar todas as suas energias para mudar de rumo e colocar um fim à miséria. Deve criar, em todos os lugares e com a participação de todas as pessoas, a Ação da Cidadania na luta Contra a Miséria e Pela Vida.

Conclamamos a todos para constituírem esse movimento. Podemos ainda produzir o encontro do Brasil com sua própria sociedade. Democracia e miséria não são compatíveis.

Que 1993 seja um ano de mudança de rumo de nossa história a partir da ação de cada um, da Ação da Cidadania.

Movimento pela Ética na Política

Brasília, março de 1993

Fonte: FICO, Carlos. **IBASE – Usina de Idéias e Cidadania**. p.168.

Assim, convidando as pessoas para a criação de comitês capazes de combater a questão emergencial da fome, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida – constituída por uma identidade política plural – é instituída oficialmente em 08 de março de 1993, pautada em três princípios basilares.

1.4.1. Princípios Orientadores: Parceria, Solidariedade e Descentralização.

Os comitês criados devem ser independentes para que, descentralizados e em parcerias, com igrejas, associações, empresas etc., possam ser eficientes na resolução de problemas locais através da solidariedade. Desta maneira, acreditando na criatividade e espontaneidade de cada um, a Ação da Cidadania é dirigida pela solidariedade, exercida através de parcerias, com um padrão de organização baseado na descentralização e não no centralismo, como em muitos outros movimentos.

De maneira geral, pode-se dizer que quase todas as atividades da Ação da Cidadania estavam baseadas no valor social da solidariedade. Sobre isto, mesmo antes da sistematização da “Campanha da Fome”, SOUZA (1992: 05) já escrevia.

“Na situação de extrema pobreza e que está submetida a maioria da população brasileira, é fundamental que o princípio da solidariedade se traduza em programas concretos que viabilize a satisfação das necessidades básicas das pessoas... Se uma parte imensa da população passa fome, não tem serviços básicos de saúde, vive em condições de miséria insustentáveis, é necessário que se invista imediata e decididamente para eliminar esta situação. Eliminar a pobreza absoluta é prioridade absoluta numa sociedade democrática... Na democracia, a solidariedade é um princípio constituído de todas as relações sociais e um dever de toda a sociedade e das políticas sociais em todos os níveis.”

Assim, por conter todos os fatores que permite à Campanha adquirir um caráter pluriclassista, neutro, partidário e sobretudo humanitário, desde o planejamento da “Ação da Cidadania” o princípio da solidariedade foi a noção principal para a convocação da ação contra a fome e a miséria no cotidiano, no aqui e no agora.

Enfatizando que depois de projetar sobre o futuro é preciso se aproximar do presente, FRANCO (1995: 25) acrescenta

“Como ninguém pode ser solidário no amanhã, o gesto concreto de solidariedade antecipa (aquele) futuro desejado (de fraternidade, no caso).

Diferentemente da fé e tal como o amor (ou a caridade), a solidariedade só pode ser praticada no presente. Diante dos carecimentos do semelhante ... a atitude amorosa (ou de caridade, ou de solidariedade) ... desencadeia uma ação concreta de cooperação, de colaboração, de doação, para suprir, na medida do possível, tais carecimentos. Embora constitua um gesto gratuito, no seu móvel, tal ação concreta pode ser ‘explicada’ pela hipótese da existência de uma consciência moral que apreende o outro (que sofre) como ‘um outro-eu-mesmo’ o que induz ao reconhecimento de que eu sou responsável pela solução dos carecimentos que acarretam sofrimentos aos meus semelhantes.”

Desta forma, lembrando que não há como transferir o alívio do sofrimento do ser humano carente para uma perfeita sociedade futura, a Ação da Cidadania destaca o princípio da solidariedade como uma nova possibilidade política, um verdadeiro gesto ético à medida que busca lutar contra a miséria.

Um outro princípio importante da Ação da Cidadania é o da descentralização, pois não há instâncias organizadoras que definem os rumos do cotidiano do movimento. Há apenas uma Secretaria Executiva Nacional criada em Brasília e que fica responsável pela circulação de informações entre os comitês. Porém, não existe uma organização centralizada do movimento.

Apostando no risco da democracia, na possibilidade do erro e do acerto, na diversidade e no pluralismo, o movimento tem algumas idéias, poucas estratégias e um grande objetivo – a erradicação da miséria. Assim, a Ação da Cidadania é totalmente

descentralizada, autônoma, à medida que não pertence a um grupo ou a uma pessoa, mas à sociedade civil²⁵. Sobre a concepção de sociedade civil, GOHN (1997: 104), diz:

“...o conceito herdado no século XX, de uma sociedade civil moderna, impessoal, pautada por regras universalistas, relações formais e hierárquicas, burocratizadas e impessoais, não dá mais conta de explicar fenômenos contemporâneos... Da nova concepção de sociedade civil resulta que se reconhece como legítima a existência de uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, instituições estas que exercem o papel de mediação entre indivíduos e coletivos organizados e as instituições do sistema governamental e privado. Esse espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações diretas, pessoais e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, lazer, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos etc.”

A busca de relações mais pessoais na mediação entre indivíduos e coletivos organizados, entre instituições do sistema governamental e privado, vai se dar dentro da “Campanha da Fome”, através de um outro princípio de grande valor social: a parceria.

Na formação de cada comitê em particular serão estabelecidas parcerias dentro das poucas – linhas gerais – idéias definidas na Cartilha para a formação dos comitês.

1.4.2. Cartilha Para Formar Comitês

A forma de estruturação dos trabalhos cotidianos e concretos da Ação da

²⁵ No entender de TEIXEIRA (2002) o conceito de sociedade foi delimitado e depurado no recorte mais dinâmico de “sociedade civil”, recorte este bastante polêmico nos dias atuais.

Cidadania são os comitês. O termo “Comitê” significa uma célula-padrão sem pré-requisitos para filiação e sem tamanho pré-estabelecido.

Os passos iniciais e a maneira da estruturação mínima das comissões dentro dos Comitês eram fornecidos por meio de cartilha. A primeira impressão da referida Cartilha foi feita gratuitamente pelo CESEC do Banco do Brasil de Andaraí, no Rio de Janeiro. Nas páginas que se seguem podem ser visualizadas as informações da Cartilha.



Foto: Alexandre Militão

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA.

**Cartilha para Ajudar
a Formar Comitês**

O Movimento pela Ética na Política foi criado no ano passado como resultado de uma crescente indignação da sociedade com os rumos da política brasileira. Seu sentido primeiro foi o de aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida.

O Movimento cresceu em dimensão numérica quando essa luta tomou o rumo da campanha do "impeachment". A alegria e a esperança tomaram conta de todos, que, juntos, fizemos o maior movimento social que este país conheceu em sua história recente.

Vitoriosos em nossa primeira batalha, voltamos a ser cobrados pela mesma vontade social e cívica que nos motivou os primeiros passos: a luta por uma ação social em favor da ética na política.

Essa luta materializa-se hoje em duas frentes que se mantêm unidas:

- conservar a vigilância e a pressão popular para que os corruptos sejam realmente punidos;
- lutar para que nossa política se construa sobre a base da defesa da VIDA.

Vamos continuar mobilizando nossas forças e esperanças para que o processo de "impeachment" se complete realmente. Já estamos dando o segundo passo necessário dessa caminhada.

AÇÃO CONTRA O MAIOR FLAGELO NACIONAL: A MISÉRIA

Mais de 32 milhões de brasileiros passam fome hoje. Quase 70% da população brasileira não se alimenta suficientemente para ter saúde e vida digna. Isto é, falta comida na mesa da grande maioria das famílias brasileiras.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 9 milhões de famílias têm renda mensal que lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer suas necessidades alimentares. Não sobra nada mais para habitação, vestuário, transporte, etc. Como a gente sabe que não é possível viver, nesta sociedade, somente com dinheiro para alimentação, o que sai para pagar aluguel e transporte é tirado da alimentação.

Por isso, essas famílias vivem nos níveis mais precários da sobrevivência humana, habitam lugares que não seriam habitados nem por animais, vivem no esgoto, no lixo das cidades, falta-lhes emprego, escola, saúde.



Você pode mudar o Brasil



E, nessa situação, a consequência é dura e triste. Morrem 300 mil crianças no Brasil, por ano, de mortes que poderiam ser totalmente evitáveis. Nossas crianças, antes de completar um ano, morrem de diarreia, pneumonia e outras doenças que não as matariam se estivessem alimentadas e vivendo em lugares dignos.

A cada dia aproximadamente 1.000 crianças estão sendo mortas. No momento em que você estiver lendo este texto muitas estarão morrendo. Mas se são mortes evitáveis, quem poderia evitá-las? Quem é responsável por isso? A resposta é uma só: NÓS.

A resposta não está longe. O Brasil produz alimentos suficientes para alimentar toda a nossa população e mais outros países da América Latina. Sobra comida no Brasil segundo mostram os estudos técnicos. Porém falta comida no prato do brasileiro!

O Governo anunciou que se perde 20% da produção de grãos entre a colheita e o transporte. Joga-se fora alimento que seria suficiente para alimentar 18 milhões de brasileiros. Isso sem falar no irresponsável sistema de armazenamento que faz o país perder milhares de toneladas de alimentos, porque apodrecem e se deterioram antes da distribuição. Uma verdadeira indústria da fome.

Os números já são conhecidos, os exemplos são vários e divulgados pela imprensa a todo momento, porém chegou a hora de dizer um basta nesse processo insensato e genocida, gerador da miséria absoluta, que coloca milhões de pessoas nos limites insuportáveis da fome e do desespero.

O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou. O tempo da conciliação e do conformismo acabou.

É este o clamor ético dos nossos tempos. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Esta é a obrigação de cada um de nós: das entidades da sociedade civil, dos trabalhadores e empresários, das igrejas, escolas e universidades, dos partidos, sindicatos e dos meios de comunicação. De todos mesmo.

Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode ser feliz em um país onde milhões se batem no desespero do desemprego, da falta de condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento.

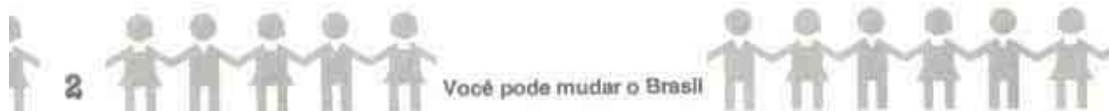
Chegou a hora de unirmos nossas forças, vontades e esperanças para encontrarmos novos caminhos para o nosso país, precisamos unir nossa ação em favor dos necessitados com a descoberta e a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento humano, solidário e ético.

Não se pode fechar a porta da consciência, nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados.

A insanidade de um país que marginalizou a maioria de seus filhos deve terminar agora.

É possível mudar isso. É necessário transformar essa realidade. É imperativo de sobrevivência do povo e da nação mudar o rumo do desenvolvimento do Brasil. Podemos fazer isso, desde que juntos.

Vamos construir a **AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA.**



DECISÃO DE MUDAR

Você ficou impressionado com os dados sobre a gravidade da pobreza. De fato, eles causam mesmo indignação. Por que o governo mostra-se tão incapaz de dar soluções minimamente aceitáveis para problema tão grave? Será que ninguém faz nada para mudar esse quadro? Nessa hora uma outra pergunta pode ter vindo à sua mente; e eu? O que estou fazendo para solucionar o problema? Pode ser que sua resposta seja a resolução de fazer alguma coisa. Mas fazer o que? De que maneira? Com quem? Como começar?

Este texto procura responder a essas perguntas com algumas sugestões sobre a forma de organizar e de levar adiante uma campanha de combate à fome em uma cidade, em um bairro, em uma região.

São meras sugestões, destinadas a estimular e não a limitar a criatividade. A campanha de combate à fome só poderá ter êxito se se tornar "incontrolável", ou seja, se as iniciativas espontâneas e originais de milhares de grupos criarem aquele clima de opinião pública que leva as autoridades públicas a tomar decisões que o povo considera indispensáveis. Foi assim com as Diretas-Já e com o "Impeachment". Precisa ser assim com o combate à fome, sob pena de que esse problema se arraste interminavelmente e anule toda possibilidade de inserção do nosso país no círculo dos países realmente civilizados.

Já passou o tempo de ficarmos esperando que outros façam por nós aquilo que nos cabe fazer. A crise é tamanha que precisamos nos unir para construir nossas próprias soluções, para cobrar ações concretas dos governos e das instituições, para cobrar também as responsabilidades da cidadania, dos empresários, das igrejas e entidades.

Existe muita coisa que pode ser feita. Desde o tratamento emergencial das questões que nos abalam, desde o repartir o pão, até a mudança de rumo de nosso desenvolvimento. Não se trata apenas de dar comida a quem tem fome. É importante, sim, e muitas vezes vital, resolver o problema emergencial. Mas é preciso pensar no futuro, pensar a longo prazo e organizar a sociedade em busca de soluções permanentes para o fim da miséria, da recessão, do desemprego.

PRIMEIRO PASSO

VAMOS ROMPER A APATIA E A DESORGANIZAÇÃO

Um dos traços negativos da cultura brasileira consiste na falta de iniciativa ou organização dos cidadãos na esfera social. Todos esperam uma lei, uma ação de governo, uma convocação do chefe político para atuar diante de problemas que extravasam a esfera individual.

Nos países de cultura democrática mais desenvolvida, os cidadãos juntam-se espontaneamente para solucionar questões que consideram importantes. A fome é um problema que afeta a todos. Não precisamos da ordem, alvará, portaria, convocação de ninguém para reunir nossos amigos, convidar pessoas ou entidades conhecidas e começar algum tipo de trabalho para resolver a questão. Algo ao alcance das nossas forças. Por pequeno que seja, esse esforço somado a milhares de outros, constitui o fator crucial para a eliminação da fome em nosso país.



Você pode mudar o Brasil



Em cada cidade, em cada bairro e localidade vamos criar COMITÊS, que serão chamados de: AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA: COMITÊ (nome do local).

Em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Barra do Piraí, já foram criados comitês. Várias outras cidades estão seguindo o mesmo rumo.

Basta reunir duas ou mais pessoas e entidades, sem qualquer preconceito e distinção política, cultural, econômica, étnica e religiosa, e começar a se organizar.

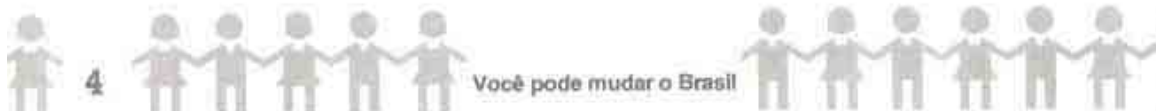
Esse é um movimento que tem a simpatia de muitos. Será fácil encontrar apoio para ter um local para a reunião. Pode ser em um salão paroquial, na sala de qualquer entidade ou mesmo na casa de um amigo. Para começar, não tem problema de local, nem precisa de nada mais que a vontade de cada um.

Reunido o grupo, pequeno ou grande, podemos começar a pensar juntos em como fazer alguma coisa contra a fome.

O QUE FAZ O COMITÊ?

Formado o Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, podemos começar a pensar em coisas úteis e concretas que podem ser feitas a partir de nossa própria capacidade e em função do número de pessoas que forem sendo agregadas.

A primeira coisa que podemos pensar é na organização de grupos que ficarão encarregados de fazer alguns levantamentos importantes e na escolha de pessoas que serão responsáveis pela manutenção da organização do Comitê e da divulgação.



SUGESTÃO DE COMISSÕES DE TRABALHO

1. MAPA DA FOME

Existem muitas estatísticas e estudos sobre a incidência da fome no Brasil. Esses estudos proporcionam informação importante para o conhecimento do problema. Importante, mas não essencial. Porque a fome é um terrível drama humano e por isso não pode ser realmente apreendido senão através do contato humano pessoal direto com aqueles que o estão vivendo.

Mesmo estando tão perto da gente, na maioria das vezes a gente vê a pobreza e a miséria, mas de fato não a conhecemos. Por isso, torna-se muito importante a gente fazer um levantamento, que estamos chamando "Mapa da Fome". Vamos formar um grupo para saber quais as áreas de maior pobreza e de miséria em nossa região, como as famílias vivem, como são as condições de saneamento, de água potável e de saúde.

Para fazer esse Mapa não precisa seguir nenhum modelo, pode fazer segundo sua criatividade, mas procurando, sempre que possível, responder às seguintes questões:

- 1) onde estão localizadas as áreas de pobreza e miséria de nossa região;
- 2) quantas pessoas estão nessa condição;
- 3) qual o salário ou quanto ganha cada família, qual o número de desempregados;
- 4) o que come e o que falta de comida;
- 5) qual a situação da escolaridade, de saneamento básico, água potável e saúde de cada área;
- 6) outras informações que julgar importantes.

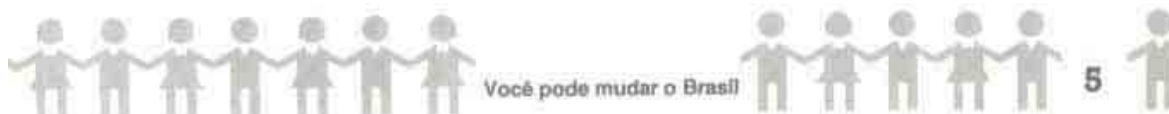
2. MAPA DA PRODUÇÃO

É muito importante sabermos também o que e quanto se produz de alimentos em nossa região (grãos, carne, frutas, hortaliças, etc.) e como é distribuída essa produção, no comércio e na armazenagem.

Para começar, podemos conversar com o pessoal do Banco do Brasil (que já está, com ânimo e fé no Brasil, apoiando essa iniciativa em todo o país) ou da Prefeitura. Certamente eles terão muitas informações úteis para o início desse levantamento, inclusive vários deles poderão se integrar no Comitê, dando um pouco mais de participação.

Mas é importante também conversar com os produtores, para se ter uma idéia do que está sendo produzido, em que condições e como é a comercialização da produção, também é importante saber quais são os problemas e as possibilidades para o aumento da produção.

Podemos conversar também com os comerciantes, com os transportadores e com os armazenadores, para termos uma idéia de como funciona isso em nossa cidade, se tem formas de baratear esse trabalho, se a comida está chegando ao mercado, etc.



3. MAPA DAS INICIATIVAS

Podemos conhecer bem a situação da pobreza e o que está sendo produzido em nossa região, mas isso não basta. Será muito importante sabermos quais são as iniciativas que já existem em nossa região, promovidas pelas pessoas, entidades da sociedade civil, igrejas, sindicatos, Prefeitura, Governos Estadual e Federal, voltadas a resolver ou diminuir o problema da fome e da miséria: mutirões, cooperativas de produção e consumo, distribuição de alimentos, programas de geração de emprego, movimentos de solidariedade e todo tipo de iniciativa individual e coletiva. E as possibilidades de se somar a elas ou criar outras iniciativas.

4. COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Uma coisa que a gente não pode esquecer é da nossa própria organização. Para isso, umas duas ou três pessoas podem colaborar para organizar as reuniões, preparar os assuntos que serão debatidos, convocar as pessoas e entidades, fazer contatos com a imprensa, etc. (lembrando de convidá-los também a participar do movimento, não queremos só que divulguem, queremos que participem ativamente, como cidadãos e responsáveis).

O contato com os meios de comunicação é coisa prioritária. Desde o início da formação do Comitê é bom ir conversando com o pessoal das rádios, dos jornais e das televisões. Certamente eles serão muito receptivos à idéia e poderão ajudar na divulgação das reuniões, dos eventos e, principalmente, dos resultados das pesquisas que estarão sendo realizadas pelas comissões de trabalho.

Num segundo momento esse apoio também será importante para a divulgação das informações que estarão chegando dos outros Comitês das outras regiões.

5. OUTRAS COMISSÕES

Podemos formar tantas e quantas comissões forem necessárias ou encontrar outras formas de trabalho coletivo e solidário que venha no sentido de atender às necessidades e propostas que forem surgindo.

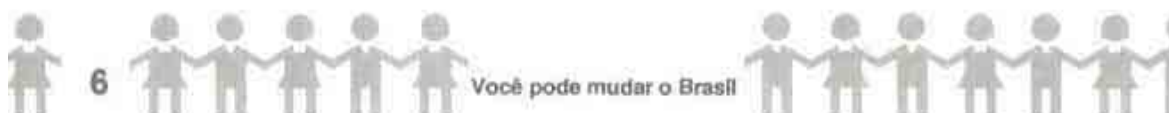
É bom lembrar que não existe nenhuma rigidez nem norma fixa para os Comitês, que poderão ser vários em nossa região, se for o caso, e poderão se organizar da forma que acharem melhor.

SEGUNDO PASSO

1. Divulgação

Sabemos que muitos ainda não têm a real dimensão da gravidade da pobreza e da miséria em nossa região, por isso é importante divulgar, por todos os meios possíveis, os resultados das pesquisas que realizarmos.

A divulgação também é uma forma de denúncia da realidade, um meio de sensibilizarmos o nosso próximo e pressionarmos as autoridades públicas.



Por outro lado, a consciência da população acerca da necessidade de conter a escalada da fome ainda é limitada, mas existem grupos que estão se movimentando. Uns são formados por pessoas que se auto-organizam para solucionar seu próprio problema alimentar, mediante a criação de centrais de compras comunitárias, cooperativas de consumidores, grupos de compra direta a produtores, etc. Outros, por pessoas que se juntam para prestar assistência aos segmentos de baixa renda, geralmente por inspiração religiosa ou filosófica.

A divulgação dessas experiências aumentará substancialmente a eficácia da campanha de combate à fome e ajudará muitas pessoas e entidades a encontrarem, no exemplo ou na inspiração dos outros, caminhos próprios para resolver seus problemas. Por isso, vamos caminhar visando a articular regional e nacionalmente os diversos Comitês locais, para evitar a dispersão de forças e criar um movimento verdadeiramente nacional.

2. Articulação

Uma das tarefas básicas de um Comitê local, municipal ou estadual consiste na articulação de ações concretas de combate à fome no seu âmbito territorial.

Estas ações podem ser de dois tipos:

- **ações emergenciais;**
- **pressão de opinião pública.**

As ações emergenciais incluem as inúmeras formas de melhorar a dieta alimentar de grupos marginalizados: organização de grupos de ajuda comunitária; hortas familiares; distribuição de cestas de alimentos; organização de sopões; manutenção de creches; cursos de nutrição, etc. Em relação a este aspecto, o Comitê pode reforçar ações já em curso ou iniciar novas modalidades, incorporando grupos sociais que até agora se mantiveram afastados do problema. O objetivo, nesse campo, consiste em aumentar substancialmente o número de pessoas e grupos engajados nesse tipo de ação, a fim de ampliar a atenção aos segmentos sociais em situação de deficiência alimentar e de conscientizar um maior número de pessoas a respeito do problema da fome.

A pressão de opinião pública abrange a divulgação do quadro da fome nos órgãos de comunicação de massa; a denúncia dessa situação em atos públicos; a realização de conferências, seminários, reuniões para a análise do problema, suas causas, suas possíveis soluções; a participação em atos públicos de âmbito regional, estadual, nacional. Trata-se substancialmente de exigir políticas públicas, medidas administrativas, ações do Estado, adequada utilização do dinheiro público, eliminação dos desperdícios, etc. Essa ação deve ligar a realidade local, as experiências que tivermos, a vontade de vencer o drama da miséria, com a perspectiva de mudarmos os rumos do desenvolvimento e da democracia no Brasil.



Você pode mudar o Brasil



AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA

Foi criada uma Secretaria Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com a responsabilidade de articular e coordenar ações gerais para a ampliação do movimento. Fazem parte dessa Secretaria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (COFECON), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) e Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

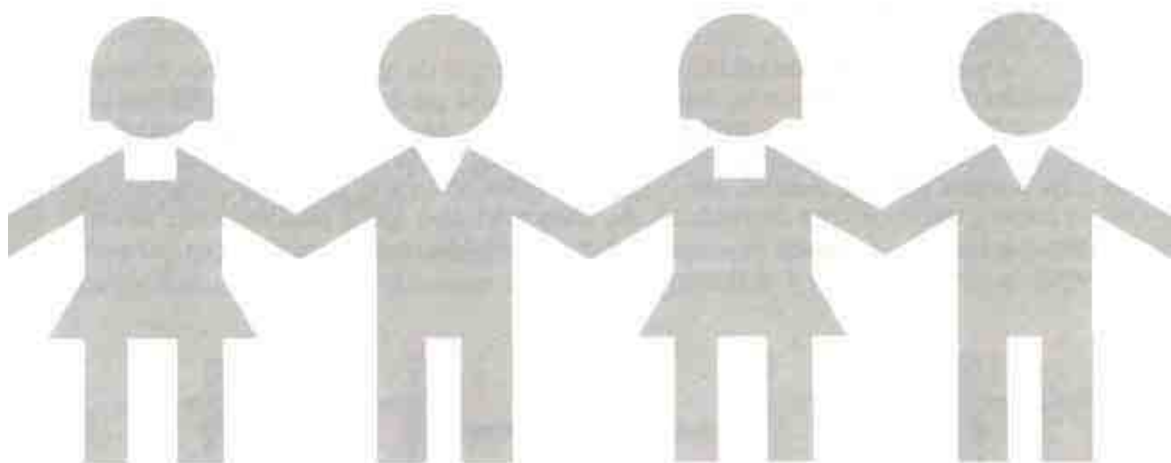
A Secretaria está funcionando provisoriamente no INESC: Ed. Venâncio 2000 - Bl. B-50 - sala 435. CEP 70333-900 Brasília (DF). Tel. (061) 226-8131, fax (061) 226-8042.

Pedimos que todos os Comitês enviem informações para a Secretaria Executiva, para que seja possível promover-se a divulgação nacional de tudo o que for feito e dos levantamentos realizados.

Qualquer informação adicional, procure a Secretaria Executiva.

Ao mesmo tempo, esse movimento também já está trabalhando no sentido de articular as ações governamentais contra a miséria, a recessão e o desemprego, através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, criado pelo Governo Federal visando a apresentar propostas de políticas públicas de combate à miséria. Iniciativas dessa natureza também serão incentivadas em nível estadual e municipal. O representante da sociedade civil que estará coordenando essa ação é Dom Mauro Morelli, Bispo da Diocese de Duque de Caxias.

ENTÃO, VAMOS MUDAR ESSA REALIDADE?



Como pode ser visto, apesar de não ser espontâneo, o funcionamento de um comitê é muito simples. Como “Primeiro Passo”, a Cartilha criada para ajudar a formar comitês sugere o “Romper da Apatia e da Desorganização”. Dentro do “Primeiro Passo” havia a proposta de três etapas: a primeira etapa era a instalação de comitês. De acordo com a CARTILHA (1993: 04)

“Em cada cidade, em cada bairro e localidade vamos criar COMITÊS, que serão chamados de: AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA: COMITÊ... (nome do local)... Basta reunir duas ou mais pessoas e entidades, sem qualquer preconceito e distinção política, cultural, econômica, étnica e religiosa, e começar a se organizar. Esse é um movimento que tem a simpatia de muitos. Será fácil encontrar apoio para ter um local para a reunião. Pode ser em um salão paroquial, na sala de qualquer entidade ou mesmo na casa de um amigo. Para começar, não tem problema de local, nem precisa de nada mais que a vontade de cada um.”

Assim, a organização inicial de um comitê é planejada num chamamento de ordem pessoal e ético, bem como à construção de um sentimento de pertencimento a um grupo não preconceituoso. No corroborar de JACOBI (1995: 28)

“O comitê reúne um conjunto de pessoas que se organizam espontaneamente para realizar atividades em benefício dos setores mais carentes da sociedade. Os comitês congregam cidadãos e organizações vinculadas às igrejas, às sociedades de bairros, aos locais de trabalho, às ONGs, ao setor empresarial e às mais diversas formas de organização social.”

Já, a segunda etapa é a atividade do “pensar em coisas úteis e concretas que podem ser feitas a partir de nossa própria capacidade e em função do número de pessoas

que forem sendo agregadas”. Para isto, é sugerido pensar na organização dos grupos que ficarão encarregados de fazer levantamentos de dados concretos, da realidade concreta em que irá intervir e na escolha de pessoas que serão responsáveis pela manutenção, organização e divulgação do comitê (CARTILHA, 1993)

A terceira etapa do “Primeiro Passo” é a realização das tarefas definidas. Para tal, é definida a sugestão de várias comissões de trabalho que elaboram três mapas, sendo eles o Mapa da Fome do local onde se encontra o comitê, o Mapa da Produção para se obter dados sobre os alimentos produzidos e o Mapa de Iniciativas para descobrir o que já existe com o objetivo de combater o problema da fome.

Como “Segundo Passo” é definido a divulgação dos dados obtidos de forma a sensibilizar a opinião pública e as autoridades sobre esta grande problemática social da nação brasileira. A articulação das ações concretas de combate à miséria no âmbito territorial também faz parte deste passo.

Nesse sentido, além de organizarem e trabalharem, os participantes de um comitê são incentivados a divulgar os resultados. Assim, a Ação da Cidadania pretende, e consegue, usar a mídia das mais variadas formas possíveis.

A reunião é a forma operacional dos trabalhos dos comitês. Porém, as reuniões não são somente para o debate dos problemas – como nas assembléias dos movimentos dos anos 80 – mas sim para a tomada de decisões.

Para a doação dos alimentos arrecadados é sugerido que a distribuição seja feita em parceria, com veículos das próprias entidades do Comitê ou cedidos por empresas. É posto, também, que não deve haver armazenamento de alimentos, a fim de evitar desvio, deterioração ou barganha. É, pois, uma proposta de campanha “just in time”, sem estoque, onde o alimento tem que ser distribuído rápido.

Quanto aos tipos, os comitês são pensados principalmente dentro do princípio geográfico-espacial. Entretanto, no desenvolver da campanha, as inovações na organização fazem surgir uma grande diversidade de tipos de comitês quebrando qualquer intenção que almejasse uma articulação baseada somente no critério territorial (GOHN, 1997).

Como exemplo, pode-se citar o primeiro comitê do interior do Estado de Goiás, fundado em Catalão, unindo – entre outros – trabalhadores do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Universidade Federal de Goiás, Prefeitura Municipal, bem como representantes dos Rotary Clube, Sindicatos das Mineradoras, Grêmios Estudantis, Maçonarias, Associações de Moradores e das Donas de Casas.

No final da cartilha, dentro da articulação de ações concretas de combate à fome, é chamada a atenção para que as ações sejam de dois tipos.

1.4.3. As Ações a Serem Desenvolvidas: Do Aqui e Agora à Pressão de Opinião Pública

De acordo com os idealizadores da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, a “Campanha da Fome” deve ser constituída por 02 (duas) linhas de ação que interagem entre si: o Emergencial e o Estrutural (CARTILHA, p. 07).

Colocando que as reformas estruturais vão resultar na solução dos problemas individuais, que o capitalismo produz miséria e que há uma estreita relação entre conjuntura e estrutura, SOUZA (1993: 1- 15) enfatiza

“... Toda vitória que eu consiga hoje, por menor que seja, está criando condições para a reforma estrutural. Aquela tese que nós tínhamos de esperar o momento da Revolução não se sustenta mais. Eu considero que essa campanha contra a fome e a miséria é uma forma de eu pegar o

capitalismo pelo umbigo. Ele não tem como escapar de mim. Se eu vou para uma discussão ideológica sobre neo-liberalismo, social-democracia, socialismo, sei lá o que, eu me emaranho num jogo de sutilezas que só elite dominante acompanha. Agora, se eu chego e digo: é aceitável a fome? Ninguém aceita a fome. Como é que acaba com a fome?”

A fome acaba com alimentos, no aqui e no agora! No mesmo pensar e com um forte apelo ético, FRANCO (1995: 21) é ainda mais contundente ao relembrar

“Não se pode dizer, para o miserável faminto à nossa frente, que sua fome será plenamente saciada (e todos os seus carecimentos serão satisfeitos) no reino (futuro) da abundância. Diante do problema concreto da fome de uma pessoa humana concreta, não se pode repetir aquele discurso clássico da militância de esquerda, de que ‘a fome é um problema estrutural, cujas raízes estão na sociedade de classes, na propriedade privada dos meios de produção etc’. Ao faminto do século XX não interessa se, ao final do século XXIII, a fome não passará de amarga lembrança histórica de uma avançadíssima sociedade igualitária. E a todos nós, do final do século XX, mesmo os que estamos bem alimentados, também não interessa que pessoas adoecem e morram em virtude de carecimentos que podem ser atendidos. Uma ideologia que nos torne cegos para esta evidência só pode ser uma perversidade, uma abominação!”

Ao abordar a questão do social e da política na Pós-Modernidade, SANTOS (2001: 257) reforça esta linha interpretativa ao destacar

“... a emancipação por que se luta visa transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo. A emancipação ou começa hoje ou não começa nunca ... porque os momentos são ‘locais’ de tempo e de espaço, a fixação momentânea da

globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimento e protagonismo pessoal e grupal. Daí a nova relação entre subjectividade e cidadania.”

Deste modo, pautando-se numa postura humanista, procurando não reforçar o assistencialismo e sem deixar de lado as ações estruturais, As Ações Emergenciais procuram a melhoria das dietas alimentares dos grupos marginalizados utilizando-se de estratégias diversas, tais como sopões, cursos de nutrição, hortas comunitárias, distribuição de alimentos, arrecadação de tíquetes-refeição, doação de remédios, entre outros.

No fundo, as ações emergenciais constituem um chamamento de ordem moral no sentido de que cada um pode fazer algo – por menor que seja – no aqui e no agora para a construção de uma nova sociedade, sem esperar de braços cruzados a chegada de um futuro talvez não desejado.

Entre os vários autores que têm caminhado nesta linha da valorização do trabalho no “Aqui e no Agora” como importante na reconstrução da sociedade, pode-se ainda citar as palavras de MASI (2000: 106)

“... Somos nós, aqui, a ter a responsabilidade da mudança. Devemos começar por nós mesmos, aprendendo a não rejeitar antecipadamente o novo, o surpreendente, aquilo que parece ser radical. Isto significa afastar os destruidores de idéias, que apressadamente reprovam qualquer proposta nova como irracional. Eles defendem tudo aquilo que já existe como racional, independente de quanto possa ser absurdo ou superado. Isto significa lutar pela liberdade de expressão e pelo direito

de manifestar as próprias idéias... Se começarmos agora, nós e nossos filhos poderemos participar da reconstrução não somente das nossas obsoletas estruturas políticas, mas de nossa própria civilização. Como a geração dos revolucionários do passado, nós temos um destino a criar”.

Na busca da reconstrução da sociedade brasileira, “Quem tem fome tem pressa”, será a frase do Betinho mais utilizada ao longo da campanha para evidenciar a imediata necessidade de combater a fome de 32 milhões de brasileiros indigentes.



Fonte: CIDA, a cidadã. **Jornal da Cidadania**. p. 10.

Contudo, a maioria dos comunicados iniciais da “Ação da Cidadania” já frisa que *“Muito mais que redescobrir a solidariedade de quem dá, é preciso despertar a cidadania de quem recebe”*. Sendo assim, quem recebe os benefícios também deve participar do trabalho do comitê que cadastra a comunidade ou família carente a ser atendida. Em outras palavras, além das ações emergenciais, todos juntos devem lutar por mudanças estruturais para mudar o quadro de miséria da população brasileira, constituído durante cinco séculos.

Do ponto de vista estrutural, a história do Brasil é uma história de geração de desigualdades sociais. A ocupação e a colonização são empreendidas para os “poderosos” da Europa dos séculos XVI e XVII. O latifúndio surge junto com o Brasil. A sociedade escravocrata é o modo escolhido para produzir riquezas, desde o açúcar até o café. A “abolição” da escravatura em 1888 não gera cidadãos, mas bandos de excluídos. A República Velha, bem como a Nova República, não mudam esta realidade. Democracia e cidadania foram e são privilégios de poucas pessoas, a elite dominante. (CAMPOS, 1999; FRANCO, 1995; ADAS, 1990; CASTRO²⁶, 1953).

Portanto, historicamente, a concentração da renda e da terra – rural e urbana! – estão entre as causas precípua da fome. No Brasil, o 1% mais rico fica com 13,9% da renda nacional, os 10% mais ricos, com 48,2%. Já os 40% mais pobres têm 8,9%, enquanto os 10% mais pobres detêm apenas, 1,1% (FIBGE, 1995).

²⁶ “Josué de Castro. De modo geral, as últimas gerações de brasileiros não ouviram falar de Josué de Castro. Médico, sociólogo, antropólogo, geógrafo, nasceu em Pernambuco em 1908. Desde cedo teve suas preocupações voltadas para a questão da fome no Brasil e no mundo. Em 1946 publicou ‘Geografia da fome’, livro que foi um marco importante no estudo e no desnudamento dessa triste realidade. Após esse vieram muitos outros, como “Geopolítica da fome” e “O livro negro da fome”. Seus livros foram traduzidos em mais de 24 idiomas e reconhecidos como contribuições importantíssimas para o estudo das implicações sociais, econômicas e políticas derivadas da fome. Foi fundador e membro de várias organizações de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) de 1952 a 1956. Em 1964, quando embaixador do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas em Genebra, teve seus direitos políticos cassados pelo regime autoritário instalado no Brasil, através do golpe de Estado desse ano. Faleceu em 1973, na França, onde se encontrava exilado mas em plena atividade docente na Universidade de Paris” (ADAS, 1990: 34).

Por sua vez, o acúmulo das terras brasileiras nas mãos de poucos proprietários responde pelo subaproveitamento dos espaços produtivos rurais e pela reprodução de grandes áreas improdutivas, as quais podem ser caracterizadas como simples bens imóveis de “reservas de valor”, sem dimensão sócio-produtiva. Em dados mais precisos, têm-se que, em 1994, 89,1% das propriedades rurais (os pequenos estabelecimentos agrícolas) possui 23,4% da área total. No outro extremo 2,8% (os latifundiários) acumula 56,7% das áreas (MELLO e VIEIRA, 1997). Na interpretação de STÉDELLI (1996: 69)

“Essa concentração da propriedade é tão absurda que apenas 46 grandes grupos econômicos financeiros e industriais, que não se dedicam a agricultura, possuem 22 milhões de hectares e utilizam apenas 3,7 milhões. E há um único grupo econômico que possui 2,4 milhões de hectares na Amazônia.”

Há de se frisar ainda, nos últimos 30 anos, a crescente dificuldade de acesso aos meios de produção (terras e máquinas) pelos trabalhadores rurais, que produzem a maior parte dos alimentos dos brasileiros, e o agressivo avanço do capitalismo agroexportador no campo através dos grupos empresariais, que responde por uma intensa expulsão dos trabalhadores rurais²⁷, os quais, ao se dirigirem para os centros urbanos, encontram cidades onde continuam se manifestando as consequências da fome, da miséria e da pobreza política (DEMO, 1988).

Assim, com o objetivo de erradicar as desigualdades sociais (“apartheid social”)

²⁷ SINGER (1977) fala sobre os “Fatores de Repulsão e os Fatores de Atração” ao abordar este complexo processo. GUIMARÃES (1980), por sua vez, adota o conceito de “Êxodo Rural”. Já MARTINS (1980), prefere o termo “Expropriação”.

instaladas durante 500 anos no país²⁸, as Ações Estruturais da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria propõem-se a agir na sociedade de modo mais abrangente, através da elaboração de planos para a criação de emprego, construção de moradias e para a democratização da terra. Em suma SOUZA (1993: 17) frisa

“Nos anos 90, aprendemos que, em sessenta anos de industrialização, o Brasil havia gerado três categorias sociais – ricos, pobres e indigentes. É como se elas habitassem países diferentes. Existe a minoria rica, branca, sofisticada, formando uma sociedade mais ou menos comparável à do Canadá. Tem a maioria pobre, negra, silenciosa e resignada, do tamanho do México. E há 31 milhões de indigentes, uma Argentina dentro do Brasil. Esses 32 milhões são brasileiros que o Brasil trata como estrangeiros, uma população indesejada, quase inimiga. Este Brasil onde aparentemente não cabem os 150 milhões de habitantes das estatísticas demográficas é assim por descaso. Com a produção agrícola atual, poderia alimentar 300 milhões de pessoas. Nada em sua economia, impede que sejam gerados agora 9 milhões de empregos de emergência. Se a posse da terra fosse democratizada de maneira rápida e decidida, abriria lugar para 12 milhões de famílias. Se coisas assim acontecessem, 32 milhões de pessoas que estão passando fome teriam comida, pelo menos comida.”

Assim, enfatizando que a única maneira de acabar definitivamente com a miséria é através da geração de empregos, a frase *“Não basta só dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”* resume a intenção das Ações Estruturais. Sendo assim, é enfatizado que

²⁸ - Para SINGER (1977), o espaço colonial brasileiro foi desenvolvido de forma não capitalista articulado ao capitalismo externo.

- OLIVEIRA (1978), frisa que o desenvolvimento industrial do centro-sul, a partir da década de 1930, começa a definir uma “nova” divisão regional do trabalho na economia nacional substituindo o “arquipélago” de economias regionais existentes ...

- “A partir dos anos 30 com Getúlio Vargas, passando pelos idos de 50 com Juscelino (Plano de Metas), de 60 a 80 com os militares e da década de 1980 até os dias atuais, com a transição, vê-se o ‘Estado’ utilizando o território brasileiro para criar uma economia que articule/subordine ao modelo econômico mundial, através do ‘Pacto de Elite’. O resultado é uma imensa desigualdade regional e social devassando todos os lugares do território brasileiros.” (SANTOS, 1999: 05)

“só a criação de 9 milhões de empregos pode atacar concretamente as bases da indigência Nacional” mapeada no início da década de 1990.

Fazendo defesa da necessidade de se criar empregos e dando ênfase para o pensar da questão da moradia, ALVES (1995: 03) chama a atenção

“Há um número enorme de “sem tetos” que, não tendo acesso à moradia formal, recorre a favelas, loteamentos clandestinos, cortiços ou vive na própria rua. Nas análises de condições de vida é primordial observar-se a habitação como grave problema e aspecto básico determinante. Principalmente no meio urbano, a moradia representa uma das referências mais fortes.”

No que se refere à luta pela democratização da terra, é destacada a necessidade de um programa audacioso dos governos para a utilização de terras públicas e privadas, bem como chamar os proprietários a darem um verdadeiro sentido social às suas terras. Desta forma, para SOUZA (1995: 03) democratizar a terra significa

“rediscutir toda a questão fundiária em nosso país. O Direito à Terra no Campo, o Direito à Terra na Cidade, o Direito à Terra Pelos Índios e pelos Negros, a Defesa dos Mananciais e o Não às Barragens... É imenso o nosso índice de concentração de terras nas cidades, com o agravante de sermos um país tipicamente urbano”.

Assim, a Ação da Cidadania Contra a Fome evidencia, que para surgir uma sociedade democrática no Brasil é preciso acabar com a concentração das terras, este grave problema que é criado e alimentado ao longo de séculos.

Por tudo que é analisado sobre as origens da “Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida”, cabe, por fim, frisar que a mesma foi planejada para ter duas

fases interligadas, não necessariamente separadas. Na primeira, a etapa emergencial da arrecadação de comidas para matar a fome de quem tem fome (“*Quem tem fome tem pressa*”). Já na segunda fase, sem esquecer as Ações Emergenciais, é estimulado um direcionamento mais claro no sentido de se conseguir Ações Estruturais, buscadas através da geração de empregos para erradicar a miséria (“*É preciso ensinar a pescar*”), bem como por meio da democratização da terra. Obtendo sucesso, daí em diante, será o momento da “Ação da Cidadania Contra a Fome” “Pensar o Brasil”, de ver como estes temas se mantêm e relacionam com todos os outros que compõem o quadro social brasileiro – educação, saúde, violência, saneamento, apoio a grupos carentes etc. (SOUZA, 1997).

O Capítulo 02, que se segue analisa a efervescência da “Campanha da Fome”, enfatizando prioritariamente as ações que foram empreendidas nos primeiros quinze meses de existência da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”.

CAPÍTULO 02

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS A CURTO PRAZO: AS AÇÕES EMPREENDIDAS NO ESPAÇO SOCIAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 02

2. ESTRATÉGIAS POLÍTICAS A CURTO PRAZO: AS AÇÕES EMPREENDIDAS NO ESPAÇO SOCIAL BRASILEIRO

“Reconhecemos que cada um de nós faz parte dos problemas do mundo, e que também fazemos parte da solução. Os perigos e as perspectivas de cura não estão apenas no meio que nos cerca. Começamos a atuar exatamente onde estamos. Não há necessidade de esperar até que as condições se tornem ideais ... Haverá melhores condições de vida porque nos permitimos começar.”

(CASTELLS²⁹, 2000: 14)

2.1. A “Fermentação” da Cidadania: O Início da Campanha

Procurando estabelecer parcerias e acreditando no processo da descentralização, a maioria dos comitês formados tem como objetivo a solidariedade e para isto aposta nas Ações Emergenciais, com ênfase imediata para a coleta e distribuição de alimentos.

Do ponto de vista da arrecadação de alimentos, a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, popularmente conhecida como “Campanha Contra a Fome” ou

²⁹ O Professor Manuel Castells foi Professor visitante em quinze Universidades da América Latina.

“Campanha do Betinho”, nasce oficialmente em 08 de Março de 1993. Segundo FILHO (1993: 1-15)

“O primeiro comitê foi montado em Barra do Pirai (RJ) pelo próprio Betinho, no dia 24 de março. Além de ter arrecadado entre 12 e 15 toneladas de alimento, o comitê, sem nenhum funcionário, montou um centro de artesanato que garante o sustento de 30 famílias ... também formou agentes comunitários de saúde, criou uma horta e um laboratório de plantas medicinais para a fabricação de pomadas e produtos homeopáticos e lançou um programa de alimentação alternativa, à base de casca de ovo, de mandioca, de banana e farelo de trigo e de arroz”.

Criado em Barra do Pirai, o primeiro comitê reúne mais de três dezenas de entidades entre associações comerciais, sindicatos, bancos e igrejas de diversos credos. Verifica-se, assim, que a fundação daquele comitê teve três especificidades que irão caracterizar muito bem a “Ação da Cidadania Contra a Fome”: a multiplicidade de entidades dando ao movimento uma cara sem conotação classista política-partidária ou político-ideológico; a localização no Estado do Rio de Janeiro³⁰, referência inicial de articulação da campanha; e a participação de empresas públicas, principalmente dos bancos governamentais.

No mês de abril de 1993, os diversos segmentos envolvidos no planejamento da “Campanha Contra a Fome” estruturam propostas de frentes de trabalho tendo em mente atingir o caráter de Campanha nacional. Seguindo o princípio da Parceria, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) publica duzentos mil exemplares da Cartilha “Como Ajudar a Formar Comitês”. O Decreto Presidencial n.º 807 cria o CONSEA e os mais diferentes sindicatos – por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que discute a questão por mais de um mês – solicitam que seus filiados formem comitês.

³⁰ É na Unidade Federativa do Rio de Janeiro que está o IBASE onde Betinho trabalha e a Diocese de Duque de Caxias onde D. Mauro Morelli é bispo.

Como fruto da Campanha deflagrada, o mês de abril marca a instalação de diversos comitês em muitos Estados do Brasil. Das mais diversificadas maneiras a “Ação da Cidadania Contra a Miséria” começa a crescer. Em alguns lugares, o lançamento da Campanha é feito através de passeatas. Em outros, a instalação do comitê é através de um ato solene com a presença de pessoas importantes do mundo intelectual e artístico da nação.

Em junho de 1993, mais de duzentos e cinquenta manifestantes participam de uma passeata na Capital Federal. Ao final, Betinho e o Bispo de Duque de Caxias (Dom Mauro Morelli) – convocam, através de pronunciamento em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão – o urgente engajamento da sociedade brasileira para arrecadar alimentos, pois “quem tem fome tem pressa”.

Nessas considerações, a “Ação da Cidadania Contra a Fome” estrutura-se nacionalmente entre os meses de abril a julho de 1993 chegando, inclusive, a fundar o primeiro comitê do exterior na cidade de Roma, Itália. É também neste período que o Banco do Brasil engaja-se de maneira significativa, prometendo formar comitês na maioria de suas agências distribuídas pelo território brasileiro. Assim, em agosto daquele ano, a “Campanha Contra a Fome” já conta com mais de duzentos comitês.

Um dos maiores eventos do período inicial da Campanha foi o Show Musical realizado em 29 de agosto no Memorial da América Latina, na Capital Paulista, reunindo Djavan, Paulinho da Viola, Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, João Bosco, dentre outros artistas – quando então são arrecadadas nove toneladas de alimentos. A partir do sucesso do Show, o Jornal Folha de São Paulo começa a dar uma ampla divulgação para o movimento.

É pequena a participação dos empresários paulistas

Maior evento da campanha foi o show no Memorial

Bel Pedroni - 30 ago/73/Folha Imagem

Da Sucursal do Rio

É mínima a participação de empresários na campanha de combate à fome em São Paulo, que concentra cerca da metade da produção industrial no país. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), visitada no início do movimento por Betinho, não se engajou na campanha.

"Há uma grande simpatia por parte dos empresários, mas em participação direta não sei como está", disse o empresário Sérgio Mindlin, do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), um dos coordenadores da campanha no Estado. Mindlin está na campanha através do PNBE, mas a sua empresa, a Metal Leve, não faz parte de nenhum comitê.

O pastor evangélico Ariovaldo Ramos, da AEVB (Associação Evangélica Brasileira), que também integra a coordenação estadual, disse que a meta da campanha é formar 300 comitês na cidade de São Paulo até o fim do ano. Hoje eles são cerca de 50 em todo o Estado. "Ainda não virou uma febre, mas está começando a crescer", disse o pastor.



Show de Caetano Veloso no Memorial da América Latina

Segundo Ramos, a maioria dos comitês "é de base e não de cúpula": funcionários de estatais, universitários, religiosos e sindicalistas. "Acho que a classe média vê os pobres mais de perto nas ruas e sente a necessidade de uma ação imediata", disse o pastor.

A falta de mobilização não atinge apenas as empresas privadas: as empresas estatais no Estado também têm mostrado menos empenho na criação de comitês contra a fome. O contraste com o Rio de Janeiro e

Minas Gerais é grande, mas as razões do fenômeno ainda não estão claras.

O maior evento na capital paulista até agora foi o show no Memorial da América Latina no dia 29 de agosto, que reuniu Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Paulinho da Viola, João Bosco e Djavan. O show resultou na coleta de nove toneladas de alimentos. Em todo o Estado, o movimento encontra-se mais avançado na região de Jundiaí.

Na cidade do Rio de Janeiro, é dada uma imensa cobertura jornalística à “Semana da Arte Contra a Fome”, quando ocorre eventos em diversas áreas da cultura, envolvendo cerca de 500 artistas, dentre os quais pode-se citar os nomes de Tonia Carreiro, Maitê Proença, Malu Mader, Ricardo Blat, Rubens Correa, Fernanda Montenegro e Bibi Ferreira. A semana da arte começa com uma vigília ecumênica no dia 07 de setembro, no Jardim Botânico, e termina com o espetáculo “Cidadão”, encenado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com o ingresso sendo constituído por uma cesta básica.

Ainda dentro da “Semana da Arte Contra a Fome”, ocorre um “Arrastão de Arrecadação de Alimentos”, da praia do Leblon à Copacabana, um baile popular no Parque Garota de Ipanema e uma retrospectiva de obras dos últimos dois séculos sobre a temática da fome e da falta de cidadania.

Durante todo o mês de Setembro, mesmo depois do término da “Semana de Arte Contra a Fome”, muitas são as ações e declarações oriundas do meio artístico apoiando a “Campanha Contra a Fome”. MARINHO (1993: 05), por exemplo, coloca que *“mais de 93 profissionais da área de Vídeo já aderiram à Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida”*. Do Comitê de Artes Plásticas, PELLEGRINO (1993: 05) tem-se que

“O movimento liderado pelo Betinho Contra a Fome e Pela Vida exprime, a meu ver, forças muito profundas e vigorosas existentes no Brasil neste momento histórico, e será através destas forças que poderemos sonhar com um Brasil mais justo. Por isto, estou engajado neste movimento como psicanalista, como artista, como brasileiro e como sonhador”.

Em função da maciça manifestação de apoio por parte dos profissionais do meio artístico, o próprio Betinho chegou a destacar que quem primeiro aceitou o desafio de mudar – *“de criar um outro Brasil sem miséria e sem arrogância dos ricos”* – foi o

mundo da Cultura (Folha de São Paulo, 22 de set. 1993). Veja a seguir, alguns nomes do meio artístico que apóiam a “Campanha da Fome”.



Tom Jobim



Marina Lima



Malu Mader



Maitê Proença



Eva Wilma



Gilberto Gil



Caetano Veloso

Também apoiado pela “Folha de São Paulo”, no final de Setembro de 1993, ocorre uma partida de futebol – na preliminar do jogo entre as seleções de futebol do Brasil e Hungria – do time “Fome de Bola” contra uma equipe de veteranos da cidade de Belo Horizonte com vistas a arrecadação de alimentos para a “Campanha Contra Fome”. Tendo à frente o cantor e compositor Chico Buarque, o time “Fome de Bola” é composto, entre outros, pelos artistas Ângelo Antônio, Fábio Assunção, Marcos Winter e Paulo Gorgulho.

Paralelamente aos eventos do time “Fome de Bola”, dentro do princípio de parceria, a “Campanha do Betinho” associa-se à “Campanha Paz no Futebol” que, contando com o apoio das maiores torcidas organizadas dos times do futebol brasileiro, passam a não só coletar alimentos, mas também empreender esforços pelo fim da violência nos campos de futebol. Depois de tanto apoio advindo dos mais diferentes segmentos sociais, em outubro, o número de comitês em funcionamento ultrapassa três mil unidades.

Em dezembro de 1993, o jornal “O Estado de São Paulo”, principal concorrente do Folha de São Paulo, faz maciça divulgação gratuita do Show “Natal Sem Fome” de Daniela Mercury e Jorge Bem Jor no Estádio Pacaembu em São Paulo.

Por todo este “fermentar” da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida e pelo grande êxito do início da Campanha, entre os meses de outubro e dezembro, muitas publicações sobre a “Campanha Contra a Fome” vão sendo lançadas. Para GOHN (1997: 81)

“A Campanha toma conta do Brasil: realizam-se espetáculos ao ar livre ou em estádios e ginásios, com grandes nomes da música popular, objetivando a arrecadação de alimentos para o Natal. A comunidade do setor artístico-cultural aderiu significativamente à Campanha, ao contrário da maior parte da academia ... A própria ACCMV produziu na época dois vídeos para divulgar a Campanha em que Betinho caracterizava a fome como a face desumana do Brasil, que deveria se

tornar agenda de toda sociedade, dado o grave problema social que enfrentava.”

Desta maneira, o início das ações emergenciais da “Campanha da Fome” constituíam-se de iniciativas isoladas – individuais, de grupos pequenos, de amplos segmentos sociais etc. – e de iniciativas – mais permanentes através do funcionamento dos mais diversos tipos de comitês criados em quase todas as partes do Brasil por vontade da sociedade civil e/ou por iniciativa das Empresas Públicas. De acordo com HARAZIN e PEDRAL (1993: 86) nenhum comitê

“se parece em gênero, número ou grau. Há comitês do eu-sozinho e comitês nos quais o Brasil parece caber, como o do município de Mococa, interior de São Paulo. Mococa tem uma população de 58.410 habitantes, um prefeito do PL e um comitê de vinte pessoas do qual participa uma babel de entidades: Lions Club, Banco do Brasil, Mocidade Espírita, Departamento de Promoção Social da Prefeitura, Movimento Raça Negra, Rotary Clube, Tiro de Guerra, Seção OAB, Maçonaria, CESP, entre outras. Nos primeiros meses arrecadaram 17 toneladas de alimentos. Nos seguintes, pesaram 3.936 crianças para avaliar o índice de desnutrição (6,7%). Considerando-se que dois anos atrás a Câmara de Vereadores de Mococa votava a criação de uma creche para abrigar cavalos, pode-se afirmar que a ação da Cidadania deu um salto notável naquele município.”

Em pouco tempo, muitas histórias de sucesso são contabilizadas, pois em centenas de município espalham-se variadas experiências e diversificados trabalhos. Muitos órgãos e instituições públicas e privadas passam a participar do movimento. Por outro lado, a crescente contribuição de empresas e entidades representativas de classe também é significativa nos eventos e promoções voltadas para arrecadar alimentos.

O resultado de tudo isto é uma quantidade imensa de arrecadação e doação, o que acaba por exigir a criação do “Fundo Inter-Religioso Contra a Fome e Pela Vida” como instância designada para receber e distribuir os recursos doados diretamente à Ação da Cidadania. Segundo GOHN (1997: 94)

“A Campanha não havia preparado uma estrutura que comportasse o recebimento, planejamento e distribuição de grandes volumes de recursos. Não havia sequer linhas telefônicas suficientes para atender às ligações de doações. A criação do Fundo foi a solução articulada após várias reuniões entre o ISER e representantes do Movimento Inter-Religioso. Por ser formado apenas por ONGs religiosas, o Fundo passou a ser o pólo aglutinador dos religiosos da Campanha”.

Com o sucesso inicial da “Campanha da Fome” cresce, ainda mais, a participação do IBASE, do Betinho e do Comitê das Estatais no sentido de estimular a fundação de outros comitês. Como consequência, em 22 de Dezembro de 1993, todos os Estados brasileiros tinham sido mobilizados, num total de 3.346 comitês de participação na Campanha. Os números variam a cada dia com o surgimento de novos comitês, inclusive nas cidades de Miami (Estados Unidos), Santiago (Chile), Tóquio (Japão), Lisboa (Portugal) e Genebra (Suíça). Para SOUZA (1997: 09)

“Contrariamente ao que muitos pensavam, a solidariedade era um sentimento vivo na alma brasileira e a vontade de participar só esperava uma oportunidade que fosse ampla, livre, flexível, sem dogmas. Um movimento sem hierarquias, regras fixas, líderes disputando o poder da sociedade civil. Um movimento aberto a parcerias”.

2.2. Expressões Territoriais da Cidadania: Os Comitês Locais Funcionando Através de Parceria

Para SANTOS (1997: 272) “*a ordem local funda a escala do cotidiano e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e socialização*”. Seguindo este caminho MASI (2000: 107) acrescenta

“É no plano local que as pessoas aprendem sobre participação, pois é ali que se pode ver claramente a maneira pela qual nossas ações se refletem sobre a sociedade ... É ali que se sente na pele os problemas e onde se tem a vivência concreta da maneira pela qual a política pode interferir no rumo da vida. Para discutir os problemas e soluções do seu lugar ... basta um espaço apropriado para o diálogo e a percepção de que a opinião pode ter efeitos concretos.”

Estabelecida sob fortes laços de cooperação e socialização, em pouco tempo de existência “A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” expande consideravelmente, marcando presença em todo o país, através de aproximadamente 5 mil comitês locais distribuídos em 42 comitês de empresas públicas, diversos comitês universitários, 27 comitês estaduais, comitês de ONGs e outras organizações sociais.

2.2.1. O Despertar da Criatividade pela Solidariedade: Amostra de Ações Cidadãs.

Concordando com SANTOS (1997: 258) que “*o lugar é o responsável pelas mais diversas manifestações da Espontaneidade e de Criatividade*”, no âmbito das iniciativas da sociedade civil, são empreendidas as mais diversas (individuais ou de grupo) e criativas ações – nas áreas da alimentação, saúde, educação, infância, moradia, geração

de renda, participação política, etc. – com vistas a arrecadar alimentos contra a fome e promover a vida (renda e emprego) dos 32 milhões de brasileiros miseráveis.

Como exemplo de participação de iniciativa individual, pode-se citar o do cidadão chamado Osvaldo Damião Pereira que doa suas horas vagas como motorista para transportar gêneros alimentícios não perecíveis recebidos pelo “Comitê da Ação da Cidadania de São Paulo”.

Outro exemplo é o do feirante Rubens Pacheco que, durante dois anos (1993 e 1994), conseguiu, quinzenalmente, doações nas feiras livres cariocas. Os produtos arrecadados, em geral, um quilo de cada feirante, são recolhidos por uma Kombi cedida pelo “Comitê da Ação da Cidadania do Bairro do Flamengo” e transformados em um “sopão” que é servido a oitenta pessoas carentes, dentre quais quarenta crianças de 03 a 07 anos de idade.

Nas ações promovidas por entidades sindicais, tem-se que os profissionais da beleza mobilizados anualmente (1994 e 1995) pelo Sindicato dos Institutos de Beleza e Cabeleireiros do Rio Grande do Norte, com o apoio do “Comitê da Ação da Cidadania”, realizam uma campanha intitulada “Beleza Contra a Fome” que consiste num corte de cabelo em troca de dois quilos de alimentos para comunidades pobres.

Já em Brasília, empregando um horticultor e vendendo verduras a baixíssimo preço para famílias carentes, o “Comitê da Ação da Cidadania dos Bancários do Distrito Federal” desenvolve, durante o ano de 1993, uma horta orgânica com uma produção de quarenta cestas por mês.

Na área desportiva, contando com o apoio dos maiores supermercados e dos maiores jornais da cidade de São Paulo, uma interessante ação de arrecadação de alimentos promovida pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida foi “O Jogo da Paz: Sem Fome e Sem Violência”. Para assistirem à partida de futebol entre Corinthians e

Palmeiras, os torcedores levam “tickets” de compra de Mini-Cesta Básica no valor de R\$ 4,00 (quatro reais) que são trocados por ingressos. A nível operacional, os torcedores não precisam retirar as mini-cestas, pois as mesmas são entregues diretamente à “Campanha do Betinho”.

O JOGO DA PAZ

SEM FOME, SEM VIOLÊNCIA

CORINTHIANS X PALMEIRAS

17/09/95 - 19:00 hs

ESTÁDIO DO PACAEMBU

INGRESSOS: "TICKETS" DE COMPRA DE MINI CESTA-BÁSICA NO VALOR DE R\$ 4,00, QUE SERÃO TROCADOS POR INGRESSOS NOS LOCAIS ABAIXO RELACIONADOS:

PAES MENDONÇA - Penha
Av. Condessa Elizabeth Fobiano, 5.500

SÊ - Lj Raposo Tavares
Av. Mal. Fiuza de Castro s/nº

SÊ - Pça Panamericana
Pça Panamericana, 190

SONDA - Shopping Matarazzo
Rua Turissu - Pompéia

TULHA - Vila Prudente
Av. Prof. Luis de Anhaia Melo, 1363

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL
Av. Brigadeiro Luis Antônio, 917

ESTÁDIO DO PARQUE SÃO JORGE

PÃO DE AÇÚCAR
Extra Anhanguera
Av. Samuel Klabin, 193

PÃO DE AÇÚCAR - Perdizes
Rua Cardoso de Almeida, 472

BARATEIRO - Santana
R. Cons. Moreira de Barros, 2075

BARATEIRO - Santo Amaro
Av. Sgo. Geraldo Santana, 1491

ESTÁDIO DO PACAEMBU

ESTÁDIO DO PALESTRA ITÁLIA

Obs.: Os postos funcionarão de 12 a 16 de setembro das 8:00 às 22:00 hs. No dia do jogo não haverá venda de tickets e nem troca por ingressos.

O torcedor não precisa retirar a mini cesta.

A entrega será feita diretamente à Campanha do Betinho.



PROMOÇÃO



FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL

CAMPANHA CONTRA A FOME - BETINHO

Também na área do futebol profissional, Reinaldo – jovem jogador do Atlético Mineiro – participa de um jogo beneficente para as tribos indígenas de Minas Gerais. Com os recursos da bilheteria são comprados ferramentas, sementes, adubos e um trator para a plantação de alimentos.

Em outubro de 1995, com o apoio do “Fórum Estadual da Ação da Cidadania de Minas Gerais”, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, um outro exemplo da área desportiva é a realização em Belo Horizonte de um jogo de futebol entre atletas profissionais veteranos e artistas, onde são arrecadados alimentos destinados a creches que atendem trezentas crianças carentes e noventa famílias sem terra.

Como exemplo de parceria estabelecida em áreas de fronteiras internacionais, tem-se o “Comitê Quem Vem Com Tudo Não Cansa” de Livramento (RS) que com o “Grupo Solidariedade”, do Uruguai, organiza e implanta hortas em diversos setores da cidade beneficiando centenas de pessoas.

Dentro de uma data específica, no final do mês de dezembro, é desenvolvido pelo “Comitê Rio da Ação da Cidadania” o Projeto “Natal Sem Fome”. Como resultado, vinte mil cestas básicas são arrecadadas em 1993 e cinquenta e cinco mil em 1994.

Apesar das campanhas de arrecadação serem mais intensas nos comitês de São Paulo e Rio de Janeiro, o Projeto “Natal Sem Fome” é desenvolvido durante vários anos em muitos Estados brasileiros. O custo da cesta básica distribuída gira em torno de R\$ 15,00 (quinze reais) e é composta basicamente de arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo, fubá, leite em pó, sardinha, sal e molho de tomate.

Além do “Projeto Natal Sem Fome”, o “Comitê Rio da Ação da Cidadania” beneficia diversas famílias com projetos de geração de renda e emprego. Dentro desta preocupação, foram encaminhados e aprovados quatorze projetos nas áreas de produção agrícola, sapatos, bolsas e cozinhas industriais.

No que se refere a trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs), em 1994 a ÁGORA desenvolve em parceria com o Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana (BA), o Programa da “Cesta da Cidadania” que consistia no fornecimento de cestas de alimentos onde os beneficiados – famílias de baixa renda – contribuem com quarenta por cento do valor.

A Associação de Moradores do Bairro Jardim Santana de Porto Velho (RO), por sua vez, decide, através do trabalho voluntário, montar uma Padaria Comunitária que, além de atender um mil e quinhentos famílias carentes, gera renda e emprego. Já, a Associação de Moradores do Bairro Parque União de Timon (MA) oferece cursos de bordado, crochê, costura, marcenaria e confecção de sandálias atendendo permanentemente cerca de duzentas famílias.

Os exemplos são os mais diversificados possíveis e nos mais variados pontos do território brasileiro. No Estado da Paraíba, por exemplo, “O Comitê da Ação da Cidadania SOS Fome de Remígio” efetua – no ano de 1993 – um trabalho de combate à subnutrição infantil de quinhentos e cinquenta crianças que consiste num acompanhamento mensal do peso de crianças de 6 a 59 meses seguido do fornecimento de reforços

alimentares para estas faixas etárias. Ainda, na Paraíba, durante o segundo semestre de 1993, “O Comitê Contra a Fome de Princesa Isabel” entrega pratos de sopa diariamente para duzentas e dez famílias vítimas da falta de chuvas. Já em Fortaleza (CE), procedimento semelhante atende no período noturno setenta e cinco pessoas que vivem nas próprias ruas.

No Piauí, O “Comitê de Amarante” compra e organiza um terreno como também adquire ferramentas para manter uma horta que abastece trinta e cinco famílias com baixo poder aquisitivo. Os recursos financeiros foram provenientes da destinação de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de acordo com Lei aprovada pelos vereadores.

No Distrito Federal, “O Comitê Regional de Brasília” estabelece uma central telefônica constituindo “Um Cadastro de Receptores e Doadores” para fornecimento de bens, ferramentas e horas-livres de diversos tipos de profissionais, beneficiando cerca de quatrocentos e vinte pessoas.

O “Comitê de São José do Norte”, no Rio Grande do Sul – em parceria com a UNICEF – beneficia aproximadamente duas mil famílias de bairros pobres. Já, em Porto Alegre, com vistas a enfrentar a problemática da desnutrição infantil, o “Comitê Gaúcho” contribui na realização de um censo estatístico em duzentos e trinta e seis municípios sobre o estado nutricional das crianças com menos de sessenta meses de idade.

Ainda em Porto Alegre, beneficiando um total de oitocentas crianças, o “Comitê Gaúcho da Ação da Cidadania”, em parceria com a Brigada Militar, recolhe diariamente os excedentes da CEASA que são distribuídos para vinte creches elaborarem “sopões” balanceados tendo em vista o atendimento das necessidades de vitaminas e sais minerais das crianças atendidas.

A nível de território brasileiro como um todo, um trabalho importante desenvolvido pela Ação da Cidadania Contra a Fome, no ano de 1997, foi o “Programa Criança Contra a Fome e Pela Vida” o qual é fundado para mobilizar a sociedade brasileira em torno das Crianças. Para MORELLI (1994: 04)

“No Brasil, há uma concentração de poder, de riqueza e de miséria. A Ação da Cidadania com a trílice proposta de solidariedade, parceria e descentralização, é o caminho de esperança para a transformação de nosso país em uma sociedade justa. Se o país garantir a cidadania das crianças terá conquistado a paz social”.

Uma das conseqüências do “Programa Criança Contra a Fome” é o cadastramento do número, nome e endereço das crianças brasileiras desnutridas de zero a cinco anos de idade em todas as Macrorregiões Brasileiras.

**CRIANÇA
CONTRA A FOME
E PELA VIDA**



RELATÓRIO ANUAL 1994

**CONSEA/Comitês da Ação
da Cidadania Contra a Fome,
a Miséria e pela Vida**

AÇÃO
CIDADANIA CONTRA A FOME
E PELA VIDA

A partir disto, cerca de trezentas mil³¹ crianças são examinadas num trabalho conjunto da Pastoral da Criança e Comitês da Ação da Cidadania. Entre os municípios beneficiados podem ser citados Boa Vista (RO), Aroeiras (PB), Mococa (SP), Guarapuava (PR) e Cárceres (MT).

Por tantos exemplos citados, pode-se afirmar que o chamamento da Ação da Cidadania para a efetiva participação dos cidadãos neste movimento baseado pelos princípios da Solidariedade, Parceria e Descentralização atinge uma grande receptividade. Para BUARQUE (1999: 25), dentro de uma visão histórica e ética, isto é perfeitamente compreensível, pois

“esperar pelos governos nacionais pode significar adiar por muitos anos a solução de problemas que podem ser enfrentados de imediato, diretamente pela sociedade civil mobilizada.

A revolução das soluções simples pode ser feita por governos locais e muitas vezes por organizações não governamentais e mesmo pessoas individualmente. Até os anos 80, um jovem que quisesse colaborar para mudar seu país teria que necessariamente ingressar em um partido e seguir uma carreira política na busca de realizar a grande revolução social. Hoje, sem um modelo de revolução social disponível, mas com um projeto de mudar as prioridades com soluções simples, qualquer pessoa pode escolher o problema ao qual se dedicar, organizar um grupo interessado no mesmo assunto e ter uma participação ativa, tanto com forma de pressão sobre os governos, como sobre os agentes diretos efetivos.”

Se, por parte dos cidadãos comuns, a participação na “Ação da Cidadania Contra

³¹ Estes números estão especificados no Relatório Anual (1994) do Programa “Criança Contra a Fome e Pela Vida” numa publicação conjunta dos Comitês Contra a Fome e o CONSEA.

a Fome, a Miséria e Pela Vida” é grande, o mesmo também pode ser afirmado no que se refere ao trabalho de engajamento dos funcionários de diversas empresas estatais. Assim como os outros comitês da sociedade civil, os comitês das empresas públicas também estão presentes em quase todos os lugares do território brasileiro.

2.2.2- As Empresas Públicas: Comitês Contra a Fome e Contra as Privatizações

No início do ano de 1994, os Comitês Contra a Fome e Pela Vida criados no território brasileiro atingem um número próximo de cinco mil. Destes, metade são estabelecidos com o apoio de aproximadamente quarenta empresas públicas, muitas das quais com a decisiva participação dos próprios presidentes e diretores.

O “Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP)”, que fica conhecido como Comitês das Estatais, é oficialmente fundado em maio de 1993 por iniciativa de dirigentes de algumas estatais e da vontade de alguns funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Entretanto, desde o final de março de 1993, a partir da determinação do então Presidente Itamar Franco, algumas estatais – com destaque para o Banco do Brasil – já organizam comitês contra a fome.


A intensa penetração daquela instituição financeira nos mais diferentes lugares do território – mais de três mil agências, com fortes vínculos às comunidades locais – faz com que o próprio Betinho vá até Brasília convencer o presidente do Banco da importância e da necessidade do trabalho dos funcionários do Banco do Brasil na “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela vida”. O apoio oficialmente recebido permite o maciço engajamento da Associação Nacional dos Funcionários do Banco (ANABB).

O primeiro comitê daquela estatal é fundado em abril de 1993 na cidade de Lavras (MG). Rogério, um dos fundadores do comitê, diz que “quando eu era criança eu matava passarinho numa boa. Se eu contasse isso para minha filha, ela me olharia com horror, com a questão da fome, será igual”.

Passados seis meses, em setembro, os funcionários do Banco do Brasil no Estado de Minas Gerais já estão participando de trezentos e quinze comitês. E no país como um todo, os funcionários do Banco do Brasil e de várias outras estatais já participam de dois mil e trezentos comitês contra a fome, estando a maioria com o apoio de outras estatais.

Em múltiplas parcerias com a “Ação da Cidadania Contra a Miséria” é de grande destaque a participação do Banco do Brasil na “Campanha da Fome” por meio de financiamentos a projetos alternativos. Também importante é a sua participação através da cessão de espaços e equipamentos. Neste sentido, é comum e rotineiro encontrar comitês em várias partes do território brasileiro funcionando em prédios cedidos pelo Banco do Brasil e pela Associação dos Funcionários do próprio Banco³².

³² O Banco do Brasil da cidade de Catalão (GO) está subordinado ao CESEC/Banco do Brasil da cidade mineira de Uberlândia localizada a cento e cinco quilômetros de distância.

BANCO DO BRASIL S.A.  TELEX	06429BB BR 2303627BBSAA BR	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center;">BANCO DO BRASIL S. CATALAO (50)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">PROTOKOLO</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">21 SET 1993</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">INTEGRADAS</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">21/09/93</td> </tr> </table>	BANCO DO BRASIL S. CATALAO (50)	PROTOKOLO	21 SET 1993	INTEGRADAS	21/09/93
	BANCO DO BRASIL S. CATALAO (50)						
	PROTOKOLO						
	21 SET 1993						
	INTEGRADAS						
	21/09/93						
	CESEC UBERLANDIA(MG)1948-8 // TODAS AS AGENCIAS						
	CHEFIA 27092						
	***** RETRANSMITIMOS ABAIXO MENSAGEM ANABB - 438, DESTA DATA *****						
	- ANABB - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL BRASILIA-DF, 21 DE SETEMBRO DE 1993.						
<u>CAMPANHA CONTRA A FOME E A MISERIA</u>							
<p>CONSIDERANDO AS AÇÕES DE CARATER NACIONAL A SEREM DESENVOLVIDAS PELA ANABB, ESTAMOS ATUALIZANDO DADOS E CADASTRANDO TODOS OS COMITES LOCAIS, SOLICITAMO-LHE COM A MAIOR BREVIDADE POSSIVEL, A REMESSA DOS SEGUINTES DADOS:</p>							
<p>NOME DO COMITE, ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, FAX-SIMILE, TELEX, NOME DO RESPONSAVEL PELO COMITE, NOME DOS FUNCIONARIOS DO BB (MAXIMO DE TRES QUE COMPOEM O COMITE, PRINCIAPIS AÇÕES DESENVOLVIDAS, NUMERO TOTAL DOS MEMBROS DO COMITE.</p>							
<p>OS INFORMES PODERAO SER ENVIADOS VIA MALOTE, TELEX-614403, FAX-(061)225-4513 OU TELEFONE-(061)225-4155, AOS CUIDADOS DE MARILDA OU CAROLINE.</p>							
<p>JEG//AAS 17.26* 2306439BBSA BR 2303627BBSAA BR</p>							

Assim, a Ação da Cidadania tem um forte apoio do Governo Federal. Porém, além do aval pessoal do Governo do Vice-Presidente, que agora se tornar presidente – no lugar do Ex-Presidente afastado por falta de ética na política num país marcado por 32 milhões de pessoas passando fome – um outro motivo pode justificar o engajamento dos funcionários das Empresas Públicas brasileiras: a defesa da crítica ao gigantismo estatal com seu alto preço e pouca eficácia.

Membro de um comitê de um conjunto habitacional de Belo Horizonte (MG), Adilson Potratz – técnico da Estatal Furnas Centrais Elétricas – deixa bem claro isto ao dizer que “o funcionário público das estatais é visto como um come e dorme à custa do país, então quer mostrar à sociedade que não é parasita.” (HARAZIN e PEDRAL, 1993).

Portanto, somado aos interesses humanitários, a participação das empresas públicas na “Campanha da Fome” faz parte de um objetivo estratégico de resistência dos funcionários às políticas neoliberais de privatização das estatais. O próprio Betinho, por diversas vezes, manifesta o seu apoio pessoal – e é claro também da Ação da Cidadania que luta pela geração de trabalho e renda – na manutenção dos empregos dos funcionários públicos.

Como exemplo, num dos artigos, entre os vários publicados no Jornal da Cidadania em defesa das empresas públicas e, em especial, do Banco do Brasil, SOUZA (1995: 12) é enfático

“a história do banco é ... reconhecida como uma das melhores empresas públicas do país, ao lado da Petrobrás e da Vale do Rio Doce. As práticas políticas não foram capazes de destruir a seriedade, a grandeza, a eficiência e a força do BB. É exatamente por todas estas qualidades que o banco é objeto do desejo e da disputa de tantos interesses... Mas isso parte também do reconhecimento de que o governo não é proprietário absoluto do Banco do Brasil. O BB é um ator político importante, especialmente em cidades do interior onde agências são motores de desenvolvimento. Por estar enraizado na sociedade e constituído como instituição nacional, o Banco do Brasil tem papel estratégico na irradiação de políticas de governo... É com os funcionários do BB que a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida se espalha por todo país e monta oficinas de costura, padarias e hortas comunitárias, creches, cursos profissionalizantes e todo tipo de iniciativa capaz de distribuir dividendos sociais.

O Banco do Brasil é uma instituição que se sustenta com um pé no mercado e um pé na sociedade e que não pode, portanto, levar em conta apenas os critérios do mercado para fazer suas mudanças. A reestruturação, para ser democrática, precisa ser feita com negociação. A negociação, para ser ampla, precisa ser feita entre governo, funcionários e os mais diversos setores da sociedade. O BB é uma empresa pública e sua principal vocação é social. O mercado não pode, portanto, ser a referência essencial de qualquer mudança...

O Banco do Brasil vive hoje um conflito entre um banco social, com um corpo de funcionários respeitado e capaz de cumprir este papel, ou de ser sempre o Banco de D. João VI, credor do erário público e o banco da inadimplência privada. A solução deste conflito está na sociedade, que precisa responder a uma grande questão: de que Brasil é este banco?"

O entrelaçamento constante das Empresas Públicas Brasileiras com os trabalhos desenvolvidos sob o âmbito da “Ação da Cidadania Contra a Miséria” acaba por gerar conflitos com um grupo de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores que há muito tempo já lutam contra a privatização dos serviços públicos. Exemplo claro deste atrito está em um editorial intitulado “A fome é nossa”, do Jornal “O Estado de São Paulo”, no qual Herbert de Souza é denunciado por ter se transformado no patrono das estatais.

Com ou sem conflito, a verdade é que, ao longo da “Campanha da Fome” será uma constante a adesão dos funcionários públicos aos trabalhos da “Ação da Cidadania Contra a Fome” e contra o próprio desemprego. De que Brasil é este banco? De que Brasil são estas estatais?: serão perguntas frequentes. A resposta é que as estatais se sentem mais ligadas aos problemas sociais do país e os funcionários públicos, além de ajudar os miseráveis, procuram também repensar o país ... lutar pela vida dos brasileiros carentes!

No fundo, a maciça adesão das estatais possibilita recursos que são importantes na estruturação e divulgação dos Comitês. Além da arrecadação de alimentos, os Comitês das Empresas Públicas tornam-se marcantes por também atuarem em projeto de geração de

renda, educação e emprego dentro de suas respectivas áreas de trabalho. Desta maneira, os exemplos são os mais diversificados possíveis ao longo do território brasileiro.

Em Porto Alegre (RS), um grupo de servidores do Ministério Público Federal implanta um comitê que mantém a alimentação de uma creche que atende aproximadamente cento e trinta crianças. Além disso, são feitas campanhas específicas de arrecadação de brinquedos e materiais escolares.

Tendo em vista alimentar uma família de cinco pessoas, o “Comitê de Funcionários da Caixa Econômica Federal de Santa Helena (PR)” cria um projeto cujo objetivo é preparar o solo e formar canteiros em uma área de trinta e cinco metros quadrados nos próprios fundos de quintal. O comitê patrocina os insumos necessários e fornece orientações técnicas de engenheiros agrônomos.

Ainda no Paraná, o “Comitê dos empregados da CEF de Curitiba” passa mensalmente tickets-alimentação para a entidade “Lar Evangélico” fornecer almoço diário a trezentas crianças, bem como para o “Albergue noturno de Mandaguari” que oferece jantar, pernoite e café da manhã para cento e quarenta pessoas por mês. Há milhares de quilômetros de distância, o “Comitê dos Empregados da Caixa Econômica Federal de Porto Velho (RO)” tomam conta dos trabalhos da “Creche André Luiz,” fornecendo alimentos para garantir as refeições diárias de noventa crianças carentes.

De julho de 1994 à dezembro de 1994, com a contribuição mensal de um mil e duzentas pessoas, o “Comitê da Ação da Cidadania dos Funcionários do BANESPA de São Paulo (SP)” financia vinte e um projetos de geração de renda e emprego num valor total de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). Por sua vez, de agosto de 1993 a dezembro de 1994, o “Comitê dos Funcionários do Banco do Estado do Ceará de Fortaleza (CE)” remunera monitores para dar cursos de bordado, pintura em tecido e tricô para trezentos e vinte adolescentes que correm risco de se tornarem prostitutas. Com o resultado dos

trabalhos realizados são feitas exposições nas agências do Banco e os recursos arrecadados vão para a escola para comprar novos materiais, permitindo assim, a continuação dos trabalhos.

Os exemplos de comitês formados com o apoio do setor bancário são inúmeros. Entretanto, será o Banco do Brasil que terá o maior número de funcionários envolvidos com os trabalhos de arrecadar alimentos, gerar renda e emprego, no âmbito das parcerias estabelecidas pela “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”. No Rio Grande do Sul, por exemplo; “Comitê da Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil de Porto Alegre” contribui, em parceria com outras entidades, para o financiamento de todo o material de construção para ampliação da “Creche Alvorada”. Foram novos cento e sessenta metros quadrados construídos com mão-de-obra da comunidade em forma de mutirão.

Na área de projetos do setor de reciclagem de papel, o “Comitê de Combate a Fome de Chapecó (SC)”, que conta com apoio do Banco do Brasil e diversas outras entidades parceiras, atende vinte e cinco pré-adolescentes com alimentação balanceada, bolsa de salário escola, orientação psicológica e assistência médico-odontológica.

Em parceria com igrejas, Banco do Brasil e outras Empresas Públicas o “Comitê da Ação da Cidadania de Naviraí (MS)” implanta o projeto “Cinturão Verde”, tendo como objetivo a geração de renda e empregos a partir da compra de sessenta hectares de terras que são colocados à disposição de quinze proprietários que almejam trabalhar com produtos hortifrutigranjeiros.

No Mato Grosso, o “Comitê dos Funcionários do Banco do Brasil de Alta Floresta” transfere mensalmente vinte e oito tickets-refeição à uma Fundação da Cidade, que compra produtos básicos para a elaboração de alimentação alternativa de alto valor calórico. Além de repassar os alimentos para as mães de famílias pobres, também são

repassados conhecimentos para que as famílias possam elaborar suas próprias cestas básicas com custos diminutos. Já em Currais Novos (RN), durante um ano, o “Comitê da Cidadania dos Funcionários e Estagiários do Banco do Brasil,” com os recursos oriundos do vale alimentação, fornece um mil e oitocentas cestas básicas às famílias de comunidades rurais vítimas da falta de chuva. Peças de vestiários, calçados usados e leite em pó acompanham as cestas básicas doadas.

Em Florianópolis (SC), o “Comitê das Estatais”, em parceria com as Universidades Federal e Estadual, a TELESC e diversas igrejas, beneficia cem famílias através de duas campanhas complementares (“Adote um Educando, Adote um Educador”), onde um grupo de empresas ou pessoas adotam um estudante carente até a conclusão do segundo grau ou um educador para trabalhar na área de reforço da aprendizagem nas comunidades pobres.

O “Comitê de Curvelo (MG)”, fruto de uma parceria do Banco do Brasil com a União Municipal das Associações Comunitárias, atende aproximadamente seiscentos pessoas no Projeto “Cozinha, Escola e Padaria comunitária”. O grupo de produção é composto de oito pessoas que produzem e ensinam a fazer doces, bolos, biscoitos e pães que são vendidos a preços bem menores do que o usual. Com a renda advinda das vendas dos produtos são realizados cursos mensais sobre alimentação alternativa de boa qualidade nutricional.

Beneficiando cerca de quase trezentos famílias estabelecidas em três áreas de Reforma Agrária, o “Comitê Rio da Cidadania” – em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – adquire um trator com equipamentos complementares necessários ao preparo de terras para plantio em Florianópolis. Também envolvendo trabalhos apoiados por Universidades, o “Comitê Lavrense de Combate à Fome e à Miséria” – em parceria estreita com a Fundação

de Pesquisa, Ensino e Extensão Rural da Universidade Federal de Lavras – desenvolve uma horta comunitária que responde pela criação de emprego e renda para doze famílias. O projeto contempla assistência médica-odontológica aos familiares dos pequenos produtores rurais e o adiantamento de um salário mínimo mensal até a venda dos produtos plantados.

Por sua vez, estudantes e professores do Departamento de Agricultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desenvolvem cursos de extensão assessorando cientificamente trabalhadores rurais sem terras nas próprias vilas dos assentamentos já estabelecidos. Ainda na área de cursos, o “Comitê dos Empregados da EMBRATEL de São Luís (MA)” mantém uma série de projetos que, dentre outras iniciativas, desenvolve cursos de cerâmica e eletricidade para adultos com pouca qualificação profissional.

Aliada nos trabalhos de vários comitês espalhados pelo Brasil, a EMBRATEL torna-se uma importante parceria da “Ação da Cidadania Contra a Fome” à medida que ajuda a patrocinar o “Jornal da Cidadania”, o qual se torna, por mais de cinco anos, o principal veículo de Comunicação das ações emergenciais e estruturais da “Campanha de Fome”.

ACÇÃO
 Para ajudar a combater a fome, devore este jornal.

A Embratel, que apóia a Campanha Contra a Fome desde o início, agora também apóia este veículo.

EMBRATEL
 EMPRESA DO SISTEMA TELEFÔNICO

A dor que não sai nos jornais



Desejos de mortos e desaparecidos. Cemetas de feridos. Mais de 300 feridos incinerados. Uma população de mais de 1.300 pessoas desolada e depois abandonada à própria sorte. Esse é o resultado do massacre dado ao drama dos sem terra em Corumbá, Rondônia.

Entre no local, com uma delegação da Central Única dos Trabalhadores (...) para prestar solidariedade às vítimas do massacre realizado pela Polícia Militar. Visitamos as famílias e vimos as corpos das pessoas assassinadas no Hospital de Vilhena. Enxurradas armadas, à queima roupa e pelas costas. Alguns feridos estavam em estado grave. Os que conseguiram falar, ainda chocados com os acontecimentos, narraram que foram forçados pelos policiais a deixar no chão, em seguida espancados com pedaços de madeira e chibatão. Crianças, mulheres e homens. Alguns eram apunhalados. Uma motoneta foi utilizada como instrumento de tortura. Denunciaram que havia pessoas que tiveram mãos amputadas e depois degoladas.

Reunidos para Conselho de Oeste, para onde os sobreviventes foram levados em caminhões, algumas das mulheres com crianças ao colo. Lá ficaram presos na delegacia, no galpão de esporões e num galpão. Foram novamente espancados nos locais de detenção. Após a mobilização do povo local foram soltos. Porém, à saída do galpão e do galpão, tinham

de se ajoelhar diante de seus corpos para serem identificados e depois liberados. Admitiu, perguntaram por familiares desaparecidos e denunciaram a incineração de corpos no acampamento (pádua do...) Crianças, em estado de choque, olham as estatuetas para se lembrar que lhes prestaram assistência e forneceram alimentos.

Seguimos para a Fazenda Santa Elina, em Corumbá, o local do massacre. (...) O local não permanece intacto com um cenário de guerra. O acampamento totalmente destruído pelo fogo. Manchas de sangue pelo chão. Manchas de latas nas árvores e nas paredes de latas que ainda não haviam desabado. (...)

A mesa Central está trabalhando ao apelo e à solidariedade urgente aos sobreviventes. Alimentos, roupas e medicamentos devem ser enviados à CUT Rondônia, Rua Paulo Leal 1.478, Favela Velha, CEP 78.916-200 e contribuições financeiras depositadas no Banco do Brasil, em nome da CUT Rondônia, conta número 11040-3, agência 3181-3.

Exigimos a apuração rigorosa dos fatos e punições certas das responsáveis pela chacina. (...) Os jornais foram vendidos, lustrados e escondados. Foram surpreendidos de madrugada, quando dormiam. (...) São trabalhadores que vivem diariamente, garantem seu sustento com o suor de seu trabalho. São marginalizados e não marginal. Seu sofrimento precisa ser visto. A imprensa agitada é ultra-repressiva e urgente.

É a a repressão que o governo não quer fazer.

Xabi Wernat Neto
 Secretário geral da CUT

Cadê a solidariedade?



O Ministério da Previdência e Assistência Social emita correspondência ao Fórum Cearense de Ação da Cidadania (...) É a cópia da carta de uma cidadã de Fortaleza remetida ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A cidadã faz, humildemente, um apelo ao presidente para que este lhe conceda "uma ajuda para comprar alimentos que possam pagar, pelo menos, uma mês". Sua situação de vida não é diferente da situação da maioria dos brasileiros: professores prejudicados, ensino de família, pais desempregados, doentes, sem acesso à medicina e à prestação de saúde na situação de apuro. (...)

Prezavelmente, foi esse o verdadeiro motivo que ela encontrou para apresentar uma situação das desempregadas, emigradas, solteiras, para lhe socorrer, em seu programa de rádio *Alô Brasil* no Programa do pela ampla divulgação do Programa Cidadania Solidária — uma proposta, emergencial do governo de combate à fome e à miséria do país. Lado erguido!

A *Alô Brasil* do Presidente é um dos instrumentos que o governo está utilizando para apressar o sistema de seus serviços: ele não pode mais ver, não conhece os problemas, se preocupa pouco e quer nos ajudar. A proposta do Programa Cidadania Solidária continua diluindo e impedindo, não existem recursos para se praticar ações do programa. (...)

Na verdade, a preocupação, o maior apelo dos segmentos vulneráveis da sociedade, é encontrar esse tipo "diálogo da solidariedade". Mas, onde está a "parceria solidária" do Programa Cidadania Solidária? (...) Será que a sociologia tem outra definição para a solidariedade? (...) Infelizmente, no lugar da solidariedade, a SOLIDÃO, pois se encon-

tra nome "situação de quem vive isolado em uma comunidade".

Como dizer para o professor que esse sacrifício "está fora da ordem mundial"? Como lhe dizer que não há de investigar, as mulheres e tantos outros grupos vulneráveis estão fora de lógica política do governo, que nenhum tipo de política social foi até agora implementada, na perspectiva de redução da desigualdade social, que a reforma do Estado em curso, subordinada aos interesses internacionais e centrada no mito do crescimento, não se revertirá em educação e saúde de qualidade, na universalização da educação, na redistribuição de renda ou em uma maior especialidade de vida para o conjunto da população nacional? (...)

Para não fugirmos aos princípios da Ação da Cidadania, "uma ação étnico-política, articulada pela solidariedade, que se exercita através da construção e da prática", vamos ler que se diz tudo isso. Mas vamos dizer também que a solidariedade que defendemos pressupõe igualdade e não subordinação; que ela pode se juntar a tantos outros que, na Ação da Cidadania, estão conquistando espaço na definição de políticas públicas voltadas para os interesses da população marginalizada. (...)

Sim, Sr. Presidente, não vamos esquecer a perspectiva do professor, não não da forma como nos fala de Gilberto Teó, Vitoria combativa e integradora. Cidadã da Cidadania do Ceará, na perspectiva de suas identificações e causas de redução para o seu problema imediato. O Fórum Estadual de Ação da Cidadania do Ceará tem anunciado seu repúdio a esta atitude do governo Fernando Henrique, pois tentamos ouvir e desce a de declarar a responsabilidade que deve ter para com os cidadãos de todo país.

Magnólia Almeida, 2001
 integrante do Fórum Cearense de Ação da Cidadania e diretora da Associação Brasileira de ONGs (ABONG)

A PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro) é uma outra empresa estatal que muito apóia o “Jornal da Cidadania” através de recursos financeiros para projetos voltados para o atendimento de populações carentes.

A Petrobras está ensinando a pescar. E aqui estão os peixes.



Da um salmo profeta bíblico que não adizta só dar a peixe. Que é preciso ensinar a pescar também.

E foi assim, sabidamente, que em 1984 a Petrobras criou o Programa Plantando o Futuro Um Programa que coloca a Petrobras em contato direto com as populações carentes em várias partes do Brasil.

O Plantando o Futuro tem um objetivo básico: ensinar e incentivar crianças e jovens a plantarem legumes e verduras para completar a sua alimentação. Para você ter uma idéia da dimensão do Programa, já temos 150 hortas alimentando nossos pequenos alunos trabalhadores, suas famílias, hospitais, creches, aulas e associações de moradores das comunidades em que eles vivem.



PLANTANDO O FUTURO

A quantidade de legumes cresce tão bem quanto as legumes e verduras que os nossos jovens plantam: 20% a mais a cada ano. E estamos produzindo mais de 55 toneladas por mês. Já semeamos hortas comunitárias em Angola dos Reis (RJ), Belém (PA), Caibariete (MS), Campos (RJ), Estrela (RS), Macaé (RJ), Magé (RJ), Rio de Janeiro (RJ), São José dos Campos (SP), São Mateus do Sul (PR), Mata de São João (BA) e Montenegro (RS).

Para desenvolver o Programa, a Petrobras faz convênios com as principais entidades agrícolas.

E você pode ter certeza: quando nossos meninos e meninas aprendem a lidar com a terra, a gostar desta relação prazerosa do plantar e do colher, as famílias deles também acabam se interessando.

O efeito do Programa, então, se multiplica por mil!

A Petrobras distribui, gratuitamente, os sementes de cenoura, beterraba, salsa, alface, beterraba, abóbora, ervilha, espinafre, repolho, tomate, pimentão, almeirão, cebola e feijão-verde entre outras.

Uma delas é fundamental para o Brasil: a semente do arrozalhão que é a variedade de arroz tradicional no combate à fome.




PETROBRAS

Fonte: A PETROBRÁS está ensinando a pescar. **Jornal da Cidadania**, p. 12.

Além de ser um dos patrocinadores do Jornal da Cidadania, a PETROBRÁS também cede sessenta e três poços perfurados nas áreas secas e extremamente pobres do sertão baiano, onde, em vez de petróleo, acharam água doce de boa qualidade.

Na verdade, no que se refere aos tipos de iniciativas, projetos e atitudes, os exemplos oriundos de empresas públicas que aderem e apóiam os trabalhos da Ação da Cidadania são inúmeros. Muitas serão as empresas que darão a sua cota de participação através de Ações ligadas à própria área de trabalho. Como exemplo, em Teresina (PI), o “Comitê Bueno Aires da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)” direciona suas iniciativas no atendimento a setenta famílias carentes, onde os técnicos fornecem parte das terras da empresa na área suburbana da cidade bem como assistência técnica permanente às atividades de plantio.

Já no Estado de Goiás (GO), a atriz Glória Pires e o marido, o músico Orlando Moraes, cedem cento e cinquenta hectares de terras para a EMBRAPA desenvolver um projeto de produção de arroz para famílias carentes. A Secretaria da Assistência Social do Ministério da Previdência consegue os recursos necessários para o custeio da lavoura e os técnicos da EMBRAPA respondem por todas as etapas do plantio e da colheita. Somado à cessão de suas terras, a atriz Glória Pires se dispõe, por diversas vezes, em defender publicamente o “trabalho do Betinho” através de entrevistas na mídia impressa.

"A condução da reforma agrária está errada"

No final do mês começa a colheita de arroz plantado nas terras que a atriz Glória Pires e o marido, o músico Orlando Moraes, cederam à Ação da Cidadania, no estado de Goiás. O produto será distribuído a famílias carentes, permitindo alimentar cerca de 6 mil pessoas durante um ano. Uma das atrizes principais do filme O Quatrilha, indicado para o Oscar 96, e la fala também no *Jornal da Cidadania* sobre as diferenças entre a realidade agrária mostrada no filme e a situação do país.

O que a fez tomar a iniciativa de cessão das terras?

Fui procurada pelo Getúlio (Getúlio Brinã, do Comitê da Ação da Cidadania) da Embapa (Empresa Brasileira de Projetos Agropecuários). Falei com o Criando, era algo que a gente tinha que fazer. A gente sempre trabalha com solidariedade, ajudando pessoas e entidades.

O que você sente quando pensa no que estará proporcionando a essas famílias?

Fico superemocionada. Depois que a gente tem filho, muda muito a maneira de ver as coisas. Tudo o que vejo com os olhos imagino que fosse comigo. Fico aliviada de poder estar fazendo alguma coisa. É pouco, mas fico feliz de a oportunidade ter aparecido.

Qual a sua relação com a terra?

Essa fazenda é dentro das terras da avó do Otávio. Fomos dois filhos, que nós compramos há mais de um ano. A gente cria boi. Gosto muito da fazenda. Fobou aqui há quase três meses, dialeto, nesse período de férias. Normalmente, não dá para ficar tanto tempo assim, mas eu não falo.

Tam recebido apoio à sua iniciativa?

Total. Pessoas na rua, políticos, todos têm se manifestado a favor. Temos que lembrar que somos responsáveis também. Pensar que tanto alimento é estragado nos armazéns, isso caso de alimento sendo desperdiçado... Isso é uma loucura. A morosidade da justiça no país é incrível, a gente escuta as denúncias e ninguém toma providência para apurar.

Você gostaria de ser seguida na sua iniciativa?

Muita gente está sabendo e se identificando a favor, achando que realmente quem pode tem que fazer. Não houve crítica. Só mud' coisas a favor. No meio artístico, estão sei, porque estou praticamente direto aqui na fazenda.

Há alguma relação entre sua atitude e a reforma agrária?

A reforma agrária precisava ser vista de forma séria, porque o Ibrca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é relação de má fé. Tenho um caso da minha sogra, que teve as terras desapropriadas e até hoje não recebeu a indenização. Ela ficou viúva. Tem um diário que diz: "Terra de viúva não tem dono". As pessoas não têm preparo. Outro dia estava lendo na Folha (de São Paulo) sobre um prefeito do Sul do país que está fazendo uma cessão de terras, como se fosse uma preparação. Isso é um projeto



O ideal seria que o governo resolvesse a situação dos alimentos entregados e que também cada pessoa assumisse a sua responsabilidade como cidadão

bem, porque as pessoas aprendem realmente a viver da terra. Elas não vão trocar aquela terra por um saco de arroz. As pessoas têm que ter como manter a terra. A condução da reforma agrária é totalmente errada. Você é a favor, mas não da forma como é conduzida?

Precisa de reforma agrária, mas seria, bem feita, sem demagogia, feita com responsabilidade. Lidar com a terra custa dinheiro. Tudo é caro, o equipamento, o adubo, os produtos... Não é simplesmente distribuir a terra e dar para todo mundo. É muito fácil e bonito falar isso, mas tem a prática, que é a sobrevivência, as pessoas precisam ter dinheiro para meter a terra, já que o governo incentiva pouco. Não é assim. Sai tomando a terra, desapropria, depois não paga, as pessoas que receberam a terra também já não estão mais com a terra, já venderam, muitas vezes por um preço baixo. Isso não é ilusão.

O contrato de cessão é por tempo indeterminado?

É por tempo determinado, porque nós criamos boi, precisamos de espaço. A cessão vai ser por esta colheita agora. Depois, o país

já estará formado. Quando for procurada, fique com medo, porque medo de medo de política. Fiquei com receio, mas como o Getúlio me mostrou um filme que ele tinha feito com o Belinho, eu fiquei confiante. Particular do projeto do Belinho é maravilhoso.

Mas qual era o seu temor?

Medo de me meter com político. São muitos interesses. Mas como era algo do Belinho, ficamos tranquilos. Eu tinha medo de os políticos utilizarem essa iniciativa, mas o pessoal da Embapa foi muito sério: Você acha que essa atitude servirá de exemplo?

Acho que sim. O ideal seria que o governo também resolvesse a situação dos alimentos estragados e, claro, que as pessoas continuassem fazendo o possível, tomando cada um sua responsabilidade como cidadão, ajudando a quem precisa.

Você não gosta de fazer divulgação de suas iniciativas sociais?

Eu tenho muito medo de piangue. Tenho medo de que as pessoas podem fazer. Uma coisa que às vezes é boa, se uma pessoa interpreta mal, fica complicado, não tem como explicar. Embora neste caso a divulgação seja necessária para que sirva de exemplo e outras pessoas possam fazer o que for possível.

Em relação ao filme O Quatrilha, que diferença você faria entre a luta pela terra naquela época e a realidade de hoje?

O filme tem um dado heróico-romântico. Mostra pessoas que partem para um desconhecido, que lutam com todas as dificuldades para sobreviver, se manter ali e chegar a algum lugar com seus filhos. É muito heroica e poderosa a luta. O que mais atrai no filme é justamente essa atitude heróica. É impossível imaginar isso acontecendo hoje em dia. Todos que comentaram comigo sobre o filme me disseram que saíam do cinema com uma sensação boa, uma força, uma esperança. Tem muito a ver com esse aspecto heróico que os personagens têm na posse pela terra e em sua manutenção.

Seria algo fora da realidade de hoje?

Não tem nada a ver com a luta pela terra que acontece hoje. Os tempos são outros. Já foi possível lutar pela terra da forma retratada no filme. Não é mais. Tem muita relação com a responsabilidade. Todo mundo se esquece de uma responsabilidade que todo cidadão tem, tem a ver com a falta de ética. Eu sinto as pessoas muito individualistas.

Em junho, Glória e Celso cedem 150 hectares para o projeto da Ação desenvolvida pela Embapa, em Goiás. A Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência dará sorvetes, adubos e se comprometeu a reparar R\$ 50 mil para o canteiro. Técnicos da Embapa são os responsáveis por todos os etapas do plantio e colheita do arroz. Desde o ano passado, a Embapa destinou o mesmo projeto em 450 hectares do fazendeiro Getúlio Gonzaga, também de Goiás. As duas colheitas vão alimentar 4 mil famílias pobres por um ano.

Para Glória Pires, mesmo sendo pouco, é motivo de alívio poder estar fazendo alguma coisa através do princípio da solidariedade. Ela acrescenta que a Reforma Agrária precisa ser vista de forma séria, bem feita, com responsabilidade e sem demagogia. Seguindo o exemplo da atriz, o fazendeiro goiano Geraldo Gonzaga cede quatrocentos e cinquenta hectares para que o mesmo projeto da EMBRAPA possa se expandir e buscar atender quatro mil famílias pobres do Estado durante doze meses.

Também atuando em suas respectivas áreas de trabalho, pode-se ainda citar as empresas públicas de produção de energia elétrica que estimulam a produção de peixes em larga escala nas próprias barragens, tendo como objetivo a complementação alimentar das famílias pobres atendidas pela Ação da Cidadania Contra a Fome. Os trabalhadores da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) Xingó, Paulo Afonso, Teresina e Recife vão além ao ceder terras para a implantação de hortas comunitárias e ao doarem um percentual de seus salários para a “Campanha da Fome.”

Como na maioria das estatais envolvidas, o engajamento dos funcionários do Setor Elétrico Brasileiro tinha, também, o objetivo de alertar sobre riscos sociais presentes com a provável e iminente privatização das empresas públicas. Neste sentido, NORONHA (1996: 06) é contundente

“A privatização de serviços públicos essenciais, como luz, água e telefonia, pode agravar a exclusão social no Brasil, por falta de regras claras que impeçam a deteriorização do atendimento e o aumento do preço das tarifas para os pobres ... mesmo nas mãos da iniciativa privada, esses serviços continuam públicos, ou seja, têm de ser considerados universais.”

Assim é chamada a atenção para a possibilidade de um atendimento ruim e para uma elevação dos preços das tarifas caso ocorra a privatização das empresas públicas

(ANDRADE, 1997). Independente de estarem ou não lutando contra a deterioração das próprias condições de trabalho, a participação dos funcionários das estatais é extremamente importante para a consolidação da “Campanha do Betinho.”

Consideração importante também merecem as ações oriundas da sociedade civil organizadas nos comitês em funcionamento. Portanto, dentro de um espírito de Criatividade e Solidariedade, a lista de exemplos advindos tanto das Empresas Públicas como da Sociedade Civil parece interminável. No delimitar de FREITAS e VALENTE (1994: 05)

“Durante todo este trabalho sonhamos com mudanças, sabendo que nossa proposta era algo novo e portanto muito difícil de realizar. Entretanto, o relato dos comitês demonstra que é possível mudar. O que se consegue a cada dia são de fato ações ainda que pequenas, mas que já apontam uma nova história a ser construída. Uma história de solidariedade e parceria, onde cada um tem o seu papel, sua responsabilidade política. Enquanto sociedade temos que continuar sem tréguas, a lutar pela cidadania de todos os brasileiros, exigindo dos governantes compromisso público, engajamento concreto, ação efetiva para a melhoria da qualidade de vida de todos brasileiros, sem nunca esquecer que podemos impedir o sofrimento e a morte de muitos.”

Desta maneira, movida por diversos interesses, regida por múltiplos atores sociais e unificada pela condenação ética da miséria, “A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” chega ao final do 1º semestre do ano de 1994 com muitas ações desenvolvidas e com um enorme reconhecimento público.

2.3. Do Buscar a Mídia ao Estar na Mídia: A Grande Visibilidade

No explicitar de DOWBOR (1998) passamos do período em que o poder pertencia a quem tinha as armas, para um momento em que o poder está com quem tem o dinheiro, e estamos entrando numa era em que o poder será definido por quem controla a informação.

De fato, no mundo todo, uma nova perspectiva, muito discutida, é a oportunidade oferecida pela comunicação de aprimorar formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos. Com efeito, o acesso a dados facilita a difusão e a recuperação de informações extremamente importantes (CASTELLS, 2000).

Dentro da “Ação da Cidadania Contra a Fome”, embora as palavras-chaves fossem descentralização, autonomia e iniciativa, havia a preocupação da circulação de informações entre os comitês e sobre a atuação dos comitês. Neste sentido, fora criada em Brasília, em março de 1993 a Secretaria Executiva Nacional. Assim, dar uma visibilidade ao que estava sendo feito é uma preocupação presente já na fase do planejamento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Somado a isto, existia no Rio de Janeiro a assessoria de imprensa do Betinho no Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE). Segundo FICO (1999: 129).

“No IBASE, as atividades tornaram-se frenéticas, especialmente no âmbito da assessoria de imprensa de Betinho, que precisou ser ampliada. Logo o Instituto se viu envolvido, pois lá eram feitas articulações, geravam-se propostas e formas de divulgação da Campanha. Foi produzido um vídeo em que Betinho falava da importância da criação de comitês ... O IBASE, sobretudo, assistia ao incrível sucesso do movimento, a contínua ampliação do número de comitês, aos

surpreendentes e criativos episódios de invenção de fórmulas capazes de arrecadar e distribuir alimentos.”

A busca de uma maior visibilidade para a “Campanha do Betinho” vai além dos muros do IBASE. Um exemplo disso é o Jornal “Primeira & Última” editado desde de setembro de 1992, por quatro ONGs do Rio de Janeiro³³, e que a partir de abril de 1993 passa a ser um veículo de comunicação própria da “Ação da Cidadania Contra a Fome”.



³³ O Instituto de Ação Cultural – IDAC; o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE; e o Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER.

Porém, no início do ano de 1994, a publicação coletiva da “Primeira & Última” é substituída pelo “Jornal da Cidadania”, uma publicação exclusiva do IBASE para a Campanha da Fome, com o apoio financeiro da Embaixada Britânica e União Européia.

Antes mesmo do intenso reconhecimento internacional do IBASE – principalmente por ONG’S ligadas a instituições religiosas – outro passo fundamental na divulgação da “Ação da Cidadania” ocorre em maio de 1993, quando profissionais de Relações Públicas e Marketing formam um “Comitê de Propaganda”. A partir daí acontece uma infinidade de campanhas publicitárias e shows com artistas famosos. Sobre isto é bastante ilustrativo o depoimento de RAMIL (1993: 05) quando afirma que

“Penso que nós artistas, devemos trabalhar mais com consciências ... é fundamental que toda essa mobilização consiga encontrar mecanismos que promovam mudanças concretas das estruturas e dos comportamentos que geram a miséria e a fome.”

Os três vídeos ilustrativos produzidos para serem apresentados a públicos populares também são importantes no sentido de dar maior visibilidade à “Campanha da Fome”. Os dois primeiros vídeos tinham como objetivo explicar a problemática da miséria e convocar os cidadãos para a formação de comitês. Já o terceiro vídeo apresenta uma amostragem das principais atividades da Ação da Cidadania em diversos Estados do país. Com tudo isto, o IBASE cresce de maneira significativa.

O Crescimento do IBASE

IBASE: Existe uma usina, na ruela Vicente de Souza, bairro residencial de Botafogo, Rio de Janeiro. No seu gênero, é a maior usina da América Latina. Uma usina de idéias de centro-esquerda chamada Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Ibase. Quando começou, doze anos atrás, no sobrado número 27 cedido pela CNBB, tinha um micro Apple II, dois acionadores de disquete com 64 kilobytes de memória, orçamento inicial de 80 000 dólares e sete voluntários. Hoje ocupa três casas na mesma ruela, tem 100 funcionários pagos, quarenta micros em rede, orçamento de mais de 1 milhão de dólares e uma produtividade galopante. Produz vídeos, programas de rádio, um jornal, serviços de telemática, livros, estudos, análises, pesquisas, promove seminários e opera uma rede on-line... Para tanto, tornou-se a ONG mais estruturada da América Latina, cuja rede on-line permite acessar desde a Agência Nova China até acompanhar cerca de 600 conferências eletrônicas permanentes... Desde um primeiro trabalho sobre Migrações Internas no Brasil, elaborado a toque de caixa em 1980 para fazer jus a uma primeira doação da CNBB, o Ibase tem sido uma usina de idéias e reflexões sobre a democratização da sociedade. É dele o primeiro recenseamento nacional sobre Meninos de Rua, seguiram-se estudos ou campanhas sobre a Constituinte, Terra e Democracia, o Movimento pela Ética na Política, Se Liga, Rio (de 1988, embrião do movimento Viva Rio de 1993), a Ação da Cidadania contra a Miséria, o debate sobre Justiça, Ética e Democracia, a questão do Emprego.

Mas foi a Ação da Cidadania (leia-se Campanha Contra a Fome) que veio tumultuar o ano de 1993 do Ibase, pois ninguém esperava o efeito arrastão do movimento nem a canonização nacional de seu secretário executivo, Betinho já teve de mudar de sala três vezes para fazer caber o Brasil que quer entrar na sua agenda...

Fonte: Usina de boas idéias. **Veja**. p. 93.

Na verdade, com o êxito da “Campanha Contra a Fome e a Miséria”, o IBASE passa a receber apoio de diversos países, o que faz com que cresça ainda muito mais. Para GOHN (1997: 96)

“O IBASE é apoiado por um conjunto de mais de trinta ONGs internacionais, de cerca de dez países, em que se destacam: Alemanha – a BROT (Pão Para o Mundo), EZE (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento), MISEROR (Ação Contra a Fome e Doenças no Mundo), EMW (Missionários Evangélicos) e Henrich-Böll-Stiftung e V.; Canadá – CCODP (Organização Católica Canadense Para o Desenvolvimento e a Paz), UCC (Igreja Unida do Canadá) e IDRC (Centro Internacional de Desenvolvimento da Pesquisa); Escócia – SCIAF (Fundação Católica Escocesa para Assistência Internacional); França – CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento), CIMADE (Serviço Ecumênico de Cooperação), FPH (Fundação para o Progresso do Homem) e SOLAGRAL (Solidariedade Agro-Alimentares); Holanda – CAF (Fundação para a Assistência à Comunicação), ICCO (Comissão Interclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento), NOVIB (Organização holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento), VASTENAKE (Campanha Episcopal de Quaresma da Holanda) e STICHTING DOEN; Inglaterra – OXFAM, SAVE the Children (Instituição de Apoio à Criança) e Cristian AID (Ajuda Cristã); Itália – CROCEVIA (ONG de Cooperação e Solidariedade Internacional), MLAL (Movimento Laico para a América Latina); Irlanda – TROCAIRE (Agência Católica para o Desenvolvimento Mundial); Suécia – UBV (Cooperação Técnica Sueca); Suíça – Ação Quaresmal dos Católicos Suíços, LWF (Federação Mundial Luterana) TERRE DES HOMMES e FIM (Frontier Internship in Mission); Estados Unidos – Fundação Ford, IAF (Fundação Inter-Americana), NCCC (Conselho Nacional das Igrejas de Cristo) e Fundação Jessie Smith Noyes; ONU-PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). No Brasil o IBASE conta com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), órgão do Governo Federal.”

A produção de vídeos populares ajuda muito para que o IBASE se torne cada vez mais conhecido. Entretanto, vale ressaltar que a Ação da Cidadania não parou na simples produção e apresentação de vídeos populares. Através das principais emissoras de televisão³⁴, a “Campanha Contra a Miséria” penetra na casa dos brasileiros em pleno horário nobre. Neste sentido, FICO (1999: 119) destaca que Betinho foi *“um dos únicos brasileiros a falar em rede nacional oficial de TV³⁵ sem ser membro do governo, por ocasião do lançamento oficial das iniciativas de combate à fome”*.

De maneira mais significativa e permitindo um reconhecimento ainda maior do IBASE, em abril de 1994, com a presença marcante de Betinho, foram veiculados programas em emissoras de televisão objetivando difundir “Ações Contra a Fome” em todos os Estados brasileiros.

Esta personalização da “Campanha da Fome” em torno da pessoa do Herbert de Souza (Hemofílico, ex-líder estudantil, ex-tuberculoso, ex-sociólogo militante, ex-perseguido político anistiado e agora aidético!) faz com que o final do ano de 1993 seja caracterizado como a fase de “canonização” do Betinho.

Entre tantos troféus e homenagens dirigidas, deve-se enumerar as várias reportagens e capas das revistas de maior circulação no Brasil. O último número da revista “Isto É” do ano de 1993 (Retrospectiva), por exemplo, traz na capa a fotografia do Betinho ao lado de outras personalidades nacionais e internacionais. Na reportagem denominada “Todos Contra a Fome” (1993: 40) é dito que

“Foi o ano da indignação. Obrigado a acompanhar o enredo dramático da novela da corrupção em Brasília, o País reagiu. A luta pelo resgate

³⁴ No horário das sete e meia da noite, quase todos os sábados do 2.º semestre de 1993, a TV Educativa transmite para vários Estados Brasileiros um Programa do Sociólogo Herbert de Souza com entrevistas, reportagens, debates e relatos de experiências dos Comitês de Combate à Fome em todo o país.

da ética incorporou o ataque a problemas como o drama dos 32 milhões de brasileiros que não tem o que comer. Inspirada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida se transformou desde abril num dos mais impressionantes movimentos da história brasileira contemporânea. Distante do governo e dos partidos, uniu numa mesma cruzada trabalhadores, empresários, artistas, religiosos, donas de casa e estudantes. Sem burocracia, inaugurou um mutirão subterrâneo e solidário, que entra em 94 com força suficiente para colocar o tema da miséria, incluindo agora também o desemprego, no centro da agenda política nacional.”

Por sua vez, a Revista “Veja” vai ainda mais longe. Além de uma longa reportagem de trinta e uma páginas, contata-se o famoso artista plástico Siron Franco para pensar uma capa artística exclusiva para a pessoa do Betinho.

³⁵ “Atualmente, dois minutos de propaganda nos intervalos do Jornal Nacional no horário nobre da Rede Globo custa 640.000 reais.” (LUZ, 2001: 30)



**EDIÇÃO
ESPECIAL**

EDITORIA ABRIL - EDIÇÃO 1.320
ANO 26 - Nº 52 - CRS 1.100,00
29 DE DEZEMBRO DE 1993

veja

BETINHO

O grão da cidadania

ISSN 0100-7122
01320
9 770100 712004

Tentando ligar a personalidade do Betinho a uma “semente” de cidadania, para a elaboração da obra artística solicitada, Siron Franco pega uma foto ampliada e vai colocando sementes de várias tonalidades e cores. São utilizados desde diferentes tipos de feijão e arroz até sementes de romã.

Na reportagem especial daquele número da Revista “Veja” muitas são as declarações exaltando a figura e o trabalho do Betinho. Dorrit Harazin afirma que ele *“soube captar a imaginação de todo um país carente de cidadania”* (p. 66). Para Sepúlveda Pertence, *“ele é o maior símbolo da cidadania no Brasil”* (p. 80). José Serra é mais enfático ao manifestar que *“Betinho é amado. Isso incomoda e atrapalha a cabeça dos políticos”* (p. 80).

Um outro destaque importante que cabe ressaltar são os vários prêmios e condecorações recebidos por Betinho no mesmo período. Entre outros, têm-se a medalha Pedro Ernesto dada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a ordem do Rio Branco pelo presidente Itamar Franco, o título de personalidade do Ano pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Doutor “Honoris Causa” pela Universidade Federal de Santa Catarina e o troféu “Criança e Paz” dado pelo UNICEF. Depois disto tudo, logo no início de 1994, ocorre ainda a distribuição de formulários em casas lotéricas, agências do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para coleta de assinaturas indicando Betinho para o prêmio Nobel da Paz.

Toda esta personalização da “Campanha” em torno do Betinho – doente e frágil! – traz um conhecimento cada vez maior para “A Ação da Cidadania Contra a Fome” e responde por gerar um efervescente debate não somente em torno da questão da fome, mas também de grandes temas nacionais que serão divulgados principalmente pelo “Jornal da Cidadania”. Segundo AGUIAR (1998: 02)

“Ter um jornal foi um sonho que Betinho acalentou durante muitos anos. Fazia parte da mesma idéia que gerou o Ibase: desvendar as caixas-pretas das informações oficiais e os discursos dos poderosos. Quatro anos atrás o sonho virava realidade. Aqui ... tive o privilégio de anunciar o nascimento do novo veículo, que chegava para aprofundar os sentimentos de solidariedade e de co-responsabilidade despertados pela campanha contra a fome e para ajudar a construir a cidadania em todas as camadas da sociedade, sem exclusões”.

Com distribuição gratuita, aquela publicação quinzenal do IBASE atinge uma tiragem bastante alta (milhares de exemplares) discutindo assuntos por sessões temáticas, entre as quais, merece lembrar as do “Trabalho e Produção”, “Vigilância Ética”, “Cultura e Comunicação”, “Debates”, “Brasil Afora”, “Escritos Indignados”, “Palavra do cidadão” etc.

A seção “Palavra do Cidadão”, por exemplo, é um espaço para cartas e artigos de opiniões de cidadão comum ou analistas sobre o tema “Pobreza e Miséria”. Naquela seção é publicada as seguintes palavras de Diolinda Alves de Souza ³⁶ (Dezembro de 1996).

³⁶ Diolinda Alves de Souza é esposa de José Rainha Júnior, líder do MST (“Movimento dos Sem Terra”).

Agora vamos mobilizar as cidades

Em 15 anos de militância, o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, conseguiu assentar 120 mil famílias. Mas a luta não pára por aí. Segundo Diolinda Alves de Souza, uma de suas lideranças nacionais, o objetivo do MST é trazer, cada vez mais, a luta pela terra para as grandes cidades. Diolinda participou do último debate do ciclo "Os cinco princípios da democracia", no IBASE, e falou para o JC sobre os projetos do MST.

O MST completou 15 anos em 96. O que já foi conquistado e quais os planos para 97?

Nós já demos um salto. Posso dizer orgulhosamente que temos 120 mil famílias assentadas em 23 estados. No período de 94 a 96, criamos 34 cooperativas de produção a nível nacional. Temos a Confederação Nacional das Cooperativas, que fala por nós. Temos outros setores com algumas dificuldades, mas estão sendo formados. Temos que formar mais quadros políticos para garantir esses setores e a organização como um todo. Temos 54 mil famílias acampadas. Para 97, vamos trabalhar com essas famílias na massificação do movimento a nível nacional, com mobilizações no campo e nas cidades. Estamos discutindo a idéia de fazer três blocos de caminhada em direção a Brasília. Já temos a programação para o ano de 97, mas não se pára nestas caminhadas, que vão levar 60 dias. Depois destes 60 dias, a gente vai manter a mobilização na cidade e dar continuidade às ocupações.

Como você avalia a trajetória do MST, principalmente ao longo deste último ano?

Nós tivemos a inteligência de trazer o movimento para as grandes capitais. O MST hoje está tendo essa expressão, esse respeito, e continua na briga. Por outro lado, estamos trabalhando, e vamos trabalhar, para fortalecer a consciência da luta de classes na população, e na garantia da nossa luta concreta, que é fazer ocupações, uma atrás da outra, a partir do ano que vem, sem pena e sem dó de ninguém. Continuar a programação com maior radicalidade, porque hoje a realidade é outra. Hoje os fazendeiros estão se preparando também. E nós? Vamos ficar aí enfrentando, ocupando e saindo?

Já tem gente da cidade se juntando ao MST, para lutar por terra nas áreas urbanas. Como são essas experiências?

Nós já fizemos algum trabalho com os favelados. Temos um cadastro dos trabalhadores rurais, com o histórico da vida de cada um. Partimos para os centros urbanos com esta mesma característica. E tivemos um bom resultado. Algumas famílias aderiram a nós, outras estão esperando que os prefeitos façam um Cingapura para morar. Esperamos que a cidade possa ser a solução para eles, mas não é questão assim cem por cento resolvida. Acho que o movimento tem de trabalhar muito nas cidades, principalmente nos grandes centros, para a gente poder pelo menos parar com essas grandes favelas que estão aparecendo. São trabalhadores, que se deparam com uma si-

tuação como essa e acabam fazendo alguma coisa. Em São Paulo, nós temos um exemplo em Campinas, onde 500 moradores de uma favela já estão em um acampamento.

Como você avalia a recriação da UDR, com fazendeiros voltando a se armar de maneira oficial?

A recriação da UDR foi a maior burrice que fizeram na vida, porque a UDR não tem moral para ser recriada. Eles pensavam que iam conseguir o que o Caiado conseguiu, dinheiro dos proprietários para fazer campanha à presidência da República. E essa recriação, e, em específico, no Pontal do Paranapanema, foi com um objetivo, o de impedir as ocupações de terra. Como vão impedir um sem-terra de ocupar terra onde há 900 mil hectares de terra do Estado? É impossível um negócio desses. Eles têm de ter uma boa estrutura, e para isto eles não têm. E da forma como estão agindo, atirando em pessoas, estão se jogando cada vez mais para o poço. E nós vamos ajudar a acabar de afundá-los.

A FAO divulgou em um boletim que, se continuar no ritmo das últimas três décadas, a reforma agrária vai demorar 250 anos para ser realizada no país.

Olha, se nós vivemos tantos anos e até hoje ela nunca foi feita, não é agora que nós vamos parar. Acho que a FAO foi alto demais em seus dados. Se você pegar a nossa história, os quinze anos de movimento dos sem-terra, hoje nós temos 120 mil famílias assentadas. Se nós ficassemos parados, não tinha isso! Se formos parar agora nestas 120 mil, não vamos dar continuidade ao processo. Então, vamos pensar para frente. Parar a luta, jamais.

Como a reforma agrária está sendo tratada no governo Fernando Henrique?

Primeiro que o Fernando Henrique fez umas promessas muito feijoadas. A feijoadas é muito forte. Quando você está com fome e come feijoadas, passa três dias sem comer. Assim fez ele. Ele prometeu no ano passado assentar 60 mil famílias. Nesse dia,

acho que ele comeu feijoadas, porque acabou pensando muito alto. E acabou não fazendo nada. Esse ano, ele prometeu assentar 40 mil. E, pelos números que nós temos, se foi feito o assentamento, foi de 18 mil famílias, e esses assentamentos já tinham começado no governo anterior. São famílias acampadas sob nossa responsabilidade. Na verdade, não se teve nada de concreto na política do Fernando Henrique.

É um dos piores governos na história do povo brasileiro. Se todos os presidentes forem iguais a ele, aí eu vou mais alto do que a ONU. Vou jogar uns 500 anos. Mas se entrar um governo popular, uma pessoa séria, comprometida e conhecedora do



problema fundiário que nós temos no país, evidentemente nós não vamos demorar nem 100.

A novela "Rei do Gado" está contribuindo para tornar a luta pela reforma agrária mais popular?

No Pontal, temos um acampamento em que a maioria dos barracos tem televisão. As oito horas da noite, você não mobiliza ninguém. Está todo mundo assistindo novela. Fica difícil dar opinião, mas, a meu ver, ela está contribuindo, mesmo com algumas falhas. E onde a gente vai, todo mundo pergunta pelo "Rei do Gado". Mas a gente não pode tirar a organização pela novela. São duas coisas diferentes. O [Benedito] Ruy Barbosa é uma pessoa superinteligente, o Rinha teve a oportunidade de conversar com ele, e ele está sempre em contato com os nossos. Quero ver o final desta novela. Vai ter reforma agrária ou não vai?

Lembrando que esta carta é publicada num jornal que – apesar de quinzenal – chega a ter uma tiragem de duzentos mil³⁷ exemplares, a frase publicada “*na verdade, não teve nada de concreto na política de Fernando Henrique. É um dos piores governos na história do povo brasileiro*” é de uma importância talvez muito maior que se possa imaginar no processo da busca da Democratização da Terra empreendida como Ação Estrutural básica dentro dos objetivos da “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida”. Ainda no Jornal da Cidadania e caminhando nesta mesma direção, BEBIANO (1996: 08) complementa

*“cada vez mais os Sem Terras estão perto do nosso cotidiano. A partilha desigual da terra abala todo o equilíbrio social de um país. Uma sequência de dominó que desaba quando não se tem sensibilidade. Quanto menos gente possui terra para plantar, mais pessoas se deslocam do campo para as cidades ... e aí problemas é que não faltam: filas, desemprego, pobreza, violência e degradação”*³⁸.

Também muito importante é a “Sessão Temática” do Jornal da Cidadania denominada “Na Trilha do Dinheiro Público”, onde se dá a discussão de temas com denominações tais como “Orçamento e Participação”, “Participação Social”, “Legislativo no Orçamento”, “Dinheiro Público e Responsabilidade”, “As Prioridades no Orçamento”, “Educação e Orçamento” etc.

³⁷ Em junho de 2001, o Jornal da Cidadania continua como publicação quinzenal com uma tiragem regular de 45.000 exemplares.

³⁸ “Brasil é o terceiro exportador mundial de alimentos, utilizando apenas 10% da terra cultivável ... Os sem-terra apresentam níveis de produtividade mais altos do que a média da agricultura brasileira.” (SADER, 1995: 16)



NA TRILHA DO DINHEIRO PÚBLICO

Orçamento e participação

JOÃO A. SUCUPIRA*

Em todo o Brasil, o povo vem assistindo, passivamente, os programas eleitorais. É a democracia novamente em cena pela TV. Mesmo sem empolgar ou mobilizar, eleição é sempre importante para consolidar a democracia de um país. O jogo político ganha força, ainda que o debate com o público não exista. Apesar desta apatia, em mais de 100 cidades brasileiras a democracia está sendo praticada. É que, paralelamente ao pleito para os cargos políticos, está ocorrendo outro processo: o orçamento participativo. Este sim, mobilizador, participativo e empolgante.

O orçamento participativo é uma forma de elaborar o orçamento público diferente da tradicional, onde o governo faz tudo sozinho. No caso de uma prefeitura, por exemplo, o secretário responsável estima a receita — o que deverá ser arrecadado com impostos e taxas, além do que receberá de transferência dos governos estadual e federal —, e distribui o gasto pelas diversas secretarias conforme as prioridades do governante. Uma forma centralizada, onde as decisões sobre as políticas públicas passam longe do público. No orçamento participativo o povo é chamado a participar e decidir, partilhando este poder.

Alguns alegam que o orçamento participativo só é possível em municípios pequenos e que não passa de enrolação, pois os recursos em geral já estão comprometidos com despesas fixas, como o pagamento da folha de pessoal. Os exemplos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília provam o contrário. A complexidade do processo depende menos do tamanho da

cidade ou do montante de dinheiro disponível do que da vontade política do governante de construir um espaço democrático de discussão.

Esta também deixou de ser uma prática exclusiva de municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores, como se costumava dizer no início desta década. Hoje, governantes de vários partidos, incluindo os da chamada direita conservadora, estão dando passos nesta direção. Os que ocupam o poder estão entendendo que mobilizar o povo é uma boa forma de se aproximar dele, sem maiores riscos e com possibilidades de ganhos políticos imediatos. E, para os cidadãos, está se tornando evidente que os gover-

nos não podem tudo, que as possibilidades são limitadas e que se não entrarem na disputa pelos recursos não terão suas necessidades atendidas.

Se você mora em um município onde a prefeitura está promovendo a discussão do orçamento, aproveite e partici-

O base, por acreditar que o orçamento é uma peça-chave na construção de uma sociedade mais justa e democrática, vem se articulando com várias outras entidades

pe. Você estará exercendo seu direito de cidadão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos. Se não há orçamento participativo na sua cidade, não desanime. Há formas de participar a partir da sociedade organizada. O base, por acreditar que o orçamento é uma peça-chave na construção de uma sociedade mais justa e democrática, vem se articulando com várias outras entidades visando democratizar o orçamento do município do Rio de Janeiro. Como nós fazemos isto? Trataremos do assunto no próximo número, mas se você quer saber logo, entre em contato conosco.

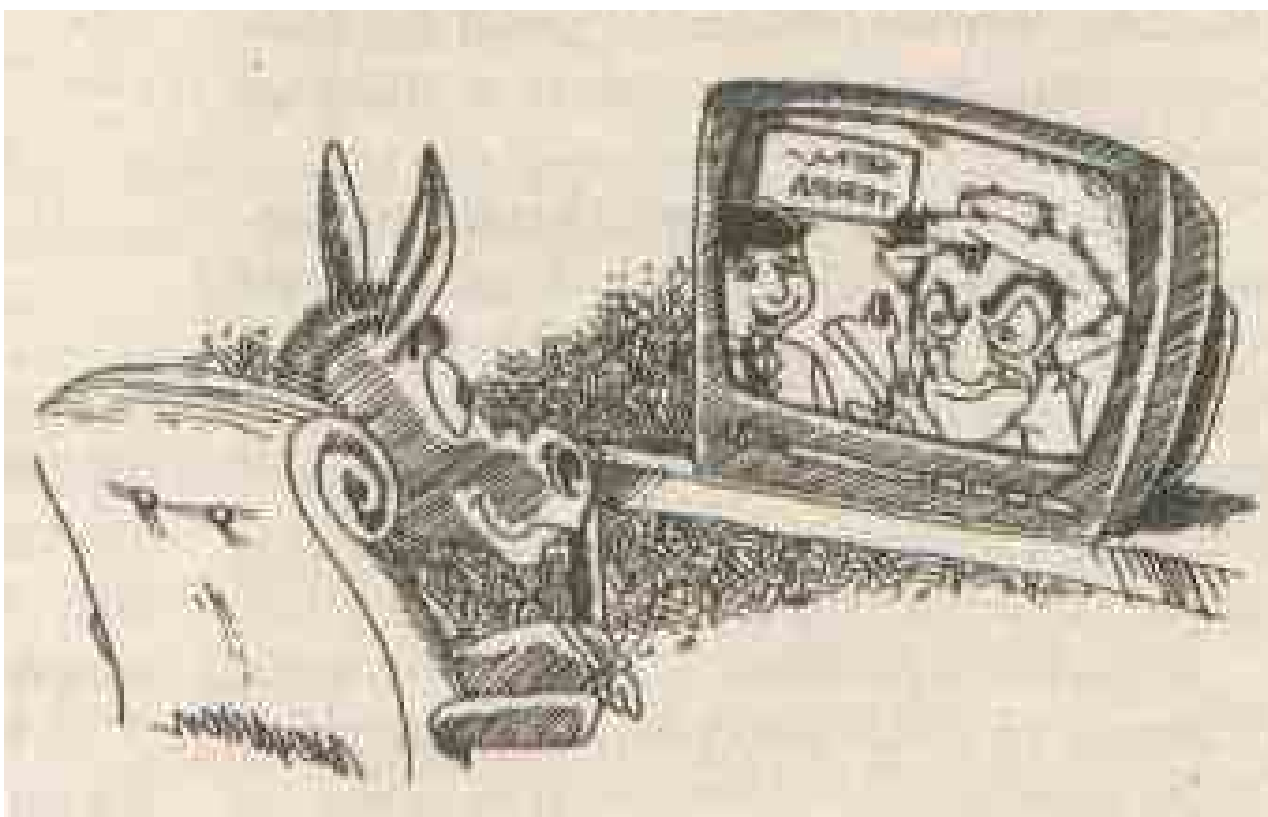
* Coordenador de Democratização do Estado do Base

No fundo, trata-se de um espaço escrito que procura estimular os cidadãos a acompanhar e verificar como está sendo gasto o dinheiro público, principalmente em nível mais local – os orçamentos públicos municipais – que nem sempre são fiscalizados com rigor pelas câmaras municipais, onde teoricamente deveria estar a instância responsável pela verdadeira representação dos interesses das populações mais carentes. Neste sentido e de acordo com ANDRADE (1997: 39),

“Um dos problemas mais sérios do País e que amplia a responsabilidade do geógrafo, como cientista social, é o da impunidade em um país onde os crimes só são punidos quando praticados por pobres. Onde os ricos ficam sempre impunes ... Sem um julgamento ... Sobretudo em uma hora de exacerbação da ganância e do desejo de lucro imediato, como a em que vivemos, com a apologia do neoliberalismo.”

Dentre às sessões informacionais, cabe ainda destacar do “Jornal da Cidadania”³⁹ a chamada “Mapa da Cidadania” que publica o andamento da “Campanha da Fome” com seus planos, avaliações e principais iniciativas vitoriosas. Merece também acrescentar que quase todas as sessões escritas são acompanhadas de charges e/ou desenhos educativos.

³⁹ O “Jornal da Cidadania” de novembro de 1996 foi publicado conjuntamente com o “Terra Citoyenne” de Paris e foi editado simultaneamente em vários países do mundo de idiomas francês, inglês, português, chinês e vietnamita.



Fonte: BEBIANO, Alexandre. **Jornal da Cidadania**. p. 08.

Portanto, graças a diversas e criativas formas de penetração na mídia nenhum outro movimento ou Ação desta natureza teve, na História do Brasil, tamanha duração e penetração nos mais diferentes segmentos sociais como a “Campanha da Fome”. GOHN (1997: 98) complementa que

“Tanto do ponto de vista dos órgãos, setores, programas, pessoas, categorias sociais e instituições que ela conseguiu sensibilizar/mobilizar, como do ponto de vista do acervo de criatividade interna de suas atuações e formas de divulgações, a Campanha gerou uma estética. A estética da indignação. Imagens, símbolos, fatos impactantes, materiais audiovisuais, publicações escritas etc. misturaram-se a shows, eventos

culturais dos mais diferentes tipos, todos em função da “Campanha do Betinho.” E bastava isso. Era a apresentação. Não precisava explicar mais nada.”

A “Campanha do Betinho” é a Campanha Contra a Fome, Contra a Miséria, e isto significa muito à medida que trata de uma mobilização popular em torno de uma causa humanitária. Para CASTELLS (2000: 411)

“Tais mobilizações são organizadas em função de temas de amplo consenso ... via de regra, essas mobilizações estão no meio-termo entre movimentos sociais e ações políticas, pois fazem seu apelo diretamente aos cidadãos, pedindo às pessoas que exerçam pressão sobre instituições do governo ou empresas privadas que possam ter um papel importante no tratamento da questão defendida pela mobilização. Em outros momentos, apelam diretamente para a solidariedade das pessoas. Em outra análise, o objetivo das mobilizações é atuar no processo político, isto é, influenciar a gestão da sociedade pelos representantes dessa sociedade.”

Assim, fortemente apoiado na idéia da solidariedade como valor, são tempos gloriosos aqueles vividos pela Ação da Cidadania nos seus primeiros quinze meses de vida nos noticiários de TV, nas manchetes dos jornais e nas ruas. O sucesso é tanto que há certo período (final de 1993 e início de 1994) que a “Campanha” é manchete diária em quase todos os principais jornais do país. Das reportagens e fotos dos jornais mais conhecidos, os eventos da Ação da “Cidadania Contra a Fome” passam também a serem registrados nos livros didáticos de primeiro e segundo graus dentro dos conteúdos curriculares de Geografia.

Quadro 3-D

Betinho e a campanha contra a fome

O grande brasileiro Herbert José de Souza, conhecido como **Betinho**, lançou em 1993 a campanha "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida". A campanha passou a ser conhecida, em seguida, como uma "Campanha contra a Fome" no Brasil. Vários comitês foram organizados em todo o país e iniciou-se uma campanha de arrecadação de alimentos jamais vista ou conhecida. Toneladas de alimentos foram arrecadados e distribuídos aos necessitados.

A campanha em si não resolverá o problema da fome no Brasil. Betinho soube disso mais que ninguém. O que ele desejava é que o povo brasileiro tomasse consciência dessa situação, de miséria e pobreza, que aflige grande parte dos brasileiros. Uma vez conscientes, torna-se mais fácil acabar com ou diminuir as injustiças sociais.



Fig. 3.7 — Doação de alimentos para a população carente em Salvador, Bahia, realizada pela campanha "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida", a campanha do Betinho. O desenvolvimento econômico brasileiro não foi acompanhado pelo desenvolvimento social. Milhões de brasileiros não possuem renda suficiente nem mesmo para se alimentar.

Reflexo de tanta notoriedade, em Dezembro de 1993, uma pesquisa do IBOPE revela que 68% dos entrevistados já ouviram falar “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”. Frente a pergunta se consideram a Campanha necessária ou não, 93% responderam que sim. Sobre os que já contribuíram, 14%, cerca de 3 milhões e 500 mil brasileiros doaram dinheiro enquanto cerca de 82% (21 milhões) contribuíram com alimentos ou roupas. E, de maneira mais significativa, 2,8 milhões de brasileiros maiores de 16 anos participam como membros de Comitês da “Campanha do Betinho” distribuídos em todo o território brasileiro. No entender de FRANCO (1997: 01) soma-se a isto o fato das

“Principais lideranças nacionais, regionais ou locais da Ação da Cidadania, nos seus diversos níveis de atuação, acostumaram-se então a contar com o reconhecimento social e com as atenções institucionais que a posição que ocupavam lhes conferia. O Presidente da República em pessoa consultava algumas dessas lideranças e, muitas vezes, acatava suas sugestões em temas relativos ao desenvolvimento social. Ministros de Estado, Funcionários de alto escalão da administração federal, governadores e prefeitos, secretários estaduais e municipais, presidentes de empresas estatais e representantes de associações de classe do mundo empresarial e do mundo do trabalho, recebiam e, via-de-regra, atendiam as solicitações encaminhadas por essas lideranças em nome da Ação da Cidadania.”

Se, por um lado, a “Campanha da Fome” através do trabalho dos mais diversificados e criativos tipos de comitês consegue de alguma forma contar com enorme apoio público e com atenções institucionais, por outro, este reconhecimento acaba por levar a “Ação da Cidadania” a uma maior burocratização a partir do momento que é pressionada por buscar, de maneira mais firme, as Ações Estruturais.

CAPÍTULO 03

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS A LONGO PRAZO: A BUSCA DAS AÇÕES ESTRUTURAIS

CAPÍTULO 03

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS A LONGO PRAZO: A BUSCA DAS AÇÕES ESTRUTURAIS

“Movimentos Populares⁴⁰ se constroem de forma contraditória, diferentes no espaço e no tempo ... movimento forte, unido e sem diferenças é idéia de intelectual”.

(OLIVEIRA, 2000: 02)

Sob o âmbito dos “Comitês de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, do 1º semestre de 1994 para frente, diversificadas iniciativas (emergenciais e / ou estruturais) continuam acontecendo em todo o território brasileiro. Entretanto o alto nível de participação popular (cerca de 5000 comitês) e a frequência elevada de exposição nos espaços dos meios de comunicação atingidos pela Ação da Cidadania – principalmente no ano de 1993 (conforme o relato do capítulo 02!) – produzem uma enorme expectativa no que se refere às suas possibilidades concretas.

Dentro deste contexto de grande visibilidade na mídia muitas são as críticas e sugestões - provenientes dos mais diferentes lugares, pessoas entidades e instituições - que chegam a Ação da Cidadania. No congresso Nacional, por exemplo, um Deputado Federal do PFL/BA diz que Itamar Franco *“está bancando com o dinheiro do contribuinte a comida que Lula vai distribuir na Campanha”* rumo ao Palácio do Planalto. Por sua vez, o

⁴⁰ Entre imensa bibliografia, SANTOS (2002), Catedrático Português, afirma que se nos países mais desenvolvidos a enumeração dos novos movimentos inclui principalmente os movimentos antirracistas, feministas e os ecológicos, a enumeração na América Latina – onde também é usual a denominação de movimentos populares – é bastante diversificada.

também Parlamentar Vilmar Rocha, do PFL Goiano, chama a atenção para o fato de que “já viu muita eleição virar na última hora por causa de distribuição de comida”. (HARAZIN & PEDRAL, 1993).

Se por um lado são duras as críticas oriundas de políticos ligados a base de apoio do Presidente Itamar, por outro, as críticas advindas de grupos ligados a candidatura do Partido dos Trabalhadores são ainda muito mais freqüentes e agressivas. No corroborar de FRANCO⁴¹ (1997: 05)

“Os setores organizados da sociedade, sobretudo algumas ONGs de claro perfil oposicionista, as corporações e outros grupos populares já identificados com a candidatura Lula começaram a pressionar no sentido de que a Ação da Cidadania se comprometesse com bandeiras mais explicitamente políticas, que denunciasses e confrontassem o modelo de desenvolvimento e as orientações da política macroeconômica implantados no país como os principais responsáveis pela fome e pela miséria dos brasileiros. A Ação da Cidadania era freqüentemente criticada por tais setores como promotora de políticas despolitizadas e paliativas que não atingiam o cerne dos problemas, as suas causas estruturais. A ação da Cidadania era acusada por tais setores – que, diga-se de passagem, em sua maioria nunca apostaram de fato nas suas propostas e nunca se engajaram decisivamente nas suas campanhas – de dar o peixe ao invés da vara de pescar”.

A maioria das críticas são direcionadas, especificamente para o IBASE, onde Betinho continua trabalhando muito pela “Campanha da Fome”. No complementar de FICO (1999:130).

⁴¹ Augusto de Franco é um dos coordenadores do “Fórum da Ação da Cidadania” estabelecido em Brasília.

“Ouvia preocupado as inúmeras críticas feitas ao caráter assistencialista da Ação, inclusive as provenientes do PT, que não se engajou imediatamente na campanha. Como responder a essas críticas, considerando o passado do Instituto, de defesa do caráter central dos problemas estruturais, dos ‘grandes projetos’? Como assumir, apesar das reflexões do período 1989/1990, o caráter de ‘animador’ de uma campanha nacional, justamente ele que defendera com veemência a autonomia dos movimentos sociais? Além disso, que fazer, propriamente, com a Campanha?”

No bojo desta realidade de pressão de diversos segmentos sociais e de sugestões de variados sujeitos sociais é que são realizados inúmeros debates e seminários enfocando a questão da fome como um perigo para a estabilidade política da Nação brasileira. Na verdade, alguns líderes da Ação da cidadania sensíveis às críticas procuram dar um passo no sentido de tentar desenvolver ações firmemente voltadas para o setor da geração de empregos e da democratização da terra. Sobre isto, GOHN (1997: 82) relembra

“A opção pela questão do emprego foi estratégica. Ela visava, de um lado, responder às críticas ao assistencialismo pela distribuição de cestas, e de outro, dar um sentido novo à mobilização, de forma que, após o Natal, os comitês continuassem mobilizados. A arrecadação de alimentos continuou sendo uma frente de trabalho da ACCMV, mas ela perdeu seu impulso”.

Neste contexto, ocorre em Brasília a I Conferência Nacional de Segurança alimentar (I CNSA) em julho de 1994 fortemente financiado pelo Poder Público Federal, principalmente através do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) presidido por Dom Mauro Morelli e pelo Comitê das Empresas Públicas no combate à fome (COEP).

3.1. Da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar às Eleições Presidenciais

Para BORZACHIELLO (2000: 02) “os velhos movimentos sociais sempre estavam voltados para idéia de Revolução”⁴². Em outras palavras, acumular contradições para dar um salto de qualidade onde novas relações sociais de produção se fazem presentes.

Assim, fortemente pressionada para que seja dada ênfase no empreendimento das ações estruturais, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar começa a ser planejada em Novembro de 1993 num encontro preparatório que ocorre em Brasília, onde participam representantes das organizações de base da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria.

Representantes de diversos comitês da “Campanha da Fome”, de órgãos municipais, estaduais, federais, bem como de entidades não governamentais (ONGs) e de Universidades Públicas, resolvem, então, promover um encontro específico de coordenadores dos Comitês Estaduais, em Março de 1994, quando se aprova o Regimento da Conferência Nacional.

Entre os objetivos específicos, a I CNSA pretende obter consenso sobre prioridades e diretrizes para a formulação de políticas, discutir o conceito de Segurança Nacional transformador da realidade que produz e reproduz a fome e a exclusão, dialogar o processo de construção de uma sociedade que tenha cidadania, identificar alternativas e promover a troca de experiência em desenvolvimento na sociedade.

Tendo em vistas os trabalhos da Conferência Nacional, a Comissão

⁴² Sob forte influência do Materialismo Histórico Dialético.

Organizadora⁴³ prepara um documento síntese com os resumos de vinte e oito relatórios das Conferências Estaduais e com as contribuições dos Comitês Universitários e dos Comitês das Empresas Públicas (COEP). O documento síntese constitui, naquele evento, a base para as discussões que são divididas em três temas: condições e requisitos para a Segurança Alimentar; Alimentação e Nutrição; e Propostas para uma Política de Segurança Alimentar (I CONFERÊNCIA, 1994).

Aproximadamente dois mil delegados, convidados e observadores de todo país e até do Exterior reúnem-se na Capital Federal na I CNSA, onde discutem as causas da fome, da miséria e da exclusão social no Brasil, bem como as possíveis propostas para soluções do problema.



Durante quatro dias, o I CNSA reuniu cerca de duas mil pessoas de todo o País para discutir alternativas para acabar com a fome e a miséria.

Fonte: I CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar. p. 22.

⁴³ A Comissão Organizadora da Conferência foi a seguinte: Coordenação Geral, Antônio Ibañez Ruiz/Augusto de Franco; Coordenadoria Executiva, Flávio Schuch; Assessoria Executiva, Marilu Vilela Ibañez; Secretaria Temática Executiva, Augusto de Franco; Coordenação de Apoio, Digitação e Revisão, Rogério Tristão Rodrigues; Coordenação de Inscrição nos Grupos de Trabalho, Augusto de Franco.

Entre outros, a I CNSA conta, na abertura oficial, com a presença do Sociólogo Herbert de Souza, do Presidente da República Itamar Franco, do Presidente do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), Dom Mauro Morelli, Ministros de Estado, Embaixadores e Parlamentares. Na ocasião, com autoria do famoso Cartunista Ziraldo, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lança uma coleção de selos ligados à “Campanha da Fome”, reproduzindo os símbolos do *“milagre cristão da multiplicação de alimentos (pão e peixe)”*. Segundo o Presidente FRANCO (1994: 43),

“A ética é o astucioso expediente da inteligência comum para garantir a sobrevivência das sociedades políticas e a fome é servidora da morte... desde o momento que assumi a Presidência da República, venho afirmando que o primeiro dever do Estado é o de assegurar a justiça. Foi essa razão que me fez partilhar as idéias trazidas por algumas pessoas... os senhores que se encontram empenhados neste trabalho irão analisar os êxitos e as dificuldades e prestarão contas do que vêm realizando o Estado e parte da sociedade nesse grande mutirão contra a miséria.”

Também na solenidade de abertura, há ainda que se evidenciar as empolgadas palavras de SOUZA (1994: 36) destacando que,

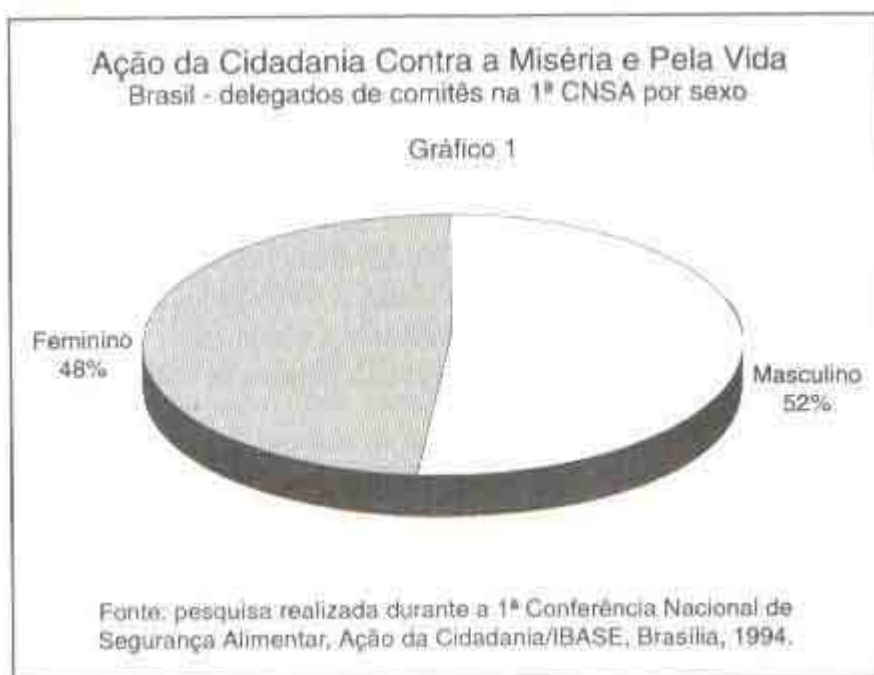
“Nós provamos que a solidariedade é uma virtude, uma virtude brasileira, que o Brasil não é um País de cínicos, nem de corruptos, ou indiferentes, mesmo que, infelizmente, essas categorias existam entre nós. Mas o nosso povo, a sociedade, são solidários e sabem diferenciar assistencialismo de solidariedade. Sabem o momento em que o pão precisa ser entregue para que as pessoas vivam, mas sabem também que é preciso lutar pelo emprego, pela democratização da riqueza e da terra... porque com a Ação da Cidadania não apenas vamos acabar com a fome e a miséria, mas vamos construir um Brasil verdadeiramente nosso e democrático.”

No decorrer dos cinco dias da Conferência, são promovidos painéis, mesas redondas, reuniões de grupos de trabalho e exposições. Reunidos, os delegados de todo país discutem e aprovam emendas que resultam no “Documento Programático” do Relatório Final, um trabalho de cinquenta e duas páginas que é publicado com o apoio do CONSEA em parceria com a “Ação da Cidadania Contra a Miséria”. Para SCHUCH (1994: 23), assessor do CONSEA,

“O Documento resultante da I Conferência não é monolítico e tem até contradições. A conferência, de certa forma, é o retrato de todas as dificuldades do Brasil, com suas imensas diferenças, e é natural que o documento as reflita. Quem espera um documento com todas as coisas concatenadas não vai se contentar, porque a sociedade brasileira não é assim e nós fizemos a opção por resguardar essa característica da conferência, que reflete o perfil a sociedade. O documento pode ter defeitos que não se encontram em um texto trabalhado tranqüilamente em um gabinete, mas tem todas as qualidades de um documento feito pelo povo, com toda a sua diversidade, angústia e necessidades.”

Em verdade, além de múltiplas e diversificadas expectativas, a I CNSA conta com a presença de delegados e observadores oriundos dos mais diferentes locais, com as mais variadas formações e experiências⁴⁴.

⁴⁴ De maneira mais intensa, a partir de 1990 a pluralidade de formações e experiências tem sido encarado como um aspecto extremamente positivo por significativa parcela do pensamento de esquerda em várias partes do mundo.



Fonte: I CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar. p. 78.

No geral, há uma leve predominância do sexo masculino entre os delegados e observadores que comparecem a I CNSA. No que se refere ao desenvolvimento das mesas redondas e dos grupos de trabalhos, notar-se-à uma forte influência das cinco profissões mais freqüentes entre os delegados dos comitês: professores, bancários, assistentes sociais, funcionários públicos e estudantes⁴⁵.



O Presidente do CONSEA, Dom Mauro Morelli, com membros do Comitê da Ação da Cidadania da Caixa Econômica Federal.

Fonte: I CONFERÊNCIA de Segurança Alimentar. p. 23-28.

⁴⁵ No Brasil, as “categorias profissionais” dos funcionários públicos, bancários, estudantes e professores estão entre os que têm maiores níveis de sindicalização e/ou algum tipo de organização para debates internos.



O sociólogo Herbert de Souza, Betinho, ladeado por criança e tendo à sua esquerda a Coordenadora da Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, Maria José Jaime.



Representantes de vários Estados discutem em um dos grupos de trabalho durante a Conferência.

Fonte: I CONFERÊNCIA de Segurança Alimentar. p. 23-28.



Em outra mesa de debates, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Pires e Renato Maluf

Fonte: I CONFERÊNCIA de Segurança Alimentar. p. 23-28.

Dentro de um quadro de debates bastante progressistas, no entender de MORELLI (1994: 31) a I CNSA significa “*a maturidade do processo político, porque o povo brasileiro está aprendendo que, além de eleger seus governantes, deve participar da ação governamental*”. Defendendo o princípio da Parceria como valor social de extrema importância, Dom Mauro Morelli acrescenta que “*a Ação da Cidadania Contra a Fome está ensinando que governo, organizações, movimentos sociais e participação política partidária podem ser colocadas em outro nível de colaboração*”. Coordenador do Comitê do Rio de Janeiro, ANDRADE (1994: 25), por sua vez, afirma que,

“Ninguém mais tem dúvida sobre a necessidade de parceria. O movimento social independente como um todo não estava acostumado a trabalhar em parceria com o Estado. Está claro que é preciso sentar com os representantes do Estado, em vários níveis, sem abrir mão das identidades individuais de cada segmento, para discutir e executar ações conjuntas que permitam alcançar os objetivos.

A I Conferência fez a gente ver que é possível sonhar com uma nova sociedade, construir um novo País. Mas isso só será possível através da participação coletiva, da representação de todos os segmentos da sociedade. A conferência mostrou que a sociedade civil é capaz de apontar caminhos, acompanhar a elaboração e execução de políticas junto ao Estado”.

Compartilhando das mesmas idéias gerais, FRANCO (1995: 84) é ainda mais enfático ao acrescentar

“... Talvez ainda transcorra muito tempo até que nós, atores envolvidos com a Ação da Cidadania, consigamos ter plena consciência desta nova realidade social, que estamos coletivamente construindo.

... Quem participou da I CNSA percebeu que, ali, a velha forma de fazer política ainda estava presente. Mas ela já se misturava com o novo impulso ético que reuniu quase duas mil pessoas das mais distantes localidades do país: o impulso, em última instância, da fraternidade, de fazer alguma coisa concreta – é aqui e agora – para aliviar os sofrimentos de milhões de brasileiros, não obstante alguns nos digam, a toda hora, que esta realidade iníqua só poderá ser modificada num futuro distante.

... Ora, o que reuniu aquela multidão de delegados e observadores presentes na I CNSA não foi, certamente, o interesse econômico imediato dos participantes”

Estimativas levantadas durante a realização do I CNSA calculam a existência de cinco mil comitês da “Ação da Cidadania Contra a Miséria” espalhados pelo Brasil e

destacam a forte participação de associações de moradores, empresas, igrejas e comunidades.

Depois de muitas discussões e inúmeros debates, o documento final da I CNSA oferece à sociedade brasileira um Documento Político e outro programático sobre Segurança Alimentar (Anexo 07). No fundo, os dois documentos juntos constituem uma proposta com a pretensão de fazer com que os governantes a transformem em um projeto de ação governamental. Neste sentido, SILVA (1994: 24), do Comitê Estadual do Maranhão, evidencia-se que

“A importância da I Conferência é extraordinária. É a primeira vez que se organiza um evento desse porte com a participação da sociedade e do Governo. Já se sabe qual é o problema, quais políticas devem ser implementadas. Importante agora é dar os passos, nos futuros governos, para a resolução dos problemas”.

Nesse Sentido, o Relatório Final é elaborado com o firme propósito de ser encaminhado para as entidades ligadas aos poderes governamentais constituídos. Dentro deste espírito de contribuição da sociedade organizada na I CNSA, o RELATÓRIO (1994: 02), logo na introdução, destaca

“É vontade da I CNSA que este Relatório Final seja entregue aos candidatos às próximas eleições, sobretudo à Presidência da República, bem como às autoridades governamentais, legislativas e judiciárias atuais e que seja amplamente divulgado para toda a sociedade civil brasileira, em especial para as pessoas, instituições e entidades que participam direta e indiretamente da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

Na sua última página e como palavras finais, o RELATÓRIO (1994: 52) deixa como sugestão a necessidade de *“rever as políticas de privatização para que não sejam causadoras do desemprego. Interrupção imediata do processo de privatizações e revisão das já realizadas, causadoras do desemprego”*.

Se, por um lado, existe a vontade de encaminhar as propostas tiradas das múltiplas discussões estabelecidas dentro da I CNSA, por outro, a realidade concreta da sociedade brasileira e da Ação da Cidadania é bastante complexa.

Antes de tudo, a rápida passagem e quase abandono do tema arrecadação de alimentos (ações emergenciais) para os temas ligados à geração de empregos e democratização da terra (ações estruturais) faz com que muitos comitês – que haviam sido formados e aglutinados em torno do discurso que a *“fome mata no aqui e no agora”* – vão lentamente diminuindo o ritmo de trabalho. Sobre isto, GREGORY (1995: 10) exemplifica

“Devido a todas estas mudanças, o comitê municipal, que as duras custas havíamos organizado ... perdeu em boa parte a motivação que vinha sendo dada a nível nacional ... todas as outras entidades ficaram desmotivadas e deixaram de participar. Em outras palavras, quer dizer que não existe mais comitê”.

Aliado a isto, soma-se a realidade concreta objetiva e dinâmica vivenciada pela sociedade brasileira durante o segundo semestre de 1994, quando está sendo implantado o Plano Real pelas mãos do ex-ministro da Fazenda do Presidente Itamar, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o qual se torna Presidente da República derrotando ainda no primeiro turno o candidato do Partido dos Trabalhadores, o ex-líder sindical Luis Inácio da Silva (Lula), que há 04 anos atrás já havia sido derrotado pela candidatura de Fernando Collor – Itamar Franco.

Entretanto, antes da derrota no pleito eleitoral, por várias vezes, durante a campanha eleitoral de 1994, a candidatura de Lula à Presidência da República tenta vincular a “Ação da Cidadania Contra a Fome” como iniciativa própria e exclusiva do Partido dos Trabalhadores. Em um artigo do Jornal do Brasil, a reação de Betinho é rápida e enérgica. Segundo as próprias palavras de SOUZA (1994: 03)

“Tenho afirmado, desde o início da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, que esta campanha é suprapartidária ... Quero vir a público dizer que, como articulador da Ação da Cidadania, tenho dever de respeitar o suprapartidarismo desta campanha ... o PT afirma que a Campanha Contra a Fome nasceu de uma iniciativa sua. Mas a verdade não é esta. O Movimento Pela Ética na Política se reuniu e decidiu criar a Ação da Cidadania ... Foi D. Luciano Mendes de Almeida que costurou este nome comprido numa reunião histórica no Fórum de Ciência e Cultura ... a Ação da Cidadania é formada por milhares de comitês onde diferentes tendências estão presentes e se respeitam gente de partido, sem partido, contra partido ... não creio mais em salvadores. Creio em Cidadania ... Se Fernando Henrique for eleito, me terá fazendo cobrança nas horas seguintes a sua posse. Se Lula for eleito também vai me encontrar com a mesma atitude. Não serei governo de nenhum deles. Sei que eles são diferentes, mas essa é minha opção.”

Assim, interessados no processo eleitoral, confusos pelas mudanças das ações emergenciais para as ações estruturais e, ainda embalados pelo título de tetracampeão mundial no futebol conquistado na Copa dos Estados Unidos da América, muitos brasileiros que atuam nos Comitês da “Ação da Cidadania” diminuem sensivelmente a atuação na “Campanha Contra a Fome”. Segundo GOHN (1997: 84), em dezembro de 1994

“O slogan ‘Natal sem fome’ foi retomado e seu relativo sucesso deveu-se ao engajamento de alguns órgãos de comunicação, como o jornal Folha de São Paulo, que doou toneladas de alimentos e distribuiu sacos para coleta como encarte em seus diários. A sociedade civil não teve a mesma participação anterior. Os comitês não estavam funcionando na mesma plenitude, e o Natal sem fome vingou graças ao apoio institucional de várias empresas”.

3.2. O Fórum da Ação da Cidadania e a Comunidade Solidária: Descentralização e Parcerias em “Xeque”

No explicitar de FRANK e FUENTES (1989: 26) *“movimentos sociais são cíclicos”* porque, em geral, *“respondem as circunstâncias que variam segundo as flutuações e os ciclos políticos, econômicos e, talvez, ideológicos”* e também porque *“assim como seus membros, sua mobilização e sua força tendem a ser cíclicos, já que mobilizam as pessoas em respostas a circunstâncias que, em si mesmas, são de caráter cíclicos”.*

Num contexto de final do mandato de um Presidente da República que apoiara a “Campanha Contra a Miséria”, da vitória de um candidato apoiado por forças políticas que se perpetuavam no poder e do declínio das ações emergenciais da “Campanha do Betinho” é que algumas lideranças nacionais da “Ação Contra a Fome” – agora ainda mais pressionados pelos Comitês Estaduais que se estruturam durante o processo de preparação e atuação I CNSA – propõem a fundação do Fórum Nacional da Ação da Cidadania.

Representantes da Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, juntamente com representantes dos comitês das Empresas Públicas (COEP), Comitês Estaduais, Comitês Universitários e de Organizações Não Governamentais (ONGs)

parceiras – em reunião realizada nos dias 10 e 11 de dezembro de 1994 – constituem o “Fórum Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome”.

Objetivando reunir condições materiais e humanos, naquela reunião fica decidido que a Secretaria Nacional é a Instância Operacional para o funcionamento do Fórum. Somado a isto, são tiradas dez cláusulas – diretrizes consensuadas – que responderão pela condição dos trabalhos do Fórum. São elas:

“1- Cria-se um Forum Nacional, como espaço de cidadania, autônomo e plural. Este Forum adota e promove os valores básicos da solidariedade, igualdade, diversidade, participação e liberdade. Orienta-se pelos princípios da Ação da Cidadania de iniciativa, descentralização e parceria.

2- O Forum tem, entre seus objetivos, manter um espaço aberto de discussão política sobre linhas gerais capazes de orientar ações de cidadania, em especial de âmbito nacional.

3- O Forum será deliberativo nas questões procedimentais (isto é, que dizem respeito a sua “economia interna”).

4- O Forum é um espaço de discussão, proposição e indicação de ações convergentes de âmbito nacional (campanhas etc).

5- Nas questões de conteúdo o Forum vai se orientar pela busca do consenso como procedimento de decisão. Ou seja: não se adotará, nestas questões, o método da votação.

6- O Forum não representa nem fala em nome da Ação da Cidadania, mas apenas expressa opiniões de uma ‘parcela articulada’ desta Ação. Quer dizer, daqueles setores que agrupa num determinado momento.

7- Reconhecendo o caráter descentralizado da Ação da Cidadania, o Forum não poderá cobrar alinhamento ou obediência de nenhuma pessoa, grupo, entidade, comitê etc, que participe (ou não participe, dele)

8- O Forum reconhece e incentiva o caráter multipolarizado da Ação da Cidadania, reconhecendo também a necessidade de articulação e

integração entre as ações que vem sendo ou serão desenvolvidas.

9- O Forum pode designar um ou mais de seus participantes para conversar ou negociar com o Governo em nome do próprio Forum, mas não pode impedir ou desautorizar outros atores da Ação da Cidadania a fazerem o mesmo (desde que estes não falem em nome do Forum).

10- A presente reunião, de 10 e 11 de dezembro de 1994, considerada constituinte do Forum, estabelece:

a) A depender de confirmação dos participantes, a constituição original do Forum é a seguinte: Comitês Estaduais, Comitês Universitários, Comitês de Entidades Públicas, Entidades e Organizações Não-Governamentais que trabalham no âmbito da Ação da Cidadania, Secretaria - Executiva Nacional da Ação da Cidadania.

b) O Forum é aberto, podendo vir a dele participar outros atores que estão no âmbito da Ação da Cidadania.

c) O Forum se organizará como rede e não com organização centralizada, podendo, no entanto, se desdobrar estadual, regional ou localmente, estimulando a constituição de fóruns semelhantes nestes níveis. Mas o Forum não terá nenhum tipo de coordenação política de caráter representativo ou decisório.

d) O Forum não poderá se constituir como entidade com estatuto e registro jurídico próprio e orientará seu funcionamento pelas 10 diretrizes aqui livremente consensuadas entre os participantes desta reunião que o constitui, bem como por outras que não contrariem os princípios que o originaram.

Fonte: I CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar. p. 118-120.

Tendo como objetivo orientar concretas ações de cidadania no território brasileiro, as dez diretrizes tiradas na reunião de criação do Fórum da Ação da Cidadania enfatizam que aquele espaço de discussão é autônomo, plural e vai se pautar pela busca do consenso como forma de decisão.

Propondo uma organização em forma de rede é destacado, ainda, que o Fórum é aberto não podendo, de forma alguma, cobrar alinhamento já que é reconhecido o caráter da diversidade e da não centralização presente na Ação da Cidadania Contra a Fome.

Logo após a fundação do Fórum da Ação da Cidadania, em janeiro de 1995, são realizados vários apelos para que a “Campanha da Fome” seja revitalizada. Um dos mais significativos é a “Carta da Terra” propondo ações verdadeiramente estruturais à medida que se propõe uma discussão ligada à democratização da terra.

Carta da Terra

Um dia a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial.

A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi terra de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem terra. É a morte.

Muitas reformas se fizeram para dividir a terra, para torná-la de muitos e, quem sabe, até de todas as pessoas. Mas isso não aconteceu em todos os lugares. A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames lisgados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas mãos ainda está.

No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento. Virou poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, virou privilégio, poder político, base da exclusão, força de apartheid. Nas cidades virou mansões e favelas. Virou absurdo sem limites, tabu.

Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva que a cerca tremer, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Fome é o único destino possível para a terra.

Assinam esta carta os que desejam mudar a terra, querem democratizar a terra, querem democracia na terra. Mas ainda neste século, já se espessou demais. A democracia na terra é condição de cidadania. Esta é uma tarefa fundamental da Ação da Cidadania.

Que o novo presidente execute essa reforma. Que os novos governadores participem dessa mudança. E que a sociedade seja o verdadeiro ator dessa nova peça para mudar a face da terra. A partir daí a vida na terra será melhor.

Herbert de Souza (Bertinho)
Articulador Nacional da Ação da Cidadania
Coordenador da Campanha Nacional
pela Reforma Agrária

A Carta da Terra assinada pelo Betinho, como articulador da Ação da Cidadania e como Coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, chama a atenção para o fato da terra ter se tornada propriedade particular em dado momento da História da Humanidade.

Dissertando que a democratização na terra é condição precípua de cidadania, a carta termina desejando que o novo Presidente da República execute a Reforma Agrária, tendo em vista que as terras brasileiras possam se constituir como um bem de toda população do país.

Contando com eventos promocionais, em várias partes do país a “Carta da Terra” é reproduzida e publicada em diversos meios de comunicação. No Maranhão, por exemplo, o “Comitê Estadual da Cidadania” realiza uma movimentação pública numa das principais praças da cidade de São Luís onde se fazem presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Sem Terra (MST) e de outras entidades da sociedade civil organizada.

Indo contra as expectativas da “Ação da Cidadania”, o novo Presidente da República, o Sociólogo e Escritor⁴⁶ Fernando Henrique Cardoso, extingue o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com uma proposta de abrangência muito maior do que os órgãos extintos é criado o Conselho da Comunidade Solidária com as seguintes atribuições básicas:

- incentivar na sociedade o desenvolvimento de organizações que realizem, em parceria com o governo, o combate à pobreza e à fome;
- incentivar a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementariedade das ações;

⁴⁶ *Fernando Henrique Cardoso é autor de vários livros que influencia grande parte dos trabalhos de uma geração de Geógrafos Pós Encontro Nacional de Geografia de Fortaleza (1978).*

- promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando à integração de esforços do governo e da sociedade; e
- propor e opinar sobre as ações prioritárias na área social.

Em suma, a atuação pretendida possui duas frentes. De um lado, procurando ampliar a eficácia, pretende melhorar o gerenciamento e a abrangência dos programas federais selecionados e, noutra frente, concentra-se os esforços de trabalhos em áreas geográficas pontuais e especificamente selecionadas, tendo como base, indicadores de concentração de miséria estabelecidos pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como pelos números do Instituto de Política Econômica Aplicada

Para que possa trabalhar, o Conselho da Comunidade Solidária é nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso vinculado à Casa Civil, sendo presidido pela Primeira Dama – a também Socióloga Ruth Cardoso – e composta por dez Ministros de Estado e por vinte e uma personalidades da sociedade civil. Entre estes membros estão apenas quatro pessoas ligadas à “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” – com destaque para Herbert de Souza que aceita o convite dando um voto de confiança aos projetos do Presidente recém empossado.

Apostando na parceria com o novo governo como uma esperança de instrumento de mudança em favor de um país com menos miséria, SOUZA (1995: 05) escreve que

“A Ação da Cidadania através dos milhares de comitês estará atento a ação governamental e irá fazer a sua parte: não abandona a questão da comida porque a fome não acabou, não abandona a questão da geração de emprego porque ainda temos milhões a serem criados e estaremos

colocando a democratização da terra no centro do debate político desse ano.

Se o governo FH se transformar no instrumento político da luta contra a miséria no Brasil, palmas para o governo, todo apoio a comunidade solidária. Se não for capaz. Se lhe faltar forças e decisão política teremos que exercer legitimamente pressão sobre o governo até que ele cumpra as suas promessas.

Vamos apostar na parceria e lutar para que ela se transforme num grande instrumento de mudança de nosso país. O Brasil não pode esperar mais uma década para eliminar a indigência que desafia a todos nós.”

Na verdade, o “Conselho da Comunidade Solidária” é organizado de maneira semelhante ao extinto Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) que fora presidido por Dom Mauro Morelli, com a diferença, agora, de que o novo órgão só manteve quatro dos membros do órgão extinto.

Frente ao fato de que os mais importantes líderes da Ação da Cidadania Contra a Miséria – com exceção de Dom Luciano Mendes, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), e do sociólogo Herbert de Souza – não serem nem sequer indicados para compor o Conselho da Comunidade Solidária, o que, ligado à forma como foi encerrado pelo governo do novo presidente o CONSEA, acaba por gerar ressentimentos de enorme magnitude que se fazem presentes logo nas duas primeiras reuniões do “Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome”.

A Primeira Reunião do Fórum da Ação da Cidadania ocorre em Vitória, no Estado do Espírito Santo, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1995. Além de dar, incentivos para a continuidade das Ações Emergenciais contra a Fome e para as Ações Estruturais da Geração de Emprego, fica definido, como eixo articulador básico das ações do Fórum, a temática “Democratização da Terra”.

Além de decidir pela divulgação da “Carta da Terra” como primeiro movimento de mobilização, o Fórum inicia o diálogo sobre a continuação da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar objetivando desdobramentos concretos das conclusões da Conferência tendo em mente elaborar Políticas Públicas de Segurança Alimentar no interior das Unidades Federativas.

Entretanto, somado a tudo isto, o que vai mesmo tomar o maior tempo dos integrantes do Fórum na Primeira Reunião é o intenso debate sobre a criação do Programa do Conselho da Comunidade Solidária pelo Governo Federal. Assim, após várias discussões e análises, o Fórum constituído acha por bem e em consenso manifestar as seguintes observações sobre o assunto.

“1) A iniciativa unilateral do governo federal de elaborar o Programa e criar o Conselho da Comunidade Solidária como um espaço da parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, conquanto positiva em princípio não pode desconhecer o acúmulo de experiências anteriores já efetivadas em nosso país.

2) A forma de extinção do Conselho Nacional de segurança Alimentar – CONSEA, sem qualquer tipo de diálogo e comunicação com seu presidente e demais conselheiros, desconsiderou os relevantes trabalhos realizados por aquele Conselho.

3) A forma de indicação pelo governo federal de 21 integrantes da sociedade civil para compor o Conselho da Comunidade Solidária se deu sem uma participação mais ampla de vários segmentos da sociedade.

4) O Fórum entende que a relação entre Estado e Sociedade só evolui para uma efetiva parceria se se der tanto na elaboração quanto na definição, execução e fiscalização das políticas. Neste sentido manifesta sua discordância quanto à forma como foram encaminhadas as primeiras gestões para elaborar o Programa da Comunidade

Solidária sem uma participação mais ampla da própria sociedade civil. Manifesta também sua preocupação no sentido de que essa prática se torne tônica predominante.

5) Por força dos princípios de constituição do Fórum, os seus participantes que foram indicados pelo governo para integrar o Conselho da Comunidade Solidária, ainda que expressem diversas dimensões da Ação da Cidadania, não podem representar o Fórum.

6) O Fórum entende que as relações formais e oficiais com o Programa da Comunidade Solidária devem se dar através de suas respectivas Secretarias (a Secretaria Nacional do Fórum e a Secretaria Executiva do Programa).

7) O Fórum decide encaminhar a todos os integrantes do Conselho da Comunidade Solidária e a Secretaria Executiva do Programa o relatório final da 1 Conferência Nacional de Segurança Alimentar – I CNSA - como referência básica para o diálogo.

8) Apesar de reconhecer tais limitações do processo em curso o Fórum declara sua disposição de participar do debate voltado ao aprofundamento dos temas aqui abordados.”

Fonte: ATIVIDADES do Fórum em 1995. **Fome de Quê?** p. 08.

Portanto, o documento tirado da Primeira Reunião do Fórum realizada em Vitória retifica cobrança das forças que compõem a nova Administração Federal uma explicação para a extinção do CONSEA e deixa clara a discordância quanto à forma de como foram sistematizadas as primeiras iniciativas para elaborar o “Programa da Comunidade Solidária” sem uma participação mais abrangente de diversos segmentos organizados da sociedade civil, principalmente dos mais variados sujeitos sociais ligados a diversificados comitês de trabalho da Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida.

Fazendo um retrospecto dos trabalhos realizados, dos obstáculos encontrados e das possíveis soluções a serem buscadas, a Segunda Reunião do Fórum acontece no final de maio de 1995 na cidade do Rio de Janeiro. O enfoque no combate a fome emergencial e

a retomada das questões relativas à Segurança Alimentar da nação brasileira são retomadas durante aquela reunião ocorrida na Capital Fluminense.

Dentro desta análise, é aprovada a formação de grupos para estudar mecanismos de fiscalização do controle da Merenda Escolar municipalizada, bem como para envolver os poderes constituídos (Legislativos, Executivo e Judiciário) no sentido de conseguir deles o compromisso de luta pela melhoria da qualidade e quantidade da alimentação servida nas escolas públicas brasileiras.

Contudo, assim como na Primeira Reunião, na Segunda Reunião do Fórum da Ação da Cidadania um dos assuntos mais debatido foi a inquietação de representantes de comitês de diversas regiões do país sobre a presença do Sociólogo Herbert de Souza como membro do Conselho Consultivo do Programa da Comunidade Solidária. Sobre isto, frisando que muitos movimentos buscam autonomia frente ao poder estatal, FRANK & FUENTES (1989: 34) opinam que

“Entre os fins e métodos não-materiais de muitos movimentos comunitários locais está o desenvolvimento de uma democracia mais participativa e de base e de uma autodeterminação de baixo para cima. Estes percebem que eles lhes são negados pelo Estado e seu sistema político. Estes movimentos comunitários buscam, portanto, conseguir uma maior autodeterminação para si mesmos dentro do Estado, ou evitar totalmente o Estado.”⁴⁷

Ainda na Segunda Reunião, Betinho acha que não tinha nenhuma razão para se recusar a participar do Conselho da Comunidade Solidária já que a proposta é a mesma da

⁴⁷ - No dissertar do Doutor Português SANTOS (2001), a distância dos novos movimentos em relação ao Estado é mais aparente do que real pois as aspirações locais-globais acabam, quase sempre, por se traduzir numa exigência realizada ao Estado e nos termos em que o Estado se vê na obrigação política de ter de lhe dar resposta.

- Entre os autores brasileiros que acatam, ainda que parcialmente, esta posição pode-se citar Pedro Jacobi.

Ação da Cidadania: melhorar a situação dos brasileiros que se encontram na miséria. Porém, não obstante a sua participação, alerta que se houver qualquer atitude antiética ou arbitrária contra princípios da “Campanha Contra a Fome”, ele não hesitará em deixar o Conselho presidido pela Socióloga Ruth Cardoso. Nesta direção, de maneira firme, SOUZA (1996: 10) destaca

“Desde que entrei no Conselho venho recebendo críticas de várias pessoas: por que participava do Conselho criado por um governo que, na verdade, não estava interessado na luta contra a miséria e onde o social se reduzia a ser um efeito da política econômica? Qual o meu grau de compromisso com as outras políticas do governo como privatizações, reforma da previdência, omissão frente à questão agrária, alianças insustentáveis com partidos conservadores e várias outras críticas que constituem uma avaliação política do atual governo?”

Eu respondia que um governo é uma arena de luta e que é a sociedade que na verdade pode conduzir o governo a mudar de rumo. Enquanto isso, refletia com a participação dos amigos sobre o que fazer, que rumos tomar ...”

Se, no início, havia desconfiança por parte de diversos integrantes da Ação da Cidadania quanto à possibilidade de êxito do “Conselho da Comunidade Solidária”, com o passar dos meses a apreensão vai se generalizando. Do Comitê do Pará, Elias de Paula de Araújo diz que o *“Programa orienta-se por uma concepção operacional contraditória”* e alerta para a gravidade do problema à medida que *“de um lado tem-se a dependência gerada pela miséria e, de outro lado, o fisiologismo daqueles que fazem política se aproveitando”* dos miseráveis. A Assistente Social e Vereadora paulista acrescenta que o Programa Comunidade Solidária *“revela-se uma perigosa orientação política de desmanche da própria cidadania”*. De maneira muito mais crítica, AGUIAR (1995:03) frisa

“A apreensão sobre a falta de iniciativas do governo na área social, incluindo a não disponibilidade de recursos para setores priorizados, vem sendo manifestada desde março, quando começaram a circular artigos de reflexão sobre o assunto. Uma das críticas predominantes foi à circulação restrita, “meio clandestina”, do documento explicativo do Programa, que apesar da autoria conhecida (pelo menos a primeira versão, elaborada pela socióloga Anna Maria Peliano), manteve-se durante três meses como um texto apócrifo (sem assinatura) e não oficial, até ser substituído, no final de março, por uma nova versão – também anônima e sem identificação governamental ... Passados seis meses de lançamento do Programa Comunidade Solidária e cinco meses da posse de Conselho Consultivo criado para assessorar as ações sociais do governo, pessoas e instituições atuantes na Ação da Cidadania revelam-se preocupadas com as poucas medidas concretas de combate à miséria.”

Caminhando nesta mesma análise, SADER (1995:19) completa que *“apesar de teorizar sobre o papel dos novos movimentos sociais, Ruth Cardoso organiza a Comunidade Solidária sem chamar os movimentos sociais. Ao contrário busca legitimidade em atores da globo”*.

Na realização da Terceira, Quarta e Quinta Reunião do Fórum da Ação da Cidadania, os argumentos se tornam múltiplos e cada vez mais embasados. Assim, com as críticas chegando de múltiplos setores sociais, com a comprovada falta de eficiência para efetivar ações concretas e sérias de combate à fome emergencial, bem como fruto da indefinição de propostas para a Segurança Alimentar da nação, Betinho também começa criticar o Programa da Comunidade Solidária e a destacar com ênfase, ainda maior, as importantes ações concretas dos comitês da “Campanha da Fome”. Num artigo do “Estado de São Paulo”, SOUZA (1995: 07) analisa que

“O Comunidade Solidária é pequeno demais para a dimensão do problema. Não tem os recursos nem a dimensão necessária. Nem poderia ter, a não ser que fosse substituir toda a ação governamental. Teríamos um governo do Real e outro do social e isso dividiria o Estado brasileiro em dois governos, em direções opostas.

A política econômica do governo não tem no combate à miséria seu objetivo central, prioritário e indiscutível. A economia brasileira está estabilizada e a miséria também. Podemos seguir assim por séculos, se tivermos sorte. É necessário que o presidente Fernando Henrique defina e assuma o plano de combate à miséria de seu governo e subordine todas as ações de ministros a essa tarefa ... não se pode subestimar as ações dos comitês, de cada cidadão, por menor que seja. São concretas, efetivas e estão produzindo uma nova onda na sociedade brasileira: a da solidariedade, sem a qual a democracia nesse país jamais existira. São tantas as idéias que os comitês da Ação da Cidadania colocam em prática, são exemplos da criatividade da sociedade. Mas não têm a força e os recursos necessários para transformarem suas lutas locais em projetos nacionais e de grande alcance, como deve ser um programa de governo que enfrente, de fato, o problema. Ninguém é ingênuo o suficiente para acreditar que ações isoladas de entregar comida a quem tem fome terá capacidade de acabar com esta miséria imensa que foi construída pelas elites brasileiras ao longo de séculos de exclusão social. Mas é fundamental reconhecer que um gesto de solidariedade é também o um começo de mudança dessa cultura da indiferença, que levou tão longe a miséria e o cinismo existente na sociedade brasileira.

É importante também não se contentar com pouco: precisamos de milhões precisamos de projetos e ações públicas. A miséria nesse país deveria ter a dimensão de um plano Marshall ou será um plano inócuo, destinado a criar manchetes nos jornais e frustração nas ruas. Esses milhões de recursos existem na sociedade – que tem demonstrado disposição para agir – e no governo, que ainda precisa dizer a que veio.”

No fundo, naquele momento, as duras palavras de Betinho estão direcionadas para o Governo Federal e para uma parte do Empresariado brasileiro. Betinho critica a área

econômica do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ajudar com bilhões dos contribuintes brasileiros os bancos Econômico e Nacional. As críticas se direcionam também para os empresários ligados a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em função de terem falado que iam ajudar enquanto que, na realidade, poucas foram as contribuições significativas oriundas dos maiores empresários do setor industrial brasileiro para as iniciativas da “Ação da Cidadania Contra a Fome” no decorrer dos três anos de existência.

Não obstante, os pronunciamentos de críticas generalizadas contra as poucas ações governamentais, os princípios da Parceria, da Descentralização e da Solidariedade continuam como elementos basilares que direcionam a quase totalidade das iniciativas da Ação da Cidadania. É assim que, com vistas a discutir a questão da Segurança Alimentar dos povos do mundo, no final de outubro de 1995, ocorre a Assembléia de Quebec, no Canadá, contando com seis representantes brasileiros, sendo um deles indicado e homologado pelo “Forum Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome”.

Com a presença marcante de aproximadamente duzentas ONGs do mundo inteiro, na Conferência de Quebec muito se discute sobre uma Campanha Internacional pela Segurança Alimentar dos povos pobres do Globo. Um outro aspecto muito debatido é a utilização do “dumping” na área alimentar, em que se alerta sobre os aspectos maléficos das maiores empresas produtoras de alimentos do mundo despejarem seus excedentes a preços inferiores aos custos das produções das comunidades pobres nos países do Terceiro Mundo.

Tendo consciência de que o maior desafio a ser enfrentado é conseguir garantir com que as sociedades consigam ter acesso e participação nas decisões, MENEZES (1995: 07) relata

“O Brasil vive uma das experiências mais ricas com a Ação da Cidadania e pode transmitir melhores ensinamentos de participação direta da sociedade, não esperando somente as iniciativas governamentais. No evento de Quebec foi extremamente valorizada a experiência brasileira ...

A mobilização da sociedade nos seus locais de moradia, nas comunidades, muitas vezes articuladas com os poderes públicos locais, tomando iniciativas como formação de cooperativas, de hortas comunitárias, distribuição de alimentos, tudo isso pode surtir efeito no enfrentamento do problema.”

No início de dezembro de 1995, ocorre a Sexta Reunião do Forum na cidade de Fortaleza onde, então, é informado que o jornal “O Estado de São Paulo” (Caderno de Emprego de Domingo) está disponibilizando um espaço para a publicação de experiências de geração de emprego e renda incentivadas pela Ação da Cidadania. No que se refere às frentes de trabalho, são formados grupos que se responsabilizam em acompanhar as discussões nacionais e apontar sugestões relativas aos temas “Merenda Escolar” e “Segurança Alimentar” que estão sendo debatidos dentro do Congresso Nacional em Brasília. Ao final da Sexta Reunião, fica decidido, entre outras coisas, não patrocinar novas campanhas temáticas nacionais, bem como continuar a realizar o “Natal sem Fome”.

Desta forma, em dezembro de 1995, é promovido o Terceiro “Natal sem Fome” da “Campanha do Betinho”, cujo sucesso se restringirá principalmente aos comitês do Estado do Rio de Janeiro. Lá, as seiscentas toneladas de alimentos arrecadados são entregues aos beneficiários pelos duzentos e dezessete comitês que ainda continuam em atividade naquela unidade federativa.

Herbert de Souza participa ativamente do “Natal sem Fome” do movimento Rio da Ação da Cidadania quando, inclusive, fez questão de elogiar os empresários do setor da alimentação que doam trezentos e cinquenta toneladas de gêneros alimentícios, bem como de criticar uma vez mais o Governo Federal e os empresários ligados à FIESP.

Se no Rio de Janeiro os trabalhos da Ação da Cidadania são intensificados, o mesmo não pode ser dito para a maioria dos Estados, onde a campanha vai perdendo fôlego. Em São Paulo, por exemplo, os comitês da cidadania que em 1994 eram noventa e cinco, agora, no final de 1995, são oitenta. No Rio Grande do Sul, há o encontro de apenas vinte e três comitês quando, em 1993, haviam cento e cinquenta comitês em funcionamento. Só no pequeno território do Distrito Federal são desativados dezessete comitês durante o espaço de um ano, entre o final de 1994 e o final de 1995.

Dificuldades de parceria com iniciativa privada, diminuição do apoio das empresas estatais, problemas de planejamento, de divulgação aliado à fragilidade e brigas internas intensas dentro dos próprios comitês espalhados pelo território brasileiro causam um enorme esvaziamento do pessoal que antes trabalhava.

Apesar de todos os problemas enfrentados e da acentuada tendência de desmobilização apontada pela desativação de centenas de comitês, JACOBI⁴⁸ (1995: 1-10) frisa

“... que houve avanços, porque pela primeira vez a sociedade se preocupou ativamente com o direito à cidadania, enfrentando a retórica...”

Que há parcelas da sociedade mobilizadas, que desejam manter a campanha viva que entendem a questão da miséria não como modismo ...

⁴⁸ Segundo uma pesquisa realizada pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), em São Paulo, 47,2% dos colaboradores procuram trabalhar nos comitês em função do espírito comunitário das ações empreendidas.

a campanha não resolve a fome no país, mas ajuda. A solução virá do poder público, embora a maior preocupação do governo hoje seja apenas a estabilização econômica.”

No que se refere à preocupação da sociedade na busca da cidadania, PARISSE (1992: 169) acrescenta que *“ao combater pelo respeito de seus direitos, os homens, as mulheres, os povos se constituem sujeitos, atores de seu próprio desenvolvimento”*. Também nesta direção DEMO (1988:12) ressalta

“... por menor que julgássemos ser esta parcela de participação, parece fato que algo é feito pelo homem. Este algo é um espaço tipicamente político, porque significa a insurreição contra ser apenas objeto. Quando falamos em ‘homem político’, temos em mente sobretudo tal horizonte, no sentido de competência em administrar o trajeto histórico, mudando a natureza e as relações sociais. É o espaço das utopias... Homem político é aquele que tem consciência histórica. Sabe dos problemas e busca soluções não aceita ser objeto. Quer comandar seu próprio destino. E amanhece o horizonte dos direitos, contra o dado e contra a imposição. Ator, não expectador... A história é, por conseguinte, pelo menos em parte, conquista humana. Por vezes muito desastrosa, mas marcada por sua atuação. Nesta arena, é característica importante a busca de autodeterminação.”⁴⁹

Sobre a busca da estabilização da economia e da falta de apoio para as áreas sociais por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, SADER (1995: 17) é enfático

“A legitimidade dos padrões dominantes de modernização se concentra na capacidade de consumo dos estratos altos do mercado e nos seus efeitos de demonstração para o restante, via meios de comunicação. A

⁴⁹ Neste caminhar interpretativo e de acordo com o Boletim de Geografia Teórica (1992), fora do Brasil, pode-se ainda citar os trabalhos dos geógrafos, Parveen Nangia (Índia), Maria Garcia Amaral (México), Luis Javier Roca (Argentina) e Jaqueline Chase (Estados Unidos).

legitimidade do governo FHC reside estritamente na estabilização da moeda e nos seus supostos efeitos no aumento da capacidade aquisitiva da população. Seu mandato veio daí e aí se esgota. O resto é contrabando ideológico e trapaça política.”

Nesta análise, Betinho não cansa de repetir que os “*economistas são os generais de nosso tempo*”. Portanto, nesta complexa conjuntura, apesar dos resultados e aspectos positivos da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida,” vai ficando cada vez mais difícil recuperar os níveis de participação popular verificados durante os anos de 1991 e 1994. Agora, em 1996, até para realização da Sétima Reunião do Fórum, as dificuldades encontradas são enormes, tanto que a Reunião que deveria ocorrer em São Paulo, em março, acaba por ser adiada para abril, na cidade de Brasília.



**FORUM NACIONAL DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME,
A MISÉRIA E PELA VIDA. SECRETARIA NACIONAL**

SCS - Setor Comercial Sul - Quadra 01 Ed. - JK - 7º andar - conj. 76/77
Tel: (061) 223-1989 e 224-7745 Fax: (061) 223-2499
CEP 70306-900 Brasília DF

NOVO ENDEREÇO PROVISÓRIO
Secretaria Executiva do Fórum
Nacional de Ação da Cidadania
SCS 010 - BLOCO C - SALA 219
70802-500 - BRASÍLIA-DF
TEL: (061) 340-4757/FAX: (061) 274-8822

Brasília, 1 de abril de 1996

Da: Secretaria Nacional
Para: Participantes do Fórum
Assunto: Nova Convocação da Sétima Reunião do Fórum Nacional

Caros amigos e amigas

Como é do conhecimento de todos os que entraram em contato com a Secretaria Nacional ou com o Comitê Estadual de São Paulo, a Sétima Reunião do Fórum, convocada (em 1 de fevereiro último) para 14 a 17 de março de 1996, em São Paulo, não pode ser realizada na data e local previstos devido ao fato de que o financiamento indispensável para a sua concretização só foi aprovado às vésperas do evento, inviabilizando a obtenção dos documentos necessários à liberação da verba.

Na presente oportunidade estamos fazendo uma nova convocação, para os dias 19, 20, 21 e 22 de abril de 1996, em Brasília. O motivo da mudança de local é o seguinte: no dia 23 de abril será realizado o Seminário, convocado pelo Ministério das Relações Exteriores, para discutir o relatório brasileiro à Cúpula Mundial da Alimentação (*World Food Summit* - Roma, novembro de 1996). Para este Seminário estão convidados, com passagem e hospedagem pagas pelo Governo brasileiro, um membro de cada Comitê Estadual bem como representantes de várias ONGs que participam do Fórum. Sendo assim, decidimos aproveitar a oportunidade e realizar a Sétima Reunião do Fórum nas vésperas do referido Seminário, podendo com isso custear a vinda de mais um membro de cada Comitê Estadual, ampliando o encontro conforme foi o desejo da última (Sexta) reunião do Fórum.

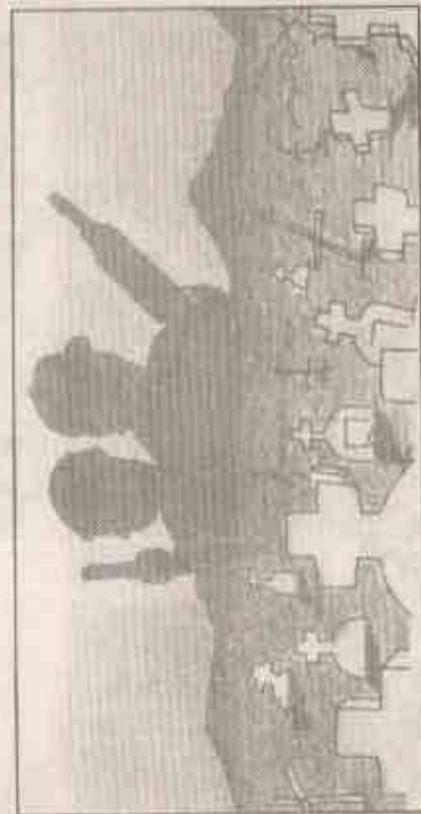
Portanto, cada Comitê Estadual deverá participar na Sétima Reunião do Fórum com dois membros. Haverá passagens aéreas para todos. Mas o Fórum só tem condições de custear alimentação e hospedagem para um dos dois membros de cada Comitê Estadual durante os dias 20, 21 e 22 de abril. Por outro lado, o Governo custeará alimentação e hospedagem para um membro de cada Comitê Estadual por apenas 2 dias (23 e 24 de abril).

Depois de resolvidos os problemas de financiamento, nos dias 19, 20, 21 e 22 de abril ocorre, na Capital Federal, a Sétima Reunião do Fórum da Ação da Cidadania. Na Reunião, entre outras coisas, é analisado o Relatório que o Governo Brasileiro redige para levar à Cúpula Mundial de Alimentação/ World Food Summit, prevista para acontecer na Cidade Roma, na Itália, em novembro de 1996.

Depois de três dias de discussões e análises, o Fórum reunido encaminha para um Seminário chamado pelo Ministério das Relações Exteriores algumas modificações na redação do documento a ser apresentado na referida Cúpula Mundial de Alimentos. Também, na Sétima Reunião, é tirado um Manifesto de Protesto contra os massacres de Corumbiara, Caruaru, Carandiru e Candelária que, juntos, totalizam mais de duzentos e dez óbitos.

CARTAS

Cidadania não aceita impunidade



Candelária. O governo Fernando Henrique deve começar a execução do seu Plano de Direitos Humanos já, pois sobram exemplos da sua necessidade.

Que a polícia possa ser reeducada para assegurar a vida, sobretudo dos que estão em situação de risco, como os que foram massacrados. Que policiais corruptos e violentos sejam julgados pela Justiça comum. Que a Justiça aproxime-se da sociedade, fazendo cumprir as leis com sabedoria.

Nós da Ação da Cidadania não queremos que estas histórias se repitam. Este e qualquer governo pode contar com nossa ação pelo não-esquecimento, porque não queremos que casos como estes se repitam. Massacres e descaso não têm lugar na sociedade que queremos e estamos construindo. Os brasileiros que, como nós, se envergonham, encontrarão em cada comitê da Ação, uma frente de trabalho contra a impunidade.

*Fórum Nacional da Ação da Cidadania
Brasília, maio de 1996*

*Manifesto redigido durante reunião do
Fórum e distribuído aos comitês estaduais
e à imprensa.*

Corumbiara, Carandiru, Candelária, Caruaru somam quase 200 mortes. Massacres que têm em comum a ação da polícia e a certeza da impunidade. Os mortos eram sem-terra, presidiários, crianças e adolescentes de rua e doentes. Gente que precisa de justiça social, proteção e solidariedade para viver. Dizer que nos sentimos envergonhados pela impunidade e descaso é pouco.

Um mês depois do massacre dos sem-terra, em Corumbiara, esperamos, todos, a punição dos culpados. O Fórum Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida espera que não se repita a impunidade do Carandiru e da

Fonte: CIDADANIA não aceita impunidade. **Jornal da Cidadania**. p. 10.

O manifesto redigido e publicado diz sobre a esperança de que fatos lamentáveis e trágicos como aqueles não se repitam e reafirma que, em cada Comitê da Ação da Cidadania, ainda existente no território brasileiro estará constituída uma frente de

trabalho contra a impunidade e pela promoção da vida, sobretudo dos que estão em situação de constante risco.

Publicado na Seção de Cartas do Jornal da Cidadania, o Manifesto é distribuído para todos os Comitês Estaduais e à Imprensa Nacional objetivando criar mecanismo de cobrança para a concretização do Plano de Direitos Humanos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dentro de um espírito de completa decepção com a atuação do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Betinho entrega - logo nos primeiros dias de maio de 1996 - o seu pedido de demissão do Conselho do Programa da Comunidade Solidária, até então o principal programa social do Governo Federal. Segundo SOUZA (1996: 10)

“Depois de muito pensar, cheguei à conclusão de que deveria fazer uma proposta ao Conselho e anunciar minha saída para dedicar com exclusividade à Ação da Cidadania.

... Essa decisão foi tomada dois dias antes da reunião do Conselho e do anúncio do presidente do que seria seu plano social. Tomei o tempo necessário para chegar a essa decisão e creio que anunciei na hora certa através de uma entrevista coletiva à imprensa.

... Estou enviando uma carta aos conselheiros que ficaram e outra à opinião pública, que deve ser publicada nesses dias. Creio que deveria me dirigir especialmente a milhares, ou milhões, de pessoas que participam da Ação da Cidadania, para apresentar minhas razões. A elas finalmente é que devo satisfação, em última instância, como cidadão que apenas pretende ser parte dessa ampla e profunda luta contra a miséria e pela democracia no Brasil.

Daqui da Ação, continuamos nosso trabalho, nesse ano dedicando maior atenção às crianças e jovens e também aos idosos, para que juntos possamos retomar esse movimento tão vital para a superação real de nossos problemas que atingem milhões de pessoas. Crianças, jovens e idosos, ao lado de toda a sociedade na luta contra a fome, pelo emprego, e a democratização da terra através da reforma agrária.”

Deste modo, no entender do Sociólogo Herbert de Souza, o presidente da República é prisioneiro da aliança estabelecida com setores sociais extremamente conservadores, o que o impede de lançar um plano sério contra a miséria. Também defendendo uma revisão da política econômica brasileira, Betinho destaca que “*o que acaba com a miséria são decisões políticas simples e radicais*”. (TOSTA, 1996). Neste sentido, é enfatizada a necessidade de priorizar investimentos maciços nos setores da Educação, Saúde, Geração de Empregos e Promoção da Reforma Agrária. Entre as propostas concretas e imediatas sugeridas está a criação de um Programa de Renda Mínima que assegurará rendimentos completos para famílias que vivem na miséria e acabará com a política clientelística, com fins eleitoreiros, da simples distribuição de cestas básicas com o dinheiro da própria sociedade. A este respeito, RODRIGUES (1992: 174) analisa que

“Para execução da política clientelística contribui, em grande medida, a noção de que o atendimento das necessidades é uma doação dos Estados, dos que detêm o poder do Estado aos ‘necessitados’. Os meios de comunicação contribuem, para que esta noção seja a dominante. A compreensão de que o suprimento das necessidades é, na verdade, a obtenção de um direito pode remeter a um processo de descenso da política clientelística”.

Além de Betinho, o humorista Renato Aragão (Embaixador da UNICEF no Brasil) e José Eduardo Durão (Ex-Presidente da Associação Brasileira de ONGs) também resolvem se demitir do Conselho da Comunidade Solidária⁵⁰ acusando o Programa de burocrático, ineficiente e eleitoreiro.

⁵⁰ No início de 1996 o Conselho do Programa da Comunidade Solidária era constituído por vinte e nove representantes, sendo dezenove membros da Sociedade Civil organizada e dez Ministros de Estado.

No mesmo momento que o conselho perde aqueles três Conselheiros, quinze outros membros da Sociedade Civil no Programa Comunidade Solidária resolvem elaborar e entregar ao Presidente da República um documento cobrando mais rapidez no direcionamento da política social bem como reivindicando que a mesma não fique submetida à política econômica. De maneira geral, o documento entregue sugere que FHC negocie diretamente com organismos da sociedade civil o resgate da dívida social, o que exige uma agenda mínima do governo com a Sociedade Civil organizada.

Neste clima de críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso ocorre, no início de maio de 1996, uma nova reunião da Comunidade Solidária sem a presença dos três conselheiros demissionários. Na abertura daquela reunião, a presidente do Conselho (Primeira Dama Ruth Cardoso) faz um rápido discurso sobre a importância do caráter universal das políticas sociais, onde frisa que as ações emergenciais e localizadas contra a miséria são tão necessárias, quanto o enfrentamento das questões sociais a serem estabelecidas pelas ações maiores do governo dentro de prazos mais dilatados.

A partir do pronunciamento sobre a abrangência das ações sociais abre-se uma extensa discussão que, depois de cinco horas de duração, o máximo que se chega é a uma *“reflexão sobre a questão social no Brasil”*. Na verdade, a longa reunião não consegue encaminhar questões práticas de combate à miséria, o que faz com que muitos conselheiros reafirmem a reclamação da timidez das ações governamentais para a área social.

Comprovando, uma vez mais, a existência de uma política clientelística, eleitoreira e corruptora, em setembro de 1996, frente as fortes pressões de opinião manifestadas por segmentos sociais ligados a Ação da Cidadania Contra a Fome, mais da metade das cestas básicas a serem distribuídas pela Comunidade Solidária nos municípios do interior de Minas Gerais são suspensas por irregularidades nas fases do cadastramento, armazenamento e distribuição.

3.3- “Estado Terminal do Betinho”: Morte e Política – As ações por mais vida continuam.

O ano de 1996 encerra sem o efetivo funcionamento do Fórum da Ação da Cidadania, com generalizadas críticas ao “Programa da Comunidade Solidária”, contabilizando esparsas iniciativas de alguns “Comitês da Ação da Cidadania Contra a Fome” e com Betinho em “estado terminal” em função das complicações múltiplas oriundas do avanço da AIDS.

Sabendo que poderia morrer a qualquer momento, Betinho decide por escrever uma carta de despedida para sua esposa Maria, logo no início do ano de 1997.

Uma Carta Para Maria⁵¹

“Este texto é para Maria ler depois da minha morte que, segundo meus cálculos, não deve demorar muito. É uma declaração de amor. Não tenho pressa em morrer, assim como não tenho pressa em terminar esta carta. Vou voltar a ela quantas vezes puder e trabalhar com carinho e cuidado cada palavra. Uma carta para Maria tem que ter todos os cuidados. Não quero ser triste, quero fazer dela também um pedaço de vida pela via de lembrança que é a nossa eternidade. Nos conhecemos nas reuniões de AP (Ação Popular), em 1970, em pleno Maoísmo. Havia um clima de sectarismo e medo nada propício para o amor. Antes de me aventurar andei fazendo umas sondagens e os sinais eram animadores, apesar de misteriosos. Mas tínhamos que começar o namoro de alguma forma. Foi no ônibus da Vila das Belezas, em São Paulo. Saímos em direção ao fim da linha como quem busca um começo. E aí veio o primeiro beijo, sem jeito, espremido, mas gostoso, um beijo público. A barreira da distância estava rompida para dar começo a

⁵¹ Carta escrita por Herbert de Souza (o Betinho) para sua mulher Maria e lida, um ano após sua morte, pelo ator Jonas Bloch, durante cerimônia de homenagens.

uma relação que já completou 26 anos!

O Maoísmo estava na China, nosso amor na São João. Era muito mais forte que qualquer ideologia. Era a vida em nós, tão sacrificada na clandestinidade sem sentido e sem futuro. Fomos viver em um quarto e cozinha, minúsculos, nos fundos de uma casa pobre, perto da Igreja da Penha. No lugar cabia nossa cama, uma mesinha, coisas de cozinha e nada mais. Mas como fizemos amor naquele tempo! Foi incrível e seguramente nunca tivemos tanto prazer.

Tempos de chumbo, de medo, de susto e insegurança. Medo de dia, amor de noite. Assim vivemos por quase um ano. Até que tudo começou a 'cair'. Prisões, torturas, polícia por toda à parte, o inferno na nossa frente. Fomos para o Chile. E ali, chamado por Garcez para elaborar textos, acabei no agrado de Allende, que os usou em seus discursos oficiais. Foi a primeira vez que eu vi amor virar discurso político... Depois passamos por muita coisa até voltar. Até que a anistia chegou e nos surpreendeu. E agora, o que fazer com o Brasil?

Foi um turbilhão de emoções: o sonho virou realidade! Era verdade, o Brasil era nosso de novo. A primeira coisa foi comer tudo que não havíamos comido no exílio: angu! com galinha ao molho, quiabo com carne moída, chuchu com maxixe, abóbora, cozido, feijoada. Um festival de saudades culinárias, um reencontro com o Brasil pela boca. Uma das maiores emoções da minha vida foi ver o Henrique surgindo dentro de você. Emoção sem fim e sem limite que me fez reencontrar a infância.

Depois do exílio, nossas vidas pareciam bem normais. Trabalhávamos viajavamos nas férias, visitávamos os amigos, o Ibase funcionava, até a hemofilia parecia que havia dado uma trégua. Henrique crescia, Daniel aos poucos se reaproximava de mim, já como filho e amigo. Mas como uma tragédia que vem às cegas e entra pelas nossas vidas, estávamos diante do que nunca esperei. A Aids. Em 1985, surge a notícia da epidemia que atingia homossexuais, drogados e hemofílicos. O pânico foi geral. Eu, é claro, havia entrado nessa. Não bastava ter nascido mineiro, católico, hemofílico, maoísta e meio deficiente físico. Era necessário entrar na onda mundial, na praga do século, mortal, definitiva, sem cura, sem futuro e fatal. E foi aí que você, mais que

nunca, revelou que é capaz de superar a tragédia, sofrendo, mas enfrentando tudo e com um grande carinho e cuidado. A Aids selou um amor mais forte e mais definitivo porque desafia tudo, o medo, a tentação do desespero, o desânimo diante do futuro. Continuar tudo apesar de tudo, o beijo, o carinho e a sensualidade.

Assumi publicamente minha condição de soropositivo e você me acompanhou. Nunca pôs um 'senão' ou um comentário sobre cuidados necessários. Deu a mão e seguiu junto como se fosse metade de mim, inseparável. E foi. Desde os tempos do cólera, da não esperança, da morte do Henfil e Chico, passando pelas crises que beiravam a morte até coquetel que reabria as esperanças. Tempo curto para descrever, mas uma eternidade para se viver.

Um dos maiores problemas da Aids é o sexo. Ter relações com todos os cuidados ou não ter? Todos os cuidados são suficientes ou não se deve correr riscos com a pessoa amada? Passamos por todas as fases, desde o sexo com uma ou duas camisinhas até sexo nenhum, só carinho. Preferi a segurança total ao mínimo risco.

Parei, paramos e sem dramas, com carências, mas sem dramas, como se fosse normal viver contrariando tudo que aprendemos como homem e mulher, vivendo a sensualidade da música, da boa comida, da literatura, da invenção, dos pequenos prazeres e da paz. Viver é muito mais que fazer sexo. Mas para se viver isso, é necessário que Maria também sinta assim e seja capaz dessa metamorfose como foi.

Para se falar de uma pessoa com total liberdade é necessário que uma esteja morta e eu sei que este será o meu caso. Irei ao meu enterro sem grandes penas e principalmente sem trabalho, carregado. Não tenho curiosidade para saber quando, mas sei que não demora muito.

Quero morrer em paz, na cama, sem dor, com Maria do meu lado e sem muitos amigos, porque a morte não é ocasião para se chorar, mas para celebrar um fim, uma história. Tenho muita pena das pessoas que morrem sozinhas ou mal acompanhadas, é morrer muitas vezes em uma só. Morrer sem o outro é partir sozinho. O olhar do outro é que te faz viver e descansar em paz. O ideal é que pudesse morrer na minha cama e sem dor, tomando um saquê gelado, um bom vinho português ou uma cerveja gelada.

Te amo para sempre,

Betinho,

Itatiaia, janeiro de 1997”

Fonte: SOUZA, Herbert de. **Jornal da Orla.** p. 05.

Por se encontrar extremamente doente, o primeiro semestre de 1997 é muito difícil para Betinho. Ele próprio não se cansa de repetir que “quer morrer em paz, não sozinho, mas também não mal acompanhado”. Herbert de Souza, mesmo debilitado, faz um esforço gigantesco para continuar trabalhando pela “Ação da Cidadania Contra a Fome” juntamente com a equipe do IBASE. Naquele período, uma das últimas idéias públicas lançadas é a do “Balanço Social”, proposta que foi sendo gestada, planejada, ao longo dos primeiros cinco meses de 1997.

A idéia de “Balanço Social”, às vezes denominado também como Responsabilidade Social das Empresas não é uma inovação brotada sob os desejos da “Ação da Cidadania Contra a Fome”. Historicamente, desde o início do século XIX, manifestam-se registros deste tipo de iniciativa, as quais estavam mais ligadas à influência marxista que se encontra num crescente na Europa.

De maneira mais intensa, é a partir da década de 1960 nos Estados Unidos da América e dos anos de 1970 no Continente Europeu que começa uma busca efetiva por uma Responsabilidade Social das Empresas, por uma publicização dos denominados “Balanços Sociais”.

Nos Estados Unidos, cabe destacar, há uma repulsa da população mais esclarecida à Guerra do Vietnã gerando um boicote aos produtos e serviços de empresas que, de alguma maneira, estavam ligadas diretamente àquele conflito. Neste sentido, são

muitas as entidades que denunciam a utilização de armas químicas que matam milhares de inocentes e destroem o Meio Ambiente. Na década de 1970, a idéia do “Balanço Social” se dissemina pela Europa com destaque para a França. Na ênfase de TORRES ⁵² (1999: 08)

“Em 1971 a companhia alemã STEAG produziu um relatório social de suas atividades. O que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais aconteceu na França em 72. A empresa Singer fez o primeiro Balanço Social da história.

Várias experiências francesas consolidaram a necessidade de uma avaliação social mais sistemática por parte das empresas. Em 12 de julho de 1977 foi aprovada a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização anual do Balanço Social para empresas com mais de 700 funcionários. Na década de 80, o número obrigatório de funcionários caiu para 300”.

Portanto, sob forte influência europeia, a idéia do “Balanço Social” proposto pela “Ação da Cidadania Contra a Fome” consiste num demonstrativo quantitativo e qualitativo das funções desempenhadas pelas empresas no plano social. Para isto são verificados aspectos que variam desde os setores da geração de novos postos de trabalho, da atenção à mulher, da atuação na preservação do meio ambiente até projetos comunitários que objetivam a diminuição da pobreza de uma determinada região próxima da empresa, por exemplo. No fundo, naquele momento, não se chega a ter um modelo padrão para a coleta e a análise dos dados das empresas e instituições públicas. Neste aspecto, SOUZA (1997: 1-3) destaca que “o IBASE está a postos para receber adesões, sugestões e críticas. O Balanço Social não tem donos, só beneficiários”.

No Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro, ocorre no dia 18 de junho de 1997 o lançamento da Campanha Nacional de Adesão ao Projeto do Balanço

⁵² *Ciro Torres – Coordenador do Projeto Balanço Social das Empresas, é sociólogo e pesquisador do IBASE. Escreve com frequência para a coluna “Na trilha do Dinheiro” do Jornal da Cidadania.*

Social evocando a Responsabilidade Social que as empresas podem e devem ter. Na ocasião, Betinho chega, inclusive, a propor um selo para cada empresa dotada de um Balanço Social. Para ele, *“quem está de bem com o social do negócio deve ter orgulho do que faz. O lucro é enorme: o respeito público”*. Ainda nesta linha de reflexão, o IBASE chega a sugerir Balanços Sociais intensamente publicados, os quais culminem num “Ranking” nacional de empresas com Responsabilidade Social.

A partir do lançamento oficial da Campanha, diversas críticas, sugestões e, principalmente, adesões começam a chegar de variados segmentos da sociedade civil brasileira. A resposta de amplos setores do empresariado foi animadora, pois de imediato, entre outras empresas, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) demonstrou interesse em dar a sua participação. A Xerox do Brasil se declara positivamente, o mesmo ocorrendo com o presidente das indústrias farmacêuticas que começa a mobilizar as empresas de seu segmento para esta iniciativa. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) estuda a possibilidade de incentivar a publicação do Balanço Social Anual para toda a indústria paulista.

Seguramente influenciadas pelo formato do “Balanço Social” esboçado pelo IBASE, em Brasília, as Deputadas Marta Suplicy, Sandra Sterling e Maria da Conceição Tavares propõem o Projeto de Lei n.º 3116, o qual exigiria a publicação anual do “Balanço Social” em caráter obrigatório e fixado sobre um único modelo. Para aquelas deputadas, além das ações comunitárias e atitudes concretas de preservação ambiental, o projeto proposto exige, entre outros quesitos, a informação de quantas mulheres ocupam cargos de chefia, bem como o número de empregados no primeiro e no último dia útil do ano com classificações que incluem cor, sexo e idade⁵³.

⁵³ No entender da Deputada Marta Suplicy, um “Balanço Social”, enquanto lei, é um instrumento importante para se combater o preconceito contra os negros, os idosos e as mulheres.

Entre os que apóiam, mas discordam da obrigatoriedade do “Balanço Social”, pode-se citar o empresário Alfried Ploga⁵⁴. Para Ploga, um modelo único e compulsório não significaria a dimensão de um Relatório Social verdadeiro, pois cada empresa tem um tratamento pessoal com seus respectivos funcionários, bem como as mais diferentes relações solidárias com a sociedade e com o meio ambiente (BETING, 1997). No que se refere a este aspecto, faz-se necessário enfatizar que uma das mais permanentes controvérsias manifestadas pela Proposta do Balanço Social é justamente quanto à obrigatoriedade legal de sua publicação.

No extremo oposto, Francisco da Costa e Silva, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é um dos executivos que briga pela regulamentação que torne obrigatório o Relatório Social para empresas que operam com ações na Bolsa de Valores. Neste sentido, a CVM faz chegar até o Ministério da Fazenda (Pedro Malan) um Projeto de Lei sugerindo transformações nas normas das Sociedades Anônimas, com destaque para publicação compulsória do Balanço Social (REDIG, 1997).

Contudo, independente de polêmicas, divergências ou controvérsias, a verdade é que antes de falecer, Betinho já assiste de fato uma significativa quantidade de empresas públicas e privadas, dando mostra que gostam da possibilidade apontada pelo “Balanço Social” como estratégia possível na construção de uma sociedade mais justa, ética solidária e com menos discriminação⁵⁵.

Portanto, a idéia do “Balanço Social” ou da Responsabilidade Social das Empresas é uma das últimas idéias públicas sustentadas pela “Ação da Cidadania Contra a

⁵⁴ Em julho de 1997, Alfried Ploga era Presidente da ABRASEA.

⁵⁵ Para GIOSA (2001), os tempos mudaram e a população do Brasil está mais bem informada. A década de 1990, marcou a construção de uma nova sociedade com ênfase na ética e na construção da Cidadania. Esta sociedade mais esclarecida está exigindo um novo papel do poder público, mas também das empresas. Assim, para as empresas privadas, além de preços competitivos e produtos de qualidade são cobrados, também, engajamentos maiores com a melhoria das comunidades.

Fome, a Miséria e Pela Vida” antes da morte do Coordenador Nacional da “Campanha da Fome”.

Depois de sete meses extremamente debilitado, o sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como “Betinho” morre no dia 09 de agosto de 1997. Muitos foram os sentimentos de carinho e de perda manifestados por ocasião de seu falecimento. O compositor Aldir Blanc – um dos maiores amigos de Herbert de Souza – repete, uma vez mais, que *“Betinho sempre tratou a morte a pontapés”*. Sobre isto, o também amigo GABEIRA (1997: 1-10) acrescenta:

“Betinho trata a morte a pontapés’. Esta frase do amigo Aldir Blanc omite um importante detalhe: e a morte gosta.

Como explicar o fato de que mesmo tratada a pontapés tenha estado tão perto? Aos oito anos, quase morreu com um simples corte no lábio. Foi quando se descobriu que era hemofílico.

Anos mais tarde, já adolescente, contraiu tuberculose, na época doença de cura improvável.

Chegou a receber extrema unção de um padre alemão, desses com um sotaque perfeito para descrever o inferno.

Mais tarde a morte rondou sua vida política na clandestinidade. Muitos amigos se foram. Com a Aids, partiram os irmãos e companheiros de luta.

Betinho resistiu a tudo e basta dar uma olhada na sua biografia para sentir como os jornalistas o descreviam ao longo do tempo: 48 anos e 47 kg; 49 anos e 47 kg; 50 anos e 47 kg; 58 anos e 47 kg. Os anos se passavam sobre a mesma suave massa humana.”

Aldo Arantes, Ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) no início da década de 1960 e companheiro da clandestinidade de Betinho, afirma mais do que um ser humano que convive com a morte desde a infância, Betinho é lembrado como um homem de luta e ideais. No reconhecer do próprio ARANTES (1997: 2-3)

“A sua perda no dia 9 trouxe sentimentos díspares aos brasileiros que acompanharam a sua trajetória nos últimos anos. Desapareceu um homem que soube conviver dignamente com uma série de males que o deixava sempre na linha limítrofe entre a vida e a morte. Por outro lado, entrou para a história um abnegado defensor da justiça social que surpreendeu o Brasil com a sua fortaleza interior na batalha contra a miséria latente no país.

Alívio pelo fim do sofrimento, vazio pela quase impossibilidade de preenchimento de um espaço tão bem ocupado. Herbert de Souza, ‘o irmão de Henfil’, se transformou no íntimo Betinho da Campanha Contra a Fome e ganhou a respeitabilidade difícil de ser conquistada pelos homens públicos do País. Será difícil esquecê-lo. Melhor, impossível.”

Afirmando que a “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida” é muito mais do que uma Campanha, é um projeto de uma nova nação brasileira, BETTIOL (1997: 09) destaca

“Fazendo apelo à sociedade civil, criando mutirões, combatendo as causas, e não só efeitos da miséria, Herbert derrubou teses neoliberais que ao invés de erradicar, só produzem mais miséria. Provou a incompetência dos ‘homens’ que dizem governar o Brasil. O discurso de Herbert atingiu todas as classes sociais. Ele sabia que, antes de tudo, o Brasil sofria de uma crise moral, e que era preciso resgatar a auto-estima da nação, mudar a mentalidade do povo brasileiro, isto é, mostrar que a fome é um problema de todos. O brilhante sociólogo fez simplesmente uma revolução tranqüila, uma revolução cultural. Pela importância e pela extensão do seu trabalho, o Brasil ainda não lhe rendeu as devidas homenagens.”

Como forma de reconhecê-lo devidamente, alguns chegam a comparar Herbert de Souza a uma espécie de herói. Lembrando que Betinho é humano e mortal, CAMPEÃO (1997: 09) presta uma homenagem nesta direção

“Meu herói não tem o rosto de galã da novela das oito; é magro, é classe média, fala fácil; sonha, sonha e sonha com um mundo melhor e luta para conseguir um pouco deste sonho. Mas, como sabe que não é um deus – nem tem esta pretensão – partilha este sonho e procura concretizá-lo com pessoas de carne e osso, que sonhem também.

O que faz então um herói? Nada tem de extraordinário este homem magro? Tem! Por mais paradoxal que seja, nesse momento em que se fabricam super-homens, meu herói é a antítese de tudo isso. Meu herói é humano, lutou minuto a minuto com a morte, mesmo sabendo-se mortal. Meu herói não faz questão de ser herói, e é essa grandeza de saber-se homem e viver com dignidade, ética e sonho que o torna herói, nessa roda-viva de poder que nos consome.

Meu herói é Betinho. Betinho que não se entregou, Betinho que viveu com fé, Betinho que caminhou sem medo, sem curvar-se; Betinho que lutou com e pelos outros homens, tão mortais, tão humanos quanto ele. Betinho é um herói justamente por colocar-se na posição de humano que não se deixa morder pela ‘mosca-azul’ que contamina mortais alucinados em deuses.

Betinho conviveu com a morte, Betinho soube ser ‘humano’, e é este o ponto que o torna herói: herói das causas possíveis quanto feitas por homens e não homens caricaturados em deuses.

O Brasil chora a ausência de Betinho, mas o céu recebe irmão do Henfil.”

Mais do que um herói, para Dom Mauro Morelli, Betinho é uma espécie de profeta e pastor. Admitindo que perde mais do que o companheiro de sempre da “Ação da Cidadania Contra a Fome”, MORELLI (1997: http-05) relembra:

“Andamos juntos por toda parte, em universidades e associações mais diversas, no mundo das artes, do trabalho, do campo, do direto e da política. Com seu jeito gozador, apresentava-me sempre como o meu bispo. Por outro lado, eu o considerava meu diretor espiritual! em muitas decisões e opções seu parecer foi determinante. A sua irreverência era carregada de respeito. Graças a ele, ultrapassei os confins dos salvos para caminhar com os tresmalhados. Tomando-me pela mão, forçou-me gentilmente a seguir à risca e com riscos as trilhas que devem ser percorridas por um bispo no exercício do diálogo amoroso da evangelização e no cumprimento do mandamento novo. Sem ofensa a quem quer que seja, irreverente e dileto amigo. Com profundo respeito e comoção, recordo a revelação que me fez sobre a qualidade e a beleza do seu amor por Maria, sua companheira e amiga.

Em minha memória e no coração, Betinho permanece apreciado pela grandeza do itinerário percorrido. Entre tantos companheiros e companheiras de longas jornadas e memoráveis campanhas, considero o sociólogo Herbert de Souza, o cidadão Betinho, uma exemplar e estimulante figura humana.

O amor à vida fez Betinho combater a morte todos os dias e a lutar pela defesa e promoção da dignidade do ser humano e da vida com qualidade. Por amor à vida aprendeu a ser generoso e gratuito em seus relacionamentos...

Por ora ficamos sem tomar juntos o copo de cerveja. A nossa luta, porém, continua. Pela ação da cidadania irá amanhecer um novo dia em que o Nome de Deus não mais será tomado em vão e blasfemado na terra brasileira. E não mais será atribuído a Deus aquilo que é responsabilidade da própria humanidade. Não mais a esperança terá fundamentos falsos e traiçoeiros.

Quem acredita em si mesmo, em sua própria dignidade e no direito à vida no pluralismo da família humana, encontrou a cidadania. O sol não se põe na terra em que mulheres e homens descobrem e assumem a grandeza e as limitações de sua humanidade. A própria natureza respira cheia de vida na terra dos filhos e filhas da liberdade.”

Acima de tudo, nas homenagens que são escritas, Betinho é lembrado – quase sempre! – como o ser humano que aposta na “*pluralidade da família humana*” na busca da liberdade e que acredita no incansável trabalho direcionado contra a Fome e por uma vida de mais qualidade para os excluídos.

Se as homenagens pós-morte escritas são muitas e as mais diversificadas, pode-se lembrar que outras formas de lembranças e reconhecimento também se fazem presentes. Observe, a seguir, algumas charges publicadas por famosos cartunistas do Brasil, as quais procuram ilustrar os valores sociais empreendidos pela “Campanha da Fome”.



Fonte: AGUIAR, Sônia. *Sementes de Solidariedade*. p. W-16.



Fonte: AGUIAR, Sônia. Sementes da Solidariedade. p. W-29

Merece destacar que as homenagens não param por ocasião dos dias passados. Observe a carta que se segue por ocasião do aniversário do primeiro ano da morte de Betinho.

Alô-alô paraíso

Caro Belinho,

Como vai? Como andam as coisas por aí? Já fez quase um ano que você se foi deixando sozinho. Certamente você está bem, criando novas vizinhas e dando-se muito tempo para ouvir aquela musiquinha, beber uma xarapinha e discutir conversas em infindáveis noites de luar.

Fico imaginando o que você, com aquele sarcasmo de Gradna e bom humor, diria do momento atual. Perdemos a Copa da França? Acabamos como vice-campeões, mas o sentimento geral é que fomos derrotados. Só não é pior porque acabamos na frente de argentinos e italianos. Perdemos para os franceses que finalmente desceberam que o bom futebol é feito da diversidade da mistura com árabes, negros, caribenhos e brancos europeus.

Passada a Copa, voltamos nas nossas embates de dia-a-dia. Estamos em período de campanha eleitoral para presidente, governadores, um terço de senadores e deputados federais e estaduais. São tempos de pressão, propaganda e discursos. Todos comentam as resultadas das pesquisas de intenção de voto. Falta você aqui para perguntar: afinal, o que medem as pesquisas?

Parece que nada de novo existe neste eleição. Os candidatos são conhecidos e as partidos os mesmos. Mas isto enganava muito. A dupla Lula-Brizola disputa com o até aqui favorito FHC. Ciro Gomes e outras novas colações. Mas esta é uma disputa entre candidatos e um presidente da República candidato.

Como se isto não bastasse, a situação socioeconômica está ruim. O desemprego aumentou assustadoramente, sobretudo nas grandes cidades. Já muita gente sofre fome até de amargar. Estão mesmo só a morrer, o resto é incerto. Há muita insatisfação no resto das pessoas, nas horas e nas esquinas. Você nem imagina a falta que faz aquela sua convocação para a ação cidadã! Continuam a morrer gente na porta e dentro das hospitais em um rateio novo, tomando remédios falsifi-

cados. A secular seca nordestina está de volta, assustadora como sempre. Até os emergentes da Barra andam assustados. Além dos pobres da Zona Norte e da Baixada trazidos pela Linha Amarela, descobriram que alguns de seus castelos foram feitos de areia sem cimento. No Amazônia, que você deve estar vendo a olho nu, o fogo comeu salto enquanto as autoridades ficaram reparando a chupa que não vinha. Enfim, Belinho, muita coisa junta. Só a cidadania para desamparar isto. Mas está você? Eu sei, todo mundo sabe, o caminho você já deixou iluminado. Basta que a gente ande decida andar.

Aqui no Ibasa estamos tentando seguir o método de ação solidária que você nos ensinou. Decidimos atacar o problema da seca através de sua face mais humana e próxima a nós. Fizemos o Mapa da Seca a partir das notícias nordestinas já que muitas das que convivem conosco têm raízes plantadas no asco sertão. No nosso mapa apareceu o município de Coxixola, na Paraíba, cidade natal de ex-funcionários.

Estamos juntando forças e recursos para buscar soluções. Queremos que nossa ação seja um exemplo de cidadania e um estímulo para outros municípios ciliários, mostrando que somos nordestinos em nossas amizades e ações. Acho que esta iniciativa vai fazer você se orgulhar da gente.

Não sei como você está vendo as coisas aí de cima. Aqui continuamos com aquela bruma esquisita da globalização. Tudo se fez e, sobretudo, justifica-se em nome dela. No nosso Brasil também se tenta dizer que ela é a causa de tudo. Exploração sem limites, desigualdade extrema, exclusão social, fome, violência, dominação, destruição ambiental, tudo em escala planetária, são alguns dos problemas que o discurso da globalização procura encobrir. Mais ainda, procura "naturalizar" para que nada e ninguém seja o responsável.

Chega de coisas tristes. Entre nós, seus amigos mais próximos, tentamos adiantar o que você e o Darcy Ribeiro andam



convocando. Alguém me disse que o Herfíl criou mais um personagem e uma nova série de histórias. É verdade? Mande algum exemplar ou quadrinho para pôr na parede do Ibasa.

Não consigo imaginar você, Belinho, sem música e canto a sua volta. O Jam Jobim deve estar sempre ao seu lado, inspirado pelo ambiente de beleza que criam a solidariedade e a cidadania. É verdade que há um comitê dos velhinhos rejuvenescidos? Pelo que sei, lá canta o Sinalta, sempre de sexta. Recentemente, mudou-se para essas bandas o Leonardo, da dupla Leonardo e Leonardo. Se você gosta de música sertaneja, é uma boa dica. Agora uma curiosidade: você encontrou a princesa Diana por aí? É bonita como parvas?

Para terminar, quero lhe contar sobre o que chamamos de Maio Um Ano com Belinho. Sabemos que você não vem, mas queremos fazer a festa mesmo assim, comemorando a continuidade de suas ideias. No próximo dia 10 de agosto, no Centro Cultural Banco do Brasil. Não se preocupe, não ficaremos só no sério. Vai ter boa música e exposição de cartuns. Aquelas gentes em que a gente é levado a rir de você.

No Ibasa, a sua partida nos obrigou a ser mais unidos, criativos, competentes e comprometidos com a causa da cidadania e a democracia.

Lembranças de todos os amigos. Um abraço saudoso.

Cândido Grzybowski

Sociólogo, diretor de Políticas e Planejamento do Ibasa

Além de belíssima, a Carta do diretor de Políticas Públicas e Planejamento do IBASE lembra que o que está sendo comemorada é a continuidade das idéias e da luta por menos fome e *“por um ambiente de beleza que criam a solidariedade e a cidadania”*.

Faz-se necessário destacar ainda que, por ocasião de um ano da morte de Betinho, muitas entidades, órgãos e iniciativas comunitárias do Brasil, que buscam maior qualidade de vida para as comunidades carentes, passam a adotar a denominação “Herbert de Souza”. Entre outros, pode-se citar o “Teatro Herbert de Souza” em Lajes (SC), o “Programa Herbert de Souza de Garantia de Renda Mínima” em São José dos Campos (SP), a “Escola de Ecologia Humana e Educação para a Cidadania” em Nova Iguaçu (RJ), o “Assentamento Herbert de Souza” em Paracatu (MG), o “Centro de Medicina Física e Reabilitação” em Maceió (AL), o “Centro de Defesa da Vida em Fortaleza” (CE), o “Prêmio de Direitos Humanos Herbert de Souza” em Brasília (DF) etc.

Por ocasião dos dois anos da morte, é organizada uma semana cultural, no Rio de Janeiro (RJ), exclusiva para homenagear Betinho. Entre as atrações está a apresentação de peças teatrais, grupos circenses, shows musicais, exposição de fotografias e um ciclo de debates relacionando com o tema “Cidadania”. Desta vez, quem ocupa o Jornal da Cidadania na coluna “Mais um ano com Betinho” é a própria esposa do ex-coordenador da “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida”.



Tempo de lembrar e agir

MARIA NAKANO*

Em agosto já se completam dois anos da morte de Betinho. Como lembrar Betinho se ele segue de maneira tão viva na vida do Ibase e na mente de todos aqueles que com ele conviveram? Este imenso "exército Branco-calção", como Betinho gostava de chamar, gente que coleciona um rosário de causas perdidas, mas que teima em seguir adiante, firme em seu compromisso contra a exclusão social e a construção de uma democracia radical.

Como lembrar Betinho hoje? Tempo marcado por crise econômica, pela incerteza do trabalho amanhã, pela descrença na política, pela insegurança, pela corrupção que teima em subexistir, por um governo que ignora os interesses de amplos setores da sociedade. Tempo de perplexidade e falta de horizontes.

Certamente, Betinho não gostaria de ser lembrado com nostalgia porque este é um sentimento ligado ao passado. Ele certamente gostaria de ser lembrado por seu amor à vida, por sua perseverança, por sua confiança na cidadania,

explicitação de suas posições publicamente confirmaram a atualização de suas idéias. Este é o caminho.

Afirmava que: "A política no Brasil pertence ao reino do poder e do Estado. Ela existe fundamentalmente para servir à ordem dominante e aos senhores que a dominam... Virar a política pelo avesso entre nós é produzir a proposta de uma política democrática que supere tanto a ordem autoritária que nos oprime como as propostas liberais que nos iludem. É preciso dar um passo à frente, em direção a uma sociedade que tenha como princípios a igualdade, a diversidade, a participação, a solidariedade e a liberdade".

A vida marcada pela presença constante da morte deu a Betinho um sentido de urgência diferente do senso comum

"Uma política democrática começa por afirmar a soberania do cidadão, de todos os cidadãos, e a subordinação do Estado aos objetivos livremente definidos pela cidadania..."

A vida marcada pela presença constante da morte deu a Betinho a consciência do limite de seu tempo e um sentido de urgência diferente do

Diversão e arte

O Ibase está firmando diversas parcerias para organizar uma semana cultural em homenagem a Betinho. Os eventos vão acontecer de 06 a 13 de agosto, no Teatro Glauce Rocha, Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Começa com três dias de apresentação gratuita da peça *Os companheiros*. Com direção de Luís Fernando Lobo, é encenada pela Cia. Ensaio Aberto, do qual Daniel de Souza, filho mais velho do sociólogo, faz parte. No domingo, dia dos pais, haverá um espetáculo de rua em frente ao teatro para crianças de orfanatos, com apresentações de grupos circenses como o *Tá na Rua* e *As Marias da Graça*. Na segunda, haverá um show musical para convidados e a inauguração de uma exposição de fotografias. De 3ª a 6ª feira será realizado um ciclo de debates, sempre às 19h, aberto ao público, relacionando cidadania à imprensa, teatro, publicidade e cinema.



Em muitas partes do país, por ocasião do terceiro ano da morte de Herbert de Souza, dão-se manifestações de protesto contra a permanência da Fome. Nesse sentido, na maioria das capitais estaduais ocorrem passeatas de alunos de escolas públicas e marchas de mulheres de Trabalhadores Rurais Sem Terra segurando panelas vazias e pratos cheios de terra, bem como faixas expostas defendendo a necessidade da Reforma Agrária. Além disso, alguns “Comitês Contra a Fome” são reativados para arrecadar alimentos e incentivar doações em dinheiro em contas-correntes reabertas nas agências do Banco do Brasil.

As homenagens, por ocasião da morte de Betinho, continuam até os dias atuais. Contudo, mais importante do que isto, parece ser a continuação das múltiplas ações empreendidas a partir dos valores (re)suscitados pela “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” (Anexos 08 ao 23).

Congregando mais de oitocentos e cinquenta organizações, o Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), ainda que parcialmente, continua atuando de 1997 até o ano de 2002 em dezoito Unidades Federativas do Brasil com os mais diferenciados projetos. Entre os exemplos que podem ser citados, merece destacar a oferta de Cursos de Formação Profissional a jovens carentes, a implantação de Lavouras Comunitárias, o Programa Proíndio com o objetivo de arrecadar alimentos e medicamentos para remanescentes indígenas extremamente pobres, a distribuição de sementes de feijão e milho beneficiando cerca de seis mil comunidades agrícolas de áreas mais miseráveis do território brasileiro etc.

Esta explosão de ações posterior à morte do Betinho pode indicar uma conclusão: o valor político de sua liderança e a avaliação de sua importância política – e humana! – torna-se uma “correia transmissora viva” para a crença nos movimentos e lutas sociais com agentes de transformação do mundo e de luta pela vida.

Espelhando-se em experiências históricas passadas, como ocorreu com grandes líderes humanitários como Marx, Guevara, Gandhi e outros, sua morte não rompe a energia política de suas idéias e de seus ideais. A força mobilizadora do que defendem – e como defendem! – ultrapassa a carne (mortal!) e os tempos, comungando com as gerações vindouras que necessitam de experiências combativas e corajosas para enfrentarem os problemas de sua época.

Cabe à Ciência revigorar a memória destas experiências, dar vida política aos ideais destes líderes que, embora tendo o corpo finito, acompanham a luta da humanidade – e para a humanidade! – geralmente por muitos séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Brasil vive um impulso ético impressionante! ... Tem muita gente culta, letrada e não letrados, lutando por uma sociedade mais justa ... Por um mundo melhor!”.

**(Dr. Horácio Capel Saez – XIII ENG,
João Pessoa/PB – 26/07/2002)**

No entender de BETTO (1997: 02) *“o real é mais rico que as idéias sobre o real”*. Compartilhando desta análise científica, CASTELLS (2000: 95) afirma que *“somente por meio de um olhar livre de opiniões pré-concebidas ... seremos capazes de encontrar caminhos bem iluminados ... e passagens ainda obscuras na nova sociedade que surge”*.

Ainda a este respeito, cabe lembrar as palavras proferidas em outubro de 1999, durante os Seminários do Doutorado da UNESP/Presidente Prudente, pelo eminente Geógrafo Roberto Lobato Corrêa *“Ninguém estuda tudo: não seja pretensioso ... Toda proposta é incompleta: há sempre a possibilidade de se pensar em novas dimensões do conhecimento da realidade ... O caráter do incompleto é uma virtude!”*.

No fundo, nunca foi fácil definir qual a finalidade da ciência e quais são os objetivos da Geografia enquanto Ciência. Bertolt Brecht, dramaturgo e poeta alemão, acrescenta uma frase célebre colocando que *“sustenta que a finalidade única da ciência é aliviar a miséria humana”*.

Herbert de Souza (Betinho), um dos idealizadores da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, não se cansa de repetir que *“Miséria e Democracia*

são incompatíveis”, pois onde há miséria material em abundância não existe a mínima possibilidade de existir democracia ou riqueza da participação social.

A Ciência Geográfica Brasileira busca se afirmar como “verdadeiramente” social a partir do final da década de 1970 quando, influenciada pelo 3.º Encontro Nacional da AGB, nos vários Estados brasileiros eclodem movimentos de crítica a uma geografia extremamente conservadora até então hegemônica. Além do Encontro da AGB, vale ainda frisar o importante livro “Por uma Geografia Nova”, publicado pelo professor Milton Santos que retornava do exílio político, enfatizando que o espaço é produto da história, que a História é feita pelos homens e que a Geografia sem análise do trabalho concreto dos homens não é Geografia.

Naquele momento, os vários movimentos de renovação florescidos no Território Brasileiro, em geral, tinham uma forte influência do Materialismo Histórico Dialético, do sonho de atingir uma sociedade mais justa, mais igualitária (Socialismo) a partir do instante em que os meios de produção fossem colocados nas mãos da Classe Revolucionária (“Proletariado”). Assim, no bojo das discussões em busca de uma Geografia Crítica, uma categoria que será proposta para servir como categoria de análise teórica-metodológica é o conceito de “Formação Econômico-Social” advindo dos estudos marxistas. Como é sabido, o conceito de “Formação Econômico-Social” tem uma variável chamada de Infraestrutura ou Modo de Produção (Produção de bens materiais) e uma outra variável chamada de Superestrutura, a qual é ligada mais às “chamadas” questões imateriais (Família, Psiquê Humana, Religião, Cultura, Educação, Conjunto de Leis etc.).

O que se percebe no interior da Ciência Geográfica pós 1980 é que mais do que a categoria “Formação Econômico-Social”, que será realmente muito utilizada é a categoria “Classe Social”, categoria esta muito homogeneizante, pois acaba por dividir os homens simplesmente no hiato explorados e exploradores, “esquecendo” portanto, que os

homens são frutos de diversos fatores, inclusive os de ordem subjetivos, os da Psiquê Humana.

Neste contexto científico, MARTIN (1998: 27) analisa que *“nos anos 80, a problemática dominante no Brasil, a respeito dos movimentos socioespaciais, foi de certa radicalidade”*. Ora, se os espaços dos homens são mais ou menos homogêneos, fruto de uma historicidade – de um capitalismo que como sistema de produção é exploratório e desumano – parece que a Geografia de então omite (ou não dá o suficiente valor!) que existe a construção do presente, feita no dia-a-dia, no eterno (re)elaborar do cotidiano, num constante (re)inventar do “Fazer Político” através de ações e palavras no aqui (Espaço Local!) e no agora (Tempo Presente!).

Desse modo, se existe a possibilidade de se conseguir mais liberdade numa desejada sociedade perfeita futura, não se deve jamais esquecer que são as ações cotidianas de criação de liberdade e de igualdade do momento presente que criarão esta sociedade futura, mais socializada e humanizada, tão sonhada (FRANCO, 1995). Isto, porém (é claro!), não quer dizer que exista somente os aspectos subjetivos e/ou individuais do tempo presente.

Neste caminhar, decorridos mais de dez anos do Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza, dois grandes fatos assustam e requerem novas análises dos cientistas da Geografia Brasileira: a Queda do Muro de Berlim (1989) e o “Impeachment” (1992) do primeiro presidente eleito diretamente pela população do Brasil após 25 anos sem eleições diretas para a Presidência da República. No que se refere à Queda do Muro de Berlim e posterior Unificação das Alemanhas, SILVA (1995: 35) salienta que

“...apesar das conquistas que a população obteve no socialismo real, as ‘falhas’ do regime não puderam ser evitadas: a incapacidade de entrar completamente em uma economia de alta tecnologia; a impossibilidade

de isolar a população das informações sobre o mundo capitalista; a diminuição da taxa de crescimento no socialismo soviético tornando-se cada vez menos competitivo, e ainda a própria característica impositiva da implantação do regime socialista nos países do Leste Europeu, bem como a ausência de participação da população na construção do socialismo. Portanto, diante de tantas contradições, a esquerda se divide configurando-se uma grande crise dentro dela. A Queda do Muro de Berlim e as mudanças no leste europeu (1989) são na verdade o desaguar de todo este processo de questionamento do modelo socialista realmente existente.”

Na verdade, com a Queda do Muro de Berlim e as mudanças no Leste Europeu, coloca-se em discussão os modelos que até então orientam teorias e práticas voltadas para o sonho da construção de uma nova sociedade. Nesta linha de raciocínio OLIVEIRA (2000: 07) reforça que *“a década de 90 traz a chamada crise dos paradigmas. Uma grande parte dos intelectuais com ideais socialistas vai se desencantar por causa das experiências históricas ocorridas nos países socialistas ... e eles vão buscar outros paradigmas”*.

A indagação de então é sobre quais paradigmas substituirão os modelos até então existentes como verdadeiros. Para BORZACHIELLO (1992: 185)

“Com a Queda do Muro de Berlim ruíram-se várias referências. No Brasil, a serpente enfeitiça multidões. A crise, a descrença e a incerteza geram uma letargia, uma apatia ... é como se as novas historicidades, como se os novos atores e os novos espaços estivessem desvanecidos. No burburinho das ruelas, convertidas em calçadas não se ouve apenas as vozes dos camelôs. Ao longe escuta-se o clamor daqueles que não se esmorecem, daqueles que acreditam na luta e continuam.”

Portanto, não obstante o desencanto com os ideais socialistas, muitos serão aqueles que continuam a luta pela construção de sociedades mais justas. Se, por um lado, a discussão do par dialético capitalismo-socialismo não é tão forte como nos anos antecedentes a 1989, por outro lado, o clamor por ética e por cidadania não é sepultado. Pelo contrário, no mundo, observa-se a existência de novos personagens, de uma pluralidade de atores sociais que lutam, entre outras coisas, por democratização de terras no México, por preservação do meio ambiente na Europa e por relações mais justas na Economia Norte-americana. No Brasil, em 1992, a população brasileira participa ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do “Impeachment” do Presidente Fernando Collor, o qual fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira.

Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da Unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação de um “Bloco Ético Plural Pró Impeachment” do corrupto Presidente brasileiro que ocorre a fundação da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” que também fica bastante conhecida como “Campanha da Fome” ou “Campanha do Betinho”.

No fundo, o “Bloco Ético Plural” que participa do “Impeachment” do Collor contém líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza (“o irmão do Henfil”) era um símbolo do Movimento por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem tetos etc.).

O que unifica os mais diversificados segmentos sociais (IBASE, CNBB, INESC, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, ANDIFES, EMBRAPA, estudantes,

professores, partidos políticos, donas de casa etc.) que agora atuam sob a égide da “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida” é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira. No interpretar de SOUZA (1993: 20)

“A condenação ética da miséria é o ponto de partida ... no combate à fome há o germe da mudança do país. Começa por rejeitar o que era tido como inevitável. Todos podem e deve, comer, trabalhar e obter uma renda digna, ter escola, saúde, saneamento básico, educação, acesso à cultura. Ninguém deve viver na miséria. Todos têm direito à vida digna, à cidadania. A sociedade existe para isso. Ou, então, ela simplesmente não presta para nada”.

Caminhando nesta linha de análise científica e pregando a necessidade de uma “Revolução na Ótica”, BUARQUE (1999: 26) acrescenta

“... Se o bloco que luta contra a pobreza se unifica com base nos seus valores éticos, precisa fazer uma revolução na forma como vê o problema que deseja resolver ... a luta contra a pobreza tem que ser feita na ótica social e não na ótica econômica. Para fazer esta revolução na forma de olhar, o bloco ético tem que escapar da tentação do entendimento com base somente na luta de classes entre os incluídos, e olhar o mundo na ótica dos excluídos. Em vez de trabalhadores e capitalistas, ver o mundo como os que têm acesso à educação e os que não têm, os que têm acesso aos serviços preventivos e curativos na saúde e os que não têm, os que se sentem seguros, pelo menos em parte, e os que vivem na insegurança. O mundo tem que ser visto, entendido e enfrentado com os olhos dos excluídos.”

Sendo assim, a instauração da “ética” como dever da ação política permite alargar o conceito de “política” e de “mudança”. A ética possibilita aprofundar a crítica às

agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como por exemplo, de que *“toda esquerda é boa e toda direita é ruim.”*

Portanto, a exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do Mapa da Fome do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um “Mapa da Fome”, onde a miséria é expressada espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e IPEA) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal. Sobre o Mapa da Fome, JACOBI (1995: 28) destaca

“Esta pesquisa denunciava uma dramática realidade: 32 milhões de pessoas estavam, vivendo em situação de indigência no país. O impacto deste relatório ajudou a introduzir o tema da fome no cotidiano dos brasileiros, reforçando, pelo seu caráter de denúncia bem fundamentada, um problema que a campanha da Ação da Cidadania estava trazendo para a agenda pública”.

Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela “Ação da Cidadania”, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais rico do planeta terra. Neste sentido, estabelecendo respeito ao Pluralismo e à Diversidade, a “Campanha da Fome” nasce com um *“conteúdo humanitário e suprapartidário, e sem intenção corporativa ou religiosa”*. Sendo assim, e orientando o planejamento inicial da Ação da Cidadania, SOUZA (1992: 05) faz questão de ressaltar que *“na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela e nem a exclui”*. Assim, pautados na diferença e na

pluralidade, como princípios orientadores da “Ação da Cidadania” destacam-se a Parceria, a Solidariedade e a Descentralização entendidos como valores de alcance social.

Se a miséria está presente tanto no “mundo capitalista” como no “mundo da Economia Planificada”, tanto no “primeiro Mundo” como no “Terceiro Mundo”, a solução para esta problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de Solidariedade, *“de amor ao próximo”*. Segundo MORELLI (1999: 50)

“A solidariedade resgata a nossa própria humanidade. Ela liberta a gente do cinismo. Essa compreensão de que o próximo é a carne da sua carne, o sangue do seu sangue que está sendo humilhado ... reconhecimento de que é a gente como você que está sendo humilhada. Você não reparte por peninha, reparte por humanidade.”

Para a Ação da Cidadania, Solidariedade nunca foi e nunca será assistencialismo, pois Solidariedade é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la (FRANCO, 1996). Neste sentido, SOUZA (1993: 1-15) acrescenta a *“importância de ligar a filantropia com a mudança, de colocar junto quem quer fazer mudança estrutural com quem quer praticar a solidariedade”*.

Por sua vez, do ponto de vista histórico, a centralização política acaba por não dar certo nem no “capitalismo” e nem no “socialismo”, nem nas metrópoles e nem nos pequenos vilarejos. Portanto, acima de tudo, é preciso somar forças sem centralizar recursos e poderes nas mãos de poucas lideranças. Neste caminhar científico, CASTELLS (2000: 411) é enfático ao afirmar que *“a centralização política não dá conta das especificidades sociais, culturais e ambientais dos diferentes lugares. Vivemos uma*

transição inevitável em direção a formas participativas e descentralizadas de gestão política, cada vez mais centradas em recortes territoriais”.

Para DAMIANI (1999: 168) *“no lugar, a vida cotidiana pesa com todo o seu peso”*. De acordo com MARTIN (1988), quando afirma que é no lugar vivenciado onde todos os conflitos e ambigüidades se explicitam e se individualizam, a Cartilha para a formação de “Comitês Contra a Fome” coloca que *“quem tem fome não pode esperar”* e, neste aspecto, é preciso de comida no aqui (neste local!) e no agora (tempo presente!). Desta maneira, a questão do local (do lugar!) encontra-se numa posição central no desenrolar das atividades da maioria dos comitês que são fundados no Brasil.

Uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o Segundo Passo da Cartilha para Formação de Comitês sugerir, como ideal, o caminhar das Ações Emergenciais dando origem às Ações Estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo território Brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos.

Este sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá, sem duras críticas de setores ligados à denominada esquerda. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-convergência socialista acusa que *“a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo Governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país”*. Porém, se há críticas, também se fazem presentes outras posições como a do Presidente do Conselho de Administração da Fundação ABRINQ colocando que *“é inegável que esse processo acaba agindo sobre a própria cabeça do empresariado, porque como elite, estamos encurralados no nosso país, pois fomos concentrando tanto a renda que acabamos cercados de miséria”* (HARIZIN & PEDRAL, 1993).

Passados as primeiras críticas e embates, a “*Etapa da Comida para quem tem fome*” constitui-se o período de maior visibilidade da Campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros 15 meses da “Campanha da Fome” são empreendidas as mais diversas e criativas ações de arrecadação de alimentos que variam desde a elaboração de sopões de vegetais ganhos em feiras livres até a doação de tickets-alimentação, a construção de padarias comunitárias, bem como a promoção de jogos de futebol, de espetáculos teatrais, de shows musicais beneficentes com ingressos de entrada sendo constituídos prioritariamente por cestas básicas, idéia esta – ainda presente – em muitos shows, espetáculos e apresentações artísticas em vários lugares do país.

Desta maneira, as idéias “*de matar a fome de quem tem fome*” e “*fome se combate com alimentos*”, foram bem aceitas pela pluralidade de atores da sociedade brasileira e isto se constitui como uma alteração política cultural extremamente importante. Participam da Ação da cidadania desde setores já acostumados a lidar com a arrecadação de alimentos para pobres, como os Religiosos Espíritas Kardecistas, até grupos exageradamente refratários como alguns atores sociais ligados a setores de esquerda, os quais – sob inspiração socialista – têm em suas agendas de lutas apostas em mudanças mais estruturais. Como exemplo, pode-se destacar a participação de muitos sindicatos ligados organicamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que também oferecem grandes e inovadoras contribuições.

Do ponto de vista Espacial, são fundados comitês em todas as Unidades Federativas do País com forte apoio de Sindicalistas, Estudantes, funcionários do Banco do Brasil, CEF e de outras Empresas Estatais brasileiras, sendo que estes últimos também empreendem esforços contra a privatização das empresas públicas. A heterogeneidade de atores e a presença de outros interesses que não só a erradicação da fome, são, assim, marcas da composição dos “Comitês Contra a Fome” seja em Boa Vista (RO), Fortaleza

(CE), Catalão (GO), Porto Alegre (RS) ou na quase maioria dos 1.160 comitês criados em municípios do semi-árido do nordeste brasileiro.

Se a pluralidade política é um testemunho de nosso tempo, não se pode esquecer que qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades. Entretanto, apesar de diversos interesses e dos múltiplos atores, merece destacar que muitas parcerias, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, constituem-se trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a “polinização” de idéias cidadãs. É o caso, por exemplo, de diversos comitês que com o apoio da “Pastoral da Criança” da Igreja Católica salva vidas de milhares de crianças do sertão nordestino, as quais na falta das mínimas condições de higiene individual e de educação sanitária, tornam-se presas fáceis da morte por infecção intestinal.

Um outro excelente exemplo de parcerias que dá certo vem do Estado do Rio de Janeiro, onde alguns Comitês constituídos por militantes políticos e de causas humanitárias se unem para uma “vigilância cidadã” sobre os gastos da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal. Qualquer aberração, distorção ou fraude é imediatamente denunciado na Promotoria Pública Estadual e nos meios de comunicação de massa.

O fato da “Ação da Cidadania” não ser composto por um grupo centralizado, fechado, monolítico, insere-se na ordem do Pensamento da Esquerda Mundial Pós-queda do Muro de Berlim, o qual aceita e acredita na força de movimentos pluriclassistas e difusos, capazes de oferecer possibilidades políticas referenciadas pela desconcentração e pelo estímulo das diferenças.

Neste sentido, se o grupo plural que constitui a “Campanha do Betinho”, por vezes, salienta diferenças que se apresentam gigantescas, em outros momentos, revela-se uma imensa capacidade de multiplicar recursos e encurtar caminhos. Assim, unidos sem apagar as diferenças, os atores sociais envolvidos na “Campanha da Fome” parecem não

comprometer a criatividade, a espontaneidade e o entusiasmo dos trabalhos. Pelo contrário a “Ação da Cidadania” começa oficialmente com um Comitê plural fundado em Barra do Piraí (RJ) e atinge cinco mil (5.000) comitês em menos de um ano - uma verdadeira expressão territorial da cidadania em gestação! Portanto, a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a fome de 32 milhões de carentes “contamina” o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

No ano de 1993, existem desde “Comitês Simples” (uma ou poucas pessoas) até Comitês com mais de trinta entidades. Desta forma, é muito interessante o plano de escala do envolvimento da “Campanha da Fome” que ora se mistura a vários outros movimentos, assim como, às vezes, parte de pequenas parcelas do povo simples e chega até o envolvimento pessoal do próprio Presidente da República, seja Itamar Franco com a criação do CONSEA, ou mesmo Fernando Henrique Cardoso com o Conselho da “Comunidade Solidária”. Também interessante é o fato da “Ação da Cidadania” conseguir atingir o objetivo planejado de estar na mídia, de dar grande visibilidade pública para a problemática da Fome e da Miséria como valores concretos não desejáveis a uma sociedade democrática.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversificados os setores que desejam ver a “Ação da Cidadania” dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a Campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior enquanto que, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do Presidente Itamar Franco aos líderes da “Ação da Cidadania” que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda.

De fato, parece que, ao nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a “Campanha da Fome”. Para alguns, apesar de às vezes serem importantes, a presença de segmentos da sociedade civil organizada, que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, pode corresponder, como uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo em parte a esta proposição, um segundo agrupamento acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material, também podem se “contaminar” e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Neste aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos “microespaços”! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante “fermentar da cidadania”. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira Democracia.

O inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da “Ação da Cidadania”. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, levam alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o “Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome” – a proposições que dificilmente encontram condições concretas para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais, cria uma diminuição das ações dos Comitês em funcionamento. Às vezes, as propostas de trabalho se tornam infundáveis frente a uma realidade de pouco trabalho concreto por parte daqueles que apontam o melhor caminho para solucionar a Miséria da “Formação Econômico-Social” Brasileira.

No fundo, há uma tentativa de cooptação da “Ação da Cidadania” que se soma a um pluralismo ainda maior de planejamento, fatores estes que respondem pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos Comitês. É neste contexto que ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), que se dá as discussões para as eleições do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que ocorre a substituição do “Conselho de Segurança Alimentar” (CONSEA) parceiro da “Ação da Cidadania”, agora preterido pelo “Conselho da Comunidade Solidária”.

Um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a “Ação da Cidadania” é aquele que se vive por ocasião da criação da “Comunidade Solidária”. Betinho, acreditando que *“o governo é uma arena de lutas”* e que *“a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo”*, aceita fazer parte do Conselho presidido pela Primeira Dama Dona Ruth Cardoso. Porém, se isto pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato do novo Presidente ter extinguido o CONSEA sem, ao *“menos agradecer os bons resultados alcançados conjuntamente com a Ação da Cidadania”*. Além disso, tinha o agravamento das alianças políticas estabelecidas por FHC com setores políticos acostumados a ganhar eleições com campanhas eleitoreiras que se aproveitam da miséria brasileira.

Sendo simultaneamente uma chance e um risco, o político é um espaço do “indecidível” (ORTEGA, 2000). Sob esta ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo “Conselho da Comunidade Solidária” leva Betinho a rever o seu posicionamento e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam em fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do IPEA e IBGE.

De sua parte, D. Ruth Cardoso concorda com algumas críticas apontadas pelos conselheiros demissionários e até faz questão de, posteriormente, lamentar publicamente os

elevados índices de corrupção praticados por lideranças microrregionais (Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores) na efetivação dos programas sociais apoiados por aquele Conselho.

Na prática parece que as ações da “Campanha da Fome” amadurecem análises políticas de seus atores na compreensão de que o poder tem desejo autoritário e demagógico mesmo quando a sua gênese é democrática. E mais do que isto, grande número dos atores sociais que participam em diversos ou em esparsos momentos da “Ação da Cidadania” alargam as suas respectivas interpretações políticas ao perceber que o poder quase sempre é exercitado a partir de diversificados locais, no jogo de relações inigualáveis, móveis e extremamente dinâmicas (SILVA, 2002).

Neste sentido, se existem macropolíticas no nível da chamada “Formação Econômico-social”, existem também as micropolíticas do cotidiano, do dia-a-dia, do “espaço banal” – que inclui até mesmo o caráter das pessoas! – as quais não podem ser deixadas de lado sem a necessária interpretação.

Uma vez deixado o “Conselho da Comunidade Solidária”, Betinho e lideranças ligadas ao IBASE incentivam a idéia do “Balanço Social das Empresas”, um chamamento pela participação das empresas nas questões de ordem social. Além disso, cabe destacar que uma idéia pública que não só é estimulada, como consegue de fato se concretizar por vários anos (até o ano de 2001 em várias Cidades do Brasil!) é “O Natal Sem Fome”, o qual vira um símbolo de luta de seres humanos que acreditam na possibilidade da Solidariedade como valor social.

Por ocasião de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O Religioso e Escritor Frei Betto, fala que *“ele foi um Militante da Utopia”*. O ator Paulo Betti acha que *“São Pedro vai ficar de joelhos na porta do Céu para que Betinho possa entrar”*. Elio Gaspari, da Folha de São Paulo, afirma que *“Betinho*

foi se embora e fica a sensação de que ele passou por aqui ensinando a banalidade do bem”.

Em linhas gerais, não há condições de se afirmar em quanto a “Campanha da Fome” diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, este movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípua do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sobre a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a Reforma Agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por “intelectuais da esquerda”, por “economistas neoliberais” e até mesmo pela população simples (Anexos 18 e 19). Nesta direção, em 1997 a Reforma Agrária chegou a ter apoio de oitenta por cento de toda população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isto, o maior feito dos cinco anos (1993 a 1997) de trabalho da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” é o de ter revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Neste aspecto, “a Campanha da Fome” questiona a ordem estabelecida, indaga o porquê da existência de tanta miséria e chama a todos – independentes de credos religiosos e de posições políticas – para um verdadeiro “despertar da indignação”: “Quem tem fome, tem pressa!”... A fome não pode esperar!”... “A Fome mata!”... “Miséria e Democracia são incompatíveis!”.

Lembrando das palavras de Milton Santos, citadas por GUIMARÃES et al (2000: 105), de que *“a formação da consciência e da pauta de direitos de cidadania – etapa necessária à construção de um ‘discurso territorial cidadão’ – passa pela qualificação e socialização da informação”*, percebe-se que a “Campanha do Betinho”

responde pela recriação de uma cultura de participação capaz de contribuir em cada um dos seus diversos lugares (os raios de ação dos Comitês específicos) para a construção de um novo território e de uma sociedade com menos pobreza material buscando a riqueza de participação política, riqueza de participação esta que parece continuar em alta nos últimos anos, mesmo depois de passado o auge – a intensa visibilidade pública! – das “sementes de cidadania” plantadas pela “Campanha Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”. Entre os muitos aspectos positivos que podem ter surgidos, estimulados ou multiplicados sob a influência das ações e valores (re)suscitados pela “Ação da Cidadania” no território Brasileiro, merecem citar que:

– Contando com relatos de alguns Governadores e Prefeitos, numa iniciativa do Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento, realiza-se em agosto de 1998, na cidade de Brasília (DF), a Conferência Internacional sobre Renda Mínima. O enfoque das discussões gira em torno das contribuições do “Projeto Renda Mínima” no sentido de combater o desemprego, buscar a erradicação do trabalho infantil, promover uma melhor educação e minorar a miséria da população. A partir de então a idéia se dissemina ainda mais para uma significativa quantidade de cidades brasileiras.

– A partir de 1999, com a aprovação da Lei 9.840, (a chamada Lei da CNBB!), a Legislação Eleitoral brasileira torna-se mais rígida, permitindo cassar o registro da candidatura ou, posteriormente, o próprio mandato conquistado. Com esta lei, muitos prefeitos brasileiros já foram cassados a partir do momento que se comprovaram a compra de um simples voto.

– Nas eleições de 2000, para escolha de novos Prefeitos Municipais, enorme parcela do eleitorado brasileiro opta por candidatos desconhecidos da “velha política clientelística” ou por candidatos vinculados a perfis mais progressistas, mais democráticos

e voltados verdadeiramente para causas mais populares tais como a busca da erradicação da miséria.

– Além da prisão do Juiz Nicolau por desvio de verbas públicas, durante o ano de 2001, denúncias de escândalos dão origem à perda de mandatos, através de renúncia, de três senadores brasileiros (José Arruda do PSDB-DF, Antônio Carlos Magalhães do PMDB-BA e Jader Barbalho do PMDB-PA) e força a Câmara dos Deputados Federais a propor um “Pacote Ético” que oriente e exija uma conduta honesta para os representantes eleitos (Câmara dos Deputados e Senado Federal).

– Não se deve esquecer de frisar, também, a existência de “Comitês Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” que até os dias atuais continuam atuando em ações de coletas de cestas básicas, bem como de formação à educação política dos cidadãos em várias partes do país. Como por exemplo, pode-se lembrar que milhares de cestas arrecadadas no “Natal Sem Fome” do ano de 2001, pelo “Comitê de Entidades de Combate à Fome e Pela Vida (COEP)” de várias partes do território Brasileiro, destinam-se a entidades que assistem gestantes desamparadas que passam fome em grandes cidades brasileiras.

– Em abril de 2002, dá-se em São Luís (MA), o anúncio do fim da Candidatura à Presidente da República da ex-governadora Roseana Sarney. A desistência ocorre após queda vertiginosa nas pesquisas de intenções de voto, a partir do momento que são apreendidos R\$ 1,34 milhões da empresa Lumus de propriedade do marido da Candidata Roseana, fato aquele amplamente divulgado pelos meios de comunicação do território brasileiro. No fundo, parece uma vez mais, que mil palavras – dos partidários da Candidatura de Rosena Sarney – não valem nada perto das imagens divulgadas, contendo pilhas de dinheiro ilegais presos pela Polícia Federal.

– Cria-se, em Julho de 2002, o “Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – Lei 9.840”, o qual estimula a criação de Comitês Estaduais e Locais responsáveis por

captar denúncias de infração eleitorais, tais como compras de votos e uso da máquina administrativa nas eleições de 06 de outubro de 2002. O movimento nacional sediado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) centraliza as informações e envia ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para julgamento.

– Numa promoção do Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP) de Goiás, no dia 09 de agosto de 2002., comemora-se os cinco anos da morte do Betinho com um evento – constituído de várias palestras e de visita ao Jardim Zoológico da cidade de Goiânia (GO) – destinado a despertar os valores da cidadania e solidariedade nos alunos das escolas públicas.

– Já no Rio de Janeiro, comemora-se os cinco anos da morte do Betinho com a realização de um debate público na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, abordando o tema “Conjuntura Política no Brasil e no Mundo”. O evento conta-se com a presença de expressivos intelectuais brasileiros, entre os quais pode-se citar Carlos Minc, Jorge Eduardo Durão, Regina Novaes, Cândido Grzybowski e Sebastião Soares.

– Como exemplo de possibilidade de construção da cidadania brasileira, também deve-se lembrar que, em dezembro de 1997, apenas 10 empresas fazem o “Balanco Social”. Em 2001, este número ultrapassa 250 e em 2002 este número deverá crescer muito mais. Para comemorar mais esta vitória da cidadania e objetivando incentivar ainda mais esta idéia, o IBASE, em conjunto com a ABAMEC (Associação Brasileira do Mercado de Capitais) e a ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) lançam o “Prêmio Balanco Social”, no qual as empresas que divulgam seus relatórios podem se inscrever até 20 de agosto de 2002. As empresas vencedoras têm seus balanços conhecidos nacionalmente. Soma-se a isto, o mais importante, o fato de as parcelas organizadas da Sociedade Civil estar atuando também no sentido de que a

denominação “empresa pilantrópica” seja eliminada do mapa do Brasil, permanecendo somente as entidades verdadeiramente filantrópicas.

- Merece ainda destacar que, no início de setembro de 2002, é organizado um Plebiscito Nacional – sob a Coordenação da CNBB, do MST, de partidos políticos, de diversos sindicatos e de entidades ligadas a movimentos sociais – onde o saldo final apontado indica que quase cem por cento dos dez milhões de brasileiros votantes optaram em dizer “NÃO” ao Tratado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Além dos múltiplos possíveis desdobramentos da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” no interior do Território Brasileiro, parece ser notório a procura de “Pontes de Convergência” (Unidade sem sufocar as diferenças!) com outras ações de cunho ético (contra a miséria e pela vida dos povos!) em escala mais planetária. Entre outros exemplos, símbolos de lutas congruentes a favor de mais vida para as sociedades mais frágeis do ponto de vista sócio -econômico, pode ser destacado que:

- Em 1998, dá-se o nascimento do “Fórum Latino Americano e Caribenho de Segurança Alimentar” a partir da experiência e da efetiva participação de muitos membros do “Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome”.

- Começa em 1999 a se solidificar a idéia do “Fórum Social Mundial”, uma espécie de “ONU Popular”, exigindo da “Organização Mundial do Comércio” uma reflexão sobre as condições alimentares dos povos mais pobres do Planeta Terra.

- Intensifica-se, a partir do ano 2000, movimentos de protesto no mundo todo (Davos na Suíça, Washington nos EUA, Colônia na Alemanha, Melbourne na Austrália etc) contra o G-8, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), manifestações aquelas objetivando criar “desejos políticos” de um futuro mais justo e mais sustentável para todos os habitantes do Planeta Terra (Anexo 24).

- Realiza-se, em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre (Brasil) o “I Fórum Social Mundial (FSM)” contrapondo o Fórum de Davos (Suíça) e chamando atenção para temas tais como “Sociedade Excluída”, “Os Transgênicos” e a “Questão da Fome no Mundo”, “Desigualdades Socioeconômicas x Dívidas Externas” etc. No I FSM estão presentes 4.800 delegados de organizações sociais do mundo, sendo que o IBASE estava entre aquelas com maior número de representantes credenciados.

- Ocorre de 31 de janeiro a 05 de fevereiro/2002, o “II Fórum Social Mundial”, novamente na cidade de Porto Alegre, agora reunindo 15.186 delegados de 121 países, bem como o expressivo contingente de 3.054 jornalistas de 48 países. Ao final, com forte presença de delegados credenciados oriundos de diversificadas experiências desenvolvidas no interior dos “Comitês de Ação da Cidadania Contra a Fome”, é definido que o FSM continua existindo como alternativa para discussões sociais do mundo tendo como pontos essenciais a solidariedade e a igualdade como critérios fundamentais das relações humanas.

- Há, em várias partes do mundo, o crescimento da idéia e das ações em torno da participação da população na luta por orçamentos públicos voltados de fato para áreas sociais prioritárias tais como Alimentação, Educação, Saúde, Moradia e Segurança. Cabe ressaltar que, esta experiência intensamente estimulada pela “Ação da Cidadania Pela Vida”, vem sendo gestada ou exercida em dezenas de cidades brasileiras. Desta forma, a elaboração de orçamentos públicos, para além de uma normatização técnica, passa a ser constituída como necessidade ético-moral que se alastra, também, para outros países do mundo subdesenvolvido.

- Vale ressaltar, também, que durante a Cúpula Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável (“a Rio + 10”) que se realiza no final de agosto de 2002 na cidade de Johannesburgo (África), os cento e trinta e quatro países que constituem o

denominado G-77 tentam acelerar a fundação, de fato, do “Fundo Mundial de Combate à Miséria”. Para isto, o G-77 chama a responsabilidade dos países mais ricos no que se refere à parcela de culpa na gênese e perpetuação da miséria no “mundo subdesenvolvido”.

Sobremaneira, por todos os experimentos de novos “fazeres políticos” empreendidos, pelos sucessos alcançados e por toda a visibilidade social atingida, a “Campanha da Fome” facilita a divulgação de informações entre cidadãos, melhora formas plurais de participação política, constituindo assim, um importante projeto de Educação Popular, bem como uma significativa força geradora de conhecimentos e de integração social com um enorme potencial multiplicador. Em outras palavras: cidadania cresce com a multiplicação e publicização de ações cidadãs! E ações cidadãs crescem com a pluralidade de atores sociais trabalhando, “laboriando”, por uma Sociedade mais humana, solidária e justa!

Neste sentido, como síntese para a Ciência Geográfica deste início de Milênio, pode-se afirmar que nosso tempo assiste a uma “gestação da consciência” que se acelera com a pluralidade, a publicização e a multiplicação de novos fazeres políticos – os quais com sucessos e decepções! – respondem pela valorização política das noções de Cidadania, Ética, Responsabilidade, Solidariedade e Democracia.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

A CAMPANHA contra a fome. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 out. 1993. Brasil, p. 1-2.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

AÇÃO da Cidadania contra a fome, a miséria, o desemprego e pela vida em Catalão. **NIÓFOS**. Catalão, agos. 1993, p. 04.

AÇÃO da Cidadania é ... **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, 15 jun. 1995. p. 09.

ADAS, Melhem. **A Fome - Crise ou Escândalo?** 9ª ed. São Paulo: Moderna, 1990. 103 p. (Coleção Polêmica).

ADAS, Melhem. **Geografia – O Brasil e suas Regiões Geoeconômicas**. São Paulo: Moderna, 1999 (livro didático).

AGUIAR, Sônia. Cansados de Espera. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1995. p. 03.

AGUIAR, Sônia. Informação exemplar. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 set. 1998. p. 02.

AGUIAR, Sônia. **Sementes da Solidariedade**. Rio de Janeiro: IBASE, 1998 (CD Room).

ALENCAR, Francisco et al. **História da Sociedade Brasileira**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALGUMAS palavras a respeito da Ação da Cidadania. Rio de Janeiro: Assessora de Comunicação do Comitê Rio, 1993. 4 p.

ALVES, Júlia F. **Metrópoles – Cidadania e Qualidade de Vida**. 10.^a ed., São Paulo: Moderna, 1997.

ALVES, Maria M. Democratização da terra. **Fome de Quê?**, São Paulo, abril 1995, p. 03.

ALVES, Rogério E. Atividade Voluntária é a 8.^a no Ranking das Maiores Economias do Mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 1999. Folhatraínee Especial, p. 03.

AMADO, Jorge. El poder puede hacer del mejor hombre el peor de los hombres. **El país**, Madrid, 03 mayo 1995. p. 09.

ANDRADE, Manuel C. **A Geografia e a Questão Social**. Recife: EDUFAL, 1997.

ANDRADE, Manuel C. **Caminhos e Descaminhos da Geografia**. Campinas: Papirus, 1989.

ANDRADE, Manuel C. **Geografia - Ciência da Sociedade**. São Paulo: Atlas, 1992.

ANDRADE, Manuel C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1992.

ANDRADE, Maurício. Flagrantes de uma Conferência. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, 1994, p. 22-28 (entrevistas).

ANTÔNIO, Armando P. **Movimentos Sociais: 05 Recortes**. Presidente Prudente: UNESP/Pós Graduação. 2000, 06 p. (mimeo).

ANTÔNIO, Armando P. **O Movimento Social e a organização do Espaço Rural nos Assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocaba no período 1960 - 1990**. São Paulo: USP, 1990, 187 p. Tese (Doutorado em Geografia).

ANTÔNIO, Armando P. **O Movimento Social**. Presidente Prudente: UNESP/Pós Graduação, 1996. 12 p. (mimeo).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/1995. Rio de Janeiro: FIBGE, 1996. 478 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS/92. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 1992. 442 p.

AO mestre, com carinho... **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 30 set. 1.997. p. 11.

ARANTES, Aldo. Para sempre, Betinho. **O Popular**, Goiânia, 19 agos. 1997. p. 2-3 (Caderno 2).

ATIVIDADES do Fórum em 1995. **Fome de quê?** São Paulo, 15 abril 1995. p. 08.

AYRES, Antônio. **Ação da Cidadania contra a fome e o desemprego** (Panfleto). Catalão: Comitê contra a fome, jul. 1993.

AZEREDO, João P. Leal. Saldo Positivo. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro: IBASE, n.º 89, p. 02, abril 2000.

BEBIANO, Alexandre. Dos sem-terra aos sem informações. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1996. Escritos Indignados, p. 08

BETING, Joelmir. Ainda há tempo. **O Popular**, Goiânia, 28 ago. 2002. p. 13.

BETING, Joelmir. Balanço Social. **O Popular**, Goiânia, 17 agos 1997. p. 12 B.

BETING, Joelmir. Piso da Cidadania. **O Popular**, Goiânia, 11 agos 1998. p. 07.

BETINHO fala sobre democracia na terra (filme). Direção de Alfredo Alves. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. 13 min. Color.

BETTIOL, Maria R. B. O Cidadão Solidariedade. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 set. 1997. p. 09.

BETTO, Frei. Betinho, o Militante da Utopia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de agos. 1997. p 1-8.

BETTO, Frei. Hora de mudar a história. **O Popular**, Goiânia, 15 set. 2002. p. 11.

BETTO, Frei. Prefácio. In: VIEIRA. Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 09-13.

BEZERRA, Jaerson L. Além da casa e da cidade. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, set. 1996. p. 04.

BORZACHIELLO, José S. **A Geografia e os Movimentos Sociais**. Florianópolis: XII ENG, jul. 1997. 15 p. (mineo).

BORZACHIELLO, José S. Movimentos Sociais e Estado. Implicações Espaciais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 22, n.º 43, p. 180-185, 1992

BRAGA, Maria J. Haja Sanduíches. **O Popular**, Goiânia, 15 nov. 1999. p. 2-2.

BRAIT, Beth. **Leitura Comentada de Manuel Bandeira**. São Paulo: Abril Educação. 1995.

BRASIL pode adotar medidas extremas contra Argentina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1999. p. 09.

BRAY, Sílvio C. & CAMARGO, José C. G. **Transformações e tendências da Ciência Geográfica**. Rio Claro: UNESP, 1989. 29 p. (mimeo)

BUARQUE, Cristovam. A Revolução das Pequenas Coisas: a experiência de Brasília 1995/ 1999. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 82, p. 24-37, set./ nov. 1999.

BUENO, Edir P. **A elaboração do espaço urbano e a segregação social - Um exemplo: Catalão-GO**. Catalão: UFG/CAC, 1993. 56 p. Monografia (Bacharelado em Geografia).

CALIXTO, Maria J. M. S. **O Processo de Produção, apropriação e consumo do Espaço Urbano em Dourados – MS: A Política Habitacional**. Presidente Prudente: UNESP, 1999. 119 p. (Relatório de Qualificação – Nível Doutorado)

CAMPANHA contra a fome e a miséria. (TELEX) Brasília/Uberlândia: CESEC/Banco do Brasil, 21 set. 1993.

CAMPANHA contra a fome e o desemprego (panfleto). Catalão: METABASE, agos. 1993.

CAMPANHA quer reunir 80 mil kg de alimentos. **O Popular**, Goiânia, 08 dez. 2000. p. 3B.

CAMPEÃO, Nejme Maria Zakir. Um Herói. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 set. 1997. p. 09.

CAMPOS, Elza P. Membros da Comunidade Solidária Cobram FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 maio 1996. p. 1-4.

CAMPOS, Elza P. Reunião da Comunidade Solidária vira “reflexão”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 maio 1996. p. 1-6.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A Fome na Geografia Brasileira: Josué de Castro. **Cadernos do ICH**, Campinas, n.º 8, p. 25-50, mar. 1999.

CANÇÕES de José Roberto alegram doentes do HUGO. **O Popular**, Goiânia, 13 dez. 2001. p. 2-3.

CARNEIRO, Marcelo. Novas Faces do Bem. **Veja**, São Paulo, Abril, p. 155-161, 27 out. 1999.

CARTA na mídia. **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, 15 jun. 1995. p. 10.

CARTILHA para ajudar a formar comitês. Rio de Janeiro: ACCFMV, mar. 1993. 8 p.

CARVALHO, Marcelo & CHEQUER, Jamile. Porto Alegre, o novo mundo passa por aqui. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, fev. 2002. p. 06.

CASTELLS, Manuel. Outra face da Terra: Movimentos sociais contra a nova ordem Global. In: **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (Tradução de Klaus Brandini Gerhardt).

CASTRO, Ana M. **Fome um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

CASTRO, João A. de. **Sociedade, Cidadania e Geografia**. Anais VII EREGEO, Quirinópolis, set. 2001. p. 38-49.

CASTRO, João Alves de. **Globalização ou Mundialização**. Goiânia: UCG, 1996 (Mimeo).

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CATALÃO INFORMATIVO. Catalão: Prefeitura Municipal, 1993, 49 p.

CEM Experiências Concretas de Solidariedade. Brasília: Fórum Nacional da Ação da Cidadania, 1995.

CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL/91. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

CERQUEIRA, Paulo C. L. E a vida continua. **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 161, p. 7-11, fev. 1996.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 08-12.

CHAVEIRO, Eguimar F. **Ensino de Geografia e o Desenvolvimento do Pensar Geográfico**. Goiânia: UFG, 1996. 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação).

CHAVEIRO, Eguimar F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. São Paulo: USP, 2001. 302 p. Tese (Doutorado em Geografia).

CHAVES, Manoel R. & ORLANDO, Paulo H. K. A Geografia em Questão. **Formação**, Presidente Prudente, p. 89-98, 1995.

CHAVES, Manoel R. **A devastação do cerrado e da produção de carvão vegetal em Catalão-GO**. P. Prudente: UNESP, 1.998. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

CHAVES, Manoel R. **A dinâmica locacional das indústrias e o desemprego**. Rio Claro: UNESP/Doutorado em Geografia, maio 1999 (mimeo).

CHAVES, Manoel R. Cerrado Brasileiro: Principais norteadores de sua ocupação. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, set. 1994.

CHAVES, Nelson. Panorama Nutricional do Brasil. In: LACAZ, B. & SIQUEIRA JÚNIOR, B. **Introdução à Geografia Médica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1975, p. 519 - 542.

CIDA, a cidadã. **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, jan. 2002. p. 10.

CIDADANIA não aceita impunidade. **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, 01 jun. 1996. p. 10.

COMITÊ contra a fome vai criar lavouras para indígenas. **O Popular**, Goiânia, 10 maio 2000. p. 3B.

CORRÊA, Roberto L. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 107- 118.

CORRÊA, Roberto L. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná E. et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, Roberto L. Redes Geográficas e Teorias dos Grafos, In _____. **Textos LAGET**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999 (Série Pesquisa e Ensino n.º 1).

CORRÊA, Roberto L. **Redes: Conceitos e Origens**. Presidente Prudente: UNESP, out. 1999. (Conferência do Seminário de Doutorado).

CORRÊA, Roberto L. Região: Globalização, pluralidade e persistência conceitual. **Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Curitiba, nº 5, jul. 1994. p. 215-226.

COSTA, Manoel A. Política Demográfica para o Brasil. **Revista de Cultura Vozes**, São Paulo, p. 05 - 24, Ano 74, nº 01, jan./fev. 1981.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CURSO foi criado com doações. **O Popular**, Goiânia, 07 jun. 2000. p. 01 (Caderno Informática).

DALLARI, Dalmo A. **O que é Participação Política?** 9.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DAMIANI, Amélia L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 161-173.

DAMIANI, Amélia L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991. 107 p. (Coleção Caminhos da Geografia).

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1988. 111 p. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo).

DEZ MI dizem não a ALCA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 set. 2002. p. 01.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do terceiro mundo**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOWBOR, Ladislau. Prefácio. *In*: FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995, p. 07-14.

DOWBOR, Ladislau. Sistemas Locais de Informação. **Proposta**, Rio de Janeiro, n.º 78, p. 20-31, nov. 1998.

DUARTE, Henrique. Geografia da Fome. **O Popular**, Goiânia, 20 out. 1997. p. 09.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1986.

ENTIDADES, recebem 130 toneladas de alimentos. **O Popular**, Goiânia, 21 dez. 2001, p. 4 B (Caderno Cidades).

ENZENSBERGER, Hans M. O Vagão Humano. **Veja**, São Paulo, p. 91-107, set. 1993.

EXPERIÊNCIAS Concretas de Solidariedade. Brasília: Fórum Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, A Miséria e pela Vida, dez. 1995.

FERNANDES, Bernardo M. & GONÇALVES, CARLOS W. P. **Josué de Castro – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. O Movimento Social como categoria Geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n.º 15, p. 59-85, 2000.

FERRARO, Alceu Ravello. Neoliberalismo e Políticas Sociais: um Pé em Malthus e outro Spencer. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ANDES, n.º 20, p. 21-32, set./dez. 1999.

FGV aponta soluções para miséria no Brasil. **O popular**, Goiânia, 19 dez 2001. p. 09.

FICO, Carlos. **IBASE – Usina de Idéias e Cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

FILHO, Aziz. País já tem 3 mil comitês pela cidadania. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 1993. Brasil, p. 1-15.

FLORES, Murilo X. & SILVA, José S. **O Futuro sem Fome** Brasília: EMBRAPA, 1994.

FOME de bola faz preliminar da seleção. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1993. Esporte, p. 4-3.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (Tradução de Roberto Machado).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 1988.

FRANCO, Augusto de. **Ação da cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida: um novo começo**. Brasília: Fórum Nacional, Março de 1997.(mimeo)

FRANCO, Augusto de. **Ação Local**. Brasília: Ágora, 1996.

FRANCO, Augusto de. Conclusão. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, 1995. p. 83-85 (Anais).

FRANCO, Augusto de. Uma nova perspectiva estratégica pós-liberal para enfrentar a questão social no Brasil. **Proposta**, Rio de Janeiro, nov. 1996. p. 10-17.

FRANCO, Itamar. Um Projeto Nacional de Desenvolvimento é a tarefa dos próximos anos. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA/Ação da Cidadania, jul. 1994. p. 43-44.

FRANK, André G. & FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, nº 17, p. 19-48, jun. 1989.

FREIRE, Octávio. **Organização do Trabalho Científico**. Presidente Prudente: UNESP, 1995. 31 p.(mimeo).

FREITAS, Maria do Carmo de & VALENTE, Flávio S. A luta pela cidadania de todos os brasileiros. **Criança contra a Fome e Pela a Vida**, Brasília, p. 05, nov. 1994.

FRENTE Parlamentar de Ação pela Cidadania. Brasília: Senado Federal, maio 1993.

G-8 quer humanizar a globalização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jun. 1999, p. 14.

GABEIRA, Fernando. Se houver céu, Betinho ficará na porta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 agos. 1997. p. 1-10.

GASPARI, Élio. Betinho provou que miséria não é natural. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1997. Brasil, p. 09.

GENRO, Tarso. Globalitarismo e crise da Política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 1997. Opinião, p. 1-3.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. 3.^a ed. São Paulo: DIFEL, 1981.

GEORGE, Pierre. **População e Povoamento**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

GIOSA, Lívio. Empresas e Governo tem novo Papel Social. **O Popular**, Goiânia, 29 Jun. 2001. p. 09 (Entrevista)

GISBERT, Maria Luisa Bastos. Las Teorías de localización Industrial: una breve aproximación. **Revista de Estudios Regionales**. Sevilla: Universidade de Andalucia, n.º 35, Jan/Abril 1993, p. 51-76.

GOHN, Maria da G. De Seattle a Gênova – uma Radiografia dos Movimentos Antiglobalização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. p. 13-15. (Caderno mais)

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Horieste. A Interação Homem - Natureza e a questão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, vol. 2, n.º 01, p. 97 - 109, jun. 1982.

GOMES, Horieste. **Reflexões Sobre a Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

GONÇALVES, Carlos W. P. Natureza e Sociedade – elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, José S. (organizador). **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000, 200 p. 49-76.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

GRAZIA, Grazia de. A exclusão e os atores nacionais contemporâneos. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 67, p. 19-26, dez. 1995.

GREGORY, D. Affonso F. Uma Reflexão Pessoal. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 31 maio 1995. p. 10.

GRZBOWSKI, Cândido. Fome: uma questão de cidadania. **Jornal da Cidadania / Terra Cidadã**, Rio de Janeiro, nov. 1996. p. 6-7.

GRZYBOWSKI, Cândido. Alô-Alô paraíso. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1998. p. 03.

GRZYBOWSKI, Cândido. Fórum Social Mundial – a onda da participação cidadã cresce. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, fev. 2002. p. 03.

GRZYBOWSKI, Cândido. Resgate de Nossa História. **Informe Ibase**, Rio de Janeiro, agos. 2002. p. 01.

GUARNIER, Jacqueline B. **Geografia da População**. 3.^a ed. São Paulo; CEN, 1980.

GUIA do eleitor (filme). Direção TV -Viva. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. 52 min. Color.

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GUIMARÃES, Ana Archiângelo, MAGALDI, Sérgio Braz & GUIMARÃES, Raul Borges. **Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social**. João Pessoa: AGB, Jul. 2002 (Comunicação Coordenada no XIII ENG).

GUIMARÃES, Raul B.; MAGALDI, Sérgio; SPÓSITO, Eliseu S.; MELAZZO, Everaldo S. Geografia e Políticas Públicas: Propostas em Desenvolvimento no Laboratório de Geografia Humana. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.º 02, p. 97-113, 2000.

HAESBAERT, Rogério. A Noção de Rede Regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, nº 04, p. 55-72, jan/jun. 1998.

HARAZIN, Dorrit & PEDRAL, Sibelle. A fome adquire rosto e move o Brasil comum. **Veja**, São Paulo, p. 86-93, 29 dez. 1993.

HELENE, Maria E. M., MARCONDES, Beatriz & NUNES, Beatriz. **A fome na atualidade**. São Paulo: Scipione, 1994.

HENFIL. **Cartas da Mãe**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

HUBBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 9^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HUNTINGTON, Samuel. Choque do Futuro. **Veja**, São Paulo, p. 135- 147, set. 1993.
(especial 25 anos)

I CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida /CONSEA, 1994. 132 p.

IRIARTE, Gregório. **Neoliberalismo. Sim ou Não?** São Paulo: Paulinas, 1996.

JACOBI, Pedro. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 67, p. 27-33, dez. 1995.

JACOBI, Pedro. Pesquisa aponta enfraquecimento da Ação da Cidadania Contra a Fome. **Folha de São Paulo**, 11 dez. 1995. p. 1-10.

JUNQUEIRA, Eduardo. A Geração da Onda. **Veja**, São Paulo, abril, p. 84-49, 24 set. 1997.

KANITZ, Ayrton, FRARE, José L., COELHO, Lígia & SOUZA, Hamilton. Brasil campeão de desigualdade. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 06-10, maio de 1996.

LACOSTE, YVES. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 3.^a ed. Campinas: Papyrus, 1993.

LANDIM, Leilah. A Sociedade faz a sua parte. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 set. 1999. p. 04.

LANDIM, Leilah. Entrevista. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 81, p. 27-34, jun. 1999.

LE SANN, J. G. Documento Cartográfico: Considerações Gerais. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte nº 01, p. 3-17, mar. 1983.

LEITE, Maria A. F. P. **Destrução ou Reconstrução?** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 71, p. 18-26, fev. 1997.

LÍDERES suavizam propostas contra imigração ilegal. **O Popular**, Goiânia, 22 jun. 2002. p. 10.

LIMA, Samuel C. A relação sociedade-natureza. **Sociedade-Natureza**, Uberlândia, ano 1, nº 02, p. 155-163, dez. 1989.

LINHARES, Maria Y. De que se alimentam as teorias sobre a fome? **Ciência Hoje**, São Paulo, p. 44-51, jun. 1994.

LIPIETZ, Alain. Verde que te quero verde. **Teoria & Debate**, São Paulo, nº 15, p. 64-71, ago. 1991.

LIVRO DE ATAS. Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, Catalão, jul. 1993.

LUZ, Sérgio Ruiz. Presente Eleitoral. **Veja**, São Paulo, p. 34, 30 maio 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MAGUITO diz que Goiás muito deve a Betinho. **O Popular**, Goiânia, 11 de agos. 1987. p.14.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MALUF, Renato Sérgio. **Documento Brasileiro à Cúpula Mundial de Alimentação**. Brasília: Minist. das Relações Exteriores, abril 1996.

MAMIGONIAN, Armem. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista mundial. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, nº 02, p. 38-48, 1982.

MANIFESTAÇÕES Protestam Contra a Fome. **O Popular**, Goiânia, 10 agos. 2000. 2C.

MARINHO, Euclides. Vídeo Contra a Fome. **Primeira & Última**, Rio de Janeiro, nº 07, 15 nov. 1993. P. 05.

MARTIN, Jean-Yves. **A geograficidade dos Movimentos Sócioespaciais**. França: Université Michel de Montaigne, 1998 (Revisão de Bernardo Mançano Fernandes).

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência: A questão da política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MASI, Domenico de. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000 (Tradução de Léa Mansi).

MATTAR, Flávia. Usina de Idéias Planetária. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, fev. 2002, p. 05.

MELLO, Maria E. & VIEIRA, Lizt. A fome no Brasil: uma radiografia. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 71, p. 76-53, fev. 1997.

MENEZES, Francisco. Invertendo a lógica. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1996. p. 07.

MESQUITA, Helena A. **A modernização da agricultura - um caso em Catalão (Goiás)**. Goiânia: UFG, 1993. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias).

MIRANDA, Telma G. Aspectos relativos à urbanização em Goiás e principais instrumentos norteadores da política de desenvolvimento urbano. **Cadernos de Pesquisa do ICHL**, Goiânia, nº 02, p. 7-17, 1990.

MISÉRIA atinge 100 milhões de pessoas no Leste Europeu. **O popular**, Goiânia, 07 agos. 1999. p. 12.

MITCHELL, Helens. **Nutrição**. Rio de Janeiro, Interamericana, 1978.

MITOS e fatos sobre a população brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de agosto de 1994. p. H2.

MORAES, Antônio, C. Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988). **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, p. 04-13, jun. 1992.

MOREIRA, Ruy. Do socialismo utópico ao socialismo soviético. **Teoria e Práxis**, Goiânia, p. 12-31, ago. 1992.

MOREIRA, Ruy. O homem estatístico. In: _____. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993, p. 39-90.

MORELLI, Mauro. Betinho, Profeta e Pastor. **Site de Furnas Centrais Elétricas na Internet**, Belo Horizonte, 17 agos. 1997 p. [http 05](http://05).

MORELLI, Mauro. Flagrantes de uma Conferência. In: **I Conferência de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, 1994. p. 22-28 (Entrevistas).

MORELLI, Mauro. Opção pela Cidadania. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, Moderna/IBASE, n.º 5, p. 49-65, mar. 1999.

MORELLI, Mauro. Projeto criança contra a Fome e Pela Cidadania. **Criança Contra a Fome e Pela Vida**, Brasília, p. 04, nov. 1994.

MOTTA, Athayde. Os números e a realidade. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, agos. 1998. p. 10.

NAKANO, Maria. Tempo de Lembrar e de agir. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1999. p. 02.

NASCIMENTO, Nilton. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: ASOEG, 1988.

NATAL sem fome. **O Popular**, Goiânia, 16 out. 2000. p. 18.

NEGRI, Antônio & HARDT, Michael. Manifestantes querem Globalização Alternativa. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 2001. p. B-3.

NETO, A. T. Haverá, Também Uma Simiologia Gráfica? **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 4, p. 13- 54, jan/dez. 1984/85/86.

NORMAS para pedágios (panfleto). Catalão: Grêmios estudantis, agos. 1993.

NORONHA, Sílvia. A condução da reforma agrária está errada. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1996. Entrevista, p. 03.

NORONHA, Sílvia. Uma Pedra a mais no sapato do pobre. **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1996. p. 06.

NOVAES, Carlos E. & RODRIGUES, Vilmar. **Capitalismo para Principiantes**. 18^o ed. São Paulo: Ática, 1989.

NOVAES, Pedro C. para pensar o século XXI. **O Popular**, Goiânia, 15 abril 2001. p. 10.

O JOGO da Paz. **A Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 set. 1995. p. 08.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Geografia das lutas no Campo**. 5^a ed. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. O Governo FHC não fez a Reforma Agrária. **Jornal do Campus**, São Paulo, 4 maio 2000, p. 07.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. Reforma e Contra-Reforma do estado no Brasil. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 68, p. 10-14, mar. 1996.

OPERAÇÃO antifome. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 dez. 1996. Cotidiano, p. 3-4.

ORTEGA, Francisco. **Para uma Política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OSTRAVITIANOV, K. V. **Manual de Economia Política**. Lisboa: Estampa, 1966.

PAIS já dão capim para filhos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2001. Mundo, p. 2-13.

PAÍS já tem 3 mil comitês pela cidadania. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 1993. Brasil, p. 1-15.

PARA sempre, Betinho. **O Popular**, Goiânia, 19 agos. 1997. p. 2-3.

PARISSE, Lucien M. Papel e posições dos atores geográficos nos movimentos sociais. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, nº 22, p. 173-176, 1992.

PELIANO, Anna M. T. M. (org.) **O Mapa da Fome**: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1993.

PELLEGRINO, Pedro G. Artes Plásticas e Cidadania. **Primeira & Última**, Rio de Janeiro, n.º 07, 15 set. 1993, p. 05.

PELLEGRINO, Pedro G. O Comitê de Artes Plásticas. **Primeira & Última**, Rio de Janeiro, n.º 07, 15 set. 1993. p. 03.

PEREIRA, Ana E. P. Fome discreta: efeito perverso da globalização. In: **Encontro Internacional. O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo**. Livro de resumos. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 90.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios (1990). Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios (1994) Rio de Janeiro: FIBGE, 1995.

PESQUISA. In: **I Conferência de Segurança Alimentar**. Brasília: Ação da Cidadania/IBASE, jul. 1994. p. 74-82.

PESSOA, Vera L. S. **A Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba**. Rio Claro: UNESP, 1988. Tese (Doutorado em Geografia).

PESSOA, Ana & CAMPOS, Cintia & NETTO, Vladimir. O fantasma da fome. **Veja**, São Paulo, p. 26-33, 06 de maio 1998.

PETRELLA, Ricardo. **Los Limites a la competitivid**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1996.

PETRONE, Maria, T. S. **O Imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PIRES, Glória. A condução da Reforma Agrária está errada. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1996. p.03.

PRIMEIRA dama entrega mais 180 cestas. **Dito & Feito**, Catalão, novembro de 1993. p. 05.

RAINHA JÚNIOR, José. Palavra de Cidadão. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 1 a 15 mar. 1996. Cartas, p. 10.

RAMIL, Kledir. Música e Mudança. **Primeira & Última**, Rio de Janeiro, n.º 07, 15 set.

1993, p. 05.

RAMOS, Ariovaldo; IJARÉ, Celso R.; CIAMPONI, Duarval; BETTO, Frei; SOBEL, Henri; STRINGHINI, Pedro L.; WATANABE; Tetsuo; OLIVEIRA, Valdomiro P.; IUASSACA, Yoshihico. Fé no voluntariado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 nov. 2001. p. A3.

REDIG, Ana. Em Busca da Transparência. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, nov. 1997. p. 04.

RELATÓRIO Final da I CNSA. Brasília: CONSEA/Ação da Cidadania Contra a Fome, 1994. 52 p.

ROBERTO, César. O Longo Caminho da Religião até o Neoliberalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 1999. Folhatraínee. Especial, p. 03.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Cidade e Movimentos Sociais: Reflexões sobre Questões Conceituais**. Campinas: Unicamp/Pós Graduação, 1991 (mimeo).

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os Movimentos Sociais Urbanos e a Questão da Moradia. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 22, n.º 43, p. 174-177. 1992.

RODRIGUES, Carla & SOUZA, Herbert. **Ética e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995. 72 p. (Coleção Polêmica).

ROLNIK, Suely. A Multiplicação da Subjetividade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 maio 1996. p. 6B.

ROSSI, Clóvis. Três bilhões vivem com US\$ 2 por dia. **O Popular**, Goiânia, 06 fev. 2001. P. 108.

RUSCHEL, Rogério R. Como as ONGs se estruturam. **Jornal Verde**, São Paulo, abril 1996. p. 04.

SADER, Eder. Construindo uma democracia com alma social. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 66, p. 16-19, set. 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAEZ, Horácio Capel. **A Geografia após o atentado de 11 de setembro**. João Pessoa: AGB jul. 2002. (Conferência de encerramento do XIII ENG)

SAFATLE, Vladimir. Voto na Era da Antipolítica. **Correio Brasiliense**, Brasília, 31 mar. 2002. P. 6/7.

SAID, Magnólia. Cadê a Solidariedade? **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 out. 1995. p. 10.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Maria A. **A Biologia Educacional**. 8ª ed., São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **O Novo Mapa do Mundo**, São Paulo, Anpur, p. 15-21, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Brasil 500 d.C. - Nação Ativa. **Folha de São Paulo**, São Pulo, 21 nov. 1999. Brasil 500 Especial, p. 05.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **GEOSUL**, Florianópolis, ano III, nº 05, p. 85 - 100, 1988.

SANTOS, Milton. Grandes empresas dominam política. **Folha de São Paulo**, 08 jan. 2001. p. A8.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. No Mundo Cabem 80 bilhões. **Revista da ADUFG**, Goiânia, nº 04, p. 15-20, agos. 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4.^a ed. São Paulo: Nobel. 1998.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. Só Geografia reconstrói país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 1994, p. 1 - 5.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – Globalização e Meio Técnico Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Temos tudo para construir uma nova sociedade. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.º 02, p. 60-81, fev. 1998.

SANTOS, Regina Célia B. Solidariedade no espaço geográfico: uma abordagem do espaço como instância social. CD-Room do XIII ENG. João Pessoa: AGB, 2002. p. 01 (Comunicação Coordenada/Solidariedade).

SANTOS, Rui da Silva. Betinho Combateu a Miséria. **Folha de São Paulo**, 18 set. 1999. Folhatraine Especial, p. 03.

SANZIO, Rafael; GONÇALVES, Carlos W. P.; FERNANDES, Bernardo; SILVA, José B. Por uma Teoria Geográfica dos Movimentos Sociais. **Anais – XII ENG**, Florianópolis, p. 73-76, Jul. 2000.

SARAMAGO, José. Depois do Vendaval da Guerra. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, p. 03, jan. 99.

SAUVY, Alfred. **Elementos de Demografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUCH, Flávio. Flagrantes de uma Conferência. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, jul. 1994. p. 22-28 (entrevistas).

SEGNINI, Liliana. R. P. **O que é mercadoria**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVERINO, Antônio J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SEXTO Encontro “Diálogos Sociais”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2002. p. A10.

SILVA, Ana M. et al. **A ideologia da cesta básica no município de Catalão**. Catalão: UFG/ CAC, 1995. 45 p. Monografia de Bacharelado.

SILVA, Edima Aranha. **O Processo Produtivo do Carvão Vegetal**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. 293 p. (Tese de Doutorado)

SILVA, José G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, José R. de Araújo. Flagrantes de uma Conferência. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, jul. 1994. p. 22-28 (entrevistas).

SILVA, Marilda T. M. Um Projeto para o Futuro: ou o “Aqui e Agora”? **Formação**, Presidente Prudente, n.º 02, p. 33-38, jun. 1995.

SILVA, Ronaldo da. O que é e para que serve a Democracia? **O Atheneu**, Março 2002. p. 09.

SILVEIRA, Dalvo. **Prêmio Cidadania**. Catalão: Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. 1995 (mimeo).

SIMÕES, José. **O Pensamento Vivo de Marx**. São Paulo: Martin Claret, 1988.

SIMONETTI, Eliana G. & RAMIRO, Denise. O custo econômico de corrupção, **Veja**, São Paulo, p. 48-54, 14 mar. 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas**. 3.^a ed., São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. Migrações Internas – Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SINGER, Paul. **O Brasil na crise**. São Paulo: Contexto, 1999.

SOARES, Alcides R. **Princípios de economia política**. São Paulo: Global Universitária, 1985.

SOARES, Lucila. A vida na Fornaça. **Veja**, São Paulo, 17 nov. 1999. p. 106-110.

SOUZA, Adauto de O. A Geografia e a “Nova” Objetividade/Subjetividade. **Formação**, Presidente Prudente, n.º 02, p. 89-96, 1996.

SOUZA, Diolinda A. Agora vamos mobilizar as cidades. **Jornal da Cidade**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1996. p. 03.

SOUZA, Herbert de. A Ação da Cidadania e o Conselho da Comunidade Solidária. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1996. p. 10.

SOUZA, Herbert de. A Ação da Cidadania e o Governo F.H. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1995. p. 05.

SOUZA, Herbert de. A luta contra a miséria. **Democracia**, Rio de Janeiro, fev./ mar 96. p. 05.

SOUZA, Herbert de. A Miséria do capitalismo Global. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1996. p. 03 (opinião).

SOUZA, Herbert de. A miséria é grande, a ação é pequena. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1995. p. 07.

SOUZA, Herbert de. A Solidariedade é uma virtude brasileira. In: **I Conferência de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, 1994. p. 36-37 (discursos).

SOUZA, Herbert de. **Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida**. Rio de Janeiro: IBASE, 1993 (mimeo).

SOUZA, Herbert de. Balanço Social nas Empresas e Instituições Públicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 maio 1997, p. 1-3.

SOUZA, Herbert de. Betinho ataca governo e FIESP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1995. p. 1-10.

SOUZA, Herbert de. Cinco anos de luta contra a miséria e pela democracia. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, jun. 1997. p. 09.

SOUZA, Herbert de. Combate à miséria é prioridade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 1993. p. 1-15.

SOUZA, Herbert de. De que Brasil é este banco? **Jornal da Cidadania**, agos. 1995. P. 12.

SOUZA, Herbert de. Democratização da Terra. **Fome de Que?**, São Paulo, ano I, n.º 04, abril de 1995. p. 03.

SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1997, p. 1-3.

SOUZA, Herbert de. Ética na Política e um novo rumo para o desenvolvimento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 agos. 1992. Opinião p. 05.

SOUZA, Herbert de. O Congresso e o Processo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 agos. de 1992. p. 03.

SOUZA, Herbert de. O novo está nas ruas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 agos. 1992. p. 02.

SOUZA, Herbert de. O pão nosso. **Veja**, São Paulo, p. 148 - 156, set. de 1993. (especial 25 anos)

SOUZA, Herbert de. O que está errado? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 1993. Opinião, p. 1-3.

SOUZA, Herbert de. Opção pela Sociedade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 agos. 1994. p. 03.

SOUZA, Herbert de. Reagindo a indiferença. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1992. p. 03.

SOUZA, Herbert de. Uma Carta para Maria. **Jornal da Orla**, Santos, 24 jan. 1999. p. 05.

SOUZA, Sílvia A. Pós Modernidade – Aproximando-se da Reflexão. **Formação**, Presidente Prudente, n.º 03, p. 83-87, 1997.

SPÓSITO, Eliseu S. De quem é a cidade? In: _____. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994. p. 56 - 63.

STACCIARINI, Jeanne M. R. **A Prática de Enfermagem em Saúde Mental nos EUA**. Amherst (EUA): University of Massachusetts, 2001. 06 p. (mimeo).

STACCIARINI, José H. R. **Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida: Um Estudo de Caso sobre a Atuação do Comitê de Catalão-GO**. Presidente Prudente: UNESP, 1998. 149 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

STACCIARINI, José H. R. Geografia Crítica: Que caminhos seguir no Terceiro Milênio? **Revista de Geografia**, Dourados, AGB/MS, n.º 20, p. 35-45, jan./abril 1996.

STÉDELI, José P. A fome e a reforma agrária. **ADVIR**, Rio de Janeiro, v. 09, p. 67-74, nov/dez. de 1996.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global – Limites e Desafios da Participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2002.

TERRA, Patrícia. **Esterilização: uma arma política**. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, p. 10-17, jul. 1991.

TODOS contra a fome. ISTOÉ, São Paulo, p. 40-51, dez. 1993.

TORRES, Ciro. A trajetória do Balanço Social. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, out. 1999. p. 08.

TORRES, Ciro. Cidadania no Cardápio empresarial. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, mar. 2001. p. 09.

TOSTA, Wilson. Betinho culpa “conservadores” do governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 maio 1996. p. 1-4.

TOURAINÉ, Alain. A Política contra a cegueira. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2002. p. 08-09. (Caderno mais)

TREWARTHA, Glenn. **Geografia da População**. São Paulo: Atlas, 1978.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: SUPREN, 1977.

UM rolo compressor a serviço da paz. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, dez. 1997. p.5.

USINA de boas idéias. **Veja**, São Paulo, p. 93, 29 dez. 1993.

VALENTINI, Demétrio. **Migrações Temporárias - Um desafio à igreja e à sociedade**. São Paulo: Loyola, 1991.

VARELLA, Drauzio. A Era dos Genes. **Veja**, São Paulo, p. 196-205, set. 1993. (especial 25 anos).

VERRIÈRE, Jacques. **As políticas de população**. São Paulo: Difel, 1980.

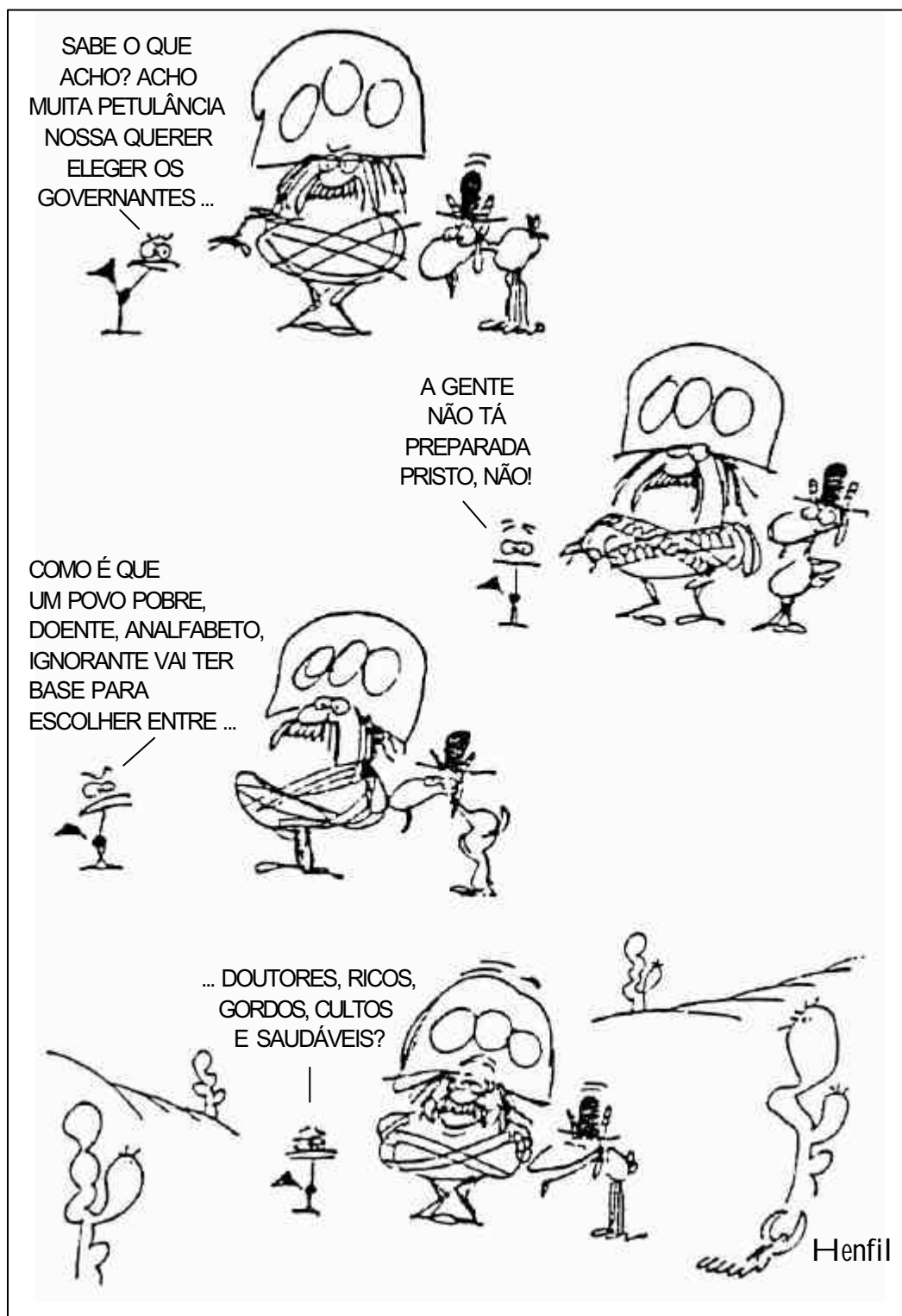
VIEIRA, Geraldinho. Soluções à vista. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, IBASE, n.º 90, p. 02, maio 2000.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ZIONI, Cecília. Terceiro Setor: Um novo Caminho. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, n.º 337, p. 4-13, Jan./Fev. 2000.

ANEXOS

Anexo 01



A Charge do cartunista Henfil, embora sendo da época do regime militar no Brasil, não perdeu sua atualidade.

Fonte: COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia.** p. 236.

Anexo 02



Natal, 22 de fevereiro de 1978

Mano Betinho,

Como vão aí nessa neve toda? Soube que está 25 graus abaixo de zero. E a Maria, já conseguiu resolver o problema de trabalho? O inglês. Tão progredindo no aprender esta língua chatinha? Aposto como ainda não sabem pronunciar o *th* direito, né?

Pois mano, você me pergunta quando é que vamos aí vê-los. Olha, se a distância entre o Brasil e o Canadá era de 11 horas de voo, agora ficou bem maior. Sim, porque resolveram que temos que depositar 22 salários mínimos para poder visitá-los. Te exilaram para 22 mil cruzeiros mais longe.

A explicação que deram é de que precisam economizar as divisas que os turistas gastam. Porém, mais parece um muro de Berlim separando irmãos de irmãos, mães de filhos, amigos de amigos. Todos aqui gostaríamos de vê-los, beijá-los, tocá-los. Mamãe, Tanda, Zilé, Wanda, Glorinha, Filó, Chico e eu sempre fazemos planos. No Natal mesmo a gente estava pensando em ir e reunir a família de novo aí no Canadá, já que no Brasil vocês não podem vir. Mamãe planejou fazer biscoitos de farinha, costurar três camisas de algodão e um pijama de flanela. Daquelas que só ela sabe fazer tão bem caídos!

Pela amor de Deus, não pensem que vocês não valham os 22 mil. A gente ama vocês muito, e este amor vale 22 mil não, vale 100 mil! Espero que o Simonsen não ouça isto e aumente o depósito para 122 mil.

Mas, seja tudo pelo bem do Brasil. A gente não vai e assim evita a evasão das divisas de amor brasileiro para os manos exilados.

Saudades compulsórias do mano,

Henfil

P.S. Pra sair cobram vinte e dois mil, mas pra ficar pagam só 1.100 mensais.

Anexo 03***O Bêbado e o Equilibrista***

*Caía / a tarde feito um viaduto / e um bêbado trajando luto / me lembrou Carlitos
A lua / tal qual a dona de um bordel / pedia a cada estrela fria / um brilho de aluguel
E nuvens / lá no mata-borrão do céu / chupavam manchas torturadas / que sufoco!
Louco / um bêbado com chapéu-coco / fazia irreverências mil / pra noite do Brasil /
meu Brasil
Que sonha / com a volta do irmão do Henfil / com tanta gente que partiu / num
rabo de foguete
Chora / a nossa pátria mãe gentil / choram Marias e Clarices / no solo do Brasil
Mas sei / que uma dor assim pungente / não há de ser inutilmente
A esperança dança / na corda-bamba de sombrinha / em cada passo dessa linha /
pode se machucar
Azar! / a esperança equilibrista / sabe que o show de todo artista / tem que continuar.*

João Bosco e Aldir Blanc

Anexo 04

Hora de mudar a história

Há 502 anos, os colonizadores portugueses invadiram o Brasil, ocuparam nossas terras, massacraram nossos índios e organizaram o roubo permanente de nossas riquezas.

Há 434 anos, homens livres foram encaçados como bichos na África e trazidos como escravos às nossas lavou-
ras.

Há 308 anos, Zumbi dos Palmares preferiu morrer a perder a liberdade.

Há 213 anos, o movimento contra a derrama – versão colonial da dívida externa – suscitou a Rebelião Mineira liderada por Tiradentes.

Há 178 anos, o poder monárquico teve que fuzilar o republicano Frei Caneca por não encontrar ninguém disposto a servir-lhe de carrasco junto à forca.

Há 165 anos, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim instalaram em Belém o único governo de nossa história que resultou de uma insurreição popular. Pouco depois, a Cabanagem era duramente reprimida.

Há 181 anos, o Brasil conquistou sua independência em relação a Portugal, embora prosseguisse com sua soberania mutilada pelo imperialismo inglês e, depois, norte-americano.

Há 114 anos, a escravidão, oficialmente abolida, prolonga-se na pobreza dos negros.

Há 113 anos, a monarquia cedeu lugar à república, na esperança de que esta fosse uma nação democrática.

Há 105 anos, Antônio Conselheiro e sua comunidade de Caruru foram massacrados para que a solidariedade dos pobres não revelasse sua natureza igualitária.

Há 90 anos, os camponeses do Contestado levantaram-se numa rebelião ant imperialista e ant latifundiária.

Há 77 anos, a Coluna Prestes percorreu o Brasil num grande levante político.

Há 57 anos, o povo brasileiro pôs fim à ditadura de Getúlio Vargas.

Há 37 anos, os militares assaltaram nossas instituições democráticas e instalaram uma ditadura que haveria de durar 21 anos.

Há 35 anos, os estudantes ocuparam as ruas e depois, armados, enfrentaram o regime mi-



FREI BETTO

litar.

Há 33 anos, assassinaram Carlos Marighella a tiros, pensando que matavam o sonho da libertação nacional.

Há 24 anos, os operários do ABC paulista deram um basta à lei de greve e reacenderam o choque do movimento sindical brasileiro.

Há 23 anos, a classe trabalhadora fundou o seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores.

Há 19 anos, nasceu a Central Única dos Trabalhadores, que hoje representa 20 milhões de assalariados.

Há 502 anos de nossa história, sempre fomos governados pelas elites, saqueados por países estrangeiros, subjugados pelo latifúndio, explorados pelo grande capital e excluídos dos benefícios econômicos e dos direitos políticos que constroem a cidadania e a felicidade de uma nação.

Agora, chegou a hora de inverter esta história e conquistar a democracia real que, como diz a palavra, é governo do povo.

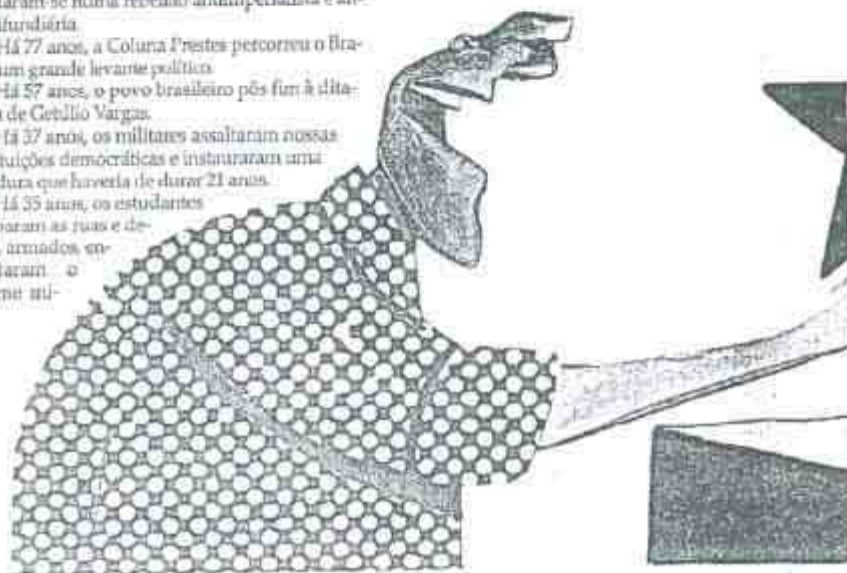
Chegou a hora de dar terra aos que nela trabalham, salários dignos aos que produzem riquezas, escolas aos que precisam estudar, saúde aos que têm direito à vida.

Vamos virar a página de nossa história com o poder de nosso voto.

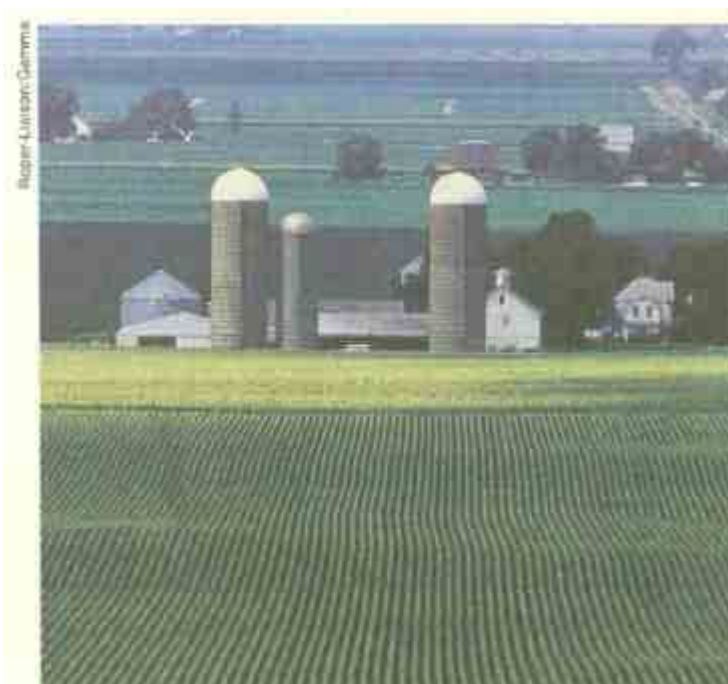
Para contar no futuro a história de nossa liberdade, numa terra de justiça, darei meu voto à maioria do povo brasileiro.

Votarei em Lula para presidente.

FREI BETTO é escritor, autor do romance *Hoar Brasil (Aica)*, entre outros livros



Anexo 05



As grandes corporações desenvolvem suas monoculturas em extensas áreas, a fim de garantir colheitas altamente lucrativas



A feição da miséria e a da fome é a mesma em qualquer parte do mundo. As crianças têm a pele desidratada, pouco elástica e os olhos saltados e sem expressão.

Fonte: HELENE, M. et al. **A Fome na Atualidade** . p. 13 a 33.

Anexo 06

Pais já dão capim para os filhos

REPORTAGEM LOCAL

Pais estão dando capim para seus filhos porque não dispõem de nenhum outro alimento. É o que consta de informes de entidades filantrópicas que atuam no Afeganistão, recebidos nos últimos dias em Londres.

O fato foi relatado à Folha pelo antropólogo inglês Werner Nijman, 44, que viveu seis anos na região e é hoje um consultor de ONGs (organizações não-governamentais) que atuam na Ásia Central. Ele foi o criador de uma delas, que trabalha com crianças deficientes físicas em campos de refugiados afegãos.

Segundo Nijman, nos últimos 20 anos, a cada quatro minutos

morreu um afegão em razão da guerra ou de moléstias derivadas ou agravadas pela desnutrição. Foram ao todo 2,2 milhões de pessoas que, em condições normais, estariam ainda vivas.

Essa cadência tende a se acentuar dramaticamente caso norte-americanos e britânicos não interrompam os bombardeios e permitam a chegada às regiões mais flageladas de comboios com auxílio alimentar.

Se isso não acontecer, Nijman diz acreditar ser perfeitamente plausível a previsão de que 7,5 milhões de pessoas estejam passando fome nas próximas semanas.

As ONGs que não conseguem transportar com segurança a comida para dentro do país já a tem

estocada em países vizinhos — Tajiquistão, Paquistão ou Irã.

Ele afirma ainda que é inviável conter a fome com alimentos despejados por aviões, seja por iniciativa das ONGs, seja por distribuição já efetuada em larga escala pelos Estados Unidos.

O antropólogo diz que a comida assim lançada é recolhida por homens armados, que em seguida a colocam à venda em bazares.

A ração lançada de avião transforma-se em fonte suplementar de conflitos internos e prejudica justamente quem não tem dinheiro para comprar algo que, paradoxalmente, deveria estar sendo distribuído de graça.

Ao norte do Afeganistão, as entidades têm transitado com relati-

va segurança, servindo-se até de helicópteros para atingir aldeias mais remotas. Mas não conseguem repetir a operação em territórios sob controle do Taleban, ao sul do Afeganistão.

Mesmo os afegãos com estoque de batata, trigo e arroz, base da dieta local, estão, segundo Nijman, sem fontes de proteína animal. A carne nunca foi tão rara, porque, bem antes da intervenção militar americana, quatro anos de secas inutilizaram a pastagem e prejudicaram a alimentação e a sobrevivência dos rebanhos.

Com a seca, reduziu-se em um quinto — embora não haja dados precisos — o número de cabeças de caprinos, que há 15 anos totalizavam 22 milhões. (JRM)

CINCO TRAGÉDIAS CAUSADAS PELA FOME

1845-1850 - Irlanda

Dos 5 milhões de irlandeses de então, 1 milhão morreu de fome num processo que os britânicos, segundo os nacionalistas, poderiam ter freado



A starving boy and girl in Cork hoping to find a potato. Illustrated London News - 1847



1932-1933 - Ucrânia

A política de coletivização forçada de Stálin resulta na morte, por subnutrição, de 6 milhões a 7 milhões de ucranianos

1959 - China

O líder chinês Mao Tse-tung e sua política do "salto para frente" desorganiza a produção rural; teriam morrido de fome 30 milhões de pessoas



1967-1979 - Biafra

A província sul-nigeriana, rica em petróleo, é asfixiada pelas tropas federais que a fazem recuar de seu projeto de independência. Cerca de 1 milhão de pessoas morre de fome

Anexo 07

CONSEA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
AÇÃO DA CIDADANIA**I CONFERÊNCIA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR**

Brasília, 27 a 30 de julho de 1994

RELATÓRIO FINALCOMITÊ DE AÇÃO DE CIDADANIA
CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA
FUNCIONÁRIOS (PRE)

Anexo 08

Comitê contra a fome vai criar lavouras para indígenas

Implantação de lavouras comunitárias indígenas e oferta de cursos de informática para meninos de rua. Esses são alguns dos programas a serem implantados este ano, em Goiás, pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep-GO). Criado em 1993, a partir de sugestão do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), o grupo congrega mais de 650 organizações em 18 Estados. Em Goiás, o comitê é formado por 31 instituições, que ontem se reuniram para discutir a participação de cada uma nos projetos previstos para este ano. São eles o Procarente, Proagasalho, Proíndio e Pronatal. A reunião foi realizada no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma das integrantes do grupo.

A oferta de cursos para jovens carentes, por exemplo, está inserida no Procarente. Segundo o presidente do Conselho Deliberativo do Coep, Pedro Antônio Arraes Pereira,

uma das propostas desse programa é a de ensinar uma profissão para menores de rua, garantindo a inserção no mercado de trabalho. A implantação de lavouras comunitárias e a ajuda material à Casa do Índio, com roupas, alimentos e medicamentos, estão previstas dentro do programa Proíndio. "Podemos pedir aos laboratórios goianos a doação de medicamentos. Atuamos como gestores dos programas," explica.

No Proagasalho, Pedro Antônio destaca que as empresas participantes do Coep fazem doações e buscam ajuda fora do grupo. Os agasalhos e cobertores conseguidos serão entregues à Organização das Voluntárias de Goiás para serem distribuídos à população carente dentro das campanhas já realizadas. Já o Pronatal destina-se ao recolhimento de alimentos e brinquedos que são entregues a famílias carentes, no final do ano. Segundo o presidente do Conselho Deliberativo do Coep, até agora essas

são as principais atividades a serem desenvolvidas, mas outras podem ser incluídas.

Ele lembra cada uma das 31 instituições que fazem parte do grupo em Goiás e que também têm programas próprios. Chefe-geral da Embrapa, localizada em Santo Antônio de Goiás, Pedro Antônio destaca a doação de computadores para escolas da cidade e a distribuição de sementes de feijão e milho a 450 comunidades do Estado. Em todo o País, esse programa beneficia 5 mil comunidades. De acordo com o secretário-executivo do Coep nacional, André Spitz, que veio a Goiânia para participar da reunião de ontem, 92% das corporações que integram o grupo já realizam ações emergenciais, além de desenvolver projetos próprios. Para ele, entre os resultados positivos do Coep estão o papel mobilizador e as mudanças na maneira de pensar e de agir das empresas, que cada vez mais participam de programas assistenciais.

Fonte: COMITÊ contra a fome vai criar lavouras para indígenas. **O Popular**, p. 3B.

Anexo 09

Fé no voluntariado

ARIOVALDO RAMOS, CELSO RICARDO IJARÉ, DURVAL CIAMPONI,
FREI BETTO, HENRI SOBEL, PEDRO LUIZ STRINGHINI, TETSUO WATANABE,
VALDOMIRO PIRES DE OLIVEIRA e YOSHIHICO IWASSACA

NA MANHÃ de 13 de novembro, feriado nacional, fiéis de inúmeras igrejas cristãs, da sinagoga e da mesquita, do espiritismo e das tradições religiosas afro-brasileiras e orientais estarão em conagração no evento "Fé no Voluntariado", no ginásio da Portuguesa, na capital paulista.

Essa iniciativa visa a fortalecer ainda mais o Ano Internacional do Voluntário, convocado pela ONU para 2001 e presidido, no Brasil, por Milú Villela.

Por que um evento ecumênico? Ninguém duvida de que o trabalho voluntário, dedicado e desinteressado seja uma das tônicas das tradições religiosas. Mestras da compaixão, foram elas que, desde os primórdios da humanidade, nos ensinaram a reconhecer em nosso semelhante a face do Criador, superando preconceitos de raça, cor, credo e condição social. São elas que nos fazem curvar frente à carência do pobre e do enfermo, do peregrino e do órfão, do prisioneiro e do excluído.

As primeiras "obras de caridade" surgiram por iniciativa dessas instituições que se pautam pelos preceitos divinos. Elas abriram aos mais pobres o acesso a hospitais e escolas, aquecendo o caldo de cultura que acabou por permitir o reconhecimento e a proclamação universal dos direitos humanos.

Ainda hoje, elas mobilizam milhares de voluntários, permanentemente, para socorrer nas ruas os semi-tetos; para angariar alimentos para os famintos; para estender atendimento médico-hospitalar aos carentes; e para acolher os refugiados. Exemplo disso é a Pastoral da Criança, monitorada pela dra. Zilda Arns, que mobiliza mais de 100 mil voluntários em todo o Brasil, reduzindo significativamente o índice de mortalidade infantil.

Como toda iniciativa de vanguarda, o voluntariado não está isento de preconceitos e incompreensões. Engana-se quem pensa que ele pretende substituir a ação do poder público ou isentá-lo de encargos e responsabilidades. Nem é seu propósito favorecer o desemprego, oferecendo à iniciativa privada mão-de-obra gratuita. Essa é uma visão equivocada de quem jamais se aproximou dos centros de voluntariado, cuidadosos na seleção de candidatos, rigorosos com as



Ter fé no voluntariado é professar o direito do outro, reconhecer a sua dignidade e servi-lo em suas necessidades

empresas cômicas de sua responsabilidade social e exigentes quando se trata de propor e reivindicar políticas públicas que priorizem a esfera social.

O voluntariado seria mero assistencialismo se não se empenhasse em formar cidadãos conscientes de seus direitos e fortalecer o terceiro setor, para que a sociedade não fique à mercê do estatismo nem das forças privatistas. Uma verdadeira democracia requer uma sociedade civil organizada.

Para nós, fiéis de diferentes credos, todos eles centrados na sacralidade irredutível de todo ser humano, o voluntariado é o nome laico do que, em nossas

instituições, qualificamos de amor ao próximo, serviço desinteressado, compaixão ou diaconia. Ele é o vértice que, acima de religiões e partidos políticos, congrega todos nós que, conscientes de nossa dívida social, queremos construir uma sociedade e um mundo fundados na solidariedade e na tolerância, na justiça e na paz.

Ter fé no voluntariado é professar o direito do outro, reconhecer a sua dignidade e servi-lo em suas necessidades. É, acima disso, a união no mutirão da generosidade, cuja expressão celebrativa terá seu momento alto na manhã de 13 de novembro.

Ariovaldo Ramos é pastor e presidente da Assembleia Evangélica Brasileira; **Celso Ricardo Ijaré** é representante de tradições afro-descendentes; **Durval Ciamponi** é representante da Federação Espírita do Estado de São Paulo; **Frei Betto** é frade da Ordem Dominicana e escritor; **Henri Sobel** é rabino da Congregação Israelita Paulista; **dom Pedro Luiz Stringhini** é bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo; **Tetsuo Watanabe** é representante da Igreja Missionária Mundial do Brasil; **Valdomiro Pires de Oliveira** é presidente da Igreja Evangélica; e **Yoshihiko Iwassaca** é presidente da Seicho-no-Ie.

Anexo 10



Curso foi criado com doações

O trabalho voluntário rege toda a ação das escolas de informática para comunidades carentes de Goiânia. O Comitê de Cidadania da Caixa Econômica Federal (CEF), criado há seis anos, é um dos responsáveis pela Escola de Informática do Centro Espírita Irmão Aureo, instalada no Jardim Nova Esperança. Pedro Monteiro Torres, do comitê, explica que ela foi montada com doações dos funcionários da CEF.

A criação da escola nasceu de um projeto de Eurípedes Vieira Coelho Júnior, auditor fiscal da Previdência Social, que teve a idéia, há quatro anos, de montar um curso de informática itinerante nos bairros carentes de Goiânia. Criada com quatro computadores e contando com a boa vontade de instrutores voluntários, a escola passou pelo Jardim das Oliveiras e pelo Conjunto Vera Cruz 1 e encontra-se, há dois anos, no Jardim Nova Esperança. "O centro espírita onde está instalada a escola tem ótima infra-estrutura", afirma Coelho Júnior.

A escola, que atende cerca de 200 alunos a cada três meses, conta com 12 computadores, todos doados por

pessoas para quem o velho micro não deveria ser simplesmente jogado no lixo. No final do ano passado, Coelho Júnior procurou empresas de informática como a Legri Computadores e a Office Eletro, conseguindo a doação de valiosos componentes - memória RAM, kit multimídia, HDs e placas de rede -, além de técnicos para efetuar os upgrades dos micros.

De quebra, a entidade ganhou, da Editora Terra, uma série de cursos de auto-treinamento em CD-ROM. Resultado: em agosto, a escola vai estar oferecendo cursos de softwares como Adobe Photoshop, Pagemaker e Corel. Os cursos, segundo Coelho Júnior, se bem aproveitados, vão ajudar as pessoas a ultrapassar a barreira do salário mínimo.

Kennedy Juscelina Assunção Fernandes Teixeira, sócia-proprietária da Legri Computadores, avalia a doação de sua empresa à escola do Jardim Novo Esperança como uma "pequena migalha que pode fazer diferença para grandes comunidades". As doações vêm se repetindo com certa frequência, afirma ela. Quando não ajuda com peças e equipamentos, a Legri cede pessoal para a manutenção dos computadores.

Fonte: CURSO foi criado com doações. O Popular. p. 01.

Anexo 11

Manifestações protestam contra a fome



manifestações feministas. "Essa brava foi liderada por mulheres, e que as atitudes da sociedade também são feministas. Mas nós demonstramos que queremos mudar e isso é o mais importante. Todos somos responsáveis", afirmou o secretário-executivo do comitê, Celso dos Passos Brito.

Segundo ele, a luta é travada desde o dia 29 de agosto em Dia Nacional de Mobilização Contra a Fome e Pela Vida. Depois o ato foi aberto um livro para o recolhimento de 1 milhão de assinaturas, que serão apresentadas ao Congresso em 9 de agosto de 2001. "Queremos um novo legal para reduzir os problemas e um papel social. Precisamos de uma lei que organize os políticos e estabeleça um limite salarial de mais de 10 salários mínimos", afirmou.

De acordo com dados do comitê, mais de 30 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de miséria, garfando menos que o salário mínimo. Em Goiás, as 98 comunidades ligadas à entidade incluem cerca de 15 mil pessoas por ato. Para Celso Brito, essas pessoas não recebem apenas de doações e caridade, mas também de dignidade. "Ninguém gosta de ganhar, mas de poder participar. As comunidades são importantes, porém, queremos fortalecer a autonomia do ser humano e trazer as participações".

A luta pelo acesso à terra, família, saúde, educação, emprego e moradia são prioridades para os movimentos sociais. "A luta é travada desde o dia 29 de agosto em Dia Nacional de Mobilização Contra a Fome e Pela Vida. Depois o ato foi aberto um livro para o recolhimento de 1 milhão de assinaturas, que serão apresentadas ao Congresso em 9 de agosto de 2001. "Queremos um novo legal para reduzir os problemas e um papel social. Precisamos de uma lei que organize os políticos e estabeleça um limite salarial de mais de 10 salários mínimos", afirmou.

De acordo com dados do comitê, mais de 30 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de miséria, garfando menos que o salário mínimo. Em Goiás, as 98 comunidades ligadas à entidade incluem cerca de 15 mil pessoas por ato. Para Celso Brito, essas pessoas não recebem apenas de doações e caridade, mas também de dignidade. "Ninguém gosta de ganhar, mas de poder participar. As comunidades são importantes, porém, queremos fortalecer a autonomia do ser humano e trazer as participações".

A luta pelo acesso à terra, família, saúde, educação, emprego e moradia são prioridades para os movimentos sociais. "A luta é travada desde o dia 29 de agosto em Dia Nacional de Mobilização Contra a Fome e Pela Vida. Depois o ato foi aberto um livro para o recolhimento de 1 milhão de assinaturas, que serão apresentadas ao Congresso em 9 de agosto de 2001. "Queremos um novo legal para reduzir os problemas e um papel social. Precisamos de uma lei que organize os políticos e estabeleça um limite salarial de mais de 10 salários mínimos", afirmou.

Manifestante e campo perto de um acampamento a luta pelo direito à terra e pelo fim da fome

Mulheres pedem fim da violência

gêneros, dificultar a conscientização da mulher do campo." Para Célia Beckmann, 72, a mulher esboçou muitas conquistas nos últimos anos, mas ainda precisa lutar muito para alcançar seus direitos. Na opinião de Maria Goreti Almeida, secretária-executiva do Conselho Estadual da Mulher, as mulheres buscam um novo modo de se relacionarem com o sexo masculino, propondo o papel de pai e mãe da prole, a paternidade dos homens. "Nós ainda somos tratadas como objetos e não como sujeitos", diz a pesquisadora.

que. Segundo ela, as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades do que as mulheres de outras cidades. As mulheres, segundo ela, devem observar as condições de trabalho e a própria cultura do ambiente rural, que muitas vezes não permitem a participação plena da mulher no trabalho. "É preciso criar condições para que as mulheres possam trabalhar de forma adequada", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

Segundo a coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

De acordo com coordenadora da Marcha das Mulheres em Goiás, a mobilização das mulheres, de um modo geral, tem sido mais positiva do que nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas. "Estamos vendo uma mudança de atitude das mulheres, elas estão mais conscientes de seus direitos e estão mais organizadas", afirmou.

Anexo 12

veja EDIÇÃO ESPECIAL

www.veja.com.br

7 169 361 401 109 7

Abril

Editora ABRIL
edição 1732/A
ano 34 - nº 51 - R\$ 4,90
dezembro de 2001

Guia para fazer o bem

Uma lista com 430 entidades que merecem a sua contribuição

Como escolher uma instituição séria para ajudar

As empresas que investem em ações sociais estão entre as melhores do país

Como trabalham os 20 milhões de voluntários brasileiros

O caminho para se transformar num voluntário

Fique de olho nos picaretas

Anexo 13

Natal Sem Fome



Maria Augusta de Castro em 1997

Uma mesa com 1 quilômetro de extensão montada em uma das praças do Alter do Rio e Flamengo (zona sul do Rio) e coberta por fraldas e plásticos marcou o lançamento ontem de mais uma campanha: Natal Sem Fome, organizada pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A campanha foi criada pelo sociólogo Heibert de Souza, a Brasília. Há oito anos, o objetivo deste ano é reunir doações suficientes para que sejam distribuídas 1 000 mil cestas básicas — o equivalente a 1 000 toneladas de alimentos —, batendo o recorde de 1996, quando foram distribuídas 80 mil cestas básicas. O telefone para doações é 0800-202000 (Atenção Fome).

Fonte: NATAL sem fome. **O Popular**. p. 18.

Anexo 14



A fome é uma dor.

A fome maltrata, humilha, mata.

A fome sempre gera outra fome.

A fome do outro. A fome de afeto.

Natal sem fome, com esperança.

Feliz Natal e Ano Novo.
Uma criança especial renasce entre nós.




"Solidariedade é gente não gente." Se alegre!
Biscoito

Fonte: PREFEITURA de Goiânia. (Cartão de Natal – 2001).

Anexo 15



“Alguns mais exagerados diziam que podiam até dispensar os remédios depois de me ouvir cantar”

JOSÉ ROBERTO RODRIGUES, FUNCIONÁRIO PÚBLICO, 54 ANOS

Canções de José Roberto alegam doentes do Hugo

Há cinco anos, o funcionário público José Roberto Rodrigues Rosa, 54 anos, foi convidado por um grupo de amigos para cantar para pacientes do Hospital das Clínicas. Amante de variados estilos musicais, ele não pensou duas vezes antes de pegar seu violão e acompanhar o grupo nas visitas aos internos. O sorriso e a animação dos pacientes ao ouvir sua voz deram a José Ro-

berto a certeza de que poderia contribuir muito para a recuperação de cada um deles. “Alguns mais exagerados diziam que podiam dispensar os remédios depois de me ouvir cantar”, diverte-se José Roberto, que com esse apoio sentiu-se estimulado a estender seu trabalho voluntário a outras unidades. Desde o início do ano, ele dedica uma hora a cada dia para alegrar os pacientes

do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). “É uma grande satisfação ver pessoas debilitadas se animarem ao me ouvir cantar”, comemora o funcionário público, que passará parte do dia de Natal cantando sucessos sertanejos, populares, religiosos e até improvisando paródias para proporcionar um pouco de alegria aos internos do maior hospital de urgências do Estado.

Fonte: CANÇÕES de José Roberto alegam doentes do HUGO. *O Popular*. p. 2-3.

Anexo 16



***"A solidariedade é
a moeda real da
sociedade brasileira"***
Betinho (1995)

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2002.

O projeto concebido pelo Betinho, seus ideais, sonhos, propostas, valores e atitudes ficarão ainda mais fortalecidos com a sua contribuição e apoio.

Estamos enviando em anexo, o recibo da sua contribuição e pedimos desculpas pela demora no envio do mesmo.

Divulgue a campanha do Ibase entre seus amigos e amigas e colabore para o seu sucesso.

Com os nossos mais sinceros agradecimentos

Rose Bueno
Secretária da Campanha

Anexo 17

Solidariedade mesmo sem dinheiro

A empregada doméstica Santana Oliveira, 39 anos, gasta boa parte do salário mínimo que recebe mensalmente no pagamento do aluguel do quarto em mora no Setor Universitário. Os cem reais que sobram são divididos entre os gastos com alimentação, roupas, transporte e outras despesas. Nem sempre o dinheiro é suficiente. "A situação é difícil", conta Santana, que apesar das dificuldades que enfrenta sempre procura fazer algo para ajudar os que têm menos. Neste Natal, ela está em busca de doações de roupas para famílias de baixa renda. A arrecadação está sendo feita entre os conhecidos da doméstica. "É muito bom poder ajudar os mais pobres, me sinto mais leve", diz Santana. Solteira, ela deve passar o Natal sozinha, traçando planos para 2012. "Espero ter um ótimo ano, com muita saúde e um salário melhor", declara a empregada, cujo sonho de consumo é um armário de cozinha.



É muito bom poder ajudar os mais pobres, me sinto mais leve

SANTANA OLIVEIRA, DOMÉSTICA, 39 ANOS

Anexo 19

País gasta 21% do PIB na área social, mas dinheiro não chega aos pobres

FGV aponta soluções para miséria no Brasil

Brasileiros acima da linha da pobreza deveriam pagar R\$ 15 por mês, em média, para erradicar a miséria de 50 milhões de pessoas

Rio - O economista Marcelo Neri apresentou ontem seu novo trabalho, Combate Sustentável à Pobreza, no Rio, no qual sugere ao governo e à sociedade novas formas de combate à miséria no País. Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Neri afirma que o Brasil gasta 21% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na área social, mas o dinheiro não "chega aos pobres".

O pesquisador da FGV usa como exemplo os dados do Mapa do Fim da Fome, produzido por ele em julho passado, e que aponta a existência de 50 milhões de indigentes no Brasil, a partir de uma linha de pobreza estabelecida em R\$ 80 - suficientes para cobrir as despesas com alimentação de um miserável em São Paulo. O Mapa mostra que os 119 milhões de brasileiros acima da linha da pobreza deveriam pagar R\$ 15 por mês, em média, para erradicar a miséria.

OS NÚMEROS DA POBREZA

A MISÉRIA NO PAÍS E ALTERNATIVAS CONTRA A FOME

Gastos do Brasil na área social

- 21% do PIB

Número de indigentes no País

- 50 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza de R\$ 80, suficientes para cobrir as despesas com alimentação de um miserável em São Paulo

Idade

- 45% dos miseráveis brasileiros têm menos de 15 anos de idade

Erradicação da miséria

- Os 119 milhões de brasileiros acima da linha da pobreza deveriam pagar R\$ 15 por mês, em média, para erradicar a miséria

Educação

- Cada ano adicional de estudo significa, em média, 16% de aumento na renda do trabalhador ao longo da vida
- Um analfabeto com renda de R\$ 100 passará a ganhar R\$ 116 se acumular um ano de estudo, e assim por diante

Nível de ocupação

- Analfabetos - 52%
- Superior completo - 87%
- 58% das famílias pobres são chefiadas por trabalhadores autônomos, desempregados ou sem remuneração

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

"Não faltam recursos, a questão é a qualidade do gasto", afirma Neri. Para o economista, as atuais políticas sociais de erradicação da pobreza não provocam mudanças estruturais na vida dos miseráveis, exceto o Bolsa-Escola, que ele considera um bom projeto do governo federal.

Neri acredita que o fim da miséria só será uma realidade se for resultado de políticas

sociais duradouras - ou de "sustentabilidade" - que possam gerar renda aos pobres. Entre elas, sugere uma espécie de transferência de recursos para os miseráveis, investimento no pequeno produtor, em material humano, em saúde e educação.

Geração de riqueza

Neri sugere, no entanto, que a transferência de dinheiro dos mais ricos seja feita por

atos que possam gerar riqueza permanente para os mais necessitados. Mas isso não deve ser por meio de um pagamento mensal, que pode ser interrompido a qualquer hora.

"Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital transferido. Por exemplo, se o rico se decidisse por abrir uma caderneta de poupança, que é o investimento mais conservador do mercado, com uma taxa de juros de 0,5% ao mês, ele teria que investir R\$ 3 mil para produzir os R\$ 15 com fluxo permanente", exemplifica. "Se a taxa de retorno do ativo fosse de 2% ao mês, como é o caso de algumas linhas de microcréditos, a transferência média de capital paga ao miserável cairia para R\$ 750, o preço de um computador usado."

Marcelo Neri faz uma análise histórica das políticas sociais adotadas no País desde os anos 60. Com base nesse levantamento, ele procura mostrar que nunca houve preocupação com o investimento no capital humano do País, principalmente em educação e saúde. "O Estado sempre incentivou o capital físico, indústrias, o grande setor produtivo", critica o economista da FGV. (Agência Estado)

Fonte: FGV aponta soluções para miséria no Brasil. O popular. p. 09.

Anexo 20

**Voluntariado cidadão
e empresarial:
Novos rumos da sociedade.**

6º ENCONTRO "DIÁLOGOS SOCIAIS"

**DIÁLOGOS
SOCIAIS
FOLHA
ADVB**

PALESTRANTES CONVIDADOS

- **CARLOS FACCI** - Diretor de RH e Assuntos Corporativos da Nestlé.
- **LINO CAMPION** - Sócio-Diretor da KPMG e Chairman da SIFE Brasil.
- **YVONNE CAPUANO** - Empresária e Diretora-Presidente do Projeto Educacional Capuano.

MODERADOR

- **LUIZ A. CIOCCHI** - Coordenador Geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social

25 de SETEMBRO - Das 19h às 21h30
Auditório do MAM - Parque do Ibirapuera, Portão 3, s/n

PARTICIPAÇÃO GRATUITA E VAGAS LIMITADAS:
Inscriva-se, mandando seu nome, cargo e empresa para o e-mail dialogossociais@folha.com.br ou pelo telefone 3284-4044, com srta. Daniela Machado, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Realização:

FOLHA
www.folha.com.br

**INSTITUTO
DIÁLOGOS
SOCIAIS**

Patrocínio:

Itaú Fundação Itaú Social

Apresentado por:

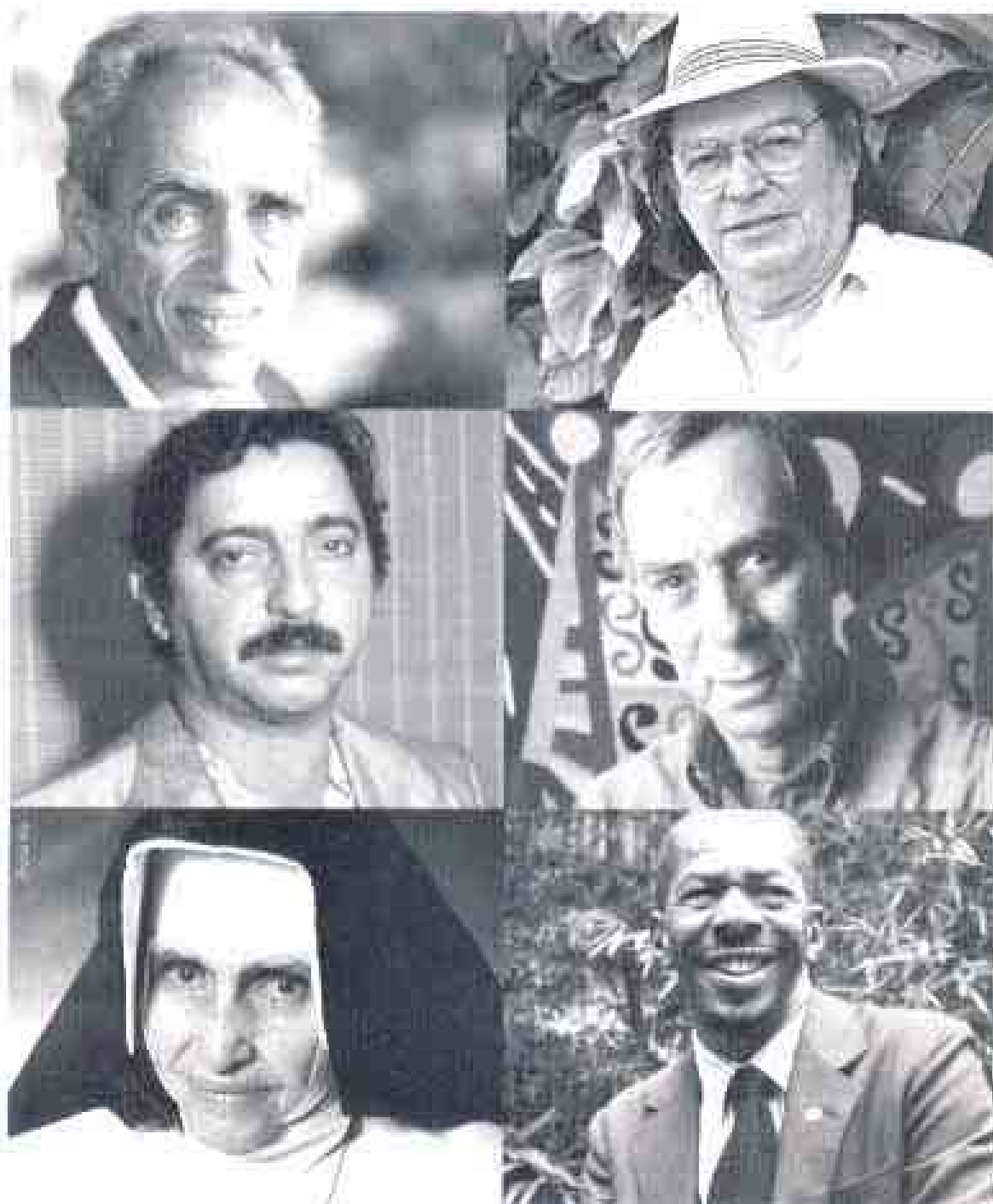
Sociedade de Diagnóstico e Tratamento em Oftalmologia

Sodexo **PROG**

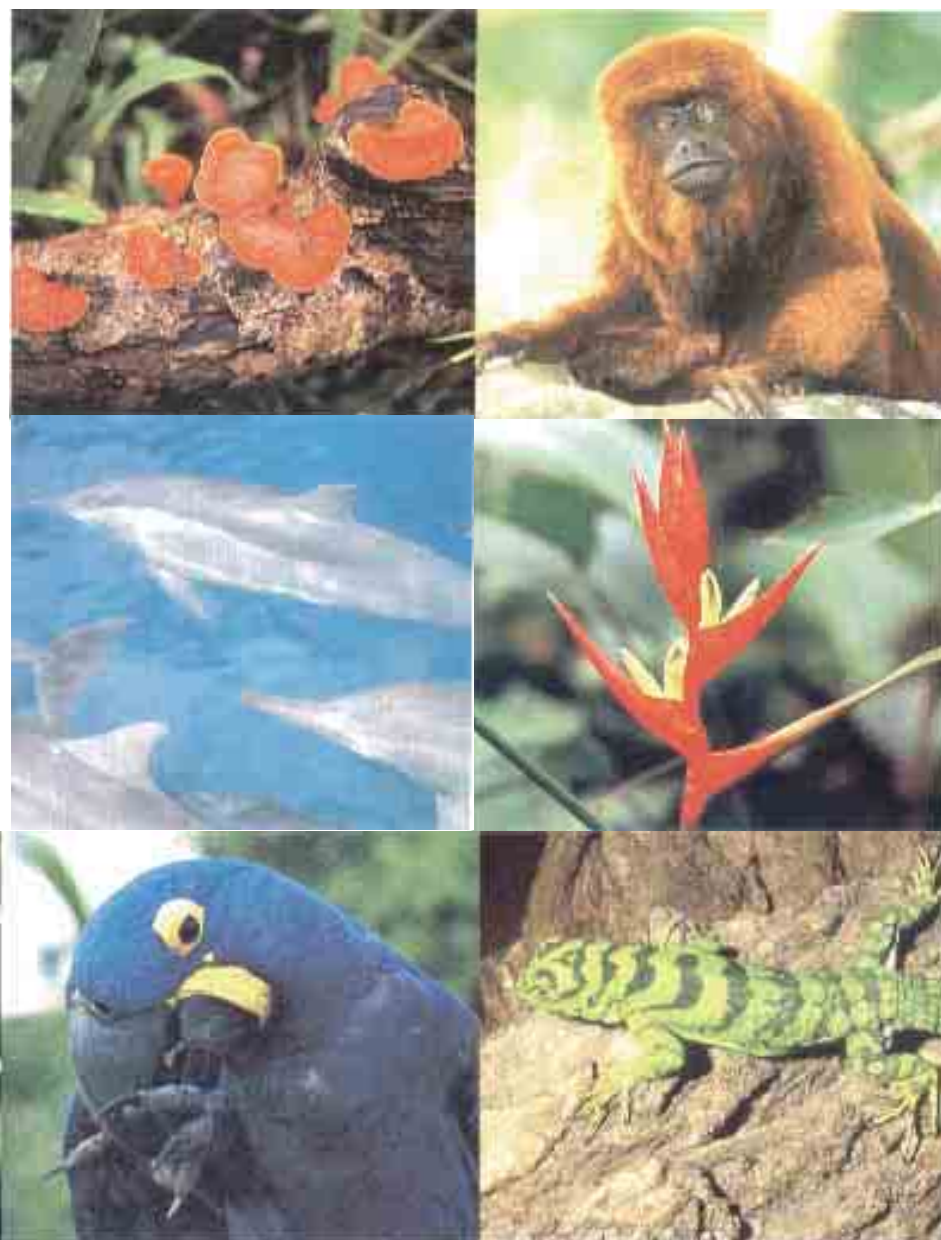
Fonte: SEXTO Encontro "Diálogos Sociais". Folha de São Paulo. p. A10.

Anexo 21

A ESPÉCIE HUMANA QUE TEM SOFRIDO PERDAS IRREPARÁVEIS AO LONGO DO TEMPO.




NOSSA LUTA É PARA EVITAR QUE A GENTE SOFRA
AINDA MAIS COM A PERDA DE OUTRAS ESPÉCIES.



Fonte: FUNDAÇÃO “O Boticário”. (Encarte – 2002).

Anexo 22

REDAÇÃO



Comício pelas Diretas Já, em São Paulo, 1984.

Para que existam hoje os direitos políticos, o direito de votar e ser votado, de escolher seus governantes e representantes, a sociedade lutou muito.

www.larabemardi.gov.br. 01/03/02.

A política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. (...)

A política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou reiterar ações que dizem respeito a todos os seus membros.

Marilena Chauí. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

A democracia é subversiva. É subversiva no sentido mais radical da palavra.

Em relação à perspectiva política, a razão da preferência pela democracia reside no fato de ser ela o principal remédio contra o abuso do poder. Uma das formas (não a única) é o controle pelo voto popular que o método democrático permite pôr em prática. Vox populi vox dei.

Norberto Bobbio. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Texto adaptado.

Se você tem mais de 18 anos, vai ter de votar nas próximas eleições. Se você tem 16 ou 17 anos, pode votar ou não. O mundo exige dos jovens que se arrisquem. Que alucinem. Que se metam onde não são chamados. Que sejam encenqueiros e barulhentos. Que, enfim, exijam o impossível.

Resta construir o mundo do amanhã. Parte desse trabalho é votar. Não só cumprir uma obrigação. Tem de votar com hormônios, com ambição, com sangue fervendo nas veias. Para impor aos vitoriosos suas exigências – antes e principalmente depois das eleições.

André Forastieri. *Muito além do voto*. Época, 6 de maio de 2002. Texto adaptado.

Anexo 23

10 mi dizem não à Alca em plebiscito

Quase 100% dos 10,1 milhões de pessoas que votaram no plebiscito nacional da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) rejeitaram a participação do Brasil no bloco econômico e defenderam que o governo deixe as negociações. O resultado foi divulgado em Brasília pelos organizadores do plebiscito — CNEB, sindicatos, entidades estudantis e sociais, MST, PSTU e PCO.

Líderes criticaram a decisão da cúpula do PT de não participar da consulta. Depois, houve uma marcha.

Pág. A4 e A5

Mina Marquetti/Agência Brasil



Marcha em Brasília contra a Alca, que reuniu cerca de 1.800 pessoas, de acordo com a PM

Fonte: 10 MI dizem não a ALCA. Folha de São Paulo. p. 01.

